



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Vanessa Carnielo Ramos Gomes

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO EM GOIÁS (1923-  
1947): entre a Igreja e o Estado

Uberlândia, MG  
2019

VANESSA CARNIELO RAMOS GOMES

DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA E A EDUCAÇÃO EM GOIÁS (1923-  
1947): ENTRE A IGREJA E O ESTADO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: História e  
Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de  
Carvalho

Uberlândia, MG  
2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G633  
2019  
Gomes, Vanessa Carnielo Ramos, 1989-  
Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a educação em Goiás (1923-  
1947): [recurso eletrônico] : Entre a Igreja e o Estado / Vanessa  
Carnielo Ramos Gomes. - 2019.

Orientador: Carlos Henrique de Carvalho.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-  
graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2526>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Carvalho, Carlos Henrique de, 1961-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação.  
III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

## ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 29/2019/219, Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED				
Data:	Vinte e três de agosto de dois mil e dezenove	Hora de início:	08:30	Hora de encerramento:	11:30
Matrícula do Discente:	11513EDU046				
Nome do Discente:	VANESSA CARNIELO RAMOS GOMES				
Título do Trabalho:	"Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação em Goiás (1923-1947): entre a Igreja e o Estado"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"O PODER TEMPORAL DA IGREJA CATÓLICA NO CAMPO EDUCACIONAL, FRENTE ÀS INICIATIVAS REPUBLICANAS DE ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS NACIONAIS DE ENSINO NO BRASIL E PORTUGAL (1890-1960)"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G145, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Fernanda Barros - UFG; Maria Cristina Gomes Machado - UEM; José Carlos Souza Araújo - UFU; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU e Carlos Henrique de Carvalho - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Carlos Henrique de Carvalho, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Carvalho, Membro de Comissão**, em 23/08/2019, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Gomes Machado, Usuário Externo**, em 23/08/2019, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 23/08/2019, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **fernanda barros, Usuário Externo**, em 23/08/2019, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 23/08/2019, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1474549** e o código CRC **E07D8ACD**.

## **AGRADECIMENTOS**

Após muito esforço, estudo, horas a fio diante dos inúmeros documentos, madrugadas em claro no exercício da escrita, chegamos ao fim de mais uma etapa acadêmica. Esta tese, apesar de autoria individual, contou com o apoio e auxílio de algumas pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho e às quais sou infinitamente agradecida.

Inicialmente agradeço à Universidade Federal de Uberlândia por ter me acolhido nesta jornada, pelas disciplinas que contribuíram para meu crescimento intelectual e que muito somaram com as reflexões realizadas neste trabalho.

Ao professor Dr. Carlos Henrique, orientador desta tese, a quem me sinto grata pela qualidade, rigor e erudição ofertados com tanta dedicação. Obrigada por cada reunião, por cada crítica, pela leitura sempre atenta aos textos, pelas indicações bibliográficas e pelas reflexões. Acima de tudo, obrigada pela compreensão, humanidade e sabedoria.

Agradeço de forma especial meu companheiro de jornada, meu amigo, aquele que contribuiu desde a ideia até a última página desta tese, Robson. Obrigada pela amizade, pelos conselhos acadêmicos, pela parceria nas longas madrugadas de escrita, pela compreensão e paciência. Além disso, obrigada por ser o melhor pai que nosso Guilherme poderia ter, por estar sempre com ele e por não deixar que minhas ausências se tornassem um problema para nossa família.

À minha sementinha de amor, meu filho Guilherme, que nasceu em meio a este turbilhão de emoções e trabalhos que é a pesquisa acadêmica. Obrigada pelo olhar sempre reconfortante, pelos abraços, pelos choros da madrugada, pelas “mamadas” em meio à escrita da tese e, principalmente, por ser meu “lar”. A mamãe ama você infinitamente! Agradeço imensamente, também, ao presente mais recente que nos foi dado nesta reta final da tese, a descoberta de mais uma sementinha de amor para nossa família. Seja bem-vindo (a), já te amamos imensamente!

A todos da minha família que sempre me apoiam em todos os momentos: minha mãe, amiga e companheira Wilma, obrigada por sempre me dar “colo” e por me interpretar apenas com um olhar! Meu pai Júlio Clécio, a quem admiro profundamente, obrigada pela serenidade, honestidade e carinho. Às Minhas irmãs, Kamilla e Marília,

minhas mães/avós, a quem eu devo a vida, Vó “Bimbinha” e Vó “Teresa”, meus sobrinhos amados, Ana Clara, Pedro Augusto, Pietra, Alice, Davi, Isadora e Elis. Agradeço, de maneira bastante carinhosa, à minha sogra, Sirlei, que sempre esteve disponível para nos ajudar em todos os momentos. A todos da família do Robson que me acolheram e foram compreensíveis às nossas ausências constantes.

Ao Instituto de Pesquisas e Estudo Históricas do Brasil Central que forneceu todas as fontes necessárias para este trabalho. Foram algumas semanas em meio as várias caixas de arquivos de Dom Emanuel, documentos fundamentais para a compreensão de suas ações no Estado de Goiás.

Agradeço ainda às escolas por onde passei – Colégio Goyaz de Morrinhos-GO e CEPI Sylvio de Mello de Morrinhos-GO – que foram fundamentais para a realização deste doutorado. Por fim, sou grata à vida por colocar pessoas que possuem sempre uma palavra amiga na hora do desespero, que compartilham alegria, que se sentem felizes com as nossas conquistas e que se angustiam conosco, obrigada amiga Mylena Gonçalves que, com seu jeitinho leonina de ser, trouxe mais cor para esta caminhada!

*Ao meu companheiro de trajetória, meu  
amado esposo Robson e às minhas  
sementinhas de amor, Guilherme e  
nosso(a) novo amor!*



## RESUMO

A presente tese tem como proposta central analisar as relações entre Igreja e Estado em Goiás durante o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, de modo a pensar a maneira como a educação se tornou o principal caminho por meio do qual a Igreja goiana demarcou seu espaço face ao Estado, consolidando-se como um agente necessário para a manutenção do projeto político modernizador de Goiás, cujo papel da instrução pública foi fundamental. Neste sentido, a pesquisa aqui disposta está inserida na História da Educação Brasileira, cujo recorte espacial se dá na História da Educação em Goiás; um campo de pesquisa ainda pouco explorado, especialmente no âmbito das disputas entre Estado e Igreja Católica como o que a presente pesquisa se insere. Nesta direção, tomamos como problema central de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a educação se constituiu como parte fundamental de um projeto político e religioso durante o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na diocese de Goiás, entre 1923 e 1947? A partir de tal questionamento, nossa tese central para a presente pesquisa foi a argumentação de que Dom Emanuel, diferentemente dos prelados que o precederam, possuía um projeto de Igreja cujo cerne era uma diocese economicamente independente e com espaço de poder consolidado diante o Estado. O caminho percorrido para isso passou, internamente, por uma revitalização financeira da diocese, bem como a centralização do poder religioso nas mãos do bispo, e, externamente, pela demarcação de espaço político face ao Estado, de modo que a Igreja deixasse de ser um mero braço do poder temporal, para se tornar – ainda que independente deste – um de seus órgãos mais vitais, tendo a educação como seu principal lastro político e social. Para o desenvolvimento desse argumento, foi analisado um importante conjunto de fontes, dentre as quais se destacam três periódicos: o jornal *Santuário da Trindade*, publicado em Campinas – GO entre 1922 e 1931; *Brasil Central*, fundado por Dom Emanuel e editado entre 1931 e 1942; *A Informação Goyana*, editado no Rio de Janeiro, então capital federal, entre 1917 e 1935. Além destes, a presente pesquisa analisa cartas pessoais e oficiais de Dom Emanuel Gomes de Oliveira e dos missionários da Congregação Redentorista alemã presentes em Goiás, além de despachos, relatórios, etc., do bispo em seu cotidiano de trabalho e governo de sua diocese. Neste sentido, a presente pesquisa propõe uma análise histórica e crítica não somente dos processos históricos, tensões, conflitos, estratégias e embates vividos e promovidos bispo em questão, mas – sobretudo – da maneira como Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi vinculado à educação em Goiás por meio de um discurso heroicizante, cujo resultado foi seu epíteto de “Arcebispo da Instrução”. Nessa direção, portanto, a presente tese entende que os interesses que envolvem as estratégias e projetos de Dom Emanuel para com a educação em Goiás não devem ser entendidos somente pelo prisma religioso ou filantrópico, mas, sobretudo, pelos prismas das relações de força e poder entre Igreja e Estado e, nisso, pelos interesses políticos envoltos nas dinâmicas entre ambos. É nesta direção, portanto, que a presente pesquisa pretende ter contribuído para com a historiografia da educação em Goiás, ao demonstrar por meio de argumentos, dados e fontes o modo como a inquestionável importância de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para com o desenvolvimento da educação goiana deve ser, no entanto, relida a partir da análise crítica dos interesses e conquistas políticas da Igreja Católica que, a partir da figura do bispo, manteve-se ao longo do século XX praticamente hegemônica nos mais importantes setores da sociedade goiana, especialmente na educação.

**Palavras-chave:** Igreja Católica, Estado, Educação, Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

## ABSTRACT

This thesis has as a central proposal to analyze the relations between Church and State in Goiás (Brazil) during the bishopric of Dom Emanuel Gomes de Oliveira, in order to think about the way the Education became the main way through which the Catholic Church in Goiás demarcated its space in relation to the State, consolidating itself as a necessary agent for the maintenance of the modernizing political project of Goiás, whose role of public education was fundamental. In this sense, the research presented here is inserted in the History of Brazilian Education, whose spatial cut is delimited in the History of Education in Goiás; a field of research still little explored, especially in the context of disputes between the State and the Catholic Church as the present research is inserted. In order to do so, we take as a central research problem the following question: how the Education became a fundamental part of a political and religious project during Bishop Emanuel Gomes de Oliveira's bishopric in the diocese of Goiás (Brazil) between 1923 and 1947? From this question, our central thesis for the present research was the argument that the Bishop Dom Emanuel, unlike the prelates who preceded him, had a Church's project whose core was an economically independent diocese and with a consolidated space of power before the State. The path to this was internally passed through a financial revitalization of the diocese, as well as the centralization of religious power in the hands of the bishop, and externally through the demarcation of political space in relation to the state, so that the Church would not be not more a mere arm of temporal power, but could become - albeit independent of it - one of its most vital organs, with education as its main political and social support. For the development of this argument, an important set of sources was analyzed, among which three periodicals stand out: *Santuário da Trindade*, published in Campinas-GO between 1922 and 1931, *Brasil Central*, founded by Dom Emanuel and edited between 1931 and 1942, and *A Informação Goyana*, published in Rio de Janeiro, then federal capital, between 1917 and 1935. In addition to these, the present thesis also analyzes personal and official letters of Dom Emanuel Gomes de Oliveira and the missionaries of the German Redemptorist Congregation present in Goiás, as well as dispatches, reports, etc., of the bishop in his daily work and government of his diocese. In this sense, the present research proposes a historical and critical analysis not only of the historical processes, tensions, conflicts, strategies and struggles lived and promoted by the bishop in question, but - above all - the way in which Dom Emanuel Gomes de Oliveira was linked to education in Goiás through a hagiographic speech, the result of which was his epithet "Archbishop of Instruction." In this sense, therefore, the present thesis understands that the interests surrounding Dom Emanuel's strategies and projects for education in Goiás should not be understood solely by the religious or philanthropic prism, but, above all, by the prisms of power relations between Church and State and, in this, by the political interests involved in the dynamics between both. It is in this direction, therefore, that this research intends to have contributed to the historiography of education in Goiás, by demonstrating through arguments, data and sources the way in which the unquestionable importance of Dom Emanuel Gomes de Oliveira towards the development of education must be reread from the critical analysis of the interests and political achievements of the Catholic Church which, from the figure of the bishop, remained practically hegemonic throughout the twentieth century in the most important sectors of Goian society, especially in education.

**Key words:** Catholic Church, State, Education, Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

COPRESP – Correspondências da Província Redentorista de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudo Históricos do Brasil Central

ABE – Associação Brasileira de Educação

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do analfabetismo em Goiás entre os anos de 1890-1920. População residente e Número de Pessoas Analfabetas.....	68
Gráfico 2 - Número de Congregações Religiosas Estrangeiras no Brasil entre o período de 1900 a 1953.....	74
Gráfico 3 - Rendas, Gastos e Repasses da casa de Campinas à Diocese Goiana.....	132
Gráfico 4: Orçamento Estadual: despesa com a educação entre os anos de 1894 e 1917.....	182

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Estado de “Goyaz” 1923. Em destaque as regiões das duas principais Romarias da época: Nossa Senhora d’Abadia do Muquém, em São José do Tocantins (hoje Niquelândia) e a romaria do Divino Pai Eterno, em Barro Preto (hoje Trindade).....	88
Mapa 2 - Mapa do Estado de “Goyaz” de 1923. Em destaque a distância (600Km) entre as cidades de Goyaz e Uberaba.....	95
Mapa 3 - Mapa dos Estados de “Minas Geraes” e do Espírito Santo em 1927. Em destaque as cidades de Mariana e Sabará.....	108
Mapa 4 - Mapa do Estado de “Goyaz” no século XIX em 1892.....	145
Mapa 5 - Mapa do Estado de “Goiaz” no ano de 1930. Destaque para as regiões: Bonfim (roxo); Pouso Alto e atual Piracanjuba (vermelho) e Morrinhos (azul) .....	148

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Escolas, Professores e Matrículas de Acordo com o Nível Educacional.....	58
Tabela 2 - Número de Escolas, Professores e Matrículas de Acordo com o Tipo de Escola.....	59
Tabela 3 - Número de Grandes e Pequenas Unidades Eclesiásticas e Serviços Religiosos Especiais.....	59
Tabela 4 - Comparativo de índices de analfabetismo em números absolutos (pessoas) e em porcentagem, levando em consideração o número da população residente (Brasil, São Paulo e Goiás) – 1890, 1900 e 1920.....	67
Tabela 5 - Grupos Políticos em Goiás no Final do Império.....	93
Tabela 6 - Grupos Políticos em Goiás na Primeira República (1889-1930) .....	93
Tabela 7: Comparativa de valores de produtos e trabalhos em Goiás nos anos de 1896, 1900, 1909 e 1925.....	113
Tabela 8 - Lista de Colégios Subvencionados pelo Governo Estadual (1904-1917) .....	118
Tabela 9 - Situação Financeira da Diocese Goiana (1909-1923) .....	129
Tabela 10: Orçamento Estadual: receita global e despesa com a educação (1894-1917).....	180
Tabela 11: Escolas efetivamente fundadas por Dom Emanuel.....	205

## **FELICIDADE**

*Haverá um dia em que você não haverá de ser feliz  
Sentirá o ar sem se mexer  
Sem desejar como antes sempre quis  
Você vai rir, sem perceber  
Felicidade é só questão de ser  
Quando chover, deixar molhar  
Pra receber o sol quando voltar  
Lembrará os dias que você deixou passar sem ver a luz  
Se chorar, chorar é vão  
Porque os dias vão pra nunca mais  
Melhor viver, meu bem pois há um lugar em que o sol brilha pra você  
Chorar, sorrir também e depois dançar  
Na chuva quando a chuva vem  
Melhor viver, meu bem pois há um lugar em que o sol brilha pra você  
Chorar, sorrir também e dançar  
Dançar na chuva quando a chuva vem  
Tem vez que as coisas pesam mais do que a gente acha que pode aguentar  
Nessa hora fique firme pois tudo isso logo vai passar  
Você vai rir, sem perceber  
Felicidade é só questão de ser  
Quando chover, deixar molhar  
Pra receber o sol quando voltar  
Melhor viver, meu bem pois há um lugar em que o sol brilha pra você  
Chorar, sorrir também e depois dançar  
Na chuva quando a chuva vem  
Melhor viver, meu bem pois há um lugar em que o sol brilha pra você  
Chorar, sorrir também e dançar  
Dançar na chuva quando a chuva vem  
Dançar na chuva quando a chuva vem  
Dançar na chuva quando a chuva vem  
Dançar na chuva quando a chuva vem*

Música – Marcelo Jeneci  
Compositores: Francisco Cesar Goncalves / Marcelo Jeneci Da Silva

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
<b>1. Historiografia e estado da arte</b>	23
1.1. <i>História e historiografia da educação em Goiás</i>	23
1.2. <i>Dom Emanuel Gomes de Oliveira entre a história eclesiástica e a historiografia acadêmica</i>	26
<b>2. Métodos e fontes</b>	30
<b>3. Organização da tese</b>	33
 <b>CAPÍTULO 1 - IGREJA CATÓLICA, ESTADO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	 36
<b>1.1. Igreja e Estado: apontamentos históricos das relações entre os poderes civil e religioso do século XIX ao início do XX</b>	36
1.1.1. <i>Ultramontanismo vs. liberalismo: panoramas históricos globais de uma disputa por legitimidade na consolidação do Estado Nacional Moderno</i>	38
1.1.2. <i>Da oposição à adaptação: Igreja e Estado do final do século XIX ao início do XX</i>	42
<b>1.2. Do regime de Padroado à Laicização do Estado</b>	46
<b>1.3. Os Ecos da Modernidade: educação e modernização brasileira na Primeira República</b>	63
<b>1.4. Educação, Estado e Igreja católica</b>	73
 <b>CAPÍTULO 2 - IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO EM GOIÁS NOS BISPADOS DE DOM EDUARDO DUARTE SILVA E DOM PRUDÊNCIO GOMES DA SILVA</b>	 83
<b>2.1. Igreja, Educação e Estado em Goiás: o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva. (1890-1909)</b>	83
2.1.1. <i>Uma Igreja em crise: os conflitos internos entre Dom Eduardo Silva e o laicato católico</i>	85
2.1.2. <i>Os conflitos políticos da Igreja Católica em Goiás durante o bispado de Dom Eduardo Silva</i>	91
2.1.3. <i>A educação em Goiás durante o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva</i>	97



<b>2.2. Da Estadualização à Restauração em Goiás: o bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva</b> .....	103
2.2.1. <i>A “estadualização” e a “restauração” da Igreja em Goiás no bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva</i> .....	106
2.2.2. <i>Educação católica e os reflexos das novas relações entre Igreja e Estado em Goiás no âmbito educacional durante bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva</i> .....	115
 <b>CAPÍTULO 3 - DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA: ENTRE PROJETOS, CONFLITOS E REALIZAÇÕES EM GOIÁS</b> .....	124
<b>3.1. Breve biografia de Dom Emanuel Gomes de Oliveira</b> .....	125
<b>3.2. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: dos projetos às realizações na Igreja Católica em Goiás</b> .....	126
3.2.1. <i>A revitalização financeira da diocese e o embate com os Redentoristas</i> .....	128
3.2.2 <i>A centralização do poder e a consolidação das estruturas formais da Igreja</i> .....	143
<b>3.3. O projeto Político de Dom Emanuel: a formação da sociedade pela instrução</b> .....	152
3.3.1. <i>A demarcação de espaço e poder político da Igreja frente o Estado</i> .....	153
3.3.2. <i>Modernização e assistência social: a construção de um espaço de atuação política e social da Igreja Católica em Goiás</i> .....	164
3.3.3. <i>Dom Emanuel Gomes de Oliveira e o projeto de modernização em Goiás</i> .....	169
 <b>CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO E OS PROJETOS DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA PARA A IGREJA EM GOIÁS</b> .....	177
<b>4.1. A Educação e a Igreja Católica em Goiás na Primeira República</b> .....	177
4.1.1. <i>As políticas para a Educação em Goiás na Primeira República</i> .....	178
4.1.2. <i>Igreja Católica e Educação: a formação do contexto de chegada de Dom Emanuel</i> .....	188
<b>4.2. Os projetos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a educação em Goiás</b> .....	192
4.2.1. <i>Educação como progresso: o projeto de educação e o discurso modernizador de Goiás em Dom Emanuel Gomes de Oliveira</i> .....	193

4.2.2. <i>A educação no projeto político e eclesiástico de Dom Emanuel</i> .....	202
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	214
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	224
<b>FONTES E DOCUMENTOS CITADOS</b> .....	232
<b>SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS</b> .....	238
 <b>ANEXO 1</b> – Correspondência da Província Redentorista de São Paulo (1913-1920) .....	239
<b>ANEXO 2</b> – Correspondência da Província Redentorista de São Paulo (1921-1922) .....	240
<b>ANEXO 3</b> – Livro em homenagem ao Jubileu de Prata: <i>Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás</i> .....	241
<b>ANEXO 4</b> - Discurso de Dom Emanuel proferido em ocasião de formatura.....	242
<b>ANEXO 5</b> – Relação das despesas “ultra-necessárias” do Seminário de Santa Cruz .....	243
<b>ANEXO 6</b> – Relatório de informações sobre as associações religiosas.....	244
<b>ANEXO 7</b> - Relatório dos estabelecimentos de ensino orientados ou mentidos pela arquidiocese de Sant’Ana de Goiás .....	245
<b>ANEXO 8</b> - Relatório sobre a quantidade de colégios sob os cuidados de D. Emanuel .....	247
<b>ANEXO 9</b> - Carta de Dom Emanuel relatando sobre a situação da Educação Católica em Goiás 1949 .....	250
<b>ANEXO 10</b> – Cerimônia da Sagração Episcopal de Dom Emanuel – 15 de abril de 1923 – no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora em Niterói – RJ.....	259
<b>ANEXO 11</b> – Foto de Dom Helvécio – Arcebispo de Mariana e irmão de Dom Emanuel–, a mãe, Dona Maria Matos de Oliveira e Dom Emanuel.....	260
<b>ANEXO 12</b> – Fotografia da reunião que tratava da criação da nova capital. Da esquerda para a direita: Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal no Estado de Goiás; Getúlio Dorneles Vargas, Presidente do Brasil na época e Dom Emanuel.....	261
<b>ANEXO 13</b> – Ginásio Anchieta em Bonfim.....	262
<b>ANEXO 14</b> – Ginásio Ateneu Dom Bosco em Goiânia.....	263

<b>ANEXO 15</b> – Desenho da fachada do Ginásio Colégio Auxilium em Anápolis.....	264
<b>ANEXO 16</b> – Colégio Arquidiocesano de Jaraguá.....	265
<b>ANEXO 17</b> – Ginásio Arquidiocesano do Planalto em Formosa.....	266
<b>ANEXO 18</b> – Ginásio Santo Agostinho em Goiânia.....	267
<b>ANEXO 19</b> – Ala do Ginásio São Francisco em Anápolis.....	268
<b>ANEXO 20</b> – Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes.....	269

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre as relações entre Estado e Igreja Católica em Goiás (Brasil) durante as primeiras décadas do século XX. Mais especificamente tomamos como objeto de pesquisa o bispo católico, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, alcunhado por seus contemporâneos como “Arcebispo da Instrução”. A escolha do referido bispo se deu por uma série de fatores que nos pareceram relevantes, dentre os quais destacamos: 1) Dom Emanuel foi o bispo com maior repercussão política em nível regional e nacional na primeira metade do século XX, seja pelo seu suposto alto investimento na Educação em Goiás (algo que discutiremos na presente tese), seja pelo seu engajamento político geral; 2) foi durante o bispado de Dom Emanuel que a Igreja Católica obteve pela primeira vez em Goiás uma autonomia financeira de fato a ponto de gerir suas próprias receitas sem a dependência de subvenções ou empréstimos; 3) foi durante o bispado de Dom Emanuel ainda que eventos de expressiva importância política, cultural e social ocorreram em Goiás, como a construção de Goiânia e transferência da capital. Sendo assim, tanto fatores contextuais, quanto pessoais (no que tange a individualidade do nosso objeto de pesquisa) contribuíram para que Dom Emanuel fosse por nós elencado como personagem central da análise que propomos na presente tese.

Este prelado tem sido apresentado pela historiografia goiana, especialmente a eclesiástica, como o principal responsável pela consolidação da educação formal no estado de Goiás na primeira metade do século XX, sendo considerado fundador, direta e indiretamente, de dezenas de escolas por todo o estado e tendo investido um importante capital político e financeiro no fortalecimento da educação em Goiás. Questionamos, todavia, não apenas a solidez histórica destas atribuições, mas – especialmente – os interesses católicos por trás de tal investimento e o modo como a educação aqui se coloca como cerne de um projeto político-religioso da Igreja face ao Estado em Goiás.

A relação entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil, especialmente nos períodos monárquico e republicano, tem sido tema de diversos trabalhos acadêmicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado. As razões deste destacado interesse vêm fundamentalmente do impacto que o catolicismo teve não apenas na formação cultural e religiosa do Brasil, mas, fundamentalmente, no modo como o país lidou com

a instrução formal de seus cidadãos, seja durante o chamado padroado régio<sup>1</sup>, seja durante a república, quando a separação entre os poderes espiritual e temporal levou ambas instituições a terem que lidar tanto com sua independência, quanto com as necessidades recíprocas uma da outra.

A instalação do Regime Republicano no Brasil<sup>2</sup>, portanto, impactou de modo decisivo no caminho tomado pela Igreja Católica no país, tanto no que tange sua reorganização interna, quanto no que se refere à suas relações com o Estado brasileiro e suas instituições políticas e sociais. No caso específico de Goiás – local específico do nosso recorte – a proclamação da república trouxe para a Igreja regional uma série de transformações, decorrentes especialmente das dificuldades financeiras em que se encontrava a diocese goiana, que, a partir de então, deveria não apenas gerir, mas sobretudo obter seus próprios recursos materiais.

Assim, se por um lado, como destaca a historiadora Maria Augusta Moraes, o povo goiano “completamente alheio a este movimento revolucionário, assistiu bestializado a transformação do regime e aderiu sem protestos à República”,<sup>3</sup> por outro – como pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem – o modo como os católicos lidaram com a Igreja, e esta com o Estado, sofreu alterações significativas que decorreram ora dos desafios impostos pelo Estado liberal ali instalado no início do século XX, ora dos novos caminhos traçados pela Igreja para angariar recursos e obter controle clerical sobre as atividades religiosas tradicionalmente concentradas nas mãos dos leigos.

A partir da segunda década do Novecentos, entretanto, a força do movimento nacional de Restauração sob a liderança de Dom Sebastião Leme<sup>4</sup> coincidiu em Goiás com importantes alterações no cenário político e eclesiástico regional, abrindo à Igreja

---

<sup>1</sup> Regime político em que a Igreja no Brasil fazia parte do Estado, embora formalmente submetida à Santa Sé.

<sup>2</sup> A transição do Regime Monárquico para o Republicano ocorreu após uma série de crises no decorrer do Segundo Reinado – Questão Religiosa, Questão Militar e Questão Abolicionista, além dos impactos do Partido Republicano Paulista (PRP) criado em 1873. Ver: VIOTTI, Emília da Costa. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 5ª edição, 1987; CARVALHO, José M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. E: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>3</sup> MORAIS, Maria Augusta Sant’anna. **História de uma Oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974, p. 114.

<sup>4</sup> Dom Sebastião Leme foi o segundo cardeal na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 1942. Teve importante influência no processo de restauração da Igreja Católica no início do século XX. Ver: ROSÁRIO, Maria Regina do Santo Rosário. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962

Católica um novo caminho de possibilidades para, junto ao Estado, traçar novos rumos que atendessem aos interesses de ambos. Assim, ainda no final da primeira metade do século, estas novas relações entre Igreja e Estado em Goiás se expressariam em uma série de alianças, ora formais, ora informais, entre os poderes civil e eclesiástico, reveladas especialmente em nosso objeto de pesquisa e suas ações pela educação em Goiás.

Nascido em Benevente, estado do Espírito Santo, em 9 de janeiro de 1874, Emanuel Gomes de Oliveira, religioso pertencente à congregação salesiana desde 1891, foi sagrado bispo, em 1922, especificamente para assumir a diocese de Goiás, cujas finanças deixadas pelo seu falecido antecessor, Dom Prudêncio Gomes da Silva<sup>5</sup>, deixavam a mitra à beira de um colapso. A missão do novo bispo de Goiás, entretanto, não se resumia à revitalização financeira da diocese. Antes, a escolha de um prelado experimentado na administração pública e no jogo político desde o início de sua carreira eclesiástica, foi estratégica para uma diocese que, em crise, se via cada vez mais submissa, ora ao Estado, ora às forças religiosas do clero regular que imperava em Goiás. Três décadas depois, quando do seu falecimento, em 1955, Dom Emanuel deixou uma diocese publicamente respeitada e politicamente forte, cuja atuação quase monopolizadora em uma área específica tornava o Estado praticamente seu dependente: a educação.

Em face disso, a presente tese tem como proposta central analisar as relações entre Igreja e Estado em Goiás durante o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, de modo a pensarmos a maneira como a educação se tornou o principal caminho por meio do qual a Igreja goiana demarcou seu espaço face ao Estado, consolidando-se como um agente necessário para a manutenção do projeto político modernizador de Goiás,<sup>6</sup> cujo papel da instrução pública foi fundamental.

---

<sup>5</sup> Dom Prudêncio Gomes da Silva foi bispo de Goiás no período anterior à Dom Emanuel, entre os anos de 1907-1921). Abordaremos sobre suas ações no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>6</sup> Sobre diferentes projetos modernizadores no Estado de Goiás ver: NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2016; BORGES, Barsanulfo Gomides. **O despertar dos dormentes**: Estudo sobre a Estrada de Ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990; CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 2002; GOMES FILHO, Robson. Johann Baptist Kiermeier: Entre o Catolicismo e a Modernidade em Goiás no Início do Século 20. **Expedições**: Teoria da História e Historiografia. vol. 9, n. 4, set/dez. 2019 e; GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói – RJ: Instituto de História da

Para tanto, tomamos como problema central de pesquisa a seguinte questão: de que maneira a educação se constituiu como parte fundamental de um projeto político e religioso durante o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na diocese de Goiás, entre 1923 e 1947? A partir de tal questionamento, bem como de um conjunto de fontes e bibliografias com as quais dialogamos, desenvolvemos como tese central para a presente pesquisa o argumento de que Dom Emanuel, diferentemente dos prelados que o precederam, possuía um projeto de Igreja cujo cerne era uma diocese economicamente independente e com espaço de poder consolidado diante o Estado. O caminho percorrido para isso passou, internamente, por uma revitalização financeira da diocese, bem como a centralização do poder religioso nas mãos do bispo, e, externamente, pela demarcação de espaço político face ao Estado, de modo que a Igreja deixasse de ser um mero braço do poder temporal, para se tornar – ainda que independente deste – um de seus órgãos mais vitais, tendo a educação como seu principal lastro político e social.

O recorte temporal esboçado – 1923-1947 – se justifica pelo fato de que, por um lado, 1923 foi o ano de chegada de Dom Emanuel à Goiás. Tal recorte se justifica pelo fato de que, por um lado, 1923 foi o ano de chegada de Dom Emanuel à Goiás. Ainda que sua sagração e nomeação como bispo para a diocese goiana tenha se dado no ano anterior, foi somente no referido ano que de fato seu governo começou em Goiás. Por outro lado, embora o bispado de Dom Emanuel tenha se encerrado em 1955, ano de sua morte, o recorte temporal se estende somente até 1947, ano de fundação da última escola articulada pelo bispo. Uma vez que a análise e argumento central estão diretamente relacionados aos projetos de Dom Emanuel para com a educação em Goiás, os anos que se estendem entre 1948 e 1955, embora contenham ainda relevantes aspectos do governo do referido prelado em Goiás, em muito pouco tocam as questões que tomamos como fundamentais para nossa análise e argumentação, resultando, assim, na presente escolha pelo recorte temporal.

Por fim, para o desenvolvimento da presente proposta de tese, utilizamo-nos de um conjunto de bibliografias e fontes para a construção da nossa teia argumentativa, cuja breve apresentação expomos nas páginas introdutórias que se seguem.

## 1. *Historiografia e estado da arte*

### 1.1. *História e historiografia da educação em Goiás*

A História da Educação enquanto campo acadêmico autônomo é relativamente recente no estado de Goiás, uma vez que, ali, esta área do saber ainda “se constitui como uma *disciplina formativa* que cumpre um papel meramente subsidiário em relação às linhas prioritárias dos programas [de pós-graduação], o que pode valer para a Universidade Federal de Goiás (UFG) e outras instituições da região Centro-Oeste.”<sup>7</sup> Em todo caso, a partir da década de 1970 iniciou-se em Goiás a produção de reflexões acadêmicas sobre a história da educação no estado, cujas obras não se inseriam em um campo específico de “História da Educação”, mas na historiografia goiana em geral, ainda em processo de formação, seja enquanto disciplina acadêmica, seja como forma de se processar metodicamente o conhecimento histórico de Goiás.<sup>8</sup>

Assim, a primeira obra historiográfica a tratar do tema “educação” em Goiás foi lançada por Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, intitulada *Tradição e renovação em Goiás*, em 1975. Fruto de sua tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo (USP), a obra de Nancy Silva abarca “desde análises de diversos tipos de escolas, modalidades de ensino, organização, funcionamento escolar e aspectos metodológicos do ensino até focalização de tentativas e iniciativas de renovação da educação em Goiás no período de 1835 a 1935.”<sup>9</sup> A pretensão de trabalho em um recorte temporal tão largo, algo que não era incomum nas produções historiográficas da época, se justifica ainda pelo fato de ser a referida obra a pioneira em estudos sobre a educação em Goiás.

Ainda na década de 1970, outro trabalho acadêmico foi produzido por Áurea Cordeiro de Menezes. Sua dissertação de mestrado, defendida pela UFG em 1977 e lançado como livro em 1981 sob o título *O Colégio Santa Clara e sua influência educação em Goiás*, abordou não a educação em Goiás, mas o impacto do Colégio

---

<sup>7</sup> VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da Educação em Goiás: estado da arte. **Revista Educação Pública**. Cuiabá – MT, vol. 21, n. 45, 2012, p. 106. Grifo conforme o original.

<sup>8</sup> A produção do conhecimento histórico em Goiás dentro da Academia, portanto, enquanto historiografia, teve seu início somente na década de 1960, com a criação da Universidade Federal de Goiás, em 1960, e do curso de História em 1965. Antes da UFG, a Universidade de Goiás – posteriormente Universidade Católica de Goiás – já possuía um curso de História e Geografia, todavia o mesmo era voltado prioritariamente para a formação docente, e não para a pesquisa acadêmica. Sobre a história da historiografia em Goiás, ver: SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás, 2015.

<sup>9</sup> VALDEZ; BARRA. **Op. Cit.** 2012, p. 110.



Santa Clara, dirigido pelas irmãs franciscanas – ordem à qual pertencia a autora –, no desenvolvimento intelectual de mulheres ali formadas entre 1922 e 1976. A “Irmã Áurea”, como ficou conhecida a autora, voltou a produzir, anos mais tarde, outra obra com temas ligados à educação e nosso objeto de pesquisa, como retomaremos mais adiante.

Na década seguinte, apenas uma obra sobre educação em Goiás foi publicada. Trata-se de *A formação do professor para o início da escolarização*, de Iria Brzezinski, publicado pela editora da Universidade Católica de Goiás em 1987. Nesta obra, a autora aborda a história da formação de professores para as séries iniciais no estado de Goiás em um recorte bastante largo, entre 1787 e 1960, intentando abarcar toda a formação docente na história do estado até então. Igual extensão temporal pretendeu abarcar Genesco Bretas, em sua *História da instrução pública em Goiás*. Embora seja fruto de uma pesquisa realizada por mais de uma década, portanto iniciada ainda no final dos anos 1970, a referida obra foi publicada somente em 1991, tornando-se, desde então, uma importante referência para estudos sobre a história da educação em Goiás.<sup>10</sup>

Além dos citados autores, ganharam destaque ainda na década de 1990, *A Ilusão Pedagógica: Estado, sociedade e educação em Goiás (1930-1945)*, de Maria Araújo Nepomuceno, cujo recorte estreitou-se ao primeiro governo de Vargas, e *Escola Normal em Goiás*, de Maria Tereza Canezin e Walderês Loureiro, obra que analisa a formação de professores para o ensino primário em Goiás do período imperial ao regime militar. Ambas as obras foram lançadas pela Editora da UFG em 1994.

Para além destas referidas obras, que acabaram por se tornar as principais referências “clássicas” sobre a história da educação em Goiás, a pesquisa sobre esta temática, desde o início do século XXI, acabou por ficar restrito aos Programas de Pós-Graduação em Educação regionais, ou mesmo na produção acadêmica de goianos em Programas de instituições de ensino superior fora de Goiás. Em um precioso levantamento realizado por Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra, ambas professoras adjuntas da Faculdade de Educação da UFG, as autoras constataram que, desde a fundação dos Programas de Pós-Graduação em Educação em Goiás a partir da década de 1990, apenas 25 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado haviam sido defendidas dentro da área de “história da educação” até a data de publicação do referido

---

<sup>10</sup> VALDEZ; BARRA. **Op. Cit.** 2012, p. 109.

artigo (2012). Deste total, apenas 2 dissertações e 1 tese abarcaram o recorte específico da nossa pesquisa, qual seja, 1923 a 1955, quais sejam: *O ensino secundário em Jataí nas décadas de 40 e 50*, dissertação de mestrado defendida por Luciene Lima de Assis Pires, pela UFG em 1997; *Educação no Tocantins: Ginásio Estadual de Porto Nacional*, tese de doutorado defendida por Benvinda Barros Dourado, pela UFG em 2010; e *O mestre-escola como preceptor particular da cultura letrada em Itaberaí-GO nas três primeiras décadas do século XX*, dissertação de mestrado defendida por Iricelma Borges de Carvalho, pela PUC-GO, em 2008.

Fora do estado de Goiás, por outro lado, Diane Valdez e Valdeniza Barra encontraram 10 pesquisas – entre teses e dissertações – que tratavam sobre a história da educação em Goiás defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Deste total, 6 abarcam nosso recorte de pesquisa: *Lyceu de Goyaz: elitização endossada pelas oligarquias goianas 1906-1937*, dissertação de mestrado defendida por Fernanda Barros, pela Universidade Federal de Uberlândia em 2006; *O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964)*, dissertação de mestrado defendida por Fátima Inácio Pacheco pela Universidade Estadual de Campinas em 2005; *Educação Secundária Feminina em Goiás: intramuros de uma escola católica (Colégio Sant’Anna – 1915/1937)*, tese de doutorado defendida por Ana Maria Gonçalves pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, em 2004; *Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República*, tese de doutorado defendida por Miriam Fábila Alves pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2007; *Goiânia, no “coração do Brasil” (1937-1945): a cidade e a escola re-inventando a nação*, tese de doutorado defendida por Rúbia-Mar Nunes Pinto, pela Universidade Federal Fluminense em 2009; e *No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscanas no sudeste goiano (1944-1963)*, tese de doutorado defendida por Aparecida Maria Almeida Barros, pela Universidade Federal de São Carlos, em 2010.

Posteriores ao levantamento realizado por Diane Valdez e Valdeniza Maria Lopes da Barra, entretanto, foram defendidas, dentro do recorte cronológico da presente pesquisa, uma tese de doutorado – intitulada *Ruralismo pedagógico e escolanovismo em Goiás na primeira metade do século XX: o Oitavo Congresso Brasileiro de Educação*, de Jaqueline Veloso Portela Araújo, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, em 2012 – e uma dissertação de mestrado, intitulada *Imagens Institucionais da Modernidade: a educação profissional em Goiás*

(1910-1964), de Mauro Alves Pires, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, em 2014.

Deste levantamento apresentado<sup>11</sup> chama-nos a atenção algumas reflexões possíveis. Em primeiro lugar, quase um terço das pesquisas sobre história da educação em Goiás têm sido produzidas, assim como a presente tese, fora dos Programas de Pós-Graduação do estado; em segundo, nossa pesquisa insere-se em um recorte temporal ainda pouco explorado pela história da educação de Goiás; e, por fim, do total das pesquisas acima referidas, apenas duas abordam a temática da presente tese, qual seja, as relações entre Igreja Católica e Estado no âmbito da educação.<sup>12</sup>

Estas informações e reflexões trazem para a presente tese de doutorado um duplo desafio: por um lado, nossa pesquisa tem o potencial de contribuir significativamente para o campo da história da educação em Goiás, visto que esta área carece ainda de novos trabalhos e enfoques que lhe permitam sedimentar esta área de conhecimento em Goiás; por outro lado, a temática e recorte da nossa pesquisa encontram-se ainda muito pouco explorados no campo da história da educação regional, o que, embora dê relevo ao nosso trabalho, traz-nos, em contrapartida, a responsabilidade de contribuir de fato com reflexões e dados importantes para possíveis pesquisas futuras.

## *1.2. Dom Emanuel Gomes de Oliveira entre a história eclesiástica e a historiografia acadêmica*

Embora seja Dom Emanuel Gomes de Oliveira frequentemente lembrado como um dos mais importantes bispos da história de Goiás, sendo ainda publicamente reconhecido pela alcunha de “arcebispo da instrução”, não há até o presente momento produções acadêmicas que o tomam como objeto de pesquisa. Isso não significa, entretanto, que o bispo capixaba não figure nas páginas da história e historiografia goiana. Antes, diversos são os trabalhos acadêmicos e diletantes que mencionam a

---

<sup>11</sup> Ressaltamos que o presente levantamento de obras e demais trabalhos acadêmicos aqui arrolados se referem exclusivamente àqueles que se inserem na área de “História da Educação” e no recorte cronoespacial da nossa tese, qual seja, Goiás entre 1923 e 1955. Há, todavia, muitos e variados trabalhos acadêmicos que não foram aqui arrolados, defendidos e/ou publicados em diversos Programas de Pós-Graduação do país, por conta do referido recorte.

<sup>12</sup> Trata-se das teses de doutorado de Ana Maria Gonçalves, defendida em 2004 e Aparecida Maria Almeida Barros, defendida em 2010, portanto há quase uma década temporalmente distante da nossa pesquisa.

importância do prelado e desenvolvem diversas e divergentes interpretações sobre seu legado.

Do ponto de vista da história eclesiástica o primeiro trabalho a abordar Dom Emanuel foi produzido por um de seus mais importantes pupilos: o cônego José Trindade da Fonseca e Silva<sup>13</sup>, também conhecido como Cônego Trindade. Publicada em sua primeira edição ainda em 1948, como uma encomenda para a comemoração do jubileu episcopal de Dom Emanuel, *Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás* foi o primeiro esforço de se construir uma história eclesiástica de Goiás. A obra, cujo cuidado de uma rica pesquisa documental deve ser ressaltado, tem viés apologético explícito, contornando situações constrangedoras para a Igreja,<sup>14</sup> ao passo que exalta sobremaneira o papel do clero católico no desenvolvimento do estado de Goiás. Todavia, a riqueza de dados e informações sobre a história da Igreja Católica goiana salta aos olhos de pesquisadores do catolicismo em Goiás de modo que poucos são os trabalhos sobre o tema que não referenciem, direta ou indiretamente a referida obra.

Sobre Dom Emanuel, especificamente, *Lugares e Pessoas*, como é de se esperar de uma encomenda comemorativa a ele destinada, sobrevaloriza seus feitos e realizações, alcunhando-o, no título do seu Capítulo XL, como “O Bispo da Providência” e do Capítulo XLI como “Arcebispo da Instrução”. Além de traçar a primeira biografia do prelado, Cônego Trindade foi ainda o responsável por sobressaltar a imagem que se perpetuaria em diversas outras publicações de que aqueles que homenageiam Dom Emanuel pela aclamação de “Arcebispo da Instrução”, “não fazem mais do que um grande ato de justiça. Uma palavra diz tudo: é um perfeito filho de S. João Bosco.”<sup>15</sup> Apesar de ser uma imagem ainda hoje consolidada no meio católico goiano, a ideia de que Dom Emanuel teria sido um “verdadeiro herói”, para a educação em Goiás precisa passar pelo crivo crítico da análise histórica. Ao longo da presente

---

<sup>13</sup> Cônego José Trindade da Fonseca e Silva nasceu em Jaraguá – GO, estudou o Ginásio Diocesano Santa Cruz de Goiás e posteriormente no Seminário de Mariana (MG). Foi secretário de Educação de Goiás entre 1951 e 1954, deputado entre 1954 e 1959 e, após ter se tornado cônego, foi secretário particular do arcebispo Dom Emanuel. Além disso foi diretor do Banco de Goiás e presidente do Serviço Social Rural de Goiás. Ver: SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2006

<sup>14</sup> QUADROS, Eduardo Gusmão de. “Prefácio à 2ª Edição”. In: SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. VI.

<sup>15</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. 454.

tese, demonstramos como essa imagem foi, antes de tudo, a culminância de um projeto e processo maiores de retomada por parte da Igreja Católica em Goiás de um espaço político fragilizado ao longo das duas primeiras décadas do século XX.

Além do Cônego Trindade, ainda no âmbito da produção eclesiástica, ganhou importância os trabalhos da chamada “Irmã Áurea”. Pedagoga de formação, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e ocupante da 16ª cadeira da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Áurea Cordeiro Menezes publicou em 2001 a primeira obra inteiramente dedicada ao nosso objeto de pesquisa: *Dom Emanuel Gomes de Oliveira: Arcebispo da Instrução*. A obra, fruto também de uma considerável pesquisa documental, traça o perfil de Dom Emanuel com características não muito distantes de um esforço hagiográfico. O prelado, descrito pela autora com epítetos como “diplomata”, “pacificador”, “construtor”, “bom pastor”, dentre outros, é exaltado como o grande responsável pela consolidação da educação como política pública no estado de Goiás, perpetuando e reforçando uma sutil ideia de que, sem a Igreja Católica, especificamente na pessoa de Dom Emanuel, o projeto de um Goiás moderno – esboçado ainda na primeira república e executado a partir dos anos 1930 sob Pedro Ludovico Teixeira, interventor do estado – não teria tido condições de êxito. Esta sobrevalorização do papel da Igreja Católica (não sem razão, mas sem dúvidas com pouca reflexão crítica) pela autora se repetiu em sua *magna opus* publicada em três volumes dez anos depois: *História Eclesiástica de Goiás*, por meio da qual a religiosa pretendeu dar conta de toda a participação católica na história do estado de Goiás, do período colonial ao século XXI. Ainda que com as limitações próprias de um trabalho religiosamente enviesado, as obras de José Trindade da Fonseca e Silva e Áurea Cordeiro Menezes, imperam como importantes referências de reflexões e informações sobre a história eclesiástica de Goiás, ocupando, portanto, importante lugar na história intelectual do estado.

Já no âmbito propriamente acadêmico, poucas são as dissertações, teses ou livros sobre a história da Igreja Católica em Goiás que separam um espaço de importância para nosso objeto de pesquisa, em muito a depender, evidentemente, não somente do recorte temporal, mas igualmente do problema de pesquisa proposto. Ainda em 1984, não obstante, a primeira tese de doutorado que dá a Dom Emanuel não somente uma importância singular, mas uma interpretação avessa àquela acima apresentada, foi defendida pelo ex-redentorista Miguel Arcângelo Nogueira dos Santos na Universidade

de São Paulo. Intitulada *Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e restauração católicas (1894-1944)*, a referida tese abordou Dom Emanuel sob dois aspectos: primeiramente dentro do chamado “Movimento de Restauração Católica” e, em um segundo momento, a partir dos conflitos entre o bispo e seu objeto de pesquisa: os missionários redentoristas.<sup>16</sup>

Já no final da década seguinte, uma dissertação de mestrado se tornaria emblemática na pesquisa sobre a história da Igreja Católica novecentista em Goiás. Sob orientação do jesuíta espanhol Luiz Palacin Gomez (considerado o “pai da historiografia científica em Goiás”<sup>17</sup>), Ronaldo Ferreira Vaz, defendeu no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, em 1997, sua pesquisa intitulada *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. O texto, referência presente em quase todo trabalho acadêmico atual sobre a história da Igreja Católica na primeira metade do século XX em Goiás, aborda os principais conflitos vividos pela instituição do fim do regime de padroado à morte de Dom Emanuel. Sobre este último, o autor separou um terço da sua obra para discutir os conflitos internos e externos vividos pelo prelado. Aqui, é possível afirmar, construiu-se de fato o primeiro perfil secular sobre nosso objeto de pesquisa, destacando-o não apenas em seus feitos como entusiasta da educação em Goiás, mas especialmente seus conflitos com o Estado e com os redentoristas, de modo a se construir uma imagem não mais de um “bom pastor”, mas de um personagem histórico imerso nas tramas, projetos e necessidades de um contexto político, cultural e social que lhe eram inerentes.

Em face disso, à presente tese se apresenta também neste aspecto aqui abordado mais um duplo desafio: por um lado, trabalhamos com um objeto ainda pouco explorado, cuja importância, seja para a história da Igreja Católica, seja para a história da educação em Goiás, apresenta-se como óbvia, mas ainda sem a devida reflexão crítica tanto no que tange as bases sobre as quais foi construída, quanto sobre suas consequências reais. Por outro lado, a pouca bibliografia existente sobre nosso objeto oscila entre a hagiografia e abordagens acadêmicas, nas quais Dom Emanuel não é objeto central.

---

<sup>16</sup> Ambos os temas serão abordados no devido momento ao longo da presente tese.

<sup>17</sup> SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás, 2015, p. 211.

## 2. Métodos e fontes

Marc Bloch, um dos mais importantes historiadores franceses do século XX, expressava a seus alunos, em um curso ministrado em Amiens em 1924, a importância ímpar tanto da fonte, quanto do método, na construção dos fatos históricos pelos historiadores; tarefa sem a qual a história, como ciência, perde por completo sua razão de ser. A produção de história não pode se dar, portanto, se não por fatos. Estes por sua vez são produzidos pelo minucioso e metódico trabalho do historiador com fontes, sem as quais qualquer afirmação perde sua credibilidade.

A história baseia-se em fatos e qualquer historiador tem obrigação de produzi-los para confirmar suas afirmações. A solidez do texto histórico, ou seja, sua admissibilidade científica, dependerá do esmero que tiver sido aplicado na construção dos fatos; portanto, o aprendizado do ofício incide, simultaneamente, sobre o método crítico, o conhecimento das fontes e a prática do questionamento.<sup>18</sup>

Desse modo, sendo as fontes o lastro que sustenta a admissibilidade das afirmações históricas, o esmero metodológico no trato das mesmas torna-se tão importante quanto possui-las. Portanto, se possuir fontes é o primeiro passo para se produzir história – chamado pelos metódicos de *heurística*-, criticá-las é o passo seguinte, sem o qual o labor historiográfico permanece incompleto.

A crítica das fontes consiste, assim, na capacidade de o pesquisador analisar o discurso emitido pelo resquício do passado que chegou às suas mãos. Perguntar-se, portanto, sobre quem emite o discurso, para quem o emite, por que o emite e em que condições o faz é uma tarefa metódica imprescindível na construção de um fato histórico. Esta tarefa, entretanto, “não é um trabalho para principiantes [...] trata-se de confrontá-lo com tudo o que já se sabe a respeito do assunto abordado, do lugar e do momento em questão.”<sup>19</sup>

Neste sentido, o lidar com a fonte exige do historiador a atenção não somente ao que está aparente, mas sobretudo aos detalhes. Como bem lembrou o historiador mineiro José D’Assunção Barros,

Os pequenos gestos inconscientes e involuntários, para ele [o historiador], serão muito mais eloquentes do que qualquer atitude formal. Profissões como a de investigador policial ou de psicanalista (investigador de almas) pouco valeriam se aqueles que a elas se

---

<sup>18</sup> BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 73.

<sup>19</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo horizonte: Autêntica, 2008, p. 57.

dedicam não fossem capazes de extrair a informação primordial do pequeno detalhe que normalmente passa despercebido para os homens comuns.<sup>20</sup>

Portanto, é uma exigência básica do labor historiográfico perceber que, lidar com fontes históricas, é trabalhar com filtros, com mediações. Ou seja, trata-se de uma tarefa que exige do pesquisador, ao mesmo tempo, a percepção do outro como emissor de informações sobre o passado, e das condições históricas que permitiram, exigiram ou [de]limitaram suas possibilidades de fala.

Assim sendo, a presente pesquisa de doutorado constitui-se como um trabalho historiográfico. Isso significa que, ao [re]construirmos fatos históricos, o fazemos por meio de fontes que dão testemunho do passado e nos permitem – ao mesmo tempo que delimitam – interpretações possíveis sobre nosso objeto de pesquisa. Assim, tomamos para a análise proposta dois tipos básicos de testemunhos expressos em nossas fontes: os voluntários e os involuntários.

Segundo Antoine Prost, os testemunhos voluntários “foram constituídos para a informação dos leitores, presentes ou futuros. As crônicas, memórias e todas as fontes ‘em forma de narração.’”<sup>21</sup> Portanto, trata-se daquelas informações produzidas por sujeitos no passado que intentavam que as mesmas chegassem à posteridade sob certos moldes narrativos e discursivos previamente determinados. Trata-se, portanto, de documentos oficialmente publicados, como jornais, revistas, memórias, autobiografias, etc.

Na presente pesquisa utilizamo-nos como fontes documentos oficialmente publicados: cartas pastorais, encíclicas papais, leis, decretos, mensagens de presidentes da província – e, no século XX, estado – de Goiás, bem como de literaturas de viagens, e mesmo de uma autobiografia produzida pelo bispo Dom Eduardo Duarte Silva e publicada pela editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2007, intitulada *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz*. Além destes, utilizamo-nos ainda de três periódicos: o jornal *Santuário da Trindade*, publicado em Campinas – GO entre 1922 e 1931, *Brasil Central*, fundado por Dom Emanuel e editado entre 1931 e 1942 *A Informação Goyana*, editado no Rio de Janeiro, então capital federal, entre 1917 e 1935.

---

<sup>20</sup> BARROS, José D’Assunção. Fontes históricas: olhares sobre o caminho percorrido e perspectivas sobre novos tempos. **Revista Albuquerque**, vol.3, n°1, 2010, p. 8.

<sup>21</sup> PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo horizonte: Autêntica, 2008. p. 59.



Por outro lado, utilizamo-nos também como fonte de pesquisa testemunhos involuntários. Segundo Antoine Prost, os testemunhos involuntários

Não têm o objetivo de fornecer informações; Marc Bloch falava, de forma prazerosa, desses “indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua caminhada”: uma correspondência privada, um diário verdadeiramente íntimo, a contabilidade de uma empresa, as certidões de casamento, as declarações de sucessão, assim como objetos, imagens, os escaravinhos de ouro encontrados nos túmulos micênicos, os restos de argila lançados em grotas do século XIV ou os pedaços de metal encontrados nos buracos abertos pelos obuses são mais instrutivos do campo de batalha de Verdum, na Primeira Guerra mundial, que testemunho voluntário (fabricado e falsificado) da trincheira das baionetas.<sup>22</sup>

Portanto, trata-se de testemunhos involuntários aquelas fontes históricas que, sem premeditação, legaram informações sobre o passado que seu autor não pretendia que fosse de conhecimento público. Este tipo de fonte, rica em detalhes que os testemunhos voluntários normalmente esforçam-se por esconder, permite ao historiador encontrar vestígios mais profundos sobre seu objeto de pesquisa e chegar a conclusões cuja crítica das fontes consegue apurar com maior destreza.

Este tipo de fonte, para a presente pesquisa, tem uma importância singular e foi largamente utilizada a partir de dois grupos: de um lado, utilizamo-nos de cartas pessoais escritas por missionários da congregação redentorista alemã presentes em Goiás dentro do nosso recorte temporal. Tais cartas foram escritas e trocadas entre superiores e subordinados para tratar dos mais diversos assuntos, dentre eles uma série de conflitos vividos entre a congregação e nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, que revelam características e ações do bispo que as narrativas da história eclesiástica intencionalmente optou por não abordar. Estas cartas estão traduzidas do alemão para o português e datilografadas em dezenas de volumes publicados internamente na Congregação Redentorista sob a sigla COPRESP – Correspondências da Província Redentorista de São Paulo -, dispostas no Arquivo Santo Afonso, pertencente à Congregação Redentorista de Goiânia.

Por outro lado, utilizamo-nos também das documentações pessoais do próprio Dom Emanuel Gomes de Oliveira – cartas, relatórios, despachos, etc. – conservadas inicialmente no Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia e, atualmente, presente no Instituto de Pesquisa e IPEHBC – Estudos Históricos do Brasil Central -, pertencente à

---

<sup>22</sup> PROST, Antoine. **Op. Cit.** 2008, p. 59

Pontifícia Universidade Católica de Goiás. No momento da coleta destas referidas fontes, ainda no ano de 2015, a documentação estava recém-chegada ao instituto, já organizada em caixas e predisposta por temas, mas ainda não formalmente catalogada. Por esta razão, o leitor perceberá nas referências destas fontes a ausência de número de caixa ou localização específica, contando apenas com a menção à sua pertença ao Arquivo Histórico do IPEHBC.

Neste sentido, acatando o conselho de Marc Bloch de que deve o historiador atentar-se, no processo de crítica das fontes ao fato de que “nem todas as testemunhas são sinceras e a sua memória nem sempre é fiel, de modo que não podemos aceitar descontroladamente os seus depoimentos”<sup>23</sup>, impomos à presente pesquisa o método de crítica das fontes por meio da crítica do testemunho, a saber, o procedimento metódico de análise não somente das informações, mas igualmente das condições de produção das mesmas, bem como dos detalhes de coerência interna e comparação com outras fontes de informações conciliatórias e contraditórias.

### 3. *Organização da tese*

A presente pesquisa está dividida em 4 capítulos, por meio dos quais pretendemos desenvolver nosso argumento e demonstrar nossa proposta de tese. A dinâmica por nós optada foi de, em um primeiro momento – capítulos 1 e 2 – discutirmos o contexto nacional e regional que precedeu a passagem de Dom Emanuel Gomes de Oliveira por Goiás, condicionando suas ações em torno de um projeto de Igreja pelo qual batalhou ao longo de todo seu governo diocesano. Em seguida – capítulos 3 e 4 – passamos a desenvolver diretamente nossos argumentos demonstrando-os por meio de nossas fontes e reflexões sobre os conflitos, ações e projetos de Dom Emanuel à frente da Igreja Católica em Goiás.

Assim, em nosso primeiro capítulo, intitulado *Igreja Católica, Estado e educação na Primeira República brasileira*, realizamos uma análise histórica da relação entre Igreja Católica, Estado e Educação na Primeira República, com o enfoque voltado para a compreensão do contexto das disputas, discussões e acordos entre as instituições e como isto afetou a educação, principalmente a educação católica. Percebemos a necessidade desta análise para que nosso leitor possua uma compreensão maior dos

---

<sup>23</sup> BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998. p. 22.

acontecimentos deste período que servirão de base histórica para entendermos nosso objeto de pesquisa.

Em nosso segundo capítulo, intitulado *Igreja Católica, Estado e educação em Goiás: os antecedentes de Dom Emanuel*, realizamos uma análise das principais transformações das relações entre Igreja e Estado ao longo das primeiras décadas do regime republicano em Goiás, focando no modo como o catolicismo [re]agiu face às mudanças no cenário político nacional e regional, que resultou no contexto em que se insere nosso objeto de pesquisa e suas ações e perspectivas para com a educação no sertão goiano, tema que abordaremos na segunda parte desta tese. Para tanto, dividimos nosso segundo capítulo em duas seções principais, cada uma voltada para a passagem de um bispo pela diocese goiana – Dom Eduardo Duarte Silva e Dom Prudêncio Gomes da Silva –, ambos posteriores ao fim do regime de padroado no Brasil e predecessores de Dom Emanuel, analisando as relações por eles estabelecidas com o Estado, a população local e a educação em Goiás. Este caminho, segundo propomos, leva diretamente ao nosso objeto de pesquisa, revelando o trajeto percorrido pela Igreja para que Dom Emanuel Gomes de Oliveira realizasse, posteriormente, seus projetos políticos e eclesiásticos da maneira como o fez.

Já em nosso terceiro capítulo, intitulado *Dom Emanuel Gomes de Oliveira: entre projetos, conflitos e realizações em Goiás*, iniciamos, finalmente, nossa análise direta do nosso objeto de pesquisa. Neste capítulo, discutimos os projetos políticos, sociais e eclesiásticos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira durante seu bispado em Goiás, entre 1923 e 1947, tendo em vista o modo como tais projetos e ações do referido bispo abriram caminho para que a educação se tornasse o principal veículo de realização das suas aspirações político-eclesiásticas. Aqui, portanto, iniciamos mais vigorosamente o desenvolvimento do nosso argumento central, demonstrando que Dom Emanuel foi o bispo mais importante no processo de reorganização Igreja Católica em torno de um projeto de ocupação de seu espaço político face ao Estado durante o período republicano em Goiás. Tal argumento culmina, finalmente, no cerne da nossa tese, qual seja, de que a educação foi o eixo central por meio do qual o projeto de Igreja de Dom Emanuel se concretizou. A partir desse capítulo, portanto, demonstraremos como o epíteto de “arcebispo da instrução” atribuído a Dom Emanuel a partir da década de 1940 é fruto, antes de tudo, de um projeto político do prelado, que teve a educação como caminho fundamental para sua realização.

Esta é, portanto, a argumentação central do nosso último capítulo, intitulado *A educação e os projetos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a Igreja em Goiás*. Aqui, por conseguinte, nossa proposta é analisar como a expressiva atenção e investimentos de Dom Emanuel para com a educação em Goiás se encaixa em seus projetos e disputas com o Estado por capital político em Goiás. Neste capítulo derradeiro, portanto, demonstramos a importância da educação tanto para a Igreja em nível institucional, quanto para nosso objeto de pesquisa em particular, expressa em seus interesses e projetos inseridos no contexto singular do estado de Goiás, especialmente a partir das transformações políticas advindas da tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930.

Neste sentido, propomos para a presente tese uma análise histórica e crítica não somente dos processos históricos, tensões, conflitos, estratégias e embates vividos e promovidos pelo nosso objeto de pesquisa, mas – sobretudo – da maneira como Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi vinculado à educação em Goiás por meio de um discurso heroicizante, cujo resultado foi seu epíteto de “Arcebispo da Instrução”. Acreditamos ser condição *sine qua non* do ofício do historiador a análise crítica dos discursos históricos que envolvem seu objeto de pesquisa. Todavia, para além disso, o caso por nós apresentado envolve projetos políticos que muito explicam os processos que constituem a história do Estado de Goiás no século XX.

Assim, tendo por “projeto político” um conjunto de ações racionais – no sentido weberiano, portanto, com fins preestabelecidos pelo agente delas promotor –<sup>24</sup> cuja finalidade prevê o fortalecimento de uma determinada posição de poder e obtenção de capital político – no sentido bourdiano –<sup>25</sup>, a presente tese entende que os interesses que envolvem as estratégias e projetos de Dom Emanuel para com a educação em Goiás não devem ser entendidas somente pelo prisma religioso ou filantrópico, mas, sobretudo, pelos prismas das relações de força e poder entre Igreja e Estado e, nisso, pelos interesses políticos envoltos nas dinâmicas entre ambos.

Assim, argumentamos que a “grande marcha pela instrução”, descrita pelos futuros entusiastas e biógrafos de Dom Emanuel, teve como pano de fundo um projeto político de poder. Por conseguinte, a imputação do epíteto de “Arcebispo da Instrução”,

---

<sup>24</sup> WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª ed. Brasília: ed. Da UnB. 2009. V. I

<sup>25</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2007; BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007

forjado a partir de interesses políticos e religiosos e legitimados pelos dados, muitas vezes sobrevalorizados, pela própria historiografia goiana, foi um instrumento, acima de tudo político, que tornou Dom Emanuel uma das figuras mais importantes e respeitadas da história eclesiástica e política do estado de Goiás.

É nesta direção, portanto, que a presente pesquisa pretende ter contribuído para com a historiografia da educação em Goiás, ao demonstrar por meio de argumentos, dados e fontes o modo como a inquestionável importância de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para com o desenvolvimento da educação goiana deve ser, no entanto, relida a partir da análise crítica dos interesses e conquistas políticas da Igreja Católica que, a partir da figura do bispo, manteve-se ao longo do século XX praticamente hegemônica nos mais importantes setores da sociedade goiana, especialmente na educação.

## **CAPÍTULO 1**

### **IGREJA CATÓLICA, ESTADO E EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Propomos realizar neste capítulo uma análise histórica da relação entre Igreja Católica, Estado e Educação no Brasil, com o enfoque voltado para a compreensão do contexto das disputas, discussões e acordos entre as instituições e como isto afetou a educação, principalmente a educação católica.

Para tanto dividimos o capítulo em quatro seções: na primeira, *Igreja e Estado: apontamentos históricos das relações entre os poderes civil e religioso do século XIX ao início do XX*, em que abordaremos o contexto internacional da Igreja Católica, as disputas entre o ultramontanismo e o liberalismo dentro do contexto do mundo moderno. Para tanto, trabalharemos com algumas encíclicas que nos possibilitaram pensar o posicionamento católico diante as mudanças ocorridas naquele período. Uma segunda seção denominada *Do regime de Padroado à Laicização do Estado* trataremos das relações políticas entre a Igreja Católica e o Estado no Brasil, desde o regime de padroado até o processo de laicização e posterior reaproximação das referidas instituições. Na terceira seção *Os Ecos da Modernidade: educação e modernização brasileira na Primeira República* trabalharemos com a conceituação histórica de termos importantes para a compreensão da discussão em torno na modernização do país na Primeira República, bem como suas implicações para a sociedade brasileira. Por fim, na quarta seção, *Educação, Estado e Igreja Católica*, o objetivo é entendermos a importância da Igreja Católica na educação, as implicações da Primeira República no campo educacional católico e também os debates em torno do ensino leigo e ensino religioso no Brasil.

#### **1.1. Igreja e Estado: apontamentos históricos das relações entre os poderes civil e religioso do século XIX ao início do XX**

Desde sua fundação enquanto instituição politicamente reconhecida, ainda em meados do século IV da era cristã, a Igreja Católica tem tido para com o Estado – enquanto instituição que representa o poder secular e civil – uma relação ora de disputa por espaços de poder, ora de cumplicidade na manutenção destes mesmos espaços. Todavia, enquanto que, por mais de um milênio, a legitimidade desta disputa, por parte do lado católico, fora inquestionada por sua posição hegemônica, como caminho para a

salvação, desde o início da Era Moderna,<sup>26</sup> tanto a pluralidade de cristianismos possíveis, quanto a ascensão de um Estado cada vez mais laico e independente do poder religioso, colocaram em xeque a licitude das reivindicações católicas no espaço público secular.

Ainda que não possamos falar de um recuo de fato do cristianismo, enquanto religião professada pela maioria dos ocidentais durante a modernidade, o fato é que, ao longo da consolidação desse período histórico, entre séculos XVIII e XIX, a Igreja como poder hierocrático sofreu expressivos embates e contestações, seja de sua legitimidade como baluarte de uma fé universal, seja enquanto instituição capaz de criar e sustentar o sentido da existência pessoal e coletiva.<sup>27</sup>

Esse processo de secularização<sup>28</sup>, não obstante a inexistência, de fato, de uma perda do poder e influência religiosa, no mundo moderno, levou a importantes choques entre as esferas civis e religiosas pela hegemonia de poder e controle de importantes instâncias sociais, especialmente a educação. No Brasil, de maneira especial, os embates entre os poderes civil e religioso datam ainda da segunda metade do século XIX, mas foi de fato a partir da Proclamação da República que a Igreja necessitou reavaliar suas estratégias políticas e institucionais para garantir a perpetuação da sua hegemonia no país.

Em face disso, nesta primeira seção propomos uma discussão panorâmica das relações entre Igreja e Estado na consolidação do mundo moderno. Tal panorama global nos parece fundamental para analisarmos o modo como as relações entre estas instituições se deram no Brasil, percebendo em que medida as estratégias católicas

---

<sup>26</sup> O termo “Era Moderna” refere-se ao período que se estende do século XVI à meados do século XVIII e é utilizado na historiografia para diferenciar do que se conhece por “Modernidade”, que tem como marco inicial as revoluções industriais de meados do século XVIII em diante. Na língua alemã, por exemplo, a historiografia utiliza-se de dois conceitos igualmente distintos para marcar a diferenciação entre tais períodos, sendo *Neuzeit* utilizado para os séculos XVI-XVIII e *Modernität* utilizado para os séculos XVIII em seguinte. Sobre o assunto, ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

<sup>27</sup> Reflexão sobre este assunto pode ser encontrada em: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentidos**: a orientação do Homem moderno. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

<sup>28</sup> A tese da secularização religiosa face à modernidade, originalmente weberiana, mas ampliada e desenvolvida por Peter Berger – Ver: BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985 –, foi bastante contestada ao longo de todo o século XX. Todavia, ainda que a religião não tenha perdido sua importância no âmbito individual e coletivo no mundo moderno, de fato as instituições religiosas passaram por um amplo processo de contestação e consequente ressignificação, especialmente no que tange sua adaptação à modernidade, seja esta política, cultural ou social. Sobre o assunto, ver também: MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

globais pesaram na maneira como a Igreja lidou com a república liberal no Brasil, e como buscou mais compromissos do que embates direto com um modelo de Estado que parecia irreversível para o país.

### *1.1.1. Ultramontanismo vs. liberalismo: panoramas históricos globais de uma disputa por legitimidade na consolidação do Estado Nacional Moderno*

Não obstante ao impacto do pensamento iluminista no que tange o embate entre o anticlericalismo e o poder exercido pela Igreja no chamado Antigo Regime, foi de fato com a Revolução Francesa em 1789 e a consequente expansão napoleônica entre 1799 e 1815 que o mundo católico e monárquico em geral sentiu a pressão de uma sociedade em ebulição pela transformação política, social e cultural. Na vanguarda da Restauração, a Igreja Católica – representante expressiva do absolutismo monárquico – se tornou desde o Congresso de Viena, nas palavras do historiador mineiro Sérgio Ricardo da Mata, “uma instituição francamente reacionária.”<sup>29</sup>

A vanguarda católica, dentro do que ficou conhecido por “Reação”,<sup>30</sup> tornou visível o distanciamento e oposição que a Igreja tomava dos ideais liberais. No âmbito institucional, foi com o papa Gregório XVI que de fato a posição católica face ao mundo moderno oitocentista se oficializou.

O papado de Mauro Cappellari, alcunhado de Gregório XVI, entre 1830 e 1846, foi marcado pela institucionalização do movimento ultramontano como tendência político-eclesiástica da cúria romana. Já em sua encíclica de 1832, *Mirari vos*, Gregório XVI defendeu o poder divino dos reis, condenando abertamente à liberdade de consciência, à liberdade de imprensa, à separação e submissão da Igreja ao Estado e à “peste da república”.<sup>31</sup> Todavia, o auge do ultramontanismo no papado se deu com seu

---

<sup>29</sup> MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 226.

<sup>30</sup> Segundo Jacques Le Goff, “[...] a hostilidade nos confrontos da Revolução Francesa deu origem ao pensamento que iria ser denominado de “reacionário” e a movimentos de grupos ideológicos ou políticos que os seus adversários iriam englobar sob o rótulo pejorativo e desprezível de ‘reação’.” LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Ed Unicamp, 2013. p. 236.

<sup>31</sup> Ver: GREGÓRIO XVI, Papa. **Mirari Vos**: sobre os principais erros do seu tempo. MONTFORT Associação Cultural. Sítio eletrônico:

<http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=mirarivos>.

Acesso em: 25/02/2018.



sucessor, Giovanni Mastai Ferretti, o papa Pio IX, cujo pontificado de 1846 a 1878 marcou a ofensiva católica contra o mundo moderno e o liberalismo político e cultural.

Além do envolvimento de Pio IX em diversas contendas políticas em decorrência do avanço liberal na Europa e das guerras pela unificação da Itália, o referido papa tornou-se ainda mais conhecido por seu notável conjunto de encíclicas contra a modernidade política, cultural e social, dentre as quais se destacam *Qui pluribus* (1846) e *Quanta Cura* (1848). Esta última, com seu ainda mais controverso anexo *Syllabus Errorum*, condenou veementemente o racionalismo, o liberalismo, o republicanismo e o comunismo – dentre tudo mais a que chamou de “tendências modernas” –, reforçando que

todas e cada uma das perversas opiniões e doutrinas determinadamente especificadas nesta Carta, com Nossa autoridade apostólica as reprovamos, proscrevemos e condenamos; e queremos e mandamos que todas elas sejam tidas pelos filhos da Igreja como reprovadas, proscritas e condenadas.<sup>32</sup>

Segundo Sérgio da Mata, a *Quanta Cura* e o *Syllabus* podem ser considerados a suma político-teológica da Igreja Católica à época da construção do Estado moderno.”<sup>33</sup>, uma vez que defendia-se abertamente ali a sobreposição do poder religioso católico ao poder civil, o monopólio católico como religião de Estado em todas as nações, a eliminação de qualquer concorrência religiosa, ou sociedade secreta, que disputasse espaço político e/ou religioso com o catolicismo e, como consequência, o poder de empregar a força temporal como direito da Igreja.<sup>34</sup>

O maior êxito de Pio IX, entretanto, ocorreu na convocação do Concílio Vaticano I, realizado entre 8 de dezembro de 1869 e 18 de dezembro de 1870, onde o pontífice, não sem muita controvérsia, conseguiu a aprovação do dogma da infalibilidade papal que, sem meio-termo, nas palavras de Werner Blessing, na prática, era “direcionado a um absolutismo papal, e, portanto, a um monopólio ideológico

---

<sup>32</sup> PIO IX, Papa. **Quanta Cura**. MONTFORT Associação Cultural. Sítio eletrônico: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura>. Acesso: 25/02/2018, p. 3.

<sup>33</sup> MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 228.

<sup>34</sup> Ver: §V, nº 24. In: PIO IX, Papa. **Syllabus**. MONTFORT Associação Cultural. Sítio Eletrônico: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo>. Acesso: 25/02/2018.

universal da população católica.”<sup>35</sup> Já do ponto de vista liberal, o dogma representou uma verdadeira provocação. Em uma era de progresso e ciência, cuja questão central girava em torno do orgulho nacionalista pelo Estado moderno, a declaração do Vaticano era para os liberais um ataque à independência do Estado. Em seu *Die päpstliche Unfehlbarkeit und das vatikanische Konzil*, de 1871, por exemplo, o deputado liberal Paul Hinschius argumentou que a infalibilidade papal declarada pelo Vaticano era uma verdadeira “sentença de morte contra o Estado moderno.”<sup>36</sup>

Na mesma década de 1870, entretanto, Pio IX sofreria sua principal derrota política, cujos resultados em nível de apoio da população católica internacional seria justamente o oposto. As chamadas “guerras pela unificação italiana” se estenderam das revoltas liberais de 1848 a 1870, abrangendo, portanto, o pontificado de Pio IX. Dentro deste período, o papa enfrentou pelo menos duas situações críticas: a primeira ainda em 1848, quando foi forçado a fugir sob disfarce até o reino de Nápoles para escapar de uma multidão de revoltosos que cercara Roma, só conseguindo retornar em 12 de abril de 1850, por força de intervenções diplomáticas da França e Áustria; e a segunda em 1870, ainda durante o Concílio, quando em decorrência da sequência de vitórias liberais sobre os exércitos papais desde o final da década anterior, Roma foi cercada ficando o pontífice, segundo seu próprio ponto de vista, “prisioneiro e exilado no Vaticano.”<sup>37</sup>

As consequências em nível global para as relações entre Igreja e Estado a partir destes dois eventos – quais sejam, a proclamação do dogma da infalibilidade papal no Concílio Vaticano I e a derrota do papa para os liberais no processo de unificação italiana – foram de radicalização tanto da oposição liberal à Igreja, quanto da ofensiva católica ao Estado liberal. Por um lado, as pretensões de sobreposição do poder espiritual sobre o temporal, reforçada pelo dogma da infalibilidade, levou à desconfiança, especialmente em países de unidade nacional política ainda fragilizada,

---

<sup>35</sup> BLESSING, Werner K. Staat und Kirche in der Gesellschaft: Institutionelle Autorität und mentaler Wandel in Bayern während des 19. Jahrhunderts. In: KOCKA, Jürgen; BERDING, Helmut; WEHLER, Hans-Ulrich (orgs.). **Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft**. Vol. 51. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1982, p. 182.

<sup>36</sup> HINSCHIUS, Paul. **Die päpstliche Unfehlbarkeit und das vatikanische Konzil**. Kiel: Universitäts-Buchhandlung, 1871, p. 6.

Disponível em: <http://reader.digitale-sammlungen.de/resolve/display/bsb11002965.html>. Acesso: 25/02/2018.

<sup>37</sup> Ao obter o controle de Roma, o governo da recém-unificada Itália ofereceu ao Papa Pio IX, por meio da chamada “Lei das Garantias”, a soberania e uma quantia fixa anual pelos palácios papais em Roma. Todavia o pontífice se recusou, declarando-se publicamente “prisioneiro e exilado no Vaticano”. Sobre o assunto, ver: COPPA, Frank J. Church and state. Two different approaches to Italy: Pius IX's confrontation versus Pius XII's conciliation. **Journal of Modern Italian Studies**. Vol.19(1), 2014.

como o caso da Alemanha, de que a fidelidade católica ao papa se sobreporia à lealdade ao Keiser, ou à nação. Em obra publicada em 1873, o teólogo e filósofo alemão Eduard Zeller expressava o pensamento liberal da época afirmando que os católicos eram “assuntos do Papa Pio IX e, como tal, devem sua primeira lealdade a um monarca estrangeiro. Católicos, são, portanto, uma potência estrangeira dentro do Estado.”<sup>38</sup>

Por outro lado, a situação em que se encontrou Pio IX após a unificação italiana provocou indignação entre os católicos. Segundo o historiador britânico, Christopher Clark,

Seguiu-se uma onda de movimentos pelo papa, reunindo 5.524.373 assinaturas. [...] Entre as expressões mais dramáticas da solidariedade católica com o pontífice estava o renascimento – de forma voluntária – do imposto conhecido na Idade Média como o “Tostão de Pedro”. Este movimento parece ter começado em 1859, quando uma revista católica em Londres informou que um italiano e um polonês residente na cidade tinham enviado uma modesta soma de dinheiro para compensar os custos militares incorridos na defesa da integridade dos Estados papais. O gesto foi amplamente imitado por leigos católicos, primeiro na Áustria, depois na Alemanha e mais tarde na França e na Bélgica. Embora o movimento “Tostão de Pedro” fosse encorajado por elementos do clero e órgãos de imprensa ultramontanos, este foi impulsionado sobretudo por uma onda espontânea de ativismo leigo em que as mulheres desempenharam um papel proeminente. O voluntarismo papalista tomou outras formas também – voluntários militares católicos reuniram-se para se juntar ao exército *Zouave* do papa durante a década de 1860, houve sucessivas ondas de petições de massa apoiando o papa em sua luta com o Reino da Itália e ainda um aumento de peregrinações [para onde se localizava o papa], depois da tomada do Lazio e de Roma em 1870.<sup>39</sup>

Este acirramento das tensões entre o liberalismo – e com ele os Estados liberais republicanos – e a Igreja Católica sob Pio IX gerou um conjunto de difíceis situações para a instituição católica em vários países. Na Alemanha, por exemplo, a partir de 1873 o governo imperial sob o comando de Otto von Bismark iniciou um período denominado *Kulturkampf*<sup>40</sup>, em que o Estado decretou um conjunto de leis que

---

<sup>38</sup> ZELLER, Eduard. **Staat und Kirche**: Vorlesungen an der Universität zu Berlin gehalten. Leipzig: Fues, 1873, p. 63.

Disponível em: <http://reader.digitale-sammlungen.de/resolve/display/bsb11127751.html>. Acesso em 25/02/2018.

<sup>39</sup> CLARK, Christopher. The New Catholicism and the European culture wars. In: CLARK, Christopher; KAISER, Wolfram. (Orgs.). **Culture wars**: Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 22

<sup>40</sup> O termo *Kulturkampf* corresponde ao período de conflito entre o Estado Alemão recém unificado e a Igreja Católica entre 1873 e 1894, sendo literalmente traduzido como “luta pela cultura”. Sobre o assunto ver: GOMES FILHO; Robson Rodrigues. **Kulturkampf**: A Igreja Católica e a construção da modernidade e nação alemã no século XIX. Curitiba: CRV, 2019.

limitavam as ações políticas católicas e expulsava as congregações missionárias do império.<sup>41</sup> No México, o governo rompeu relações diplomáticas com o Vaticano em 1869, e ali a Igreja não possuiu personalidade jurídica até 21 de setembro de 1992, quando o papa João Paulo II conseguiu reverter a situação 123 anos depois. Na Venezuela, após 1872, “o governo de Antonio Guzmán Blanco proíbe as escolas católicas e os conventos, seculariza os cemitérios e promove uma anexação de todos os seminários à Universidade de Caracas.”<sup>42</sup> No caso brasileiro as tensões entre a Igreja Católica e o liberalismo culminou na chamada Questão Religiosa – que abordaremos na próxima seção –. Todavia, já no final da primeira metade do século XIX, o imperador Dom Pedro II negou seu *placet*<sup>43</sup> para a publicação da *Quanta Cura* e seu anexo *Syllabus Errorum* no Brasil, apontando para as futuras e consequentes contendas entre a Igreja ultramontana e o governo imperial brasileiro.<sup>44</sup>

O abrandamento destes conflitos teve início somente com a morte de Pio IX e sua sucessão pelo papa Leão XIII, dando início a um período pós-ultramontano no papado e, no que tange as relações Igreja-Estado, a uma abertura maior da Igreja ao diálogo com as instituições republicanas que triunfaram no século XIX.

### 1.1.2. Da oposição à adaptação: Igreja e Estado do final do século XIX ao início do XX

O pontificado de Vincenzo Gioacchino Raffaele Luigi Pecci-Prosperi-Buzzi, alcunhado de Leão XIII, a partir do início do seu pontificado, em 20 de fevereiro de 1878, foi marcado tanto pela elaboração formal de uma “doutrina social da Igreja” – uma esperada resposta da instituição às transformações sociais sofridas pelo mundo ocidental ao longo da consolidação do capitalismo industrial no século XIX –, quanto pela tentativa de resistência católica menos ofensiva – como o fora com seus antecessores – e mais voltada pelo atendimento aos interesses políticos comuns aos

---

<sup>41</sup> Ver: KÖRNER, Hans-Michael. Kulturkampf im Königreich Bayern. Staat und Kirche in der Regierungszeit König Ludwigs II. **Zur Debatte**: Themen der Katholischen Akademie in Bayern. München, Vol.1, 2012

<sup>42</sup> MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 231-232.

<sup>43</sup> O termo *placet* – ou *Beneplácito* – se refere à autorização ou consentimento do imperador do Brasil às publicações papais em seu império, que vigorou durante todo o Período Imperial no Brasil.

<sup>44</sup> MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 231-232.

liberais vencedores no então corrente século. Para tanto, fora necessário mais do que apontar sua oposição ao ideário liberal; era preciso encontrar um adversário comum tanto à instituição, quanto às novas características e demandas do poder civil liberal em ascensão e consolidação no Ocidente. Tal adversário comum foi encontrado no socialismo.

No que tange às questões sociais, o pontificado de Leão XIII se ocupou em grande medida do problema causado pelo pensamento socialista aos interesses não somente das classes médias e altas – essencialmente a nobreza e a burguesia –, mas igualmente da própria Igreja, detentora não apenas de bens, como igualmente representante do regime político monárquico também contestado pelas vertentes socialistas. Já em sua primeira encíclica, *Quod Apostolici Muneris*, de 28 de dezembro de 1878, Leão XIII discorre sobre o “Socialismo, o comunismo e o niilismo”, afirmando que ambas as doutrinas levariam “ao perigo extremo de ruína.”<sup>45</sup> Neste documento, o pontífice ainda afirma que

Com efeito, enquanto o socialismo, apresentando o direito de propriedade como invenção humana contrária à igualdade natural dos homens e à comunhão dos bens, julgam que não se deve suportar calmamente a pobreza e que se pode violar impunemente o que é substancial e os direitos dos mais ricos. A Igreja, com mais sabedoria e utilidade, também na posse dos bens, reconhece a desigualdade entre os homens, por forças físicas e capacidades de engenho naturalmente diversas, e quer intacto e inviolável para todos o direito de propriedade e de domínio, que deriva da própria natureza.<sup>46</sup>

Três anos depois, em Encíclica intitulada *Diuturnum Illud*, de 29 de junho de 1881, Leão XIII voltou suas atenções para a defesa do poder civil instituído, buscando uma evidente aproximação com os regimes vitoriosos nas últimas décadas, à medida que defendia o respeito e submissão à autoridade do poder civil, tendo a própria Igreja Católica como a legítima guardiã da concórdia entre governantes e governados. Nas palavras do pontífice, “A autoridade vem de Deus, ainda que designada pelo povo. A Igreja deve ter o poder de agir sobre toda a convivência civil; ela procura concórdia entre governantes e cogovernados.”<sup>47</sup>

---

<sup>45</sup> LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Quod Apostolici Muneris**: Socialismo, comunismo e niilismo. São Paulo: Paulus, 2005. p. 37.

<sup>46</sup> Idem, p. 45.

<sup>47</sup> LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Diuturnum Illud**: Origem do poder civil. São Paulo: Paulus, 2005. p. 149.

No mesmo documento, Leão XIII busca ainda legitimar a posição católica como mantenedora da ordem religiosa e civil ao associar ao protestantismo os “males” políticos, sociais e culturais do então século corrente:

Com efeito, as ambições populares como que estimuladas por aquelas opiniões insurgir-se-ão, com maior audácia e facilmente decairão em tumultos cegos e sedições abertas, com grande ruína da coisa pública. De fato, depois daquela que chamam “Reforma” [Protestante], cujos promotores e chefes combateram, com doutrinas novas, o poder sagrado e civil, surgiram tumultos repentinos e rebeliões ousadas, especialmente na Alemanha, e isso com tanto incêndio de guerra doméstica e com tanta carnificina que parecia não haver lugar livre de tumultos e não manchado de sangue. Daquela heresia [Reforma Protestante] se originaram no século passado a filosofia falsa e aquele direito, que chamam “novo” e a soberania popular a aquela licença que não tem limites e que muitos julgam somente como liberdade. Disso se passou às pestilências recentíssimas de “comunismo”, do “socialismo” do “nihilismo”, males horrendos e quase a morte da sociedade civil.<sup>48</sup>

Neste sentido, embora o liberalismo continuasse sendo visto como adversário da Igreja, precisamente no que tange a abertura às liberdades pessoais e coletivas garantidas pelo Estado,<sup>49</sup> os novos regimes democráticos em si, deixaram de ser vistos como algo a ser atacado. Assim, ao passo que a Igreja Católica mantinha-se firme em sua luta contra a liberdade religiosa, de consciência, de imprensa, de opinião, etc., a garantia de sua sobrevivência e hegemonia nos novos regimes recém-implantados nas Américas e Europa dependia de sua autolegitimação como instituição não mais ligada ao absolutismo vencido, mas ao poder civil independente do regime político adotado.

Esta perspectiva ficou ainda mais clara nas encíclicas *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, e *Graves de Comuni*, de 18 de janeiro de 1901. Enquanto na primeira Leão XIII defende a propriedade privada à despeito da necessidade de justiça social para a harmonia entre as classes trabalhadora e burguesa; na segunda, institui a ideia de uma democracia cristã, portanto, uma adaptação explícita da instituição à realidade política e social da época.

---

<sup>48</sup> LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Diuturnum Illud**: Origem do poder civil. São Paulo: Paulus, 2005. p. 160.

<sup>49</sup> Nas Encíclicas *Immortale Dei*, de 1º de novembro de 1885, e *Libertas*, de 20 de junho de 1888, Leão XIII deixa evidente a ainda oposição católica ao liberalismo enquanto defesa das liberdades individuais e coletivas, na medida em que, para a Igreja, “Daí decorrem necessariamente a liberdade de consciência, a liberdade absoluta de adorar ou não a Deus, a licença sem limites não só de pensar, mas também de publicar os próprios pensamentos” LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Immortale Dei**: A constituição cristã dos Estados. São Paulo: Paulus, 2005, p. 251.

Os anos finais do pontificado de Leão XIII conduziu a Igreja Católica à entrada do século XX. Entretanto, eleito em 4 de agosto de 1903, após a morte de Leão XIII, Giuseppe Melchiorre Sarto, sob a alcunha de Pio X, iniciou o Novecentos católico voltando-se ao principal nome do ultramontanismo do século anterior: seu antecessor de epíteto, Pio IX. Ainda que Leão XIII tenha mantido postura de crítica e oposição aos valores modernos consolidados, fora Pio X quem de fato retomou a intransigência entre o catolicismo e a modernidade. Todavia, as preocupações do novo pontífice voltaram-se mais para a questão intelectual contra o que denominou “modernismos”, em sua *Pascendi Dominici Gregis*, de 8 de setembro de 1907, do que propriamente uma nova empreitada contra o poder civil instituído.

Esta postura de passividade da Igreja face aos poderes civis em Pio X teve como consequência o completo desdém pela figura política de seu sucessor, Papa Bento XV, pelos estados beligerantes durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1915. À despeito de inúmeros pedidos de cessar-fogo e apelos pela paz por Bento XV, a ignorância dos Estados nacionais em guerra, e mesmo a desatenção dada ao pontífice por aqueles à revelia do conflito, demonstraram um desprestígio político à liderança católica que não se via no Ocidente desde Pio VII, no início do século anterior.

A crise política e social desencadeada por eventos tão potentes como a Primeira Guerra (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), entretanto, levaram a Igreja Católica a entrar novamente no cenário político nacional. Face ao temor de novas revoluções socialistas advindas do descontentamento popular com a guerra, a Igreja sob Bento XV passou a apoiar os governos de direita por toda a Europa, especialmente na Itália, onde “Bento XV apoiou a fundação do Partido Popular Italiano, [...] permitiu a participação de católicos na política e passou a receber todos os chefes de Estados ou seus representantes que iam visitar o governo italiano.”<sup>50</sup> Ali iniciou-se o novo apoio mútuo entre Igreja e Estados, cujos pontificados de Pio XI e Pio XII expressam bem, seja nas soluções de compromisso buscadas pelo primeiro já nos primeiros anos do pós-guerra, seja nas alianças expressivas entre o segundo e os governos totalitários europeus, especialmente Benito Mussolini.

---

<sup>50</sup> CARDOSO, Elza Silva. **Contra o liberalismo, a favor da democracia:** A concepção política da Igreja Católica em meados do século XX. Dissertação (mestrado em História). Franca (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009, p. 42.

Em geral, portanto, podemos afirmar que as relações entre Igreja Católica e o poder civil ao longo do século XIX e início do XX foram marcadas tanto pela ambiguidade de uma instituição que se reinventava a cada passo consolidado dos novos modelos políticos e sociais do Ocidente, quanto pela luta ideológica e política em uma Igreja que é por definição conservadora, mas que vira-se na necessidade de buscar soluções de compromisso com o caminho sem volta tomado pelo mundo moderno. No Brasil, estas características tomaram cores próprias, cujo processo tanto de implantação dos ideais ultramontanos no século XIX, quanto das novas alianças entre Estado e Igreja após o fim do padroado no século XX, expressa o modo como a Igreja no Brasil em momento algum deixou de fato seu interesse de atuação em conjunto com o poder civil, mantendo, por meio dele, sua hegemonia política, social e religiosa no país.

## **1.2. Do regime de Padroado à Laicização do Estado**

No século XVI, quando os portugueses chegaram no Brasil, a vinculação entre Igreja Católica e Estado em Portugal ocorria sob as diretrizes do padroado régio, que havia sido estabelecido entre a Santa Sé e a Coroa Portuguesa em 1551. Sob este acordo, o Estado passava a ter obrigações com a Igreja e esta estaria subordinada ao monarca português. Deste modo, o regime de padroado “concedia ao Rei de Portugal e depois ao Imperador do Brasil um conjunto de privilégios no que diz respeito à criação de dioceses e paróquias e escolha de bispos e párocos, assim como lhes impunha o ônus de sustentação dos eclesiásticos”<sup>51</sup>. Neste sentido, a Igreja Católica estava diretamente ligada ao processo de colonização do novo território, possuindo o monopólio das ações religiosas no Brasil, tanto por assumir a missão de educar os nativos nas concepções religiosas, como de angariar novos fieis para o catolicismo.

O regime de padroado estabelecia uma relação muito estreita entre o Estado e a Igreja Católica e, portanto, envolvia tanto o campo político como o religioso na administração da colônia. Enquanto havia direito de intervenção direta da Coroa Portuguesa nos assuntos religiosos, existia também o financiamento das ações religiosas da Igreja Católica por parte do Estado. Essa aproximação das relações político-religiosas influenciou e despertou o interesse de grupos católicos na vida e ações

---

<sup>51</sup> MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil: Passado, presente e futuro**. São Paulo: Loyola, 2000. p. 36



políticas<sup>52</sup>, como em movimentos de insurreições<sup>53</sup> e, mais tarde, no período imperial, em participações de militância política com o *Partido Católico*<sup>54</sup>.

Luiz Gonzaga de Souza Lima ao abordar em *Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil* que a relação entre a Igreja Católica e o Estado, tanto no período Colonial quanto no Imperial, ocorria de maneira “subordinada e servil”<sup>55</sup>. Para tanto ele elenca nove características da Igreja no período colonial, elaboradas originalmente por Thomas Bruneau<sup>56</sup>, as quais demonstram essa relação de subordinação adquirida com o sistema de padroado. Entre elas consideramos interessante destacar o fato de que a Igreja no Brasil possuía uma relação de dependência muito mais acirrada com o Estado do que com a própria Sé romana. Dentre outros fatores desta submissão, sob o ponto de vista de Luiz Gonzaga, estão o fato de o governo imperial ter o poder de eleger os documentos oficiais encaminhados por Roma, elencando aqueles convenientes ao Estado e os poucos recursos que, para o autor, eram repassados aos padres para que estes realizassem suas missões.

O processo de independência do Brasil e a consolidação de um novo regime monárquico em 1822 não ocorreram sem conflitos. Os primeiros anos do império brasileiro foram marcados por disputas políticas e pelo caráter centralizador e autoritário advindo com o poder moderador estabelecido na Constituição outorgada de 1824. A Igreja Católica, por sua vez, continuou presente com a permanência do regime de padroado e, de certa forma, ganhou mais espaço por ter sido declarada a religião oficial do Estado no texto constitucional, mesmo que em termos práticos – no que diz

---

<sup>52</sup> De acordo com Oscar de Figueiredo Lustosa: “Desde os tempos coloniais, a Igreja no Brasil, ou melhor falando, grupos de católicos dentro da Igreja se interessaram sempre pela Política e muitos se deixavam envolver, com maior ou menor profundidade, em situações ou lutas políticas. É normal que esse interesse se tenha manifestado sob formas e intensidade diversas de participação, de acordo com as posições dos membros da Igreja nos movimentos, inspirados por uma visão do homem e do mundo, próprio a cada conjuntura vivida.” LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil: do partido católico à L.E.C. (1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983. P. 7

<sup>53</sup> Sobre o assunto ver os textos: JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império: história do ensaio de sedição de 1798**. Hucitec, São Paulo; Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador 1996. E: FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livreria do Cônego**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

<sup>54</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). Op. cit. 1983 p. 8. Aprofundaremos neste assunto do *Partido Católico* no período Imperial ao longo desta seção.

<sup>55</sup> LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979. p. 15

<sup>56</sup> Ver: BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Ed. Loyola, 1974.

respeito à quantidade de membros atuantes da Igreja – não tenha representado ao final do período imperial grande abrangência no território brasileiro.<sup>57</sup>

O Art. 5º da Constituição de 1824 – nomeado “Em nome da Santíssima Trindade” – deixou clara a predominância da Igreja Católica no império: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo”<sup>58</sup>. Ou seja, mesmo com a permissão estabelecida na Constituição, conforme ressaltou Luiz Antônio Cunha, a liberdade religiosa estava ligada à religião do Estado<sup>59</sup>, fator este que contribuiu para as ações da Igreja também junto à educação brasileira. É importante ressaltar que mesmo com a “autorização” para a existência de outros cultos dentro do território brasileiro, a Igreja Católica continuava detentora dos direitos de padroado e, portanto, permanecia, assim como no Brasil colônia, intimamente ligada ao Estado e suas atividades político-sociais. Assim como afirma o teólogo Ney de Souza sobre a continuidade da presença católica no cotidiano social e político do brasileiro na monarquia:

Desenvolve-se nos três primeiros séculos, de presença portuguesa, um catolicismo barroco, festivo, triunfalista e nacionalista. A religião faz parte da vida, tanto nas suas dimensões públicas e oficiais, quanto nas domésticas e pessoais, de muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca Igreja, muita prece e pouca missa. Neste tipo de cristandade, as esferas civis e eclesiásticas praticamente se identificam, e o cidadão é quase obrigatoriamente cristão.<sup>60</sup>

Os padres continuavam ligados politicamente ao governo, seja como responsáveis pela coleta e registro de dados, seja pelo financiamento ou mesmo pelas designações e nomeações de padres e bispos por parte do Estado. Nesta perspectiva a

---

<sup>57</sup> Interessante destacar a constatação de Luiz Gonzaga de Souza Lima em relação aos dados numéricos da estrutura física e de pessoal da Igreja Católica no Brasil no final do período imperial: “Em 1889, ano da proclamação da república brasileira, o país possuía 14 milhões de habitantes, para os quais existiam somente 700 padres seculares, 12 dioceses, 13 bispos e 9 seminários. Era situação extremamente desfavorável, mesmo em comparação com outras nações de continente americano.” LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979. p. 15

<sup>58</sup>BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acessado em 20/01/2018

<sup>59</sup> CUNHA, Luiz Antônio. **Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje**. Visioni LatinoAmericane è La rivista Del Centro Studi per l’America Latina. N. 4, Gennaio 2011, Issn 2035-6633. Mais sobre o assunto em: D’AVILA-LEVI, Claudia Masini; CUNHA, Luiz Antônio. (org.). **Embates em torno do Estado laico**. São Paulo: SBPC, 2018. 292 p.

<sup>60</sup> SOUZA, Ney de. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 127-144, jan/abr. 2013. p. 129-130.

ação pastoral ficava também limitada aos desejos e atividades oficiais do governo, mesmo que, assim como afirmou Ney de Souza, o catolicismo estivesse impregnado na vida brasileira<sup>61</sup>.

No entanto, é necessário destacarmos que essa submissão da Igreja Católica ao Estado, da maneira como destacado por Luiz Gonzaga de Souza Lima e reforçada pela historiografia especializada no assunto, não impediu a ação de membros católicos na vida política prática no período imperial. Lembramos que membros da Igreja participaram de rebeliões ainda no período colonial, demonstrando então, um descontentamento com o próprio padroado régio. Já no período imperial esta participação política foi intensificada. É possível identificarmos a atuação de clérigos na Câmara dos Deputados e até mesmo à frente da regência do Brasil<sup>62</sup>.

Outro fator fundamental para compreendermos o contexto das relações entre Estado e Igreja Católica é justamente o movimento ultramontano e como ele afetou estas mesmas relações. Os ultramontanos, segundo Riolando Azzi,

[...] professavam fidelidade inquestionável ao pontificado romano, aceitando simultaneamente o projeto de dar às expressões de fé católica características ‘universais’, embora na realidade fossem todas originadas da própria tradição romana. Daí a vinculação profunda entre ultramontanismo e romanização do catolicismo. [...] defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada.<sup>63</sup>

No Brasil, o movimento ultramontano ganhou forças principalmente em Minas Gerais com o bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), que, de acordo com Sérgio da Mata, foi responsável, juntamente com seus discípulos, pelo

---

<sup>61</sup> Sobre o assunto ver também: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Reformistas na Igreja do Brasil império**. São Paulo: USP, 1977.

<sup>62</sup> Padre Júlio Maria, importante clérigo da passagem do período imperial para republicano, frisou em uma de suas obras esta questão da participação dos clérigos nas legislaturas e a relação com o padroado: “O *desprestígio do clero*. Na primeira assembléia legislativa do império tinha assento não pequeno numero de padres; e, não obstante, como diz Cândido Mendes, foi essa legislatura a que causou maiores prejuízos à Igreja, e maiores atentados aos direitos da Santa Sé. Por quê? Porque o clero estava avassalado pelo regalismo; e, desde o início do império, de tal sorte começou a decair na consideração e estima pública que, nas seguintes legislaturas, foi rareando nas câmaras o número de eclesiásticos, e estes chegaram quase a desaparecer do parlamento.” MARIA, pe. Júlio. **O catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1950 p. 172-173 (*grifo no original*). Mais sobre este assunto ver também: BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **Católicos e Cidadãos: a Igreja e a Legislação Eleitoral no Império**, Lúmen Júris, Rio de Janeiro 1997 p.76.

<sup>63</sup> AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994 p. 7.

esforço da inserção do fundamentalismo ultramontano<sup>64</sup> no Brasil, visando a “‘clericalização’ do catolicismo; combate ao ‘regalismo’ e ao jansenismo da política religiosa do Estado brasileiro; combate às sociedades secretas; [e o] fortalecimento institucional.”<sup>65</sup>

O ultramontanismo<sup>66</sup> no Brasil pode ser entendido como o principal responsável por uma autoconsciência da Igreja de sua necessidade de autonomia em relação ao Estado, uma vez que, criticando os projetos regalistas<sup>67</sup> de uma Igreja nacional, o ultramontanismo voltou-se para Roma e para o papa como aquele único a quem de fato dever-se-ia fidelidade, tanto religiosa, como política. Assim, em termos gerais, podemos afirmar que, se por um lado, a submissão da Igreja ao Estado durante o regime de padroado foi uma situação destacada e criticada por diversos clérigos, por outro, tais clérigos só o fizeram a partir da perspectiva ultramontana. Ou seja, fora do ultramontanismo – especialmente dentro do regalismo – a relação entre Igreja e Estado no padroado brasileiro<sup>68</sup> não poderia ser vista apenas como submissão, mas como parte de uma realidade político-institucional de favorecimento e sustentação mútua entre ambos.

---

<sup>64</sup> Segundo Sérgio da Mata (idem, p. 226), “de fato, é no mínimo um eufemismo infeliz designar, como continua ainda a ser comum, o fundamentalismo ultramontano como ‘reformismo’. Na ausência de melhor expressão, poderíamos defini-lo como uma espécie de xiitismo papista.”

<sup>65</sup> Idem, p. 234

<sup>66</sup> O movimento ultramontano pode ser descrito como “uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiais, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna.” SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma”. **Temporalidades**: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG. Vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010, p. 24.

<sup>67</sup> Por regalismo compreende-se o direito de chefes de Estado interferirem em assuntos internos da Igreja Católica. Esta tendência teve importante impacto no Brasil durante seus períodos colonial e imperial, especialmente por conta do regime de Padroado Régio. Sobre o assunto, ver: SILVA, Leandro Ferreira Lima da. **Regalismo no Brasil Colonial**: a Coroa Portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808). Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências História Social da Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013.

<sup>68</sup> Por Padroado Régio entende-se o regime de mutualidade entre o Estado e a Igreja que vigorou no Brasil durante os períodos colonial e imperial. Neste regime, o Estado possuía o direito de intervenção direta na nomeação de bispos e em outros assuntos internos da Igreja que, por lado gozava de monopólio religioso no Brasil, tendo o clero o status de funcionário público do Estado. A origem do regime de padroado, entretanto, deve ser remetida pelo menos ao século XVI, quando o rei português D. João III recebeu do papa Adriano, em 1522, a dignidade de grão-mestre da Ordem de Cristo – receptora dos bens e perpetuadora da antiga Ordem dos Templários –, e a 1551, quando o papa Júlio III anexou e incorporou o grão-mestrado das três Ordens cavaleiras – de Cristo, de São Tiago da Espada e São Bento – à coroa de Portugal. Desta forma, “unindo aos direitos políticos de realeza os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal” HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 163.

Portanto, é preciso nos atentarmos para o fato de que as reivindicações de autonomia da Igreja Católica no Brasil em relação ao Estado, na segunda metade do século XIX, são fruto de um projeto político-religioso da instituição em nível internacional, e não apenas a saturação de uma relação de desigualdade e submissão<sup>69</sup>, assim como abordado na seção anterior deste capítulo.

Uma vez que tal projeto ultramontano se tornou cada vez mais triunfante no Brasil oitocentista, ainda no Império existiram articulações políticas mais organizadas por parte de membros da Igreja e fieis católicos. Após 1860, no Segundo Reinado, ocorreram tentativas de criação de um partido católico que defendesse os direitos da Igreja diante as indesejadas intervenções do Estado. Tal quadro agravava ainda mais a crise em que o império se encontrava em termos políticos, financeiros e sociais; um conjunto de questões tal que levou à mudança de Regime.

O processo de desintegração do Brasil Império intensificou-se após o Manifesto Republicano de 1870 e com o aprofundamento da crise imperial no governo de Dom Pedro II. Esse processo trata-se de uma série de acontecimentos que culminaram na expulsão do imperador e na troca de Regime do dia 15 de novembro de 1889, a começar pela insatisfação dos militares em relação à inexistência de uma política de valorização em sua área, fator que ocasionou a formação de um setor militar descontente e a filiação deste ao partido republicano. Outros fatores importantes, dentre outros, foram: a ideologia federalista, que reivindicava um regime de federação com maior autonomia às províncias, e a abolição da escravatura em 1888<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Como bem observa Sérgio da Mata: “Ao tratar dos conflitos entre Igreja e poder civil, os historiadores raramente têm levado em conta aquilo que se convencionou chamar de ‘razão de Estado’. Ora, compreender historicamente tais conflitos significa tentar apreendê-los não apenas do ponto de vista eclesiástico, mas *também* da perspectiva do Estado.” MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) Território, conflito e identidade. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007. p. 227

<sup>70</sup> Sobre a crise do Império e a consolidação da República ver: CARVALHO, José M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. E: CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Ainda dentro deste mesmo contexto, o fator que mais abalou as relações entre Estado e Igreja Católica foi a chamada “Questão religiosa” que estava ligada ao conflito ocorrido a partir da Encíclica Quanta Cura e seu anexo Syllabus Errorum, decretados pelo papa Pio IX, que proibia, dentre outras coisas, a ligação entre padres e lojas maçônicas. Em vista do envolvimento de importantes figuras imperiais com a maçonaria, e, principalmente, pelo poder régio sobre a Igreja no Brasil por conta do regime de padroado, o imperador brasileiro não acatou as determinações papais e travou um conflito com os bispos de Olinda e Belém. Este evento estremeceu as relações entre estas instituições, que culminou no rompimento do regime de padroado, já no período republicano, com o Decreto n. 119 A de 7 de janeiro de 1890.

Os diversos problemas de relacionamento entre a Igreja Católica e o Estado, bem como a publicação do Decreto n. 119 A de 7 de janeiro de 1890, contribuíram para que se agravasse o descontentamento da Igreja Católica – não apenas do Brasil, mas também na Igreja romana, abrangendo um contexto europeu ultramontano católico – com o governo brasileiro. Os descontentamentos vinham acontecendo mesmo antes da prisão dos bispos de Belém do Pará e Olinda<sup>71</sup>, fatores estes que propiciaram, de acordo com Oscar de Figueiredo Lustosa, a tentativa de criação do *Partido Católico*<sup>72</sup> que, por sua vez, seria “como instrumento apropriado para pugnar, nas Casas Legislativas, pelos interesses da Igreja”<sup>73</sup>. Com o agravamento da “Questão religiosa” o partido também funcionaria como “um mecanismo de alcance social com que a comunidade eclesial poderia contar a fim de enfrentar, no plano da legalidade, as investidas arbitrárias do poder estatal”<sup>74</sup>.

Todo este envolvimento político da Igreja Católica no Brasil representava tanto um descontentamento com a submissão do catolicismo ao governo, destacada pela própria Igreja, especialmente de linha ultramontana, quanto um reflexo dos acontecimentos religiosos europeus e os posicionamentos de papa Pio IX. Dois personagens eclesiásticos importantes que destacamos dentro deste contexto são: Dom Frei Vital Maria – bispo de Olinda – e Dom Antônio de Macedo Costa – bispo do Pará –, ambos os protagonistas da “Questão religiosa”. Os dois religiosos se formaram na Europa e voltaram para o Brasil munidos da tendência ultramontana de Pio IX. De acordo com Antônio Carlos Vilaça, o bispo de Olinda estava “imbuído desse espírito antiliberal, antimaçônico”<sup>75</sup> e, portanto, com “a reação antimoderna”<sup>76</sup> porém, “ao mesmo tempo, era um defensor da liberdade religiosa”<sup>77</sup>.

Neste sentido, tanto a “Questão religiosa” quanto as movimentações político-partidárias católicas do Segundo Reinado representam um sentido mais profundo do que

---

<sup>71</sup> Sobre o assunto ver: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992

<sup>72</sup> A ideia teria partido do jornalista, professor de Direito e católico ultramontano, José Soriano de Souza em 1868. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil: do partido católico à L.E.C. (1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983 p. 9

<sup>73</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). Op. cit. 1983 p. 9

<sup>74</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil: do partido católico à L.E.C. (1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983. p. 10

<sup>75</sup> VILLAÇA, Antonio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975 p. 53.

<sup>76</sup> Idem

<sup>77</sup> Idem

a própria insatisfação em si da Igreja Católica. Esses desacordos estavam relacionados com os princípios ultramontanos da Igreja romana e, por consequência, nesta mesma perspectiva ultramontana, com a falta de liberdade que tal Igreja sofria no Brasil. Nesta linha de raciocínio, o conflito entre os bispos de Olinda e Pará com o governo brasileiro foi como um “grito” à liberdade da Igreja Católica no Brasil e abriam um debate importante com os intelectuais brasileiros e o atual contexto pré-republicano. Antônio Carlos Vilaça denomina este embate entre os religiosos e intelectuais brasileiros como um debate ideológico e uma questão doutrinal onde,

Os Bispos representam o pensamento do *Syllabus*, a doutrina antiliberal, o antimaçonismo (da Igreja de sempre e, sobretudo, da Igreja de Pio IX). Ao mesmo tempo, lutam pela causa da liberdade eclesial diante do Estado. Os intelectuais liberais – um Rui, um Nabuco, um Saldanha Marinho, um Cesário Alvim, um Rodrigo Otávio, um Salvador de Mendonça, um Franklyn Távora, um Aprígio Guimarães, um José Mariano – combatem o clericalismo, o ultramontanismo, a Igreja antiliberal ou antimoderna.

Com a instauração do regime republicano, novas conjunturas foram necessárias para a consolidação do fim do período imperial e início da República. A construção de uma nova constituição foi imprescindível para a adaptação ao novo regime político e com ela o reforço do que havia sido estabelecido pelo Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890: o fim do padroado. Nesse Decreto ficava determinada a liberdade de culto segundo a fé religiosa individual e a proibição da expedição de leis com prerrogativas religiosas, além de autorizar o culto público e a suspensão do regime de padroado.

Art. 1 ° É proibido à autoridade federal, assim como à dos Estados federados, expedir leis, regulamentos, ou actos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e crear diferenças entre os habitantes do paiz, ou nos serviços sustentados á custa do orçamento, por motivo de crenças, ou opiniões philosophicas ou religiosas.

Art. 2 ° A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou públicos, que interessem o exercício deste decreto.

Art. 3 ° A Liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos nos actos individuaes, sinão também as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina sem intervenção do poder público.

Art. 4 ° Fica extinto o padroado com todas as suas instituições recursos e prerogativas.<sup>78</sup>

Com a Constituição de 1891, a liberdade de cultos no Brasil foi mais uma vez ressaltada, a partir dela ficava proibida a subvenção estatal para cultos e igrejas, além de determinar a laicidade do ensino com parágrafo 6º do Art. 72, afirmando que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”<sup>79</sup>, portanto, o ensino da doutrina católica em todas as escolas deixava, em termos oficiais, de existir.

Para a Igreja Católica, de acordo com Riolando Azzi, que já estava inserida nos princípios ultramontanos e romanizadores, o advento da república representou uma oportunidade para a consolidação desses projetos laicistas e, por isso, os bispos anunciaram na Carta Pastoral Coletiva de 1890 que o império poderia ter se desfeito, “a Igreja, porém, continuava firme de pé, tendo como sua máxima expressão a autoridade pontifícia, na qual proclamavam fidelidade incondicional”<sup>80</sup>. No entanto, ainda segundo Azzi, existiam vertentes diferentes entre os próprios membros do episcopado em relação à nova situação enfrentada pela Igreja perante a expansão da laicidade no Brasil e a República. Existiam, segundo o autor, visões diferentes no interior da Igreja Católica, se dividiam entre a visão ultramontana e a tradicionalista, ou regalista; os católicos de fé e pátria; o catolicismo rústico e o catolicismo liberal.<sup>81</sup>

Na vertente do tradicionalismo monárquico existem duas percepções que se diferenciam, porém, ambas possuem uma visão tradicional sob o catolicismo. Por um lado, os ultramontanos acreditavam na Igreja institucional sob os moldes tridentinos e universal sob o controle da Santa Sé, além de adotarem caráter antiliberal. Os responsáveis pela expansão desta vertente no Brasil foram os bispos de linha ultramontana (especialmente aqueles formados diretamente em Roma) e as congregações europeias que aqui se instalaram. Já os tradicionalistas, por outro lado, também chamados de regalistas, faziam parte do que Azzi chamou de laicato católico e desenvolveram o conceito de pátria católica brasileira, por isso, eles combatiam a república laica que estava sendo implantada. Segundo o autor, “Enquanto a ênfase dos ultramontanos orienta-se na direção da fidelidade às diretrizes romanas da Santa Sé, em

<sup>78</sup> BRASIL, Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: [http://www.quinto.com.br/leis\\_imperio/decreto119A07011890.asp](http://www.quinto.com.br/leis_imperio/decreto119A07011890.asp) Acessado em 20/01/2018

<sup>79</sup> BRASIL, Constituição de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) Acessado em 20/01/2018

<sup>80</sup> AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. p. 8

<sup>81</sup> Idem p.72 - 103



oposição à república leiga, os tradicionalistas procuram contrapor o passado católico do Brasil às inovações laicistas da República”<sup>82</sup>.

A outra vertente foi o “catolicismo de fé e pátria” que se preocupou com as ideologias trazidas pelos imigrantes europeus e sua adaptação à realidade e tradição brasileiras. Esta perspectiva está bem próxima das concepções defendidas pelos tradicionalistas que acreditavam na tradição brasileira interligada à Igreja Católica e na indissociação entre esta e o Estado. Para Azzi os tradicionalistas “procuravam enfatizar que a verdadeira nação brasileira fora constituída na época imperial, iluminada pela fé católica, fiel à tradição colonizadora lusitana.”<sup>83</sup>

Já o “catolicismo rústico” estava ligado à população rural do Brasil e, de acordo com Azzi, também se posicionava contra a implantação da República laica. Porém, diferentemente dos bispos que reivindicavam a perda no espaço oficial de atuação, os representantes deste catolicismo criticavam a república pelo rompimento com a tradição de Cristandade. Nesta perspectiva, por exemplo, surgiu o movimento de Canudos com Antônio Conselheiro, para o qual, segundo o autor: “a restauração da monarquia significava a superação da anarquia implantada pelo ateísmo republicano mediante a reconstituição de uma ordem social sagrada, cuja garantia seria a oficialização da religião católica”<sup>84</sup>.

Por último, a vertente do catolicismo liberal ganhou alguns representantes do laicato católico do período, porém, com menor ênfase que as demais perspectivas expostas acima. Para Azzi, o catolicismo liberal foi construído sob dois aspectos, um político e outro social, representando respectivamente “a necessidade de uma plena aceitação da República por parte da Igreja, e o projeto de uma união entre a Igreja e as camadas populares”<sup>85</sup>. Neste sentido, a proposta desta vertente era de trabalhar em parceria com o Estado, aproveitando a liberdade dada pelo regime republicano.

Frente ao exposto, percebe-se que o posicionamento católico não era unilateral e que existiram diferentes posicionamentos de diferentes segmentos (políticos, eclesiásticos e mesmo sociais) da Igreja sobre os acontecimentos contemporâneos à

---

<sup>82</sup> AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. p. 73

<sup>83</sup> Idem p. 85

<sup>84</sup> Idem p. 93

<sup>85</sup> AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994. p. 104

época da implantação da república no Brasil. Da mesma forma existiu também o movimento anticlerical, que, porém, não obteve unanimidade dentro do contexto de laicidade inserido pelo novo regime. Neste sentido, Riolando Azzi defende que a convivência entre Igreja e Estado na República ocorreu de maneira calma nas primeiras décadas, apesar das vertentes apresentadas acima<sup>86</sup>.

A reação dos católicos frente à laicidade do Estado se manifestou de diversas formas, seja pela divisão ideológica demonstrada acima com Riolando Azzi seja pelos posicionamentos trabalhados por Oscar de Figueiredo Lustosa<sup>87</sup>. De acordo com este autor ocorreram iniciativas e atitudes diferentes perante o ocorrido com a república, enquanto alguns membros do clero utilizavam “apelos pessoais” – como foi o caso da carta enviada pelo arcebispo primaz do Brasil ao Marechal Deodoro da Fonseca rogando não destruir a fé do povo brasileiro – outros usavam de “conversações” e “negociações” – objetivando negociar a situação de forma favorável para ambos os lados, caso do bispo de Belém do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa<sup>88</sup>. Ainda de acordo com Lustosa, os bispos apelavam para a lógica da democracia: “os bispos trazem à discussão o fato de a maioria esmagadora da população pertencer à religião católica, coisa que exigiria o respeito a suas pretensões e direitos religiosos, se quisessem os dirigentes ser coerentes com os ditames da democracia”<sup>89</sup>.

A questão que consideramos aqui destacar é a pluralidade de opiniões existentes dentro do próprio clero católico, porém, independente destas vertentes a laicidade do Estado era um fato que precisava ser enfrentado pela Igreja Católica no Brasil. Foi preciso que os membros da Igreja compreendessem o processo que havia acontecido e

---

<sup>86</sup> Os conflitos entre Igreja e Estado no início da República devem ser pensados, não obstante, a partir da singularidade de cada diocese e estado. No caso de Goiás, por exemplo, entre 1890 e 1909, Estado e Igreja Católica foram protagonistas dos mais diversos conflitos, especialmente sob a liderança política de José Leopoldo de Bulhões – liberal, maçom e anticlerical –, por um lado, e a liderança episcopal de Dom Eduardo Silva – bispo de formação e atuação expressamente ultramontana –, por outro. Sobre este conflito, ver: VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

<sup>87</sup> Interessante destacar que Lustosa trabalha também com diferentes posicionamentos ideológicos dentro da Igreja Católica com a transição do Império para a República. Para ele existiram duas correntes: monarquistas – que também questionavam a República – e os republicanos – que se dividiam em “jacobinos, moderados ou adeptos de última hora”. Ver: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991 p. 23 – 24

<sup>88</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991 p. 21

<sup>89</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. cit. 1991 p. 22

traçassem estratégias a partir daí para seu estabelecimento na República. Para Carlos Roberto Jamil Cury, a Igreja,

[...] agora livre das peias do padroado, inexistindo como “autarquia estatal”, reacende suas proto-raízes a partir de sua nova condição de particular para estrategicamente galgar o universal. Reorganizar-se como instituição para querer reordenar a Nação dentro do projeto de cristandade.<sup>90</sup>

A Igreja Católica no Brasil passava, portanto, a ter que lidar com a autonomia política e institucional diminuta durante todo o período colonial e imperial por conta do padroado régio. Foi preciso que ela se reorganizasse para lidar com as consequências advindas do decreto de laicidade, tal como as dificuldades financeiras ou até mesmo a luta por espaço, visto que as demais religiões passaram também, com a laicização do Estado, a terem seu culto permitido por lei<sup>91</sup>. Porém, o que intentamos destacar é a autonomia que a partir do Decreto n.119 – A, a Igreja passava a experienciar. Pe. Júlio Maria, a partir de um ponto de vista notadamente comprometido com a causa católica romana, afirmou que:

Com efeito, o novo regime era incontestavelmente a liberdade restituída à Igreja brasileira depois de sua longa e triste escravidão. Era o termo dessa aparente e falsa união com que durante longos anos foram sacrificados os interesses religiosos do país. Era a realização de uma ardente aspiração de católicos puros e fervorosos, que, sem dúvida, em *tese* só aceitam a união do Estado e da Igreja como princípio verdadeiro; mas que, quando ao *fato*, vendo no Brasil, sob as aparências de uma falsa união, o escravizamento da Igreja, preferiam aos *privilégios* e *subsídios* com que se mascarava a opressão o regime do direito comum.<sup>92</sup>

Assim, a própria Igreja Católica, com a liberdade dada pelo referido Decreto, deveria encontrar outras formas de autofinanciamento. É neste sentido que o bispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, escreveu em sua Carta Pastoral em 1892, como demonstra Lustosa<sup>93</sup>, sua indignação com a estratégia política que tirou da Igreja o “minguado” subsídio que o clero possuía com o padroado, sendo que, segundo o bispo,

---

<sup>90</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. “Igreja Católica/ Educação: pressupostos e evolução no Brasil”. In: PAIVA, Vanilda (Org). **Catolicismo, Educação e Ciência**. São Paulo: Loyola, 1991 p. 112

<sup>91</sup> Na visão de Lustosa: “A Igreja católica perdeu o encosto e o apoio oficiais do poder civil. [...] Passados os primeiros momentos de espanto e hesitação, os dirigentes da Igreja logo se compõem e tentam tomar as rédeas do novo estilo de vida que a comunidade política permite para todas as confissões religiosas. Portanto, terá início para os católicos um “aprendizado de liberdade” cujas vicissitudes e dimensões se esboçarão ao correr do tempo” LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. cit. 1991 p. 15.

<sup>92</sup> MARIA, Pe. Júlio. Op. cit. 1950 p. 216 - 217

<sup>93</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Op. cit. 1991 p. 20

ainda no antigo regime político-eclesiástico já era difícil a manutenção com o pouco financiamento. Nesta linha de raciocínio do bispo, a situação católica se agravou ainda mais com a Constituição de 1891 que afirmava no art. 72 e parágrafo 7º que “Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o governo da União ou dos Estados”<sup>94</sup>.

### 1.2.1. Igreja e educação no Estado laico brasileiro da Primeira República

Estatisticamente, Paulo José Krischke, destaca o crescente número de matrículas e estabelecimentos educacionais entre os anos de 1907 e 1938, à nível nacional, demonstrando que esse resultado teve grande influência do importante papel desempenhado por escolas confessionais católicas que cresceram expressivamente após à separação entre Igreja e o Estado, conforme expressa nas tabelas a seguir.

**Tabela 1: Número de Escolas, Professores e Matrículas de Acordo com o Nível Educacional**

Fonte: KRISCHKE, 1979.<sup>95</sup>

	1907	1927	1938
<b>Unidades Escolares</b>			
Primário	12.448	23.826	39.650
Secundário	417	692	1.168
Universidade	25	57	213
<b>Professores</b>			
Primário	15.586	47.392	77.488
Secundário	2.816	8.440	14.323
Universidade	688	2.382	3.454
<b>Matrículas</b>			
Primário	638.378	1.783.571	3.109.784
Secundário	35.446	59.486	172.732
Universidade	5.795	11.661	22.300

<sup>94</sup> BRASIL, Constituição de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm). Acessado em 20/01/2018. Abordaremos melhor esta questão dos subsídios ao trabalharmos com Dom Emanuel Gomes de Oliveira e suas ações no estado de Goiás no capítulo 3 desta tese, já que a Igreja, mesmo com a Constituição, continuou recebendo subsídios do Estado, principalmente para a educação.

<sup>95</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro, Ano V, 1939-1940, p. 1393. Apud: KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133. Os dados abordados acima se referem ao âmbito nacional, sendo que não foram encontrados registros dos dados referentes ao Estado de Goiás.

**Tabela 2: Número de Escolas, Professores e Matrículas de acordo com o Tipo de Escola**

	1932	1938
<b>Unidades Escolares</b>		
Públicas	21.270	31.598
Particulares	8.678	12.200
<b>Professores</b>		
Escolas públicas	48.407	68.043
Escolas particulares	27.618	39.428
<b>Matrículas</b>		
Escolas públicas	1.774.581	2.639.204
Escolas particulares	499.632	840.232

Fonte: KRISCHKE, 1979.<sup>96</sup>

**Tabela 3: Número de Grandes e Pequenas Unidades Eclesiásticas e Serviços Religiosos Especiais**

	1907	1922	1937
<b>Grandes Unidades</b>			
Arquidioceses	4	13	17
Dioceses	18	39	55
Distritos missionários (prelazias, etc.)	2	9	25
<b>TOTAIS</b>	24	61	97
<b>Pequenas Unidades</b>			
Paróquias	1.957	2.261	2.845
<b>Serviços Especiais</b>			
Batismos	507.414	1.159.470	1.475.489
Casamentos	83.002	172.097	244.388
Extrema-unções	26.643	121.788	144.753
Enterros	29.969	93.270	97.855
<b>TOTAIS</b>	647.028	1.546.625	1.961.855

Fonte: KRISCHKE, 1979.<sup>97</sup>

Ao analisar os dados destacados nas tabelas acima fica evidente o crescimento não apenas de unidades escolares, níveis e setores escolares, mas também o aumento da atuação católica em seus mais variados serviços. Durante o período analisado podemos

<sup>96</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro, Ano V, 1939-1940, p. 1393. Apud: KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133. Os dados abordados acima se referem ao âmbito nacional, sendo que não foram encontrados registros dos dados referentes ao Estado de Goiás.

<sup>97</sup> Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro, Ano V, 1939-1940, p. 1393. Apud: KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133. Os dados abordados acima se referem ao âmbito nacional, sendo que não foram encontrados registros dos dados referentes ao Estado de Goiás.

identificar um aumento de trinta e sete dioceses num espaço de apenas trinta anos, além de novecentos e sessenta e oito batizados registrados a mais entre os mesmos anos de 1907 e 1937. Estes aumentos significativos representam os resultados das ações católicas após a separação com o Estado, além de um claro objetivo de se manter sob controle o desenvolvimento da sociedade.<sup>98</sup> Estes dados demonstram também que o processo de separação entre as instituições fez com que, diante da situação financeira que destacamos acima, a Igreja passasse “a depender grandemente dos setores privados locais, para subsidiar suas crescentes atividades”<sup>99</sup> e, por isso, “resultou numa crescente identificação da Igreja com as novas classes sociais emergentes”<sup>100</sup>. No caso específico que analisamos na presente tese, Dom Emanuel participou ativamente deste processo em Goiás. Foi em seu bispado, especialmente a partir da década de 1930, que o número de escolas católicas cresceu expressivamente, ainda que os serviços religiosos prestados se desenvolvessem à despeito destas e, normalmente, vinculados à ação missionária de congregações religiosas, como abordaremos nos capítulos posteriores.

Ainda no que tange às questões sociais, o cardeal Dom Sebastião Leme, importante membro da Igreja Católica no Brasil neste período, ao assumir a Arquidiocese de Olinda, escreveu em 1916 uma importante Carta Pastoral<sup>101</sup> que foi amplamente difundida e utilizada pela Igreja Católica. Nela o foco foi justamente a questão da suposta ignorância do povo e os remédios para esta sociedade que, por sua vez, se encontrava na difusão do catolicismo. Neste sentido, Dom Leme enfatizou a função dos bispos para o cumprimento deste papel. Nas palavras de sua biografia:

Impunham-se aos Bispos urgentes deveres de ordem geral, entre eles, resolver a delicada questão do desdobramento das paróquias nas grandes cidades e da constituição de seus patrimônios; vigiar e sistematizar a pregação; tornar obrigatório o catecismo para adultos, e promover missões nas zonas rurais. Também providenciar, juntamente com o seu clero, a criação e difusão de obras de ação social católica, pois “sem a iniciativa dos Bispos e do Clero, e sobretudo sem a direção e contínua intervenção dos Bispos e dos Párocos no Brasil nada se faz em assunto de ação social”<sup>102</sup>

---

<sup>98</sup> KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979 p. 135

<sup>99</sup> Idem

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Carta Pastoral é um documento episcopal produzido e publicado por bispos com instruções e/ou reflexões direcionadas ao clero, leigos e sua respectiva diocese.

<sup>102</sup> ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santos. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962. p. 65

O fato de a maioria da população brasileira ser católica, a necessidade de investir na educação, a política, o positivismo e os “intelectuais incrédulos” foram assuntos também abordados na Carta Pastoral de 1916. Mais tarde em 1922, já à frente da diocese do Rio de Janeiro, Dom Leme criou a Confederação Católica do Rio de Janeiro que, posteriormente, se tornou a Ação Católica. A função dessas organizações era justamente a “recristianização” do Brasil, ou seja, a difusão do catolicismo institucional e clericalmente controlado no território brasileiro.

As ações de Dom Leme já aconteceram num período em que a Igreja e o Estado no Brasil se reaproximavam; momento em que a Igreja Católica já se encontrava mais estruturada após o fim do regalismo, fruto, sobretudo, das ações católicas ultramontanas de formação do clero, escrita de cartas pastorais, vinda de congregações religiosas, investimentos em escolas, criação de jornais católicos e difusão geográfica do catolicismo no território brasileiro. Outro fator que facilitou essa “reconciliação” do clero com o Estado foi a manutenção de um governo conservador e católico – apesar da laicidade do Estado – ao invés de um governo liberal de fato<sup>103</sup>. Este período, que Lustosa denominou de “reconciliação” (1910-1930) trouxe diversas vantagens para a Igreja Católica. Segundo o autor:

Como quer que seja, a fase de *reconciliação* trouxera enormes benefícios à comunidade eclesial: 1) tomara ela consciência de que havia espaços amplos para a liberdade plena de suas atividades religiosas; 2) o Estado, *laico* no diploma legal da Constituição, agia sempre no respeito e até buscando apoio em gente da Igreja; 3) a prática política mostrara ao episcopado que os discursos anticlericais sempre ou na maioria das vezes eram para inglês ver, “exterioridades” inócuas e ineficazes. E a Igreja se aproveitava para realizar, ora na discrição e na sombra, ora em plena luz do dia, os seus planos de reivindicações e de exigências.<sup>104</sup>

Riolando Azzi denominou este fenômeno, que para o autor ocorreu a partir da década de 1920, como “Neocristandade” ou “Restauração Católica”. Segundo ele ocorria ali um “esforço de recriação de um Estado Cristão [...] num projeto bem concreto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira,

---

<sup>103</sup> Sobre o assunto ver: MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação**. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 103-163; REIS FILHO, Casemiro. **Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995 e, LINHARES, Paulo de Tarso Frazão; MENDES, Constantino Cronemberger e, LASSANCE, Antonio. **Federalismo à brasileira: questões para discussão**. Brasília: Ipea, 2012. Abordaremos melhor esta questão na segunda seção deste capítulo.

<sup>104</sup> LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 36

contando, para isso, com o apoio expressivo do próprio poder político”<sup>105</sup>. Este movimento tem por característica o retorno aos padrões católicos da sociedade brasileira, ou seja, o retorno da fé católica como elemento essencial para a sociedade. De acordo com José Silvério Baia Horta, este movimento iniciou-se com a ação de Dom Sebastião Leme e sua transferência para a Arquidiocese do Rio de Janeiro no ano de 1921, juntamente com o lançamento da revista *A Ordem* no mesmo ano e a criação do Centro Dom Vital em 1922<sup>106</sup>.

Na prática, segundo Azzi, essa reaproximação foi anunciada com o pronunciamento feito pelo ministro das relações exteriores, Félix Pacheco, como representante do presidente Artur Bernardes, em 5 de maio de 1924. Neste pronunciamento feito aos bispos no Itamarati ficava evidente o interesse em estabelecer uma relação de cordialidade entre as instituições, fator este que caracterizou os anos seguintes<sup>107</sup>.

A partir dessa aproximação entre Estado e Igreja que funcionou em caráter de colaboração entre ambas, iniciou-se também um processo de intensificação da chegada de congregações religiosas européias que vieram para contribuir com a noção de formação de uma pátria voltada para os valores cristãos<sup>108</sup>. De acordo com o pensamento católico era apenas a Igreja que conseguiria oferecer suporte ao Estado e à sociedade para resolver os problemas constituídos no período da Primeira República. Estas congregações foram instaladas em sua grande maioria para oferecer educação, principalmente para os setores mais nobres da população brasileira, e, por isso, a construção de escolas e colégios que atendessem a esta demanda.

As relações entre Igreja e Estado no Brasil foram se tornando mais estreitas com o desenrolar da década de 1920 e 1930, mas, se intensificaram de fato com o governo de

---

<sup>105</sup> AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994. p. 9

<sup>106</sup> HORTA, José Silvério Baia. “A Igreja e a Educação”. In: \_\_\_\_\_. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. pp. 81- 118

<sup>107</sup> AZZI, Riolando. Op. cit. 1994 (b) p. 33

<sup>108</sup> De acordo com Azzi, a Carta Pastoral Coletiva de 1922 expressou todo o desejo que a Igreja Católica possuía de retornar seus privilégios e monopólio em relação à profissão de fé no Brasil. Segundo o autor “Ao se orientarem nessa direção, os bispos tinham meta prefixada bem nítida: fazer com que a religião católica voltasse a ocupar um lugar privilegiado análogo ao período anterior da Cristandade, e do qual fora despojada pela separação entre Igreja e Estado, com o início da República. Era o sonho da Neocristandade.” AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994 p. 47



Getúlio Vargas e com o debate sobre o ensino religioso nas escolas<sup>109</sup>. A Igreja passou a se movimentar melhor politicamente com a criação da Liga Eleitoral Católica, o Partido Católico e a influência de Dom Leme no âmbito nacional<sup>110</sup>. Além disso, a Igreja Católica parece ter percebido a necessidade de se fazer presente em discussões acerca da modernização e progresso do Brasil, questões estas importantes e discutidas na Primeira República e após 1930. Para compreendermos melhor a necessidade e importância deste debate para o período, reservamos uma seção para discutirmos a questão da necessidade de inserir o Brasil nos trilhos do progresso, modernização e modernidade que permeiam as discussões e o contexto histórico em que estavam inseridos.

### 1.3. Os Ecos da Modernidade: educação e modernização à brasileira<sup>111</sup>

A discussão em torno do binômio antigo/moderno, como analisou Le Goff<sup>112</sup>, é uma herança histórica ocidental, nascida, mais especificamente, na Europa medieval e, posteriormente, também adequada para o restante do Ocidente. A descoberta europeia das Américas no final do século XV deu um importante salto nesta noção ao localizar o

---

<sup>109</sup> Abordaremos melhor esta questão na terceira seção deste capítulo.

<sup>110</sup> De acordo com Lustosa, Getúlio Vargas e Dom Leme protagonizaram como importantes líderes entre 1930 e 1945, cada um representando uma instituição. Com isso, segundo o autor: “Bem se pode adiantar que entre Estado e Igreja vai desenvolver-se uma *Aliança implícita* na qual os termos e o alcance do relacionamento mútuo não são discutidos, mas as duas instituições sabem exatamente o que desejam e o que pretendem. E instituições sabem exatamente o que desejam e o que pretendem. E mais ainda: uma e outra têm consciência de que são necessárias negociações e concessões recíprocas na tentativa de conseguir os seus objetivos. A prática dos gestos e dos acontecimentos mostra como a Igreja utiliza a sua experiência tradicional a aproveitamento dos elementos que podem ajudá-la no abrir espaço junto do Governo.” LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 49-50

<sup>111</sup> Ressaltamos que discutiremos ainda esta questão da modernização mais especificadamente voltada para o nosso objeto de pesquisa na seção 3.2.3, do nosso terceiro capítulo.

<sup>112</sup> Segundo Jacques LeGoff: “A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: “antigo” pode ser substituído por “tradicional”, e moderno, por “recente” ou “novo”. Em segundo lugar, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatórias, pejorativas ou neutras. Quando o termo “moderno” aparece no baixo-latim, só tem o sentido de “recente”, que mantém por muito tempo ao longo da Idade Média; “antigo” pode significar “que pertence ao passado” e, com mais precisão, à época da história a que o Ocidente, desde o século XVI, chama Antiguidade, ou seja, a época anterior ao triunfo do cristianismo no mundo greco-romano, da grande regressão demográfica, econômica e cultural da Alta Idade Média, marcada pelo recuo da escravidão e pela intensa ruralização.” LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2013. p. 162

“antigo” europeu não apenas no tempo, mas igualmente no espaço.<sup>113</sup> Tal binômio, entretanto, ganhou uma roupagem inteiramente nova e importância ímpar na autoconsciência temporal europeia somente a partir do final do século XVIII e ao longo do XIX, uma vez que foi neste período que antigo/moderno ganhou uma dimensão de movimento temporal a partir da progressiva substituição de antigo/moderno por atraso/progresso.

O século XIX foi, portanto, o auge e consolidação da chamada “modernidade”, e, com ela, a discussão em torno do que é passado ou atrasado, bem como do que é recente ou que representaria o progresso da sociedade. Para compreendermos este debate no Brasil é necessário, antes mesmo de falarmos sobre contexto político, social e cultural que envolveu a noção de modernização, diferenciarmos os conceitos que aqui se articulam: modernidade e modernização.

Embora condense um espaço temporal de pelo menos quatro séculos, o termo *modernidade* “lexicamente só se implantou no último quartel do século XIX”<sup>114</sup>. Isso significa que foi apenas no Oitocentos que a ideia de um tempo radicalmente novo, marcado pela rápida transformação social, cultural e política, e, especialmente, pela concepção de um futuro cada vez mais diferente de um passado conhecido, pôde de fato se tornar parte da experiência linguisticamente construída na Europa. Entretanto, a modernidade – enquanto perspectiva temporal – carrega em si variantes conceituais importantes que fazem parte do imaginário e da ação histórica de sujeitos tanto do século XIX, quanto do século XX: a *modernização* e o *progresso*.

O termo “modernização”, como variante da ideia de “modernidade”, tem origem no processo de industrialização europeu no século XX. Todavia, a ideia de modernização como um processo de transformação de algo não-moderno em moderno pode ser remetida à uma querela muito anterior. Segundo o historiador francês Jacques Le Goff, “Com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a Revolução Industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX”<sup>115</sup>. A razão disso

---

<sup>113</sup> Sobre esta noção de localização do “antigo” no espaço geográfico americano por parte dos europeus, ver: HARTOG, François. “O confronto com os antigos”. In: \_\_\_\_\_. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB. 2003.

<sup>114</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 269

<sup>115</sup> LEGOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2013. p. 172

se dá pelo fato de que, se por um lado a modernidade se trata de um processo voltado em si mesmo – uma vez que é entendida como uma consciência temporal coletiva –, a modernização, por outro lado, só pode ser desejada a partir de uma relação de alteridade, ou seja, de uma comparação de algo que se entende como atrasado em relação a outro que se entende como moderno<sup>116</sup>.

No Brasil esse processo de modernização tomou formas bastante distintas em relação ao contexto europeu, uma vez que a sociedade brasileira do século XIX ainda vivia em regime imperial e escravocrata. Mesmo que o Segundo Império tenha demonstrado sinais de modernização, as discussões e ações práticas em torno deste tema no Brasil eram ainda mínimas. Com a proclamação da república, a discussão e necessidade de pensar o Brasil num contexto mundial moderno cresceu e se tornou uma das prioridades para o Estado. No entanto, é necessário que destaquemos a maneira como esta modernização foi posta.

De acordo com Casemiro dos Reis Filho os objetivos de liberdade, federalização e não intervenções do Estado foram negadas pela centralização estatal na Primeira República e, por isso mesmo o autor caracterizou esta fase como “ilusão liberal”. Segundo ele, “a oligarquia ruralista organizava-se, empolgando os postos-chaves do Partido Republicano Paulista e os representantes da classe média eram despojados de influência política”<sup>117</sup>, além disso, havia ainda consolidação dos poderes dos coronéis e o processo eleitoral não abrangente. Assim, para Casemiro, “As ilusões democrático-liberais cederam lugar à realidade oligárquica, que irá predominar até o fim da República Velha, em 1930”<sup>118</sup>.

Estas questões de permanência de uma elite conservadora no poder republicano, bem como as ideias liberais que eram mais conservadoras que liberais, implicaram nas concepções e ações para a modernização da sociedade brasileira. O voto, por exemplo, é uma característica interessante do período que implicou nas ações posteriores, tanto do Estado como da Igreja Católica, para a consolidação e modernização do Brasil. Após a proclamação da república uma série de decretos foram emitidos e, um deles – Decreto

---

<sup>116</sup> Nesta perspectiva, a ideia de “modernização” pode ser historicamente visualizada a partir da alteridade dos processos de industrialização e transformação política entre os países europeus no século XIX, não somente em sua comparação entre si, mas especialmente com nações de outros continentes. Para tanto, em muito serviram as Feiras e Exposições Mundiais iniciadas em 1851, em Londres, e periodicamente repetida em diversos países do globo.

<sup>117</sup> REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**: origens do ensino público paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995 p. 31

<sup>118</sup> Idem

nº 6 de 19 de novembro de 1889 – se referia ao direito do voto. O Art. 1º deste decreto e, posteriormente reforçado pela Constituição de 1891, afirmava “Consideram-se eleitores, para as camaras geraes, provinciaes e municipaes, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever”<sup>119</sup>.

O problema das condições para os votantes foi justamente a questão do analfabetismo, já que os índices de analfabetos no Brasil eram extremamente altos nos períodos entre 1890 e 1920<sup>120</sup>, como demonstramos na tabela abaixo. Para visualizarmos com maior clareza a situação goiana do período, utilizamos como base de análise os dados comparativos em âmbito nacional, do Estado de São Paulo e de Goiás. Neste caso, a escolha do Estado de São Paulo à efeito de comparação se dá pelo fato de que tal unidade federativa era, então, a mais desenvolvida urbana e industrialmente.

---

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 20/01/2018

<sup>120</sup> Optamos por demonstrar estes dados inicialmente entre os anos de 1890 até 1920, recorte temporal que não contempla nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel, uma vez que abordaremos este tema novamente e de forma pontual sobre período por ele influenciado no quarto capítulo da presente tese. A princípio, estes dados nos indicam a situação precária de alfabetização nas regiões destacadas no início da república.

**Tabela 4: Comparativo de índices de analfabetismo em números absolutos (pessoas) e em porcentagem, levando em consideração o número da população residente (Brasil, São Paulo e Goiás) – 1890, 1900, 1920 e 1940**

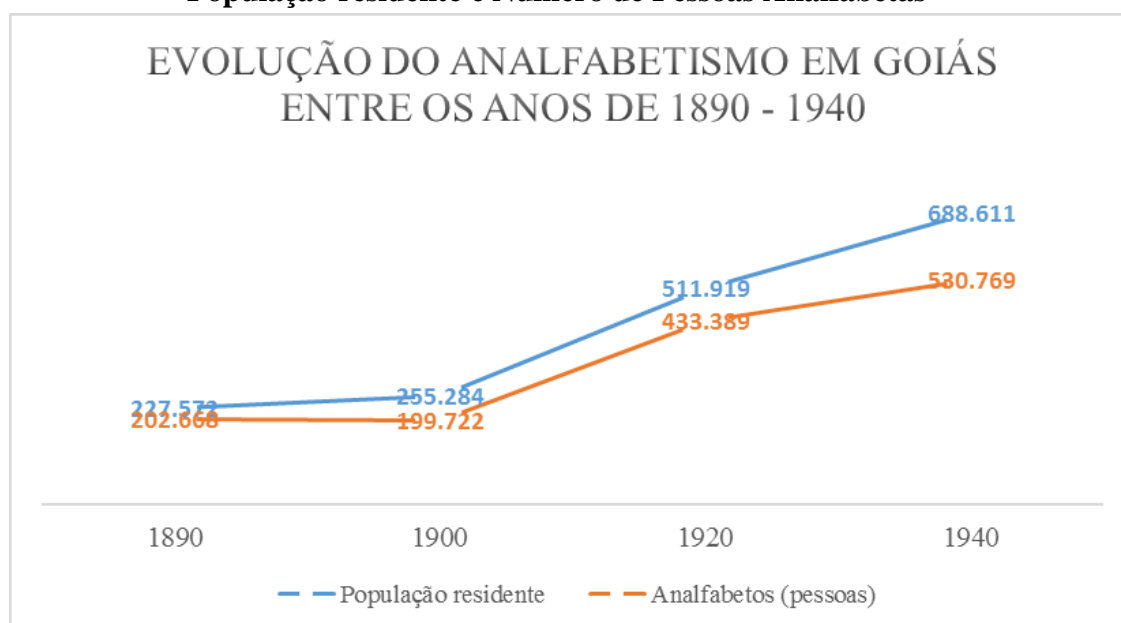
	1890			1900			1920			1940		
	População residente	Analfabetos (pessoas)	Analfabetos (%)*	População residente	Analfabetos (pessoas)	Analfabetos (%)*	População residente	Analfabetos (pessoas)	Analfabetos (%)*	População residente	Analfabetos (pessoas)	Analfabetos (%)*
<b>Brasil</b>	14.333.915	12.213.356	85,21	17.438.434	12.989.653	74,49	30.635.605	23.143.248	75,54	34.796.665	21.295.490	61,19
<b>São Paulo</b>	1.384.753	1.189.088	85,87	2.282.279	1.717.887	75,27	4.592.188	3.222.609	70,18	6.138.283	2.857.761	46,55
<b>Goiás</b>	227.572	202.668	89,06	255.284	199.722	78,24	511.919	433.389	84,66	688. 611	530.769	77,07
* Os valores das porcentagens são aproximados.												

Fonte: IBGE, 1940 e IPEADATA<sup>121</sup>

<sup>121</sup>Os dados acima foram retirados do IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – por meio do sítio eletrônico: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 07/02/2016 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio do sítio eletrônico: <https://seculoxx.ibge.gov.br> Acessado 08/01/2019. Importante destacarmos que a escolha comparativa em âmbito nacional se deu para que tivéssemos um parâmetro da evolução dos dados se comparado a nível regional. Além disso, adotamos também São Paulo como referência em relação a Goiás por ser o Estado com melhores índices econômicos da época.

A partir dos dados acima, podemos perceber a situação em que se encontrava a educação no Brasil nos anos iniciais da república. Além disso, percebemos também um grande crescimento populacional, principalmente entre os anos de 1900 e 1920, fato este que influenciou no aumento proporcional do índice de analfabetismo. No caso de Goiás, por exemplo, a população cresceu aproximadamente 100,53% entre os anos de 1900 e 1920, ao mesmo tempo em que o índice de analfabetismo cresceu mais que a própria população, 117%, aproximadamente, como ilustra o gráfico a seguir. Dados estes que nos indicam a falta de investimento em alfabetização em Goiás neste período.

**Gráfico 1: Evolução do analfabetismo em Goiás entre os anos de 1890- 1940. População residente e Número de Pessoas Analfabetas**



Fonte: IBGE, 1940 e IPEADATA <sup>122</sup>

Portanto, mesmo o direito de voto sendo fator que contribuiu para a manutenção da elite no poder no regime republicano, o alto índice de analfabetismo em Goiás contribuiu para uma “ilusão liberal” de uma república, como afirmou Casemiro e, uma noção de uma sociedade moderna “fora do lugar”, como destacou Renato Ortiz<sup>123</sup>. Para modificar este quadro uma das principais estratégias adotadas pelo Estado e também pela Igreja Católica parece ter sido investimento na construção e organização de

<sup>122</sup> Os dados acima foram retirados do IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – por meio do site eletrônico: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 07/02/2016 e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio do site eletrônico: <https://seculoxx.ibge.gov.br> Acessado 08/01/2019.

<sup>123</sup> Ver: ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª ed. 1989.

escolas, ou seja, a educação como sinônimo de modernização e progresso do país, ainda que tenha demorado algumas décadas para de fato se concretizar.<sup>124</sup>

Com o advento da república a necessidade de educar a nação, tendo em vista sua modernização, se tornou cada vez mais evidente e a escola passava a ser importante veículo de difusão dos mitos que a república necessitava difundir. Neste período era essencial a criação de um sentimento nacional e de identidade brasileira para a consequente consolidação do Brasil num novo regime político de fato independente de Portugal. Para isso, o investimento em instrução pública nos moldes liberais passou a ser o eixo norteador das discussões políticas. De acordo com Vanilda Paiva

A educação influi também, de forma decisiva, sobre a evolução das sociedades: como instrumento de formação de mão-de-obra, como fonte de multiplicação de cientistas, pesquisadores e tecnólogos que poderão contribuir de forma decisiva para o crescimento econômico e até mesmo como fator que contribui para a transformação das estruturas vigentes na sociedade a que serve.<sup>125</sup>

A necessidade de construção de uma identidade brasileira, de uma nacionalidade, se intensificou na Primeira República e pode ser considerada também uma das estratégias de modernização do país. Renato Ortiz ao abordar este assunto utilizou como base os estudos de Eduardo Jardim<sup>126</sup> sobre o Modernismo no Brasil, que dividiu este movimento em duas fases: a primeira caracterizada por uma preocupação mais estética e baseada em costumes europeus e a segunda marcada por um projeto cultural mais amplo que visava a nacionalidade<sup>127</sup>. Ortiz concluiu, a partir da análise de Eduardo Jardim, que é importante percebermos que, “existe um terreno comum que se afirma que só seremos modernos se formos nacionais”<sup>128</sup> e, por isso, foi estabelecida “uma ponte entre uma vontade de modernidade e a construção da identidade nacional”<sup>129</sup>.

No Brasil foi fundado em 7 de setembro de 1916 a *Liga de Defesa Nacional*; organização que nos parece também envolvida com o propósito de um projeto

---

<sup>124</sup> Analisaremos nos capítulos seguintes da presente tese como de fato este processo se deu em Goiás e qual foi o papel real da Igreja Católica e do nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, na transformação desse quadro.

<sup>125</sup> PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola. 2003 p. 31

<sup>126</sup> JARDIM, Eduardo. **A Brasilidade Modernista**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

<sup>127</sup> ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª ed. 1989. p. 34-35

<sup>128</sup> Idem

<sup>129</sup> Idem

modernizador para a sociedade brasileira. Os objetivos da organização, de acordo com Jorge Nagle eram diversos<sup>130</sup> e possuíam duas frentes principais: o serviço militar e a educação cívico-patriótica, buscando cobrir o perigo externo e interno consecutivamente e, assim o nacionalismo “centralizar-se-á na formação da consciência nacional”<sup>131</sup>.

Neste sentido, a *Liga de Defesa Nacional* e as teorizações sobre a cultura brasileira que surgiram na Primeira República, principalmente a partir da década de 1920, representaram mais um esforço não somente de construir uma identidade nacional para o povo brasileiro, mas também de um projeto que visava a modernização do país. Assim, os avanços tecnológicos, o incentivo à industrialização e o investimento na educação fizeram parte deste projeto mais amplo de sociedade, ou seja, visavam o progresso em detrimento do caracterizado atraso que era conferido ao Brasil em relação à Europa.

Portanto, o investimento na educação, em âmbito geral, seja na construção de escolas ou mesmo na consolidação de novos métodos pedagógicos, fazia-se necessário para que o Brasil se inserisse na modernidade e caminhasse para o progresso. Estes investimentos faziam parte de uma série de ações adotadas para que o Brasil se equiparasse às nações modernas e, para que isso fosse possível, a população precisava ser ao menos alfabetizada, visto os dados precários já demonstrados acima.

As reformas educacionais que ocorreram nos diversos estados do Brasil no período da Primeira República são apenas um reflexo deste movimento que se originou ainda no período imperial, como destacado acima, já que a discussão vinha acontecendo desde a segunda metade do século XIX. Elas representaram um esforço de modernização dos políticos pelo viés da educação, mesmo não trazendo inovações tão significativas e nem discussões aprofundadas sobre o Ensino Primário<sup>132</sup>. Os

---

<sup>130</sup> Para o autor os objetivos da *Liga de Defesa Nacional* eram: “manter o idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo, fundar associação de escoteiros, linhas de tiro e batalhões patrióticos; avisar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras; promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no País; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à justiça e o culto do patriotismo; combater o analfabetismo.” NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. p. 45

<sup>131</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974. p. 46

<sup>132</sup> As reformas educacionais, tais como as denominadas Benjamin Constant (1890-1891), Epitácio Pessoa (1901), Rivadávia Corrêa (1911), Carlos Maximiano (1915) e João Luiz Alves (1925) no âmbito nacional e, as estaduais, tais como Sampaio Dória (1920) em São Paulo, Lourenço Filho (1922-1923) no Ceará, Anísio Teixeira (1925) na Bahia, Fernando de Azevedo (1928) no Distrito Federal, Carneiro Leão (1928) em Pernambuco, dentre outras, representavam, mesmo que de maneira não homogênea, o desempenho da educação como uma das vias mais fundamentais do projeto modernizador. Sobre as reformas educacionais ver: INÁCIO FILHO, Geraldo; Silva Maria Aparecida. Reformas educacionais



movimentos reformistas foram destacados principalmente nos anos de 1920, período intenso de discussões acerca da educação e seu papel na sociedade brasileira, isto aliado à criação de um novo órgão que, de acordo com a historiografia educacional tradicional, foi essencial para este movimento renovador na educação: a Associação Brasileira de Educação (ABE).

A ABE foi criada em 1924 por um grupo de treze intelectuais cariocas que, a princípio, de acordo com Marta Maria Chagas de Carvalho, afirmavam haver um interesse despolitizado, o que é contestado pela autora, uma vez que ela acredita existir toda uma formação e propagação política da instituição.

Neste sentido, a ABE, de acordo com a referida autora, representou um grupo que se autodenominou da “elite”, e que “se auto-incumbiu de organizar o país. Construiu, portanto, representações de seu outro – “o povo” – que programou moldar segundo seus desígnios particulares.”<sup>133</sup> Ou seja, de fato a associação pretendia mais a consolidação de um partido político do que a unidade do pensamento dos educadores, como defendeu Vanilda Pereira Paiva, com quem Carvalho dialoga em sua tese.

Na visão de Marta Maria Chagas de Carvalho a associação encarava o contexto do Brasil como uma necessidade de as elites comandarem a modernização do país, sendo que essa elite seria a única a obter êxito na tarefa de organizar e formar uma nação brasileira. Em seus discursos a ABE destacava a falta da educação como uma doença e utilizava, na visão da autora, artifícios retóricos convincentes para demonstrar esta perspectiva. Segundo ela,

Condensando os males do país na metáfora de um brasileiro indolente e doente e as esperanças de erradicação desses males na ação de uma “elite” dotada de poderes demiúrgicos, o discurso cívico da ABE é discurso profilático erigindo a questão sanitária em metáfora da situação nacional e a obra educacional em obra de saneamento. Na já aludida conferência de Miguel Couto na ABE, em 1927, a ignorância é caracterizada como “calamidade pública” equivalente à “guerra”, à “peste”, a “cataclismos”; a falta de educação é comparada ao “câncer que tem a volúpia da tortura ao corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo”, levando a nação à “subalternidade e à degenerescência”<sup>134</sup>

---

durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010, p. 217-250. E também REIS FILHO, Casemiro. **Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

<sup>133</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)** Bragança Paulista, SP: EDUSF. 1998 p. 39

<sup>134</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Op. cit. 1998 p. 145.

Neste sentido, a perspectiva da autora deve ser levada em consideração ao analisar o discurso reproduzido pela historiografia da história da educação que, segundo a mesma, vem sendo reiterado desde a obra de Jorge Nagle<sup>135</sup>. O fato é que a necessidade de inserir o Brasil nos trilhos do progresso era nítido. No entanto, de acordo com a autora aconteceria uma modernização com características conservadoras, no qual o movimento estaria monopolizado pelas elites brasileiras e com interesses políticos como pano de fundo.

Em meio a todo este processo de projeto modernizador da sociedade havia não somente o Estado atuando com as reformas educacionais acima citadas, mas também a Igreja Católica que, por sua vez vivia um contexto particular de disputa com o laicismo implantado com a república, mas que não deixou de atuar no meio da instrução e política sob o viés também modernizador. A Igreja Católica, após o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890 e, posteriormente com a Carta Magna de 1891, precisou se reorganizar para continuar seu domínio institucional-religioso no Brasil, assim como destacado na primeira seção deste capítulo e, a educação foi um viés de grande importância para esta reorganização<sup>136</sup>.

Para Renato Ortiz, portanto, no que diz respeito à Modernidade no Brasil, esta teria ocorrido sem uma modernização de fato, ou seja, sem passar em nível nacional por um processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico que a tornasse compatível com os países que, nestes quesitos, eram considerados “modernos”, porquanto, a Europa Ocidental e EUA. Assim, segundo o mesmo autor, a modernidade brasileira teria sido ainda “acrítica” e liderada pelos setores conservadores e tradicionais da sociedade. Por isso, consideramos de grande importância para nossa pesquisa compreendermos as ações modernizantes que ocorreram no Brasil na Primeira República e até mesmo após 1930. Tanto a industrialização do país, quanto o avanço da tecnologia nos anos que se seguiram pós 30 (rádio e televisão, por exemplo – aspectos abordados por Ortiz) e a própria educação, representam esforços para que o Brasil seguisse o rumo do progresso.

---

<sup>135</sup>NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In Fausto, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. (vol. III t. 2, *O Brasil Republicano* pp. 261-291). Rio de Janeiro, Difel. 1977; NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974

<sup>136</sup> Reservamos especificamente a terceira seção deste capítulo para abordarmos a relação entre Igreja Católica e educação.

Neste sentido, tanto o Estado como a Igreja Católica estiveram presentes e contribuíram para todo este processo modernizante. Para nossa tese é fundamental compreendermos estes empenhos de modernização, já que Dom Emanuel foi figura importante neste processo, desempenhando em Goiás este papel de representante da Igreja Católica. Assim, na seção que se segue discutiremos a importância e o papel da Igreja Católica na educação brasileira desde o período colonial, buscando compreendermos o papel da instituição na modernização da sociedade brasileira face ao objeto e problematização que elegemos para a presente pesquisa.

#### 1.4. Educação, Estado e Igreja Católica<sup>137</sup>

Entendermos o contexto nacional contribui para que possamos compreender as ações realizadas em Goiás e pelo nosso objeto de estudo nesta tese – Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Objetivamos, nesta seção, discutirmos a importância da Igreja Católica na educação no Brasil focando-nos nas estratégias adotadas pela Igreja após o fim do padroado para a educação católica e o debate em torno do ensino religioso. Um dos fatores mais significativos deste período para a Igreja Católica foram as congregações religiosas<sup>138</sup> que se instalaram no Brasil trazendo com elas não somente um aumento do alcance da Igreja por meio dos fiéis, mas também proporcionando a abertura de várias instituições escolares.

A vinda de congregações religiosas, tanto masculinas como femininas, e que se dedicaram, dentre outras coisas, às ações no âmbito da educação, se intensificaram principalmente com o advento da república e mais especificamente com o movimento ultramontano. Neste sentido, é interessante citar o trabalho da autora Paula Leonardi sobre as congregações femininas francesas que se instalaram no Brasil na primeira metade do século XX. Ela apresenta dados importantes sobre a quantidade,

---

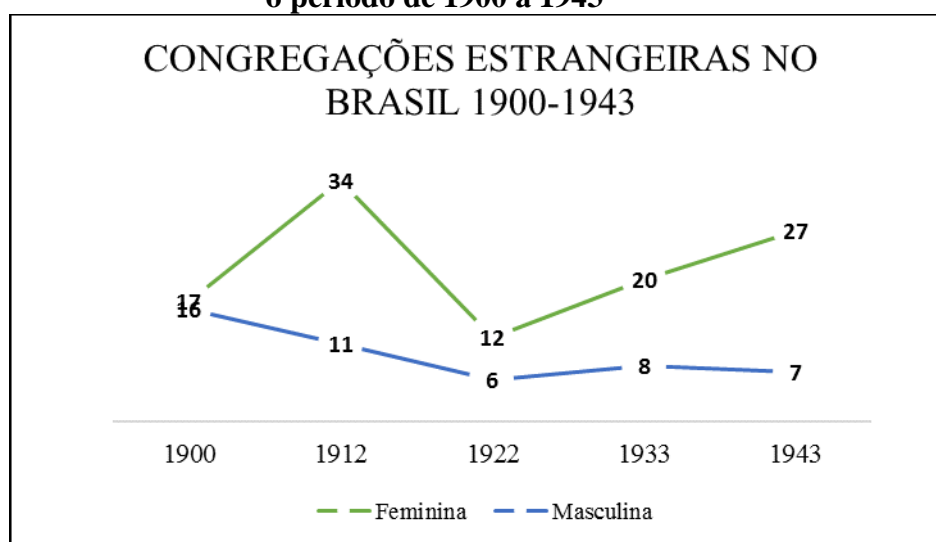
<sup>137</sup> Este assunto, para além da discussão ampla que propomos na presente seção, será ainda abordado em cada capítulo na especificidade da argumentação de cada um. Mais especificamente no que tange o contexto mais direto que envolve nosso objeto de pesquisa, retornaremos a este assunto na seção 4.1, em nosso quarto capítulo.

<sup>138</sup> Exemplos de congregações femininas: Instituto Filhas de Maria Auxiliadora, Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu, Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, Congregação das Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, Congregação das Missionárias do Sagrado Coração de Jesus, Ordem das Monjas de São Bento e Congregação das Irmãs de Santa Marcelina. Exemplos de congregações masculinas: Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, Ordem Premonstratense, Congregação dos Missionários de Nossa Senhora da Salette e Congregação dos Padres de Nossa Senhora de Sion. LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 16.

nacionalidade e regiões designadas de congregações masculinas e femininas que chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do XX.

De acordo com os dados apresentados por Leonardi, percebe-se um aumento do número de congregações no Brasil até a primeira metade do século XX, sendo que existe uma predominância na presença de congregações femininas<sup>139</sup>. Entre os anos de 1900 e 1912 foram registradas, segundo os dados da pesquisa da autora, trinta e quatro congregações femininas no Brasil<sup>140</sup>, dado interessante para nossa pesquisa, já que reflete nas ações sob o viés educacional na primeira república brasileira. Como podemos observar no gráfico abaixo:

**Gráfico 2: Número de Congregações Religiosas Estrangeiras no Brasil entre o período de 1900 a 1943**



Fonte: Ceris, 1965<sup>141</sup>

Os dados apresentados por Paula Leonardi refletem um contexto importante de investimento da Igreja Católica no Brasil, por um lado, na renovação da ação clerical por meio da atividade missionária estrangeira,<sup>142</sup> e, por outro, na ocupação da Igreja do

<sup>139</sup> LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 15

<sup>140</sup> A autora realizou interessante levantamento de dados sobre o assunto junto ao CERIS (Centro de Estatísticas Religiosa e Investigação Social), demonstrando as entradas das congregações entre os anos de 1849 à 1964. Ver: LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 15

<sup>141</sup> Fonte: Ceris, 1965. *Apud*. LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 14.

<sup>142</sup> O uso do clero regular missionário para renovação da presença da Igreja junto à população com pouco acesso ao que Max Weber chamou de “bens de salvação” não ocorreu somente no Brasil. Mesmo na

espaço da educação formal, cuja importância se fazia gradativamente mais significativa no país à medida que seus projetos modernizadores o exigiam. No caso específico do nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel teve para Goiás papel igualmente decisivo neste aspecto, uma vez que foi ele quem investiu em um aumento significativo de congregações religiosas estrangeiras no estado, em sua expressiva maioria direta ou indiretamente ligadas à educação, especialmente feminina, conforme analisaremos em nossos capítulos posteriores.

Nesta direção, com a implantação da república, o decreto de laicização do Estado e a nova Constituição de 1891, a separação entre Igreja Católica e Estado era fato concreto perante a lei e, uma das consequências enfrentadas pelos católicos foi justamente em relação à educação. O ensino leigo passava a ser incentivado e a Igreja Católica se viu diante do dilema de se reorganizar e traçar estratégias para a manutenção e expansão de suas crenças.

Com o fim do padroado régio, a educação foi um viés das estratégias religiosas, por isso mesmo o número de congregações, femininas e masculinas, aumentaram no período republicano como ressaltado acima. As tentativas de criação do *Partido Católico* também se intensificaram. Alguns membros da Igreja consideravam impossível separar a religião da política; perspectiva refletida no estatuto do *Partido Católico*, escrito por Joaquim Furtado de Menezes, que, por sua vez, havia sido indicado como figura ideal para a formação do partido pelo Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta.

Menezes deixou claro seu posicionamento sobre o envolvimento da religião na política, para ele não poderia haver divisão entre política e religião naqueles dias, porém, não se referia a um envolvimento como em governos civis<sup>143</sup> que existia um sistema de cooperação entre ambos. Segundo ele, religião e política naqueles dias eram “inseparáveis porque os políticos de hoje, sobretudo nos países latinos, legislam muitíssimas vezes só com o fim de atacar, deprimir e restringir as liberdades, os direitos

---

Europa, desde o final do século XVIII a criação de novas congregações voltadas para a ação junto a populações “subcristianizadas”, como foi o caso da Congregação Redentorista na Itália, em 1731, que assim se referiam àqueles que, embora batizados cristãos, viviam alheios à presença do clero e à frequência dos sacramentos Ver: WEISS, Otto. **Die Redemptoristen in Bayern**: Ein Beitrag zur Geschichte des Ultramontanismus. Sankt Ottilien: EOS-Verlag, 1983.

<sup>143</sup> Interessante destacar que Joaquim Furtado de Menezes escreveu o estatuto em 1910 e o presidente do Brasil no período era o militar Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914).

e a influência da Igreja”<sup>144</sup>. Devido a esta concepção, a função do partido era justamente, de acordo com o arcebispo de Mariana, “moralizar nossa pátria, defender nossas crenças, opor-se à descristianização do Brasil”<sup>145</sup>.

O estatuto do partido fazia menção à situação da educação e consequente laicização do ensino. Alertava para o perigo do ensino leigo e colocava nas mãos do partido a missão de batalhar para a reversão deste quadro:

Creio que necessariamente ficou convicto de que o ensino leigo trará ao país a mais profunda corrupção moral e à Religião a perda de milhões de filhos. De boa fé ninguém o poderá negar. Pois bem! E aqui chamo a particular atenção dos católicos, sem receio de errar afirmo: 1º que, a não ser por meio de um partido católico, o ensino leigo continuará a vigorar e a corromper a mocidade, o parágrafo 6 do artigo 72 da Constituição ficará de pé e a ateização do Brasil prosseguirá rapidamente; 2º que todos os outros meios, a que recorrem os católicos para arrancar do solo brasileiro aquela planta maldita, serão vãos e inúteis, podendo eles, quando muito, atenuar um pouco seus mortíferos efeitos<sup>146</sup>.

Frente às ameaças enfrentadas com a separação entre Igreja Católica e Estado, no que diz respeito à educação, Menezes sugere que, até a consolidação do partido, caberia aos “católicos a grave obrigação de fundar e sustentar escolas religiosas, especialmente nas localidades em que as escolas públicas são não só atérias de fato, mas ainda dirigidas por professores ímpios, protestantes ou espíritas.”<sup>147</sup> Esta foi uma das frentes da “batalha” travada pela Igreja Católica contra o laicismo do Estado e a entrada de outras religiões no Brasil. Por isso mesmo na Primeira República vieram para o Brasil uma série de congregações que foram incumbidas de estabelecer colégios nas mais variadas regiões do Brasil e contribuir para expansão e manutenção do catolicismo, visto pela Igreja como única fonte de preservação da moral da sociedade<sup>148</sup>.

---

<sup>144</sup> MENEZES, Joaquim Furtado de. “Do Partido Católico (1910)”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil: do partido católico à L.E.C. (1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983 pp. 68-79. P. 68.

<sup>145</sup> PIMENTA, Dom Silvério Gomes. “Carta de Dom Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana – MG (1910)”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil: do partido católico à L.E.C. (1874-1945)**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983 pp. 66-67. P. 66.

<sup>146</sup> MENEZES, Joaquim Furtado de. Op. cit. p. 69

<sup>147</sup> MENEZES, Joaquim Furtado de. Op. cit. p. 70

<sup>148</sup> Consideramos interessante destacar a constatação feita por Paulo José Krischke sobre a contribuição da Igreja Católica para a manutenção do regime oligárquico na Primeira República e formação de uma sociedade conservadora: “O influxo de ordens religiosas do estrangeiro permitiu, p. ex., a criação de numerosas escolas secundárias. Essas escolas, abertas principalmente aos filhos das classes altas e dos setores médios em crescimento, iriam formar “intelectuais tradicionais”, indispensáveis à manutenção do

No período republicano a figura do cardeal Dom Sebastião Leme<sup>149</sup> foi muito importante para a Igreja Católica, como já destacamos neste capítulo. Sua Carta Pastoral de 1916 e depois suas ações frente à diocese do Rio de Janeiro influenciaram e conduziram a Igreja no Brasil, principalmente no período entre 1930 e 1942 quando ele ocupou o cargo de cardeal. Portanto, é interessante destacarmos que suas ações em relação à reação católica para lidar com a laicidade do Estado são importantes para compreendermos a situação da educação e também da política empreendida pela Igreja Católica.

Já na Carta Pastoral de 1916, Dom Leme destacou que o problema era a maneira como o católico encarava a religião que, para ele não era de fato conduzida como deveria, existindo uma ignorância religiosa por parte dos fieis, e, por isso, faltaria ao católico uma “doutrinação catequética”. Assim, as ações de Dom Leme foi, de acordo com Jorge Nagle, “sacudir o ‘catolicismo dorminhoco’”<sup>150</sup>, fato que deu início quando ele assumiu o cargo de arcebispo-coadjutor no Rio de Janeiro em 1921.

A partir de então uma série de ações contribuíram para uma reaproximação da Igreja Católica com a política e o Estado no Brasil. Neste contexto, criação da revista *A Ordem*, a fundação da Confederação Católica e a criação do *Centro D. Vital* foram investimentos católicos em que Dom Leme estava à frente. A educação era, portanto, presente nesses investimentos, principalmente na pretensão de cristianizar a *Intelligentsia* brasileira – exemplos disso foram Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. No entanto, os esforços em relação à instrução podem ser melhor

---

antigo regime oligárquico e à cooptação das camadas emergentes na sociedade.” (KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979 p. 134)

<sup>149</sup> Dom Sebastião Leme foi Bispo Auxiliar no Rio de Janeiro (1911 a 1921); Arcebispo de Olinda e Recife (1916-1921); Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro (1921-1930); Arcebispo do Rio de Janeiro (1930-1942) e Cardeal-presbítero (1930-1942). Ver: ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santos. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962.

<sup>150</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974 p.58. Não é nossa pretensão na presente tese discutir o chamado “catolicismo popular” e as problemáticas reflexões construídas sobre ele, tanto pela Igreja, quanto por diversos historiadores que, de uma maneira ou outra, comungam com seu discurso. Em todo caso, face a expressões como “catolicismo dorminhoco”, “catolicismo sentimental”, “catolicismo exteriorista”, etc. – expressamente presentes na historiografia da Igreja Católica no Brasil –, parece-nos interessante a posição de Sérgio da Mata: “É hora de se abandonar algumas ideias correntes em nossa historiografia, como a que caracteriza a religião luso-brasileira – e particularmente a mineira – como ‘exteriorista’. Mais uma vez, não se trata de uma mera questão de vocabulário. Tal como ‘superstição’, o termo ‘exteriorismo’ nem sequer chega a ser um conceito: ele é a expressão de um anacronismo, de um etnocentrismo e, em última análise, de uma ilusão. [...] Como demonstramos em outra ocasião, a tese do ‘exteriorismo’ não se sustenta porque toma por pressuposto a ideia de que determinadas práticas religiosas são marcadas pela escassez e mesmo ausência de conteúdo” MATA, Sérgio da. **Chão de Deus: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX**. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002, p. 85.

percebidos quando entre 1924 e 1926 foi proposta uma revisão da Constituição de 1891 e, a Igreja Católica aproveitou para colocar algumas reivindicações que consideravam essenciais.

Estas reivindicações foram denominadas de “emendas religiosas” e prescreviam a modificação de dois parágrafos, o 6º do Art. 72 – sobre o ensino religioso, a Igreja solicitava a inserção do caráter facultativo do ensino religioso nas escolas oficiais – e, o parágrafo 7º do mesmo artigo – sobre o reconhecimento do catolicismo como a religião do povo brasileiro que, segundo a Igreja Católica, era a maioria dos brasileiros. Tais propostas não foram aprovadas, visto que os não católicos e defensores da liberdade religiosa protestaram contra e pressionaram o Governo Federal na redução das emendas.

A discussão sobre a necessidade do Ensino Religioso nas escolas ganhou força maior nos discursos da Igreja Católica principalmente com Francisco Campos, ministro da Educação, quando ele propôs a inserção da disciplina em todas as escolas e em todos os níveis. O objetivo era utilizar essa disciplina como educação moral para os brasileiros, atendendo, assim, de acordo com Horta, os educadores católicos que ficariam responsáveis pelo ensino da matéria. O Ensino da doutrina católica sob este viés de educação moral teve como objetivo resgatar os “valores perdidos” para que a sociedade brasileira combatesse as “ameaças ideológicas” que se inseriam no mundo e no Brasil, tal como o comunismo, o liberalismo e o espiritismo.

Na Carta Pastoral de Dom Emanuel para Goiás em 1932 o assunto é abordado dando ênfase na importância, em seu ponto de vista católico, da religião para o país, bem como o ensino da mesma nas escolas oficiais.

Convencidos, como estamos, de que a Religião é a única força capaz de nos orientar na vida individual, na família e na sociedade, concluiremos que é somente por essa força que poderemos ver salvo o nosso Brasil dos males que o ameaçam.

É mister que ella occupe, pois, o lugar proeminente que lhe compete, desde logo, na organização da reforma da nossa Constituição, na sua nova Carta Magna. Por essa Constituição, ficaria assentada a nossa situação política em geral e principalmente a da nossa santa religião.

[...] Não desconhecemos o grande amor que dedicaes aos vossos queridos filhos; sabemos da tradição religiosa da Família Goyana, do que destes agora sobejas provas quando solicitastes para eles, nas Escolas officiaes, o ensino da nossa santa Religião.<sup>151</sup>

---

<sup>151</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta Pastoral**: de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira Bispo de Sant’Anna de Goyaz. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1932. p. 7 e 10. Datilografado. 9 folhas Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.



Alguns anos depois, em 1954, Dom Emanuel permanece enfatizando a importância do Ensino da Religião Católica nas instituições, deixando claro o estilo de educação defendida por ele ao longo de seu bispado. Tal perspectiva ficou clara ao proferir um discurso às formandas, no qual ele pronunciava:

A escola não pode ser equiparada a um laboratório químico, no qual o risco de desperdiçar substâncias mais ou menos custosas é compensado pela probabilidade de uma descoberta; na escola para cada uma das almas está em jogo a salvação ou a ruína. As inovações, portanto, que serão julgadas oportunas, atingirão somente a escolha dos meios e orientações secundárias, permanecendo firmes o fim e os meios substanciais, que serão sempre os mesmos, como sempre idêntico é por fim último da educação, o sujeito, seu principal autor e inspirador, que é Deus e Senhor nosso.<sup>152</sup>

O Ensino Religioso foi inserido oficialmente na Constituição de 1934 nas escolas públicas nos níveis primário, secundário, profissional e normal. Apesar da existência do Decreto nº 19.941 de 30 de abril de 1931, assinado por Getúlio Vargas, tratando sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal<sup>153</sup>, é com a Constituição que o projeto católico ganhou forças, já que, “na prática, apenas o catolicismo era ministrado nas escolas públicas”<sup>154</sup>.

Porém, vale a pena destacarmos que esta conquista da Igreja Católica não ocorreu antes de muitos esforços da instituição religiosa em ressaltar a importância do ensino religioso para o Brasil, principalmente no contexto político em que o país se encontrava, bem como de diálogos com o Estado. Mais um exemplo de estratégia e esforço dos católicos foi a criação da Liga Eleitoral Católica (LEC) em 1932, com o objetivo de “arregimentação eleitoral de todos aqueles que aceitarem o seu programa, no que se refere ao exercício do direito do voto, pugnando pelos ideais católicos na vida

---

<sup>152</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida, 1954. Datilografado. 5 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>153</sup> Este documento regulamentou a instrução religiosa, contendo apenas onze artigos, o decreto, dentre outras ações, tornou facultativo o ensino da religião, não obrigatório se os pais ou responsáveis assim o desejarem, estabeleceu o mínimo de vinte alunos para o funcionamento da disciplina, responsabilizou as autoridades de culto sob o ensino religioso e determinou que estas aulas não poderiam ocorrer em horário regular da escola. Ver: Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 30/01/2018.

<sup>154</sup> CUNHA, Luiz Antônio. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. *Visioni LatinoAmericane è La rivista Del Centro Studi per l'America Latina*. N. 4, Gennaio 2011, Issn 2035-6633. p. 9

pública brasileira”<sup>155</sup>. No programa da LEC de 1933, dentre outras tantas reivindicações<sup>156</sup>, o terceiro elemento da lista era a “incorporação do ensino religioso facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias, e normais da União, dos Estados e dos Municípios”<sup>157</sup>. No corpo do texto a crítica ao ensino leigo é destacada, assim como a importância da educação e do ensino religioso:

A educação, sendo a preparação física intelectual e moral do homem, é, todos o reconhecem, a base da formação das sociedades sadias e fortes. O laicismo educativo – que a Constituição de 1891 inclui desastrosamente em suas disposições, embora, na lição de Rui Barbosa e Pedro Lessa, sua interpretação devesse atender ao fato católico do povo brasileiro –, esse laicismo educativo era manifestação legal, no campo da pedagogia, do divórcio que se implantara entre o Povo e as instituições. A escola tornou-se um núcleo rival da família, em vez de constituir-se dela o prolongamento [...]. A neutralidade religiosa, que foi erradamente considerada como o corolário da separação entre a Igreja e o Estado, convertia-se, na prática, no mais estreito dos sectarismos anti-religiosos, e no mais odioso dos privilégios: dos ateus. [...] A nova Constituição tem de acabar, portanto, em matéria pedagógica, com o laicismo educativo, a fim de restaurar a finalidade moral e religiosa do ensino, que será a base da nova estrutura política. Esse restabelecimento do ensino religioso traduzirá, além disso, simples respeito à vontade da população, que reclama a doutrinação do Catecismo católico a todos os alunos.<sup>158</sup>

Com este discurso a Igreja Católica enfrentou o debate em relação ao ensino religioso que, por sua vez, foi incorporado na Constituição de 1934. Outro fator importante a se destacar foi a movimentação política realizada por Francisco Campos com Getúlio Vargas para que fosse incluído o ensino religioso na Constituição. Campos considerava a formação moral católica importante para a consolidação do Estado e, por isso, atuou como um forte aliado político para a instituição romana<sup>159</sup>.

---

<sup>155</sup> “Estatuto da Liga Eleitoral Católica (1932)”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **“Igreja e Política no Brasil”**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983 p.102

<sup>156</sup> O programa frisava a necessidade da Constituição sem promulgada em nome de Deus, ressaltava a importância do casamento religioso e exigia seus efeitos civis ao mesmo, reconhecimento do serviço eclesiástico, dentre outros. Ver: “O programa de 1933 da LEC”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **“Igreja e Política no Brasil”**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983 pp. 104-126.

<sup>157</sup> “O programa de 1933 da LEC”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **“Igreja e Política no Brasil”**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983 p. 104

<sup>158</sup> “O programa de 1933 da LEC”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **“Igreja e Política no Brasil”**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983. p. 112-113

<sup>159</sup> Segundo Horta, “Para Campos, a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado. [...] E a doutrina católica seria para o Estado, segundo Campos, não apenas um

Frente a este contexto, a Igreja Católica intensificou, principalmente a partir da última década da Primeira República, a aproximação com Estado. A Igreja passava, portanto, a ter atuação importante na educação, e esta, por sua vez, era vista pela instituição religiosa como fundamental para o crescimento e fortalecimento do ideário católico no Brasil. De acordo com Horta, essa reaproximação entre as instituições se tornou mais perceptível após 1935:

A partir de 1935, a Igreja procurará fazer valer o princípio de ‘colaboração’ recíproca’ também no setor da educação, obtendo da parte do Estado substancial ajuda financeira para a manutenção de suas escolas e participando ativamente em conselhos e comissões do Ministério da Educação. Além disso, serão marcantes as influências pessoais do padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima sobre o ministro da Educação, Gustavo Capanema<sup>160</sup>

A partir dessa intensa aproximação e ação da Igreja Católica na política, foi possível a esta a intensificação na construção de escolas e na articulação para a construção do Ensino Superior também sob o viés católico. Ou seja, ocorreu após o período de Neocristandade, uma intensificação nas ações educativas da Igreja Católica no Brasil, sejam elas a nível primário e secundário, seja no nível superior. Além disso, é possível identificar uma intensificação a partir do período de reaproximação entre Estado e Igreja após 1920.

O presente capítulo, portanto, teve como propósito central realizar uma análise histórica da relação entre Igreja Católica, Estado e Educação no Brasil, com o enfoque voltado para a compreensão do contexto das disputas, discussões e acordos entre as instituições e como isto afetou a educação, principalmente a educação católica. Desse modo, nosso intento com a presente reflexão foi trazer ao leitor uma compreensão maior dos acontecimentos deste período que servirão de base histórica para entendermos nosso objeto de pesquisa abordado nos capítulos posteriores.

Assim como em âmbito nacional, a separação e reaproximação entre Estado e Igreja Católica também aconteceu em níveis regionais e, portanto, em Goiás. De

---

instrumento capaz de garantir a preservação da hierarquia e da autoridade, mas também um instrumento de luta ideológica”. HORTA, José Silvério Baia. “A Igreja e a Educação”. In: \_\_\_\_\_. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 90. Sobre Francisco Campos ver também: CAMPOS, Francisco. (1925). “A reforma da constituição”. **A União**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 43, 28 de maio, pp. 1-5

<sup>160</sup> HORTA, José Silvério Baia. “A Igreja e a Educação”. In: \_\_\_\_\_. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. 2ª Ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.p. 109

maneira singular para o contexto goiano, a Igreja teve também grande importância nas ações modernizantes e educacionais para o estado. Dom Emanuel Gomes de Oliveira é exemplo deste envolvimento, cujo projeto de Igreja passava necessariamente pela ocupação de um espaço político consolidado, tendo a educação como seu principal caminho, conforme demonstraremos no decorrer da presente tese.

Para compreender tais ações do nosso objeto de pesquisa, entretanto, faz-se necessário ainda uma análise mais minuciosa do contexto específico goiano no qual ele estava inserido. Para tanto, um recuo a seus antecessores e suas relações com a educação e o Estado é um caminho que consideramos importante para traçarmos o perfil histórico e contextual de Goiás que permitiu e condicionou as ações e projetos do nosso objeto de pesquisa. Este é o escopo do capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 2

### IGREJA, ESTADO E EDUCAÇÃO EM GOIÁS NOS BISPADOS DE DOM EDUARDO DUARTE SILVA E DOM PRUDÊNCIO GOMES DA SILVA

O presente capítulo tem como proposta realizar uma análise das principais transformações das relações entre Igreja e Estado ao longo das primeiras décadas do regime republicano em Goiás, focando no modo como o catolicismo [re]agiu face às mudanças no cenário político nacional e regional, que resultou no contexto em que se insere nosso objeto de pesquisa, bem como em suas ações e perspectivas para com a educação no sertão goiano, tema que abordaremos na segunda parte desta tese.

Para tanto, dividimos nosso segundo capítulo em duas seções principais, cada uma voltada para a passagem de um bispo pela direção da diocese goiana e as relações por eles estabelecidas com o Estado, a população local e a educação em Goiás: 2.1. *Igreja, Educação e Estado em Goiás: o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva (1890-1909)* e 2.2. *Da Estadualização à Restauração em Goiás: o bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Este caminho, segundo propomos, leva diretamente ao nosso objeto de pesquisa, revelando o trajeto percorrido pela Igreja para que Dom Emanuel Gomes de Oliveira se tornasse mais tarde conhecido pela alcunha de “Arcebispo da Instrução”.

#### **2.1. Igreja, Educação e Estado em Goiás: o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva. (1890-1909)**

Filho do cônsul brasileiro na Espanha, Carlos Duarte da Silva, e nascido em 27 de janeiro de 1852, na Vila de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, Dom Eduardo Duarte Silva é considerado pela historiografia goiana como o principal nome do ultramontanismo em Goiás. Esta característica político-teológica e eclesiástica é fruto de uma formação na educação tradicional católica,<sup>161</sup> que o levou, em fevereiro de 1868, ainda aos 15 anos de idade, a se tornar seminarista em Roma, precisamente

---

<sup>161</sup> Segundo Josmar Divino Ferreira, Dom Eduardo estudou durante sua infância em importantes escolas dirigidas por lazaristas e jesuítas em Santa Catarina. Ali, o futuro bispo de Goiás “recebeu desde cedo educação diferenciada, pois foi alfabetizado aos cinco anos de idade, na escola particular de ‘Mestre Oliveirinha’. O jovem Eduardo estudou entre 1854 e 1863 no colégio da Congregação da Missão – vila de Nossa Senhora do Desterro – Latim, Francês, História Geral, Geografia e Gramática Portuguesa [...] sendo aprovado com distinção. Em 1867, transferiu-se para o Rio de Janeiro, passando a estudar no Seminário São José.” FERREIRA, Josmar Divino. “Biografia de Dom Eduardo Duarte Silva”. In: SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens:** Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz. Goiânia: Editora da UCG, 2007, p. 15-16.

durante o auge do movimento ultramontano sob a liderança de Pio IX. Ali Eduardo concluiu seus estudos em Filosofia e Teologia pela Universidade Gregoriana, ordenando-se, então, presbítero em 1874, permanecendo na capital italiana até o fim de seu doutorado em 1875. Portanto, o futuro bispo de Goiás estava presente na sede da Igreja Católica quando ocorreu a convocação do Concílio Vaticano I (1869-1870), sendo testemunha da proclamação do dogma da infalibilidade papal e, conseqüentemente, dos muitos conflitos entre a Igreja e os Estados nacionais modernos dele decorrentes.<sup>162</sup>

Ao chegar a Goiás, todavia, Dom Eduardo se deparou com uma diocese em absoluto contraste com a realidade europeia e romana com a qual se acostumou. Apesar de ali o ultramontanismo já haver realizado algumas reformas pontuais nos bispados de Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo (1866-1876) e Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890), quando Dom Eduardo Silva chegou a Goiás, a diocese ainda se encontrava com um reduzido clero, formado sem qualquer influência ultramontana (e, por isso, em muito distinto e distante das determinações romanas), e um laicato predominante sobre a organização, gestão e controle financeiro das festas, romarias e irmandades religiosas de Goiás. Coincidentemente, a chegada do bispo catarinense a Goiás se deu ainda no auge do poder da oligarquia dos Bulhões na política goiana, cuja ligação direta com a maçonaria e o liberalismo deu cores aos conflitos entre a Igreja Católica ultramontana e o liberalismo anticlerical que, conforme discutimos em nosso primeiro capítulo, se arrastavam desde meados do século 19 em todo o Ocidente.

Em consequência deste contexto, a passagem de Dom Eduardo Silva pela diocese de Goiás entre 1891 e 1907 foi marcada sobretudo por conflitos internos e externos ao catolicismo, algo que em muito impactou no modo como a Igreja Católica goiana se estabeleceu e se consolidou no início da república no Brasil.

---

<sup>162</sup> A proclamação do dogma da infalibilidade papal gerou desconforto e protestos por todo o Ocidente, tanto no âmbito interno, quanto externo à Igreja. Sobre o dogma e suas conseqüências, ver: BERTUCI, Heber Ramos. **O dogma da infalibilidade papal**: sua natureza, origem e desenvolvimento histórico. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

### *2.1.1. Uma Igreja em crise: os conflitos internos entre Dom Eduardo Silva e o laicato católico*

O fim do regime de padroado régio no Brasil gerou para a Igreja Católica uma situação ambígua. Por um lado, a autonomia administrativa liberou a instituição das intervenções do Estado em assuntos que a Igreja há muito desejava emancipação. Do ponto de vista financeiro, por outro lado, a Igreja brasileira sofreu perdas importantes, uma vez que até então era dependente do Estado para seu provimento material. Em Goiás, a separação dos poderes no final do século XIX levou a diocese a uma crise financeira que só seria solucionada com nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel, já na terceira década do século XX. O primeiro bispo, entretanto, a ter que lidar com a ausência da mão provedora do Estado em Goiás foi Dom Eduardo Silva.

No comando de uma diocese desprovida de recursos financeiros para reformas físicas, para o seminário e até mesmo para o abastecimento mínimo dos materiais cotidianamente utilizados pelo clero no exercício de suas funções,<sup>163</sup> Dom Eduardo tomou como primeira medida administrativa a reativação do Seminário Santa Cruz, mas com o custeamento dos estudos de cada interno repassado para as famílias dos mesmos. O resultado foi a objeção por parte dos familiares, que, em diversos casos, impediam o retorno dos seminaristas quando estes saíam de férias.<sup>164</sup>

Assim, a sobrevivência financeira da diocese goiana neste delicado momento histórico dependia da obtenção de uma fonte de renda regular. Segundo destaca Ronaldo Vaz, “para os padres seculares, em suas despesas, havia ainda o dízimo, e outras formas de colaboração dos fiéis, dinheiro curto, em um estado com pouca circulação monetária.”<sup>165</sup> Para o restante da diocese, todavia, o que excedia em bens patrimoniais, faltava em condições financeiras para sua manutenção. Assim, a solução encontrada por Dom Eduardo foi o “aforamento” de terras paroquiais.

---

<sup>163</sup> Nas palavras de Dom Eduardo Silva: “Separada a Igreja do Estado, por falta de recursos as matrizes não podiam reformar suas alfaías, nem sequer podiam os vigários fazer nelas os consertos necessários, negando-se o povo a concorrer sob o pretexto de que ganhando os padres os poucos vinténs de festas, missas de espórtula de dois mil réis e batizados, a eles competia fazer tais despesas.” SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens**: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz. Goiânia: Ed. da UCG, 2007. p. 94

<sup>164</sup> SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica**: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 164.

<sup>165</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 199. p. 81.

A formação urbana de Goiás, especialmente após a crise da mineração, no início do século XIX, se deu principalmente por meio da fundação de vilas em torno de capelas, cujas terras normalmente eram doadas para a Igreja em nome de um determinado santo de devoção<sup>166</sup>, é o caso da cidade de Anápolis, por exemplo, construída inicialmente em torno da capela erguida em homenagem à Nossa Senhora de Santana<sup>167</sup>. O resultado disso, ao final do regime de Padroado, foi a propriedade eclesiástica de territórios que, por vezes, cobria cidades inteiras em Goiás. Diante disso, se por um lado o arrendamento destes territórios se tornou uma das saídas possíveis para a crise financeira da Igreja em Goiás, por outro, o conflito com as intendências municipais era um desgaste que Dom Eduardo julgou desnecessário. Segundo Ronaldo Vaz,

Dom Eduardo, temendo disputas acirradas e desgastes dos vigários com as autoridades municipais, orientou-os para que, em casos complicados, alienassem os terrenos pela venda ou pelo aforamento – transferência perpétua mediante pagamento anual de um foro – desde que o município reembolsasse a paróquia com o devido valor correspondente ao terreno, cujo dinheiro obtido seria aplicado pela fábrica na manutenção das matrizes, das capelas e do culto.<sup>168</sup>

A propriedade territorial ou o aforamento de terras, todavia, não resolveu o problema financeiro da diocese goiana, especialmente por conta do baixo valor das abundantes terras em Goiás no início do século XX, pois “o custo da mão de obra para o preparo agrícola representava de cinco a dez vezes o preço da terra, que por sua abundância, em função da pouca densidade demográfica de Goiás, era extremamente barata.”<sup>169</sup>

Desse modo, a expectativa de Dom Eduardo em uma fonte de renda fixa para sua diocese voltou-se para a resolução de um problema também religioso – aos olhos ultramontanos – em Goiás: a direção leiga das festas e romarias religiosas.

---

<sup>166</sup> Sobre a formação das cidades goianas com estas características, ver: PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.

<sup>167</sup> Sobre a história da cidade, ver: BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: CERNE, 1975. TOSCHI; Mirza Seabra (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Goiânia: Editora Vieira, 2007 e ROCHA, Hélio. **Anápolis: e assim se passaram 100 anos**. Goiânia: KELPS, 2007.

<sup>168</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade**. (1891- 1955). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 83.

<sup>169</sup> Idem.



A formação de um catolicismo mais laico que clerical em Goiás – chamado pela historiografia de “catolicismo popular” –,<sup>170</sup> se deu tanto pela incontável hibridação cultural entre as religiões portuguesa, africanas e indígenas, como pela expressiva ausência de um clero capaz de alcançar os mais distantes rincões do sertão goiano.<sup>171</sup> Assim, as mais diversas festas, romarias e demais manifestações religiosas locais e regionais acabaram por ficar nas mãos de irmandades leigas e, portanto, também com elas ficava todo o seu rendimento financeiro.

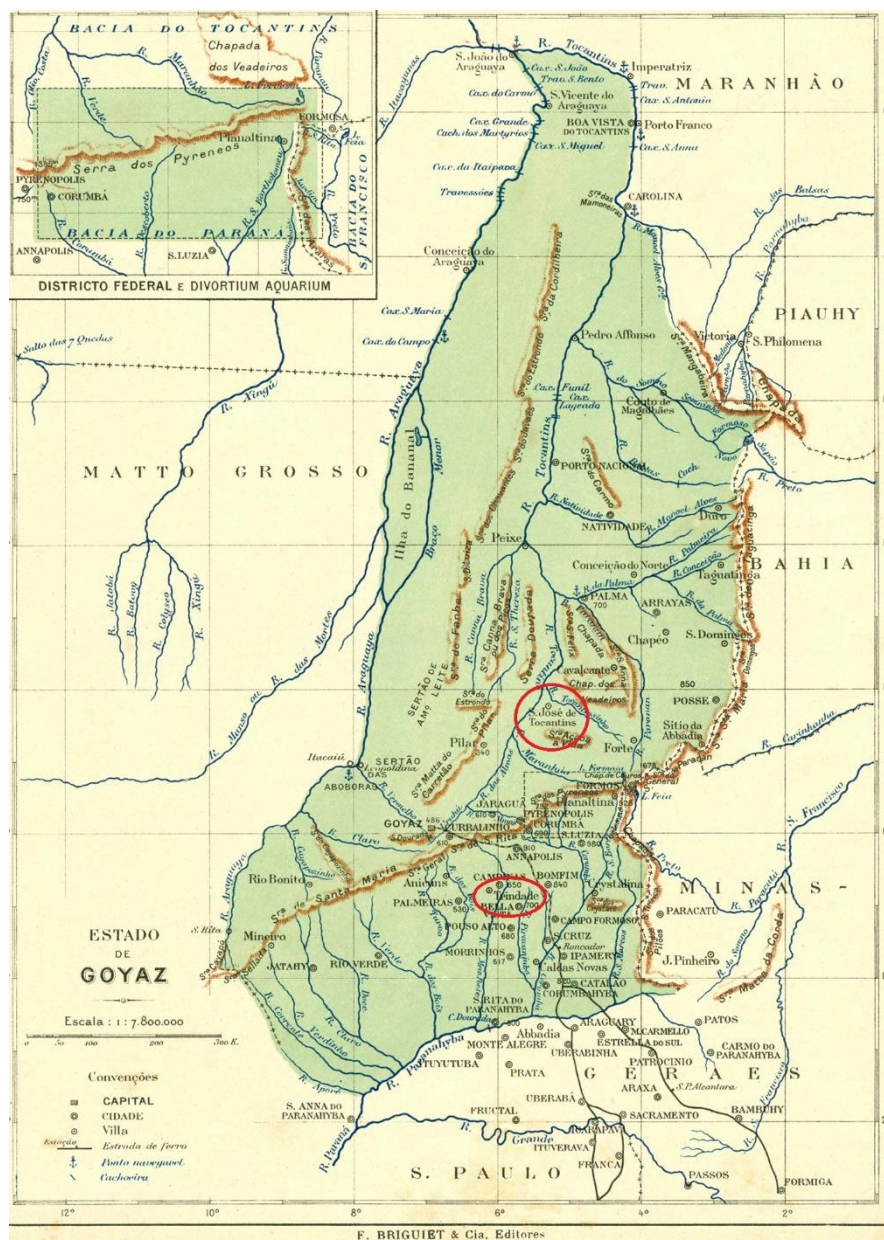
Ao se deparar com esta realidade, Dom Eduardo Silva adotou como principal medida eclesiástica em Goiás a tomada de controle administrativo e financeiro para a diocese das duas principais romarias do estado: a romaria de Nossa Senhora d’Abadia do Muquém, em São José do Tocantins (hoje Niquelândia) e a romaria do Divino Pai Eterno, em Barro Preto (hoje Trindade). Como destacado no mapa abaixo:

---

<sup>170</sup> Para uma interessante revisão sobre a historiografia brasileira que aborda do chamado “catolicismo popular”, ver: MATA, Sérgio da. **Chão de Deus**: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002.

<sup>171</sup> Segundo a historiadora e socióloga goiana, Leila Dias Santos, a diocese de Goiás no final do bispado de Dom Eduardo Silva – que possuía a extensão do que hoje corresponde aos estados de Goiás, Tocantins e a região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais – possuía somente 94 paróquias, e um total de apenas 35 padres para toda sua extensão. Ver: SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica**: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 200. p. 194.

**Mapa 1: Mapa do Estado de “Goyaz” 1923. Em destaque as regiões das duas principais Romarias da época: Nossa Senhora d’Abadia do Muquém, em São José do Tocantins (hoje Niquelândia) e a romaria do Divino Pai Eterno, em Barro Preto (hoje Trindade)**



Fonte: Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm> <sup>172</sup>

<sup>172</sup> Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm> Acessado em 19/12/2018. As romarias do Divino Pai Eterno (Trindade) e do Muquém (Niquelândia) são ainda hoje as maiores romarias do estado de Goiás. A primeira, de Trindade, teve início ainda no século XIX com a suposta realização de milagres promovidos por um medalhão de barro encontrado por lavradores da região em 1840, cuja imagem representava a Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Atualmente tal romaria arrebanha cerca de 3 milhões de romeiros por ano. Já a romaria de Nossa Senhora da Abadia do Muquém, em Niquelândia, tem origem incerta, sendo retratada pelos memorialistas locais como iniciada ainda no século XVII. O fato é já em 1852 a romaria é retratada na obra do romancista mineiro Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, em sua obra “Ermitão de Muquém”. Ali concorrem ainda hoje cerca de 400 mil romeiros anualmente.

As dificuldades de Dom Eduardo em alcançar seus objetivos para com as romarias, entretanto, se deram pelo fato de que tais irmandades, em sua maioria, eram controladas financeira e administrativamente por figuras políticas locais de grande poder e influência. Assim, por exemplo, ao intentar tornar o padre Inácio de Souza, vigário da paróquia de Barro Preto e, por conseguinte, administrador da festa e romaria do Divino Pai Eterno, Dom Eduardo teve seu vigário ameaçado de morte e consequentemente expulso da cidade. Já em São José do Tocantins, quando se dirigia à romaria do Muquém para realizar o mesmo que fizera em Barro Preto, Dom Eduardo recebeu uma mensagem do presidente da irmandade local, o Coronel José Joaquim de Sousa, conhecido como “Terro do Norte de Goiás”, em que lhe dizia que “se eu quisesse experimentar o gosto do cacete, que lá fosse.”<sup>173</sup>

A solução para estas contendas, entretanto, foi encontrada pelo bispo goiano ao convidar para sua diocese congregações religiosas estrangeiras que atuassem como missionários e, ao mesmo tempo, administradores de paróquias e festas relacionadas às romarias. Para São José do Tocantins, no norte de Goiás, Dom Eduardo aproveitou-se dos Dominicanos franceses que seu antecessor, Dom Cláudio Ponce de Leão (1881-1890), havia trazido da Europa. Já para Barro Preto, o bispo goiano foi pessoalmente à Alemanha para negociar com a Congregação do Santíssimo Senhor Redentor, os Redentoristas, que ainda hoje administram a referida romaria, que já é uma das maiores de todo o país.

Apesar do sucesso no controle administrativo das romarias, entretanto, Dom Eduardo Silva não conseguiu sanar os problemas financeiros da diocese de Goiás, especialmente pelo fato de que, ao oferecer a paróquia de Barro Preto aos Redentoristas (a maior e mais rentável festa e romaria religiosa do estado), o bispo viu-se forçado a renunciar à quase totalidade dos rendimentos da festa em benefício da congregação alemã, para que a mesma aceitasse seu pedido. Esta seria a questão central do futuro conflito entre nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, e os Redentoristas pela tomada para a diocese dos rendimentos da referida festa.<sup>174</sup>

Uma cena, porém, dos muitos conflitos internos enfrentados por Dom Eduardo Silva contra os leigos católicos em Goiás nos chama atenção para a discussão que propomos no presente capítulo. Ao perceber a contínua resistência da população de

---

<sup>173</sup> SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Op. Cit.** 2007, p. 95.

<sup>174</sup> Este conflito será discutido em nossa última seção do presente capítulo.

Barro Preto em aceitar a administração financeira da festa do Divino Pai Eterno pela congregação redentorista, Dom Eduardo decidiu, em 1900, pelo cancelamento da romaria e transferência da “imagem milagrosa” da Santíssima Trindade de Barro Preto para Campinas. Revoltado contra esta resolução, a principal figura política da cidade, o Coronel Anacleto, se autoproclamou bispo e decidiu enfrentar as decisões de Dom Eduardo.

Indignado, Dom Eduardo Silva dirigiu-se à Barro Preto com um grupo de pessoas armadas e lá enfrentou seus adversários políticos. Ao se deparar com Anacleto, os “bispos” travaram o seguinte diálogo, narrado por Dom Eduardo:

Quem é o senhor que me fala com tanta autoridade? Perguntei. “Sou o Coronel Anacleto, católico, apostólico, mas não romano.” “E o senhor?” Perguntei ao outro indivíduo que o acompanhava. “Sou o coronel Gonçalves, também católico, apostólico, mas não romano”. “Pois então o que pretendem se não são Católicos Romanos, quando eu o sou, os Padres o são, o povo o é, e Este Santuário é de Católicos Romanos?” “Qual nada”, contestou o Anacleto, “*estamos em República e quem governa é o povo, e o povo há de fazer como e quando quiser*; eu é que hei de administrar as rendas da Romaria, e não êstes Frades estrangeiros.”<sup>175</sup>

O confronto, segundo o bispo, só não terminou em tragédia porque, no auge da tensão por ele narrada, “chega o Frei Joaquim muito assustado e insiste para deixarmos aquele lugar o mais breve possível estando nós em risco de sermos assassinados por aquela horda de ébrios e prostitutas [...]”.<sup>176</sup>

Todavia, o que nos chama atenção de fato no referido diálogo, para além das muitas possibilidades de análise sobre as resistências populares ao chamado “processo de romanização” em Goiás, é o modo como o adversário de Dom Eduardo encara a “república”.

O entendimento raso da república como um estado de coisas no qual “quem governa é o povo, e o povo há de fazer como e quando quiser” na fala do coronel Anacleto expressa tanto a confusão sobre o que de fato representava a república em termos políticos e sociais, como o uso que se podia fazer da mudança no regime para se reivindicar para o “povo” o poder e legitimidade que, por tradição ou lei, pertenceria à autoridade divinamente instituída. No caso presente, chama a atenção ainda o fato de a própria Igreja Católica representar em sua estrutura política e religiosa a monarquia no

---

<sup>175</sup> SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Op. Cit.** 2007, p. 162. *Grifo nosso.*

<sup>176</sup> Idem, p. 163.

Brasil superada. Esta postura da Igreja oitocentista ultramontana como antimoderna e antirrepublicana (embora no Brasil não tenha havido oficialmente tal oposição por parte do episcopado nacional), levou a importantes conflitos entre o clero católico e o liberalismo triunfante no país. No caso de Goiás, esta peleja se deu de modo bastante evidente entre Dom Eduardo Silva e a oligarquia dos Bulhões<sup>177</sup>, marcando em seu bispado, para além dos conflitos internos ao catolicismo, também pelejas externas do ponto de vista político contra aqueles que detinham o poder civil no estado.

### *2.1.2. Os conflitos políticos da Igreja Católica em Goiás durante o bispado de Dom Eduardo Silva*

A passagem de Dom Eduardo Duarte Silva pela diocese de Goiás foi marcada não somente por conflitos com as irmandades locais pelo controle administrativo e financeiro de festas e romarias religiosas, mas – e sobretudo – por contendas políticas com o poder civil, especialmente por conta da ascensão política da oligarquia dos Bulhões, e, com ela, dos ideais liberais e – consequentemente – anticlericais<sup>178</sup>.

No caso do Brasil, o liberalismo republicano foi personificado de modo mais claro em importantes nomes ligados à política e intelectualidade nacional da virada do século XIX para o XX, como Benjamin Constant, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Miguel Lemos, Teixeira Mendes, Machado de Assis, Rio Barbosa, Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva. Em Goiás, esta vertente política ficou centralizada fundamentalmente nas lideranças políticas ligadas à oligarquia dos Bulhões.<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Abordaremos estas pelejas com as oligarquias goianas no decorrer da próxima subseção e segunda parte do presente capítulo.

<sup>178</sup> As pelejas entre o liberalismo e o catolicismo não datam somente do século XX. Antes, como discutimos em nosso capítulo anterior, suas origens podem ser remetidas ainda ao iluminismo e o seu consequente anticlericalismo dos séculos XVIII. Todavia, foi somente no século XIX que, especialmente por conta da Revolução Francesa e das investidas napoleônicas contra os Estados de maioria católica – como Espanha, Portugal e Áustria – e contra os próprios estados pontifícios, que a oposição católica ao liberalismo se tornou um programa sistematizado dentro da Igreja. Esta posição católica ficou mais bem definida com o advento e ascensão do ultramontanismo na Santa Sé, expressa especialmente nas diversas encíclicas de Gregório XVI e Pio IX contra o mundo moderno e, de maneira especial, contra os princípios liberais. A partir daí, liberalismo e catolicismo se oporiam ao longo de toda segunda metade do século XIX e primeira do XX, tendo suas expressões mais evidentes na imprensa e nos documentos pontifícios. Sobre o assunto, ver: CLARK, Christopher; KAISER, Wolfram. (Orgs.). **Culture wars: Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

<sup>179</sup> No final do século XIX basicamente três grupos ideológicos dominavam o cenário político goiano: os liberais, ligados aos Bulhões; os conservadores, ligados às oligarquias Fleury e Jardim, dominantes em Goiás durante a monarquia; e os republicanos, liderados pelo jovem intelectual Joaquim Xavier Guimarães Natal, ligado por casamento aos Bulhões. Sobre o assunto, ver: SANTOS, Miguel Archângelo

A família Bulhões esteve presente na vida política de Goiás desde meados do século XIX como principal grupo oligárquico ligado à maçonaria e ao liberalismo. Todavia, sua ascensão ao poder no estado não se deu imediatamente com a proclamação da república. Antes, o primeiro presidente republicano de Goiás foi o mineiro Rodolfo Gustavo da Paixão, nomeado diretamente pelo presidente Deodoro da Fonseca, o que trouxe descontentamento aos grupos republicanos goianos, que viram na pessoa de um “forasteiro” a ocupação externa do principal cargo executivo do estado.

A nomeação seguinte, no segundo Ministério de Deodoro, “amenizou um pouco, mas não totalmente o choque”<sup>180</sup>: foram nomeados os goianos, José Bonifácio Gomes de Siqueira (presidente) e Constácio Ribeiro da Maia (Vice), ambos do grupo Fleury, portanto, daqueles que já ocupavam o poder durante a monarquia e que eram ligados politicamente ao antigo Partido Conservador. Assim, foi somente com Floriano Peixoto e seu delegado, o Tenente-coronel Braz Abrantes, que os interventores de Deodoro seriam depostos e, pelo poder do voto, os Bulhões chegariam ao poder, inaugurando de fato, em 18 de julho de 1892, um longo período de poder liberal em Goiás, cujo principal nome foi o senador e patriarca da família, José Leopoldo de Bulhões Jardim.<sup>181</sup> Veja as tabelas abaixo:

---

Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás**: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984, p. 21.

<sup>180</sup> SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás**: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984. p. 25.

<sup>181</sup> A influência de José Leopoldo de Bulhões Jardim não se restringiu somente ao cenário político goiano. Antes, homem de próxima ligação à Rui Barbosa, o senador goiano exerceu ainda em nível nacional os cargos de diretor do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda durante a presidência de Rodrigues Alves, sendo importante figura na estabilização monetária desse período no país. Ver: MORAIS, Maria Augusta Sant’anna. **História de uma Oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974.

**Tabela 5: Grupos Políticos em Goiás no Final do Império**

GRUPOS POLÍTICOS EM GOIÁS NO FINAL DO IMPÉRIO			
Oligarquia	Ideologia política	Relacionamento com a Igreja Católica	Periódicos
Fleury	Conservadores	Católicos conservadores	"Gazeta Goyana" (1889-1891)
Bulhões	Liberais	Anticlericais	"Tribuna Livre" (1878-1884) / "Goyaz" (1884-1909)
Guimarães Natal	Republicanos	Católicos moderados	"O Bocayuva" (1882-1883)

Fonte: Tabela construída pela autora<sup>182</sup>

**Tabela 6: Grupos Políticos em Goiás (1889-1950)**

GRUPOS POLÍTICOS EM GOIÁS (1889-1954)				
Oligarquia	Período no poder	Partido Político	Relacionamento com a Igreja Católica	Principais nomes
Fleury	1889-18920	Partido Católico	Católicos conservadores	José Bonifácio Gomes da Siqueira
Bulhões	1892-1904/1909-1912	Partido Liberal	Anticlericais	José Leopoldo de Bulhões Jardim
Xavier de Almeida	1904-1909	Partido Republicano	Católicos moderados	José Xavier de Almeida
Caiado	1912-1930	Partido Democrata	Católicos moderados	Antônio Ramos Caiado
Ludovico de Almeida	1930-1945/1951-1954	Partido Social Democrata	Católicos moderados	Pedro Ludovico de Almeida

Fonte: Tabela construída pela autora<sup>183</sup>

<sup>182</sup> Tabela construída com base nos dados de: SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. Missionários Redentoristas alemães em Goiás, uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984.

<sup>183</sup> Idem. O caso da última linha, Ludovico de Almeida, não chega a constituir-se como uma oligarquia de fato, visto que se trata de apenas um indivíduo, Pedro Ludovico de Almeida, que, por força da intervenção de Getúlio Vargas, governou o estado de Goiás por 15 anos consecutivos, sendo reeleito para um novo mandato entre 1951 e 1954. Apesar de seu filho, Mauro Borges Teixeira, ter ocupado também o cargo de governador, entre 1961 e 1964, sua família não se tornou de fato uma oligarquia em Goiás. Sobre Pedro Ludovico e sua relação com nosso objeto de pesquisa, trataremos mais adequadamente em nosso Capítulo 3.

A ascensão dos Bulhões ao poder sucedeu em apenas um ano a chegada de Dom Eduardo Silva à diocese de Goiás. A oposição do grupo à Igreja, porém, já se arrastava há alguns anos, especialmente por meio da imprensa. De propriedade de dois dos mais importantes jornais do estado – *Tribuna Livre* (1878-1884), durante o império e *Goyaz* (1884-1909), durante a Primeira República – os Bulhões lançavam contra o clero e a Igreja importantes críticas, ao passo que louvava os sucessos liberais no fim do padroado, como o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a laicização do ensino. O principal adversário desses periódicos em Goiás foi a *Gazeta Goyana*, de propriedade do Cônego Ignácio Xavier da Silva, cujos ataques diretos à oligarquia e ao próprio José Leopoldo de Bulhões Jardim, tornaram o clima entre Igreja e Estado insustentável no início do século XX.

O evento que mais claramente marcou este conflito ocorreu em 1894, quando, ao voltar da Europa – para onde viajou a fim de conseguir congregações religiosas para atuarem em Goiás – Dom Eduardo Silva se deparou, na capital do estado, com o prédio episcopal do Seminário tomado pelo poder civil, algo que desrespeitava diretamente o Decreto federal de 7 de janeiro de 1890, “que mandava reconhecer em favor da Igreja todas as propriedades de que a mesma estivesse de posse até aquela data.”<sup>184</sup> Desalojado e com situação insustentável, Dom Eduardo Silva decidiu transferir a sede da diocese de Goiás para a cidade de Uberaba, fora do estado, algo que muito negativamente repercutiu em sua relação com a população da capital, cuja imagem do bispo já não era bem vista por conta de suas diversas reformas na catedral e sua característica intransigência ultramontana para com as festividades da religiosidade popular locais.<sup>185</sup> Assim, a sede da diocese goiana permaneceu em Uberaba até 1907, quando Dom Eduardo conseguiu a criação de uma diocese própria para a cidade mineira, sendo, por isso, nomeado para o episcopado de Goiás, Dom Prudêncio Gomes da Silva. Veja o mapa abaixo que destaca a demarcação da distância entre Goiás e Uberaba.

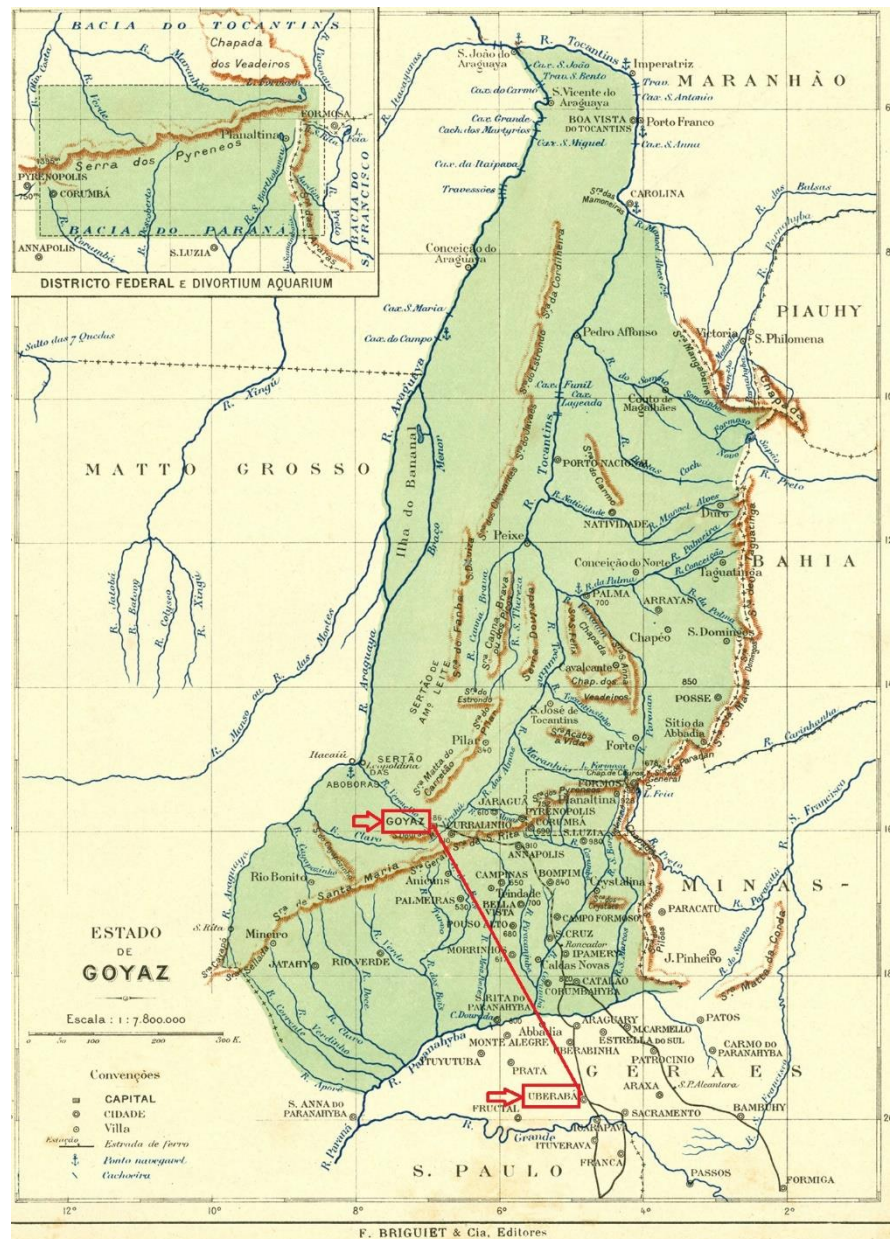
---

<sup>184</sup> SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens**: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz. Goiânia: Ed. da UCG, 2007. p. 142.

<sup>185</sup> Além dos já referidos conflitos de Dom Eduardo em São José do Tocantins e Barro Preto, em 1891 Dom Eduardo decidiu pela supressão de procissões religiosas tradicionais na capital de Goiás por estas desrespeitarem seus decretos de repasse financeiro, uma vez que o dinheiro recolhido pelas folias locais estava sendo ainda destinado para “bailes, banquetes e cavalhadas”. Em consequência disso, “a desobediência e a ira de parte da população se condensaram, reunindo-se um grupo em passeata ofensiva ao bispo, jurando os manifestantes continuar suas representações como se as resoluções episcopais não existissem.” SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica**: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 172.



**Mapa 2: Mapa do Estado de “Goyaz” de 1923. Em destaque a distância (600Km) entre as cidades de Goyaz e Uberaba**



Fonte: Disponível em: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm> <sup>186</sup>

Dom Eduardo justificou sua saída da capital goiana a partir de outras razões. Segundo destaca a historiadora e socióloga Leila Borges Dias Santos,

Entre os motivos apontados pelo clero para a saída de D. Eduardo, em carta datada de treze de abril de 1896, destacam-se a oposição de muitos pais à vocação eclesiástica de seus filhos; o número reduzido de sacerdotes em uma tão vasta diocese; a escassez e carestia de gêneros alimentícios para alimentar os alunos; o pífio rendimento das doações instituídas pelo bispo, assim como as insuficientes doações do

<sup>186</sup> Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm> Acessado em 19/12/2018. Destacamos que, apesar de ser o mesmo mapa usado anteriormente, neste enfatizamos apenas a distância entre as cidades destacadas, e não as localizações das principais romarias de Goiás.

povo para que se realizem as cerimônias religiosas; a pouca participação popular nas solenidades religiosas; com exceção da Semana Santa, ficando o bispo desprestigiado com pouquíssimas pessoas nas ruas; a quase ausência de sacerdotes nas paróquias que permaneciam vagas; a falta de residência episcopal; e a não-manifestação de apoio de boa parte da população à D. Eduardo.<sup>187</sup>

Todavia, na direção contrária das interpretações historiográficas mais tradicionais sobre o assunto, das quais partilha Leila Santos, Ronaldo Vaz argumenta que o peso dos conflitos políticos de Dom Eduardo em Goiás foram muito mais decisivos para sua retirada da capital do estado do que os alegados motivos acima elencados.<sup>188</sup> Segundo o historiador goiano,

A decisão do abandono, ou quem sabe da fuga, não foi um ato isolado de D. Eduardo, fora um conselho da elite eclesiástica da diocese, os signatários do documento, que também partiram: cônego José Iria Xavier Serra Dourada, vigário geral do Bispado; padre Theophilo José de Paiva, pró-parocho da Sé; cônego Dr. Hypolito Costa, reitor do Seminário; cônego Inácio Xavier da Silva; e padres Joaquim Confúcio de Amorim e Pedro R. da Silva. O Papa Leão XIII aprovou posteriormente, em 9 de agosto de 1896, a decisão tomada por D. Eduardo, mediante o mons. João Baptista Guídi, encarregado dos negócios da Santa Sé. O clero e o bispo, não podendo vencer eleitoralmente, procederam a essa manobra política, tentando jogar a população do Estado contra os Bulhões.<sup>189</sup>

Neste sentido, é possível notarmos que, na contramão do que ocorreu na maior parte do país, onde a separação Igreja-Estado gerou uma “atitude das autoridades governamentais marcada pela indiferença”,<sup>190</sup> em Goiás o primeiro momento pós-padroado foi marcado pelo embate entre o episcopado (de tendência expressamente ultramontana) e o Estado (diretamente ligado ao liberalismo e, conseqüentemente, ao anticlericalismo dele derivado<sup>191</sup>). Esta dificuldade enfrentada pela Igreja em Goiás, somada à carência material e financeira, foi resolvida apenas nos bispados seguintes, cujo caráter ultramontano foi progressivamente minguado, dando lugar a um episcopado

---

<sup>187</sup> SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica**: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 170.

<sup>188</sup> Esta interpretação da transferência da sede da diocese de Goiás para Uberaba como sendo fruto majoritariamente do desgosto de Dom Eduardo para com a falta de apoio da população local é partilhada especialmente por dois historiadores eclesiásticos, nos quais a referida autora se baseia: o clérigo cônego José Trindade da Fonseca Silva e o ex-redentorista Miguel Archângelo Nogueira dos Santos. Ver: SILVA, José Trindade da Fonseca. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2006; SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás**: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984.

<sup>189</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Op. Cit.** 1997, p. 121.

<sup>190</sup> Idem, p. 125.

<sup>191</sup> Ver tabela 6.

mais preocupado em garantir junto ao Estado os privilégios de uma aliança informal do que propriamente lutar contra este por uma soberania do poder eclesiástico sobre o civil. Além disso, as importantes alterações na conjuntura política de Goiás a partir do final da primeira década do século XX abriu um importante horizonte de possibilidades para o novo bispo, Dom Prudêncio Gomes da Silva, de conseguir junto ao Estado o reatar de parcerias importantes que se refletiriam especialmente na gestão de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, justamente no âmbito educacional.

### *2.1.3. A educação em Goiás durante o bispado de Dom Eduardo Duarte Silva*

No que tange especificamente a educação, desde o período imperial, portanto ainda em meados do século XIX, a instrução pública compunha a pauta de preocupação política do país, sendo, por conseguinte, um tema de recorrente preocupação também no âmbito político-administrativo da Igreja Católica.

No caso específico de Goiás, o caráter obrigatório da instrução se tornou expresso em lei já em 1835, com a publicação da Lei nº 13 daquele mesmo ano, cuja determinação era de que seriam obrigados os pais de família a “dar a seos filhos a instrucção primaria de primeiro graó, ou nas Escolas Publicas, ou particulares, ou em suas proprias casas; e naó os podaraó tirar d’ellas, em quanto naó souberem as materias proprias do mesmo graó.”<sup>192</sup>

Ainda que os resultados práticos da aplicação desta lei em Goiás não tenham alcançado as expectativas nela expostas, uma vez que as “dificuldades financeiras e o lento progresso da instrução pública no estado trazem um diagnóstico frustrante, indicando a necessidade de reforma”<sup>193</sup>, chama-nos atenção a presença forte do braço católico nos termos da legislação educacional desde sua primeira versão, fruto ainda do regime de união entre Igreja e Estado no padroado régio. Ali, estabelece-se já em seu

---

<sup>192</sup> GOYAZ. Lei nº 13 de 23 de junho de 1835, Artigo 9º. Disponível em: [http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI\\_GOIANA\\_SOBRE\\_INSTRUCAO\\_PUBLICA.pdf](http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI_GOIANA_SOBRE_INSTRUCAO_PUBLICA.pdf) Acesso em 30 de junho de 2018. Esta mesma lei estabelecia ainda multa de dez a vinte mil réis às famílias que descumprissem suas determinações, dobrando-se o valor em casos de reincidência.

<sup>193</sup> GONÇALVES, Ana Maria. A ordenação do ensino público goiano (1889-1930). In: **Anais IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia: UCG, 2006. p. 3. De acordo com Miriam Fábila Alves, “ao final do Império, Goiás possuía cerca de 158 mil habitantes, dos quais de 15 a 18% estavam em idade escolar. No entanto, apenas 10% recebiam instrução, ou seja, 90% das crianças residentes na zona rural, nas áreas periféricas das cidades, vilas e povoados não recebiam formação escolar institucionalizada.” ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 74

primeiro artigo que a doutrina cristã e os “deveres moraes, e religiosos” comporiam matérias obrigatórias no que se entendia por 1º e 2º graus da educação primária.<sup>194</sup> Para além disso, a mesma legislação estabelece como requisito obrigatório para a profissão docente o pertencimento expresso à religião católica (Artigo 11º) e a obrigatoriedade do poder civil de fiscalizar seu cumprimento, “esmerando se em que seja a mocidade doutrinada nas mais puras ideias religiosas.”<sup>195</sup>

Estas relações foram potencialmente estremecidas com o advento da república e, com ela, em Goiás, dos muitos conflitos entre o poder civil e eclesiástico, como destacamos nas subseções anteriores. Durante as primeiras décadas da república, em Goiás, na contramão de diversos estados da federação – onde houve uma acentuada defesa da instrução como condição primordial do projeto civilizador – a instrução primária não recebeu qualquer ênfase especial nos discursos oficiais do Estado, ou mesmo qualquer defesa semelhante nos discursos das elites goianas desse período.<sup>196</sup> O resultado prático foi uma educação ainda deficientemente oferecida pelo Estado – sob responsabilidade dos municípios–, cuja debilidade foi sagazmente notada por Oscar Leal, em passagem por Goiás em 1890. Segundo o viajante carioca, “infelizmente a república ainda até esta data não cuidou da reforma da instrução publica e as escolas que por exemplo conta o Estado de Goyaz além de serem em numero limitadíssimo são na maior parte regidas por homens pouco habilitados e diligentes.”<sup>197</sup>

No que tange o conteúdo obrigatório, já na primeira lei republicana referente à educação em Goiás, de 31 de julho de 1893, estabelecia-se a obrigatoriedade do ensino de ciências como História e Geografia do Brasil, excluindo-se o ensino religioso para substituí-lo pela “instrução moral e cívica.”<sup>198</sup> Na prática, entretanto, esta substituição

---

<sup>194</sup> GOYAZ. Lei nº 13 de 23 de junho de 1835, Artigo 1º. Disponível em: [http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI\\_GOIANA\\_SOBRE\\_INSTRUCAO\\_PUBLICA.pdf](http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI_GOIANA_SOBRE_INSTRUCAO_PUBLICA.pdf) Acesso em 30 de junho de 2018.

<sup>195</sup> Idem. Artigo 22, §4º.

<sup>196</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 41. Uma das poucas exceções pode ser notada no discurso do primeiro presidente do Estado de Goyaz, Rodolfo Gustavo da Paixão, que, sob o espectro do binômio “progresso/atraso”, defendia a tomada para o poder estadual da responsabilidade da oferta de uma educação pública gratuita à população. Todavia, como já destacamos anteriormente, Paixão foi um interventor mineiro indicado por Deodoro da Fonseca para a presidência de Goiás, visto pelos republicanos goianos como um “forasteiro”, e, por isso, permanecendo por pouco tempo na presidência no Estado.

<sup>197</sup> LEAL, Oscar. **Viagens às terras goyanas (Brasi Central)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1980. p. 33.

<sup>198</sup> GOYAZ. Lei n.38 de 31 de julho de 1893: Reformando a instrução publica do Estado. Artigo 5º. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1893/lei\\_038.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1893/lei_038.pdf) Acesso em 30 de junho de 2018.

deu-se de maneira controversa, uma vez que a significativa influência do clero tanto sobre população local, quanto sobre os próprios governos municipais, não raramente fazia com que o poder civil negligenciasse a laicidade do ensino público, permitindo que os próprios padres visitassem periodicamente as escolas municipais para ministrarem o ensino religioso. Casos assim podem ser constatados pela proibição expressa em 1890 das práticas de visitação do clero às escolas públicas de Goiás, conforme evidencia os documentos da Secretaria de Governo de Goyaz do referido ano:

constando-nos que de há muito é tolerada a prática de visitarem os frades as escolas públicas, desta capital, uma e duas vezes por semana, afim de ministrarem aos alunos o ensino religioso, já a cargo dos professores, e sendo, hoje tal intervenção no ensino contrária a nova ordem de causas criadas pelo Decreto do governo que estabelece a separação da Igreja e do Estado a mais completa liberdade de cultos, vos recomendamos, que providencieis no sentido de ser interrompida semelhante prática.<sup>199</sup>

Esta referida prática do clero em visitar e interferir diretamente na educação pública em Goiás refere-se menos a um desleixo proposital dos agentes públicos municipais para com o cumprimento da lei de laicidade da educação no país do que propriamente a uma estratégia católica de manutenção de poder por meio da educação por parte da Igreja Católica, fruto, antes de tudo da maneira mesma como o clero, especialmente o clero regular vindo da Europa desde o final do século XIX, entendia a educação como caminho para moralidade cristã.

No que se refere ao modo como a Igreja Católica percebia a educação no início da república em Goiás, já em sua primeira carta pastoral, pouco depois da proclamação da república e consequente laicização do ensino público, Dom Eduardo Silva deixou claro sua oposição ao advento da laicidade na educação e da “eschola [que] não ensina mais Deus”,<sup>200</sup> concluindo que:

Não vemos os apóstolos do mal trabalharem com amor febril para aniquilar a fé, sob pretexto de que sem religião e sem Deus pode haver moral, ordem e progresso? [...] Não admira pois que a eschola, o teatro, a imprensa, a pintura, a literatura, a filosofia, a poesia, o romance sejam o que são, isto é: cannaes pestíferos e condutores de

---

<sup>199</sup> GOYAZ, livro 946, Secretaria de Governo, Instrução Pública (1889-1890). Apud: ALVES, Miriam Fábia. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 80.

<sup>200</sup> SILVA, Dom Eduardo. Carta Pastoral de 1890. Apud: SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944**. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984. p. 55.

toda uma impiedade, blasfêmias e imoralidades com o fim único de levar o homem aos humores do mais sensual paganismo.<sup>201</sup>

Para além da substituição do ensino religioso pelo ensino laico, pesava sobre o clero católico em Goiás, especialmente para os missionários europeus trazidos por Dom Cláudio e Dom Eduardo para atuarem na diocese goiana, a significativa ausência geral de escolas e a baixa alfabetização da população. Mais que isso, a laicização do ensino e a consequente proibição da atuação catequética nas escolas públicas de Goiás tornou-se um duplo problema para a ação religiosa, uma vez que a pregação do catecismo far-se-ia em dias e horários cuja participação não obrigatória levava à irregularidade da frequência, como relata o Pe. João Batista Kiermeier, redentorista alemão, a seu superior conselheiro em Roma:

A falta de escola é que tira a eficácia e a perseverança na nossa pastoral, em Campinas. Estando nós já há 9 anos aqui, poder-se-ia esperar que a mocidade abaixo dos 20 anos fosse bem instruída e que os moços formassem uma vida autêntica de catolicismo. Mas, as instruções dos domingos e do catecismo não chegam, em parte, porque são frequentadas irregularmente, em parte porque crianças que não sabem ler, não aprendem o catecismo e não entendem as explicações. Logo porém que estes meninos deixam de frequentar o catecismo, não frequentam mais os sacramentos, e, aos 15 ou 16 anos já estão mergulhados na depravação moral. [...] Só uma escola pode auxiliar em tal miséria, orientando essa mocidade para noções mais elevadas e para a religião<sup>202</sup>

Esta ideia de que somente uma escola católica teria a capacidade de proteger e redimir a sociedade dos riscos que o mundo moderno impunha tornou-se o argumento não somente do clero, mas igualmente da população a ele submetida. O resultado foi o apoio expressivo da população das localidades de atuação dos missionários redentoristas e dominicanos pela fundação de novos colégios católicos por eles dirigidos, especialmente de internatos para moças. Um caso notável observado nas fontes refere-se aos moradores da cidade de Bonfim, que em 1903 lutavam pela presença de uma congregação religiosa que dirigisse uma escola no município, enfrentando até mesmo a oposição do pároco local à presença do clero regular em sua freguesia, conforme relata Herculano Sebastião de Siqueira a Dom Júlio Tonti, Núncio Apostólico, em carta datada de 26 de julho do referido ano:

---

<sup>201</sup> SILVA, Dom Eduardo. Carta Pastoral de 1890. Apud: SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944.** São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984. p. 55.

<sup>202</sup> COPRESP-A, 3º Volume (1902-1904). **Carta nº. 659.** Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Conselheiro em Roma. Barro Preto, 29 de janeiro de 1904, p. 413.



Há tempo que os habitantes desta cidade pelejam para obter frades e um colégio dirigido por eles e não têm conseguido, porque o nosso atual Vigário, Pe. Gomes Pereira da Silva, opõe-se a isso. Não vemos outro motivo de assim proceder aquele vigário, se não o de querer ser ele senhor único e absoluto de uma freguesia rica, como é esta; tanto que em 10 anos acumulou uma fortuna para 100 contos de réis. Ora, pergunto, ou dizem os habitantes desta freguesia: em que o povo lucra e a religião, indo os rendimentos eclesiásticos acumular-se em proveito só de um? Não será melhor que aproveitem uma grande associação religiosa e instrutiva para ao povo? Uma congregação com mais de um beneficiado? Há pouco, dirigimos um abaixo-assinado ao DD. Mons. Inácio Xavier da Silva, Vigário de Uberaba, pedindo que nos declarasse quais as condições que nos seriam exigidas para obtermos uns frades para dirigirem nesta cidade um colégio e que, logo fosse possível, queríamos também umas freiras para um colégio de meninas; e pedimos ao nosso Vigário não só sua assinatura no referido abaixo-assinado, como também uma carta do Exmo. Bispo Diocesano reforçando o nosso pedido. Pois quer saber V. Excia. Revma. o que obtivemos do nosso vigário? Foi uma tenaz resistência, impedindo a que o nosso pedido fosse aceito.<sup>203</sup>

Por parte da diocese, tais pedidos vieram ao encontro dos esforços por parte de Dom Eduardo para manter e expandir o ensino confessional no estado, especialmente face aos expressivos conflitos políticos do bispo com a oligarquia dos Bulhões, então no poder em Goiás.

No que se refere à manutenção, Dom Eduardo Silva assegurou-se da permanência dos dois colégios católicos da diocese, ambos femininos e dirigidos pelas Irmãs Dominicanas, instalados por seu antecessor, Dom Cláudio Ponce de Leão: o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado em 1885 em Uberaba, e Sant'Anna de Goiás, fundado em 1889 na capital. Para tanto, o bispo apelou para o apelo popular, por meio do qual afirmava a vocação das escolas de “regenerar a sociedade através da família cristã, pela educação da mulher”, questionando diretamente à população se “Consentireis que as portas daquelas casas se fechem às vossas filhas? Consentireis presenciar a retirada daquelas heroicas religiosas?”<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> COPRESP-B, 2º Volume (1898-1905). **Carta nº. 421.** Herculano Sebastião de Siqueira a Dom Júlio Tonti, Núncio Apostólico. Bonfim, 26 de julho de 1903, p. 380. Mesmo no final do século anterior, o redentorista Pe. Lourenço Gahr registrava em carta a seu superior alemão, Pe. Mathias Raus, que “Duas paróquias vizinhas pediram ao bispo para serem incorporadas à nossa. Aqui, nos procuram certas pessoas, pedindo-nos para assumir a escola, pois não acham professor.” COPRESP-A, 2º Volume – 1897-1901. **Carta nº. 289.** Pe. Lourenço Gahr a Pe. Mathias Raus. Campinas, 6 de janeiro de 1898, p. 152.

<sup>204</sup> LLECG, Frei Germano. A Ordem Dominicana em Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 5, 1976. p. 214.

Para além das duas escolas, para as quais o bispo conseguiu ainda subvenção do Estado a partir de 1904,<sup>205</sup> Dom Eduardo articulou ainda junto à ordem dominicana a fundação de mais duas escolas femininas, a de Santa Catarina, em Bela Vista, em 1902, e a do Sagrado Coração de Jesus, em Porto Nacional, em 1904. Tais colégios, aos olhos da Igreja Católica, seriam a esperança de manutenção da supremacia moral e religiosa do catolicismo por meio a educação feminina e consequente influência materna nos lares cristãos, conforme ressalta otimista o redentorista Pe. José Wendl sobre as atividades educacionais das Irmãs Dominicanas em Goiás, em carta datada de 6 de março de 1906:

Com as Irmãs vai indo tudo bem. Elas já têm toda a juventude feminina da cidade e, além disto, ainda 12 internas. Elas são muito observantes e gozam do respeito e amor de todos. Elas são uma verdadeira bênção para Bela Vista e arredores. Somente pela educação cristã das moças, futuras mães, é que se pode esperar uma elevação substancial da vida cristã.<sup>206</sup>

Em resumo, portanto, no que tange a educação, à despeito de seus não poucos conflitos internos e externos à diocese goiana, o bispado de Dom Eduardo teve que lidar com a irreversível laicização do ensino no Brasil. Do ponto de vista da manutenção das escolas católicas, e mesmo da expansão, Dom Eduardo teve êxito, especialmente no que tange a promoção do ideário de que somente pela educação cristã católica, especialmente feminina, os males sociais e culturais advindos com a República poderiam ser evitados e combatidos, uma vez que ele manteve e incentivou as escolas católicas femininas.

Já no que tange a educação masculina, a manutenção e expansão do Seminário Santa Cruz (especialmente quando de sua transferência para Uberaba) elevou o número

---

<sup>205</sup> Semanário Oficial. 07 de maio de 1904, p. 3. Apud: SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944.** São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984. p. 57.

<sup>206</sup> COPRESP-B, 2º Volume (1898-1905). **Carta nº. 460.** Pe. José Wendl a Pe. Anton Schöpf. Campinas, 6 de março de 1904, p. 461. É curioso notar que, para além das expectativas religiosas e morais sobre a educação feminina nas escolas dominicanas, Dom Eduardo Silva ainda expressava esperança na transformação dos costumes populares em Goiás, conforme relata em sua autobiografia: “Não vi nem a fazendeira, nem suas filhas, porque não é costume serem apresentadas aos hóspedes, que elas só ficam conhecendo por espiarem pela fechadura das chaves. Felizmente, esse costume muçulmano já vai acabando, e isso devido à educação que as meninas vão tendo nos colégios.” SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens:** autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz. Goiânia: Ed. da UCG, 2007. p. 80



de matriculados de 4, quando de sua chegada na diocese, para mais de 90 no final de 1907.<sup>207</sup> Sua estratégia para tanto foi, segundo Leila Santos,

oferecer gratuitamente a matrícula e sua manutenção no estabelecimento com roupas, calçados e livros. E assim como oferecia ensino eclesiástico, o Seminário ofertava também ensino leigo, com aulas primárias e secundárias, constituindo-se em internato e externato [...]<sup>208</sup>

Em linhas gerais, portanto, ainda que o saldo político de Dom Eduardo frente à diocese de Goiás não tenha sido positivo, do ponto de vista da educação a fragilidade do Estado – imerso em conflitos oligárquicos e em dificuldades legais de determinação de responsabilidades municipais ou estaduais sobre a educação pública – permitiu significativas conquistas católicas, se não numericamente expressivas, seguramente do ponto de vista do apoio popular à sua iniciativa e manutenção.

## **2.2. Da Estadualização à Restauração em Goiás: o bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva**

A compreensão do modo como a Igreja Católica lidou com o fim do regime de padroado e suas consequências ao longo de toda a primeira metade do século XX tem na historiografia brasileira alguns conceitos-chave que merecem destaque e a devida reflexão, especialmente para analisarmos o caso específico de Goiás e suas consequências no campo educacional em que se insere nosso objeto de pesquisa. Dentre tais conceitos, destacam-se a Estadualização, a Restauração e a Neocristandade. Estes três conceitos tentam dar conta, respectivamente, do processo de adaptação da Igreja ao regime republicano brasileiro, bem como à sua reaproximação com o Estado e a posterior tentativa de reestabelecimento do seu poder político e influência universal.

O conceito de “Estadualização” foi cunhado pelo sociólogo Sérgio Miceli<sup>209</sup> em sua tese de livre-docência, *A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)*, defendida pela Universidade Estadual de Campinas, em 1986. Em geral, Miceli procurou com este conceito dar conta do processo de descentralização da administração eclesiástica brasileira sob a direção dos bispos nos âmbitos estaduais. Segundo o sociólogo, a

---

<sup>207</sup> SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da Súplica: catolicismo em Goiás no final do século XIX*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 164

<sup>208</sup> SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da Súplica: catolicismo em Goiás no final do século XIX*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. p. 164.

<sup>209</sup> MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

autonomia política dos estados da federação foi seguida, no âmbito eclesiástico, por uma “estadualização” também da Igreja no Brasil, por meio da qual as capitais estaduais foram elevadas à sede das dioceses, tornando, por um lado, a convivência obrigatória entre os chefes do poder civil e eclesiástico e, por outro, elevando os bispos à função de mediadores das disputas políticas entre as oligarquias regionais. Assim, “uma vez definida a contenda, [os bispos] colocavam os seus serviços à disposição dos vitoriosos, contribuindo para a manutenção e perpetuação destes no poder.”<sup>210</sup>

Os pressupostos teórico-metodológicos de Sérgio Miceli estão calcados no materialismo histórico dialético marxista. Discípulo direto de Pierre Bourdieu, de quem foi orientando de doutorado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris, Miceli procurou em sua tese de livre-docência destacar o papel da Igreja Católica (especialmente dos bispos, a quem chama de “elite eclesiástica”) de manutenção das classes dominantes no poder na primeira república brasileira, adaptando-se ao novo regime por meio de uma descentralização das decisões e estratégias eclesiásticas para as mãos dos bispos, de acordo com a realidade de cada estado da federação, que agora gozava de ampla autonomia política e que, por isso, merecia igual atenção regionalizada.

Embora o termo seja confuso, por descuidadamente sugerir que o poder centralizador de Roma (que desde o ultramontanismo do século anterior aumentava cada vez mais) pudesse no Brasil ser dispersado em frações diocesanas descentralizadas de poder, a vantagem analítica da interpretação de Sérgio Miceli está no fato de o sociólogo enxergar na figura dos bispos a autoridade de lidar regionalmente com o poder civil das oligarquias estaduais de modo a se obter vantagens para a Igreja em geral, servindo, assim, a um projeto que, embora dê certa autonomia às dioceses em seu âmbito regional, canalizava tal força política restauradora a um poder nacional e global da Igreja Católica Romana.

Nesta direção, Sérgio Miceli postula que, por meio da “estadualização”, a Igreja Católica no Brasil dava seu primeiro passo no caminho da restauração de sua influência política no país, sem, contudo, se opor ao regime republicano recém-implantado. Como principal exemplo de sucesso neste processo destacou-se Dom Silvério Gomes Pimenta (1890-1922), em Mariana MG. Ali, aproveitando-se da forte influência católica na

---

<sup>210</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade**. (1891- 1955). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 48.

população, o bispo mineiro buscou implementar uma forte agenda de diálogo político, por meio do qual obteve já em 1891, por exemplo, a reintrodução do ensino religioso e do subsídio público às escolas católicas no estado, além de diversas outras concessões estaduais.<sup>211</sup>

Em Goiás, no entanto, como destacamos em nossa primeira seção do presente capítulo, os conflitos diretos entre Dom Eduardo Duarte Silva e a oligarquia dos Bulhões impediram que o bispo realizasse ali este processo de reaproximação entre a Igreja e o poder civil estadual a que Miceli chama de “estadualização”. Mais que isso, a saída do prelado da capital goiana em sua transferência para Uberaba representou um importante recuo da Igreja face ao Estado que somente seria desfeito com importantes alterações tanto no âmbito político estadual, quanto na saída definitiva de Dom Eduardo da direção da diocese goiana.

A substituição de Dom Eduardo por Dom Prudêncio como bispo de Goiás ocorreu em 1907 por ocasião da criação da diocese de Uberaba pela Santa Sé, permanecendo ali Dom Eduardo e sendo para Goiás nomeado Dom Prudêncio Gomes da Silva. Esta medida foi tomada pelo Vaticano somente mais de uma década depois da transferência da sede diocesana para fora do estado de Goiás, e, segundo argumenta Ronaldo Vaz, não foi uma medida despropositada. Antes, segundo o historiador goiano,

diante dos eventos que estavam a acontecer em Goiás, a Santa Sé não podia dar uma prova de fraqueza perante o poder público estadual, criando um novo bispado para o prelado que se exilara noutra cidade menos importante. Na verdade, era preferível deixar a capital goiana sem bispo, como se fosse uma punição aos Bulhões e aos seus aliados, medida essa que incidia sobre toda a população, com o propósito de indispô-la contra os oligarcas locais.<sup>212</sup>

Em 1907, entretanto, consolidava-se um novo contexto político que permitiu que a substituição de Dom Eduardo em Goiás não fosse vista como um sinal de fraqueza da Igreja perante o Estado. Neste, os principais adversários da Igreja em Goiás, os Bulhões, haviam sido politicamente derrotados e consolidava-se no poder importantes aliados políticos do catolicismo, cuja aliança deveria firmar-se com um bispo com uma postura menos inflexível tanto para com a população local, quanto para com o jogo político no estado.

---

<sup>211</sup> Ver: OLIVEIRA, Natiele Rosa de. **Entre a pátria do céu e a pátria terrestre**: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922). Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2013.

<sup>212</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade**. (1891- 1955). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 155.

### *2.2.1. A “estadualização” e a “restauração” da Igreja em Goiás no bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva*

Vitorioso em sua contenda com a Igreja Católica em 1896, que forçara o exílio de Dom Eduardo para fora do estado de Goiás, o grupo político ligado aos Bulhões manteve sua hegemonia até o final do século XIX. No pleito de 1898, por exemplo, José Leopoldo de Bulhões elegeu sem qualquer dificuldade para a presidência do estado seu aliado Urbano Gouvêa, derrotando Ovídio Abrantes, candidato do Partido Católico e aliado da oligarquia dos Caiado. Também para o legislativo federal, no ano seguinte, Leopoldo de Bulhões elegeu seus indicados Francisco Leopoldo, José Xavier Almeida e Hermenegildo Lopes de Moraes, para três das quatro vagas reservadas a Goiás e, finalmente, em 1900, nas eleições para o senado, uma nova vitória dos Bulhões consagrou a supremacia bulhônica no poder político de Goiás no alvorecer do novo século.

A derrocada dos Bulhões, entretanto, teria início já em 1901, quando foi eleito para a presidência do estado José Xavier de Almeida. Advogado nascido em Morrinhos, Xavier de Almeida não possuía laços de parentesco com os Bulhões, embora fosse “o filho espiritual de Leopoldo de Bulhões, há muito lhe servindo e no qual muito confiava.”<sup>213</sup>

Apesar de sua tutela política ligada aos Bulhões, José Xavier de Almeida decidiu-se por casar-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo Lopes de Moraes – agiota também de Morrinhos, dono da maior fortuna do estado de Goiás e, por isso, de altíssima influência política no estado.<sup>214</sup> Esta união garantiu-lhe os recursos políticos e financeiros necessários para romper com a tutela bulhônica e conquistar seu próprio espaço e caminho político em Goiás. Tal rompimento se concretizou em fevereiro de 1904, quando Xavier de Almeida exonerou dois secretários de seu governo indicados por José Leopoldo de Bulhões, seguido da oficialização de sua aliança política com Sebastião Fleury Curado e a Luís Gonzaga Jaime, líderes do Partido Católico goiano e aos Caiado e Abrantes, todos eles adversários diretos de José

---

<sup>213</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade**. (1891- 1955). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 156.

<sup>214</sup> Sobre a fortuna e influência política de Hermenegildo Lopes de Moraes em Goiás, ver: OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910)**. Tese (Doutorado em História). Franca (SP): Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2006 e, RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)**. Tese (Doutorado em História). Goiânia (GO): Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2011.

Leopoldo. Nos anos seguintes, José Xavier de Almeida estendeu ainda mais sua influência política em Goiás ao eleger para a Assembleia Legislativa 19 dos 24 deputados e fazendo seu sucessor, Miguel da Rocha Lima, presidente estadual eleito em 1905.

Desde a eleição de Xavier de Almeida, em 1901, o governo estadual passou a subsidiar os Colégios católicos de Santana (Goiás) e de Santa Catarina (Bela Vista), dando um forte indicativo da disposição do Estado em firmar novas relações com a Igreja. Todavia, já possuindo palácio episcopal e seminário montado em Uberaba, Dom Eduardo preferiu permanecer onde estava e, já em 1907, uma vez consolidado (pelo menos temporariamente) o afastamento dos adversários católicos do poder estadual, a Santa Sé desmembrou Uberaba da diocese goiana, e elegeu para esta última Dom Prudêncio Gomes da Silva, cuja missão não era outra senão alicerçar de uma vez por todas o poder temporal da Igreja Católica no estado de Goiás do regime republicano.

Prudêncio Gomes da Silva, ao contrário de seu antecessor em Goiás, advinha de uma família pobre de Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais. Filho de Venâncio Gomes Rabello e Raymunda Gomes da Silva, Prudêncio ingressou relativamente tarde (para os padrões da época) no Seminário de Mariana, em 1885, com 17 anos de idade.<sup>215</sup> Ali o futuro bispo de Goiás estudou gratuitamente, já que “subsidiado pelo governo, este seminário atravessava grande fase com mais de 300 alunos, dos quais 50 cursavam teologia moral.”<sup>216</sup> Ali, Prudêncio fez importante amizade com o então padre Silvério Gomes Pimenta,<sup>217</sup> futuro bispo de Mariana, e exerceu até 1897 o cargo de professor no Seminário local, quando, neste referido ano, foi indicado para o cargo de “coadjutor da paróquia de Belo Horizonte, a nova capital do Estado de Minas, ainda sob a jurisdição eclesiástica de Mariana, e pároco de Contagem de Sabará.”<sup>218</sup> Posteriormente,

---

<sup>215</sup> Segundo Sérgio Miceli eram raros os casos de seminaristas que iniciavam a carreira eclesiástica somente no Seminário Maior, no final da adolescência ou no início da vida adulta. MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 110.

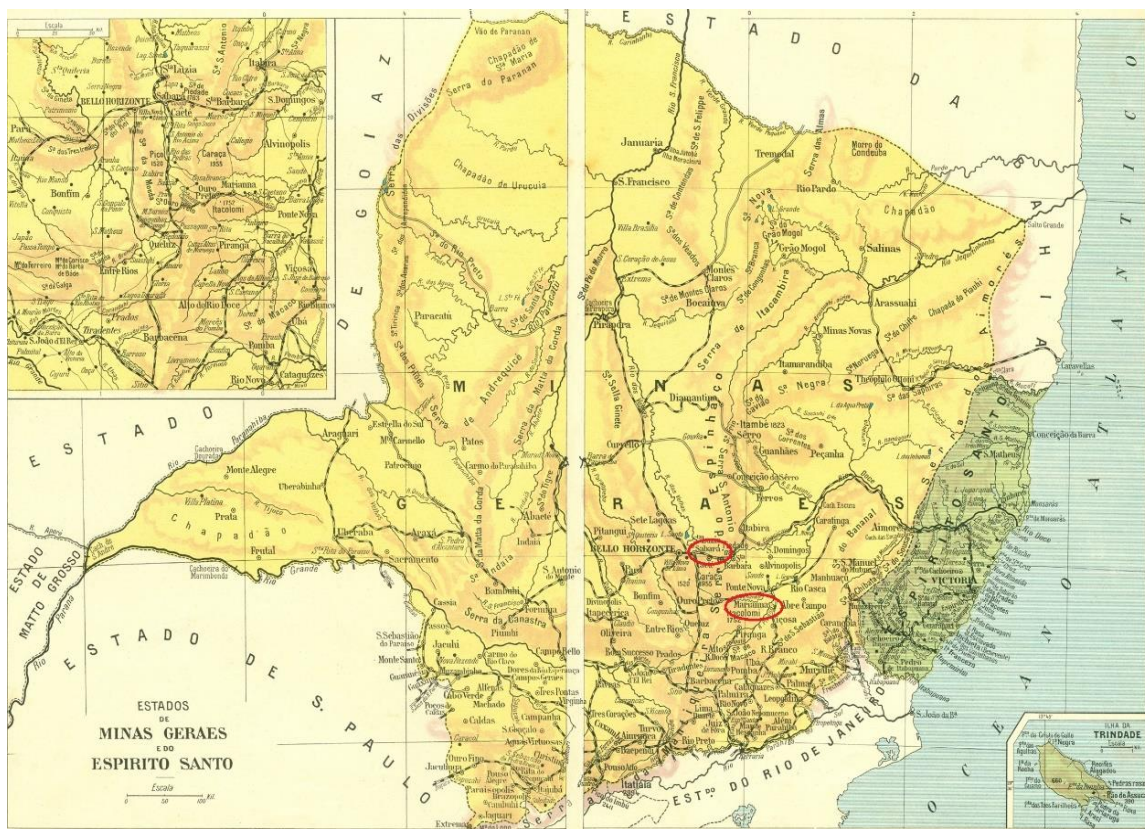
<sup>216</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.p. 159.

<sup>217</sup> Interessante notar a proximidade da origem humilde de Dom Silvério e Dom Prudêncio. Ambos de cor negra e advindos de famílias pobres encontraram na carreira eclesiástica o único caminho de ascensão social. Para nos utilizarmos das palavras de Sérgio Miceli sobre estes casos na histórica eclesiástica brasileira: “Diante desses caipiras que se viam inteiramente excluídos da herança das terras e da posição paterna, a Igreja parecia em condições de lhes conceder um lugar no mundo, uma identidade fortemente exteriorizada pelo uso da batina, pela tonsura nos cabelos, pelos sapatos afivelados, e que se abrihantava, nos momentos de culto, pela ostentação de vestes cerimoniais brancas e luxuosamente trabalhadas a mão.” MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p.118.

<sup>218</sup> Idem.

Prudêncio ainda atuou como pároco da freguesia de N. S. da Conceição da Boa Vista, Minas Gerais, onde, seguindo os passos de D. Silvério, fundou em 1903 o semanário católico *O Lيدador*, que futuramente se tornaria o principal periódico católico goiano. Quatro anos depois, o prelado seria indicado por Silvério junto à Nunciatura Apostólica para o cargo de bispo de Goiás.

**Mapa 3: Mapa dos Estados de “Minas Geraes” e do Espírito Santo em 1927.  
Em destaque as cidades de Mariana e Sabará**



Fonte: Disponível em: <http://www.minas-gerais.info/mapas/mapa-antigo.htm>.<sup>219</sup>

Ainda em contraste com Dom Eduardo, Dom Prudêncio não tivera qualquer formação fora do país, não possuía o espírito ultramontano do século anterior e, como descrevera o Cônego José Trindade da Fonseca e Silva,

Além da fraqueza física que o caracterizava, D. Prudêncio era um grande enfermo, porém jamais traduzia ao público nem muito menos aos que com ele lidavam algo de excesso de autoridade, algo de nervosismo, tão comum às pessoas carregadas de grandes

<sup>219</sup> Fonte: <http://www.minas-gerais.info/mapas/mapa-antigo.htm>. Acessado em 12/01/2019. A função do presente mapa em nossa tese é meramente ilustrativa, com o fito de que o leitor tenha conhecimento da localidade das cidades citadas.

responsabilidades. Manso e humilde, não se dobrava, entretanto, diante do relapso.<sup>220</sup>

Esta postura de Dom Prudêncio, aliada às já mencionadas importantes mudanças no cenário político regional, levou o prelado à condição de peça-chave no processo de “restauração” da Igreja Católica em Goiás.

O conceito de “Restauração” foi cunhado particularmente por Riolando Azzi ainda no final da década de 1970, quando, em divergência com o conceito de “neocristandade” de Thomás Bruneau, o filósofo e ex-clérigo salesiano defendeu que, no caso brasileiro, “restauração” define melhor os empenhos do clero católico em restaurar as antigas alianças com o poder civil e “recristianizar” o Estado brasileiro como um todo.<sup>221</sup> No caso goiano, este processo ficou a cargo de Dom Prudêncio, cujo tato político menos intransigente que seu antecessor, unido à derrocada dos Bulhões no cenário político regional, permitiu um conjunto de alianças informais reatadas entre Igreja e Estado ao longo da segunda década do século XX.

Esta posição ficou evidenciada já na triunfal entrada de Dom Prudêncio na capital goiana, em 23 de setembro de 1908. Desprovida do poder eclesiástico desde o final do século anterior, a Cidade de Goiás fora privada também de uma série de benefícios econômicos por conta da ausência do bispo nas festividades e cotidiano locais. Assim, o retorno episcopal para a cidade, marcado sobretudo por um governo aliado aos interesses restauradores da Igreja, foi celebrado com grande júbilo tanto pelos moradores, quanto pelas autoridades do estado. Segundo narra o Cônego José Trindade da Fonseca e Silva,

No dia 23 de setembro de 1908 a cidade episcopal se engalava de modo nunca antes visto em sua história, para receber ao meio-dia o sexto bispo da Igreja da Sant'Anna dos Goiaes. O Presidente com seus secretários de governo, o clero secular e regular, os Magistrados, os militares superiores e inferiores, organizações religiosas, os colegiais festivamente uniformizados, o povo em peso, com vivas e cânticos, dísticos de saudações, três bandas de música, enfim a cidade inteira se punha aos pés de Dom Prudêncio. À Rua Nova do Presidente Dom Prudêncio é saudado, em nome do governo e do povo goiano, pelo Dr. Jerônimo Rodrigues de Moraes. Desce o cortejo; à porta da Cathedral

---

<sup>220</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. p. 380.

<sup>221</sup> Ver: AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica em Minas Gerais (1920-1930). **Síntese Política Econômica Social (SPES)**, n.º 14, 1978. Em obra posterior, Azzi retoma o conceito de neocristandade de Bruneau, afirmando ser a “restauração” não um conceito avesso ao do historiador estadunidense, mas, antes, complementar. Ver: AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

interina, a Igreja da Boa Morte, é recebido e saudado pelo governador do Bispado.<sup>222</sup>

No ano seguinte, porém, uma nova dificuldade política colocaria em xeque as conquistas da Igreja em Goiás desde a ascensão xavierista ao poder. Ao final de seu mandato de presidente do estado, em 1909, Xavier de Almeida, que prometera indicar seu importante aliado Gonzaga Jaime para a vaga de senador da república, faltou com a palavra e tramou sua auto-indicação para o posto, levando Jaime, Antônio Ramos Caiado, Braz Abrantes e Sebastião Fleury Curado a romperem com Xavier de Almeida e unirem-se novamente a José Leopoldo de Bulhões. Desta união resultou a fundação do Partido Democrata em Goiás, que lançaria candidatos às duas eleições pleiteadas para aquele ano.

O resultado do pleito de 1909, em decorrência dos bons resultados do governo de Xavier de Almeida, rendeu-lhe não somente o senado, derrotando o próprio José Leopoldo de Bulhões, mas igualmente a eleição de dois aliados seus para a câmara federal e ainda seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes, para a presidência do estado, vencendo o candidato bulhônico, Urbano Gouvêa.

Acusando Xavier de Almeida de fraudar as eleições, José Leopoldo de Bulhões tramou abertamente tomar o poder constituído, rebentando em 1º de maio daquele ano um golpe de estado por meio de duas colunas armadas sob a liderança bulhônica, assumindo o poder José Batista, 3º vice-presidente do governo deposto e aliado de Leopoldo de Bulhões. Os partidários dos vencedores do pleito reagiram rogando intervenção do governo federal, cuja figura de Dom Prudêncio, temeroso do retorno bulhônico ao poder em Goiás, foi presente na tratativa, chegando a enviar um telegrama pessoal ao presidente da república em 4 de maio, suplicando: “Como Pastor da Diocese, rogo a Vossa Excelência resolver a situação atual de Goyaz pelos meios pacíficos.”<sup>223</sup> Tal intervenção, todavia, foi frustrada pela morte repentina do então presidente da república, Afonso Pena, em 14 de junho de 1909. Seu vice, Nilo Peçanha, garantiu a posse de Leopoldo de Bulhões no senado (sendo posteriormente ainda nomeado ministro da fazenda) e seu cunhado Urbano de Gouvêa na presidência de Goiás. Era o retorno triunfante dos Bulhões ao poder em Goiás.

---

<sup>222</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2006. p. 368.

<sup>223</sup> O Lيدador. 04/05/1909. Apud: VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 169.



A partir da vitória definitiva dos Bulhões neste conturbado cenário político, Dom Prudêncio e a Igreja goiana assumiram uma posição de expressiva neutralidade, não mais se envolvendo em qualquer contenda política até que, em 1912, por força da política salvacionista do militar e presidente da república Hermes da Fonseca, o então presidente do estado, Olegário Pinto, foi obrigado a entregar o poder ao coronel reformado, Eugênio Rodrigues Jardim, encerrando de vez o domínio bulhônico em Goiás.<sup>224</sup>

A derrocada definitiva da oligarquia dos Bulhões no cenário político abriu um novo caminho para a Igreja Católica em Goiás. Por um lado, a instituição tinha um novo horizonte de possibilidades de ações junto ao Estado visando a consolidação de sua posição hegemônica no processo de Restauração. Por outro, todavia, o fracasso da estadualização e restauração durante o bispado de Dom Eduardo, levou a Igreja goiana a uma crise financeira que em muito dificultaria a manutenção do projeto político católico ali desejado.

Esta tensão, entre a tentativa de um projeto restaurador e as limitações financeiras<sup>225</sup> da diocese goiana ficam evidentes na reabertura do Seminário Santa Cruz por Dom Prudêncio em 29 de junho de 1909. Aproveitando-se de um antigo prédio construído e alienado por Dom Eduardo na cidade de Ouro Fino<sup>226</sup>, Dom Prudêncio quitou as dívidas do edifício, comprando-o pelo valor de 2:077\$880 contos de réis.<sup>227</sup> Em pouco mais de 2 anos, Dom Prudêncio conseguiu o feito de aumentar o número de seminaristas de 4 em 1909 para 65, no final de 1911.<sup>228</sup>

Este feito, no entanto, foi alcançado ao preço de se baixar em muito o valor das matrículas e parcelas pagas pelos estudantes. Segundo Ronaldo Vaz, em 1911 cada

---

<sup>224</sup> Em linhas gerais, Hermes da Fonseca retaliou Leopoldo de Bulhões – que permanecera ainda como senador até 1918 – por este não o ter apoiado no pleito de 1910 entre ele e Rui Barbosa para a presidência da República. Além disso, divergências entre Urbano de Gouvêa e Antônio Ramos Caiado levaram a uma cisão no Partido Democrata, o que em muito enfraqueceu o poder político de Leopoldo de Bulhões na segunda década do Novecentos em Goiás.

<sup>225</sup> Abordaremos a situação financeira com maior profundidade no terceiro capítulo desta tese.

<sup>226</sup> Ouro Fino não existe mais, no local existem apenas as ruínas das antigas moradias. Sobre este assunto ver: MORAIS, Lucinete Aparecida. Ensaio sobre Ouro Fino: as ruínas, a pedreira e a romaria. **Revista Científica FacMais**, vol. VII, nº. 3, ano 2016/2º semestre. pp. 39-48 e, MELO, Laura Ludovico de. **Ouro Fino: Um Arraial ... uma Igreja ... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem**. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2009.

<sup>227</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 174. Para um melhor entendimento sobre a proporção dos valores da época consultar o Anexo 1 desta tese.

<sup>228</sup> Idem

estudante pagava uma taxa de matrícula de 25\$000 e 30\$000 a cada trimestre, montante que nem de longe cobria todos os gastos da manutenção do Seminário diocesano.

A saída para esta difícil situação econômica do Seminário Santa Cruz foi parcialmente atenuada de três maneiras: primeiramente, Dom Prudêncio tomou diversos empréstimos junto à Congregação do Verbo Divino – trazida por ele em 1914 para a direção do Seminário – e à Congregação do Santíssimo Senhor Redentor – Redentoristas –, trazida por Dom Eduardo para dirigir o Santuário de Barro Preto em 1894; em segundo lugar, o bom relacionamento entre o bispo e os Caiado-Jardim, triunfantes na peleja contra os Bulhões desde 1912, garantiu a aprovação de um auxílio de 10:000\$000 dado pelo Estado em quatro parcelas pagas a partir de julho de 1913, bem como a promulgação da Lei nº 429 de 27 de junho de 1914, que reconhecia o Seminário como um colégio oficial do Estado e, conseqüentemente, autorizado de receber recursos contínuos do mesmo; e, por fim, Dom Prudêncio fundou, em 25 de janeiro de 1915, a “Obra das Vocações Sacerdotais”, associação responsável por arrecadar fundos de sócios voluntários pelas vocações ao sacerdócio católico.<sup>229</sup>

Para que possamos ter um parâmetro de comparação em relação aos valores abordados nesta tese, construímos uma tabela comparativa de alguns serviços e produtos que podem nos auxiliar na análise financeira. Por exemplo, o valor do auxílio oferecido pelo Estado de 10:000\$000, acima referido, equivaleria ao dobro do rendimento anual recebido por um engenheiro de obras públicas em Goiás no mesmo período, como demonstra a tabela abaixo:

---

<sup>229</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 174ss.

**Tabela 7: Comparação de valores de produtos e trabalhos em Goiás nos anos de 1896, 1900, 1909 e 1925**

<b>Ano de 1896<sup>230</sup></b>		
<b>Salário</b>	<b>valor</b>	<b>Medida</b>
Mão de obra construção	5\$000	dia
Ferreiros	280\$000	conjunto
<b>Ano de 1900<sup>231</sup></b>		
<b>Salário</b>	<b>valor</b>	<b>Medida</b>
Chefe de polícia	4:600\$000	ano
Engenheiro de obras públicas	5:000\$000	ano
Professores e aluguel de casas para 16 escolas de segunda entrância	14:720\$00	ano
Professores de cada disciplina	1:200\$00	ano/professor
<b>Ano de 1909<sup>232</sup></b>		
<b>Produto</b>	<b>Preço</b>	<b>Medida</b>
Ovos	\$500	dúzia
Ingresso cinema Geral	1\$000	valor unitário
Ingresso cinema galerias	2\$000	valor unitário
<b>Ano de 1925<sup>233</sup></b>		
<b>Produto</b>	<b>Preço</b>	<b>Medida</b>
Saco de arroz	40\$550	saco
Saca de café	70\$000	arroba
Toicinho	6\$000	kilo
Açúcar	40\$000	arroba

Fonte: Tabela construída pela autora<sup>234</sup>

Apesar de todos os seus esforços para manter o Seminário diocesano, a finalidade principal de seu projeto não obteve sucesso. Durante toda sua gestão, até sua morte em 19 de setembro de 1921, Dom Prudêncio conseguiu ordenar apenas 1 sacerdote. À despeito disso, todavia, salta aos olhos o modo como o bispo conseguiu junto ao governo estadual o apoio financeiro para seu projeto institucional, algo que em

<sup>230</sup> COPRESP-A, 1º Volume (1817-1896). **Carta 180**. Pe. Lourenço Gahr ao Prov. Antônio Schöpf. Aparecida, 23 de abril de 1896, p. 409.

<sup>231</sup> Lei 214, 16 de julho de 1900. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1901.

<sup>232</sup> Jornal O lidador, Cidade de Goiás, 28 de janeiro de 1909, p.03. Apud: QUADROS, Eduardo Gusmão de. Op. Cit. 2013, p. 15-16.

<sup>233</sup> COPRESP-A, 9º Volume (1925-1927). **Carta 2698**. Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Tiago Kingler. Campinas (GO), 24 de maio de 1925, p. 105.

<sup>234</sup> Tabela construída com base nos dados retirados de: COPRESP-A, 1º Volume (1817-1896). **Carta 180**. Pe. Lourenço Gahr ao Prov. Antônio Schöpf. Aparecida, 23 de abril de 1896, p. 409; Lei 214, 16 de julho de 1900. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1901; Jornal O lidador, Cidade de Goiás, 28 de janeiro de 1909, p.03. Apud: QUADROS, Eduardo Gusmão de. Op. Cit. 2013, p. 15-16 e; COPRESP-A, 9º Volume (1925-1927). **Carta 2698**. Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Tiago Kingler. Campinas (GO), 24 de maio de 1925, p. 105.

muito revela o modo como Igreja e Estado passavam a se relacionar já na segunda década do século XX.

Esta cordialidade por parte do Estado foi fruto, é certo, da franca disposição de Dom Prudêncio em, por um lado, reatar os antigos laços de cooperação entre os poderes civil e eclesiástico há mais de uma década perdidos pela implantação do regime republicano, e, por outro, tornar a Igreja goiana uma instituição que, embora aparentemente neutra na peleja política, serviria como um braço de apoio do governo eleito em uma sociedade acima de tudo católica. Estes intentos de Dom Prudêncio foram expressos explícita e implicitamente já em sua primeira carta pastoral, de 3 de maio de 1908, por meio da qual o prelado ressalta, segundo Miguel Archângelo Nogueira dos Santos, que

“[...] alheio e avesso completa e absolutamente às lutas políticas... assim seguimos para o meio de vós, entregue de modo incondicional à Virgem Imaculada [...]”, tendo antes salientado a obrigação de todos os católicos: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. E conclui: “Ao presidente do Estado nossas respeitíssimas saudações. Embora, o pacto fundamental que nos rege, tenha separado a Igreja do Estado, não quer isto, contudo, dizer, que os dois poderes sejam inimigos. Em vez de haver antagonismos, deve existir verdadeira união entre ambos, pois as atribuições respectivas se encontram mais tarde na Jerusalém Celestial.”<sup>235</sup>

A partir disso, Dom Prudêncio Gomes da Silva reabriu em Goiás os caminhos para uma promissora relação entre Igreja e Estado por meio de ações de mútua cooperação. Todavia, como bem observou Ronaldo Vaz,

Mesmo com todas condições favoráveis para um grande desenvolvimento material e institucional da Igreja em Goiás, D. Prudêncio falhou na execução de um dos pontos de sua estadualização, comprometendo seriamente seu futuro e possibilidades de expansão. Demonstrou incapacidade de criar e regularizar fontes de renda para a manutenção das atividades a cargo da Cúria diocesana, bem como a sustentação de um padrão condigno de vida para si, ao estilo de uma autoridade romanizada, exigida pelo Vaticano.<sup>236</sup>

Neste sentido, não obstante os importantes laços reestabelecidos com o Estado, a ausência de uma fonte de renda segura para a diocese, unida às crises financeiras sofridas pelo próprio poder público em Goiás levaram o projeto de Restauração Católica

---

<sup>235</sup> SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944.** São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984. p. 30-31.

<sup>236</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 185.

a adaptar-se às necessidades políticas do poder civil, forjando muito mais uma situação de dependência do que propriamente uma aliança aos moldes do projeto ultramontano de sobreposição eclesiástica ao poder civil. Neste delicado contexto de crise financeira da diocese, cujo apoio do Estado nem de longe cobria o necessário para sua sobrevivência material desejada, uma congregação religiosa parecia em muito prosperar em Goiás; um verdadeiro oásis no deserto da crise material católica: os Redentoristas, para quem, à juros de 6%, Dom Prudêncio devia um montante de 6:000\$000 em 1922.<sup>237</sup>

A prosperidade material dos missionários redentoristas em Goiás devia-se, sobretudo, ao vantajoso contrato estabelecido entre eles e Dom Eduardo desde 1894, que lhes rendia praticamente toda a arrecadação da Festa do Divino Pai Eterno e do Santuário do Barro Preto. Esta situação foi a principal chave para o mais difícil conflito enfrentado por Dom Emanuel nas décadas de 1920 e 1930 em Goiás, mas que lhe garantiu a execução de seus projetos para a diocese e Igreja por meio da educação em Goiás, como discutiremos no próximo capítulo.

Em todo caso, neste mesmo período de tensões e retomada de importantes alianças políticas entre Igreja e Estado, a educação ganhou importante destaque, tanto no projeto político dos grupos políticos recém empossados no poder estadual, como no projeto católico de manutenção de hegemonia religiosa e influência política no estado.

### *2.2.2. Educação católica e os reflexos das novas relações entre Igreja e Estado em Goiás no âmbito educacional durante bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva*

A instrução pública, a partir da década de 1910, teve importante impulso no que se refere à preocupação do poder público em Goiás. Além das significativas mudanças no âmbito político – abordadas na subseção anterior – a partir da segunda década do século XX os diversos discursos governamentais passaram a enfatizar a importância do investimento na educação pública com vistas à solução de problemas sociais e econômicos direta ou indiretamente derivados do pouco investimento nesta área, conforme podemos notar na mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goiás, em 1913, pelo então presidente estadual, Joaquim Rufino Ramos Jubé:

---

<sup>237</sup> Ver: VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 207

toda a despesa com a instrução do povo, importa na realidade uma economia, porque está provado por escrupulosos trabalhos estatísticos que a educação, diminuindo consideravelmente o número de indigentes, dos enfermos e dos criminosos, aquilo que o Estado despende com escola poupa em maior escala com asilos, hospitais e cadeias. Por outro lado a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhe o hábito do amor do trabalho, que é tanto mais fecundo quanto mais inteligente e instruído é aquele que o executa, desenvolve todos os ramos da indústria, aumenta a produção e com esta a riqueza pública e as rendas do Estado. Incontestavelmente, senhores representantes do Estado, a ignorância só pode gerar males para o indivíduo e a sociedade e só a instrução, privada de preconceitos, faculta ao cidadão a noção exata dos seus direitos e dos seus deveres.<sup>238</sup>

Em termos legais, esta preocupação se expressou por meio de quatro reformas na legislação estadual referente à instrução pública, editadas e votadas nos anos de 1911, 1913, 1914 e 1918. Entretanto, destas quatro referidas reformas, as três primeiras tratavam tão somente da alteração da responsabilidade para com a instrução pública, especialmente a primária, ora da esfera estadual para a municipal, ora o contrário. Assim, como destaca Miriam Fábria Alves,

Em meio a essas transferências da instrução primária para a esfera municipal a organização da rede escolar no estado ficou comprometida no período de 1893 a 1917. A legislação de 1898 determinava que cada cidade deveria ter duas escolas, respeitada a média de frequência, caso contrário, deveria abrigar uma escola mista. Apesar de os dados encontrados não permitirem elaborar um panorama anual do número de escolas e alunos atendidos no período, os números disponíveis permitem concluir que essa prescrição não funcionou, uma vez que em 1917 havia 21 escolas estaduais e, em 1894, 54.<sup>239</sup>

Já no que tange a dita “reforma de 1918”, o Decreto nº 5.930 de 24 de outubro daquele ano, por iniciativa do presidente do estado, João Alves de Castro, e do deputado federal goiano Americano do Brasil, trouxe novamente à tona a obrigatoriedade da oferta do ensino primário pelo governo estadual, algo que, na verdade, estava presente na legislação de Goiás desde o período imperial. Ainda que discursivamente o governo pretendesse ajudar o “povo goiano a libertar-se das garras do analfabetismo”,<sup>240</sup> de fato

---

<sup>238</sup> Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Exmo. Sr. Joaquim Rufino Ramos Jubé. Apud: ALVES, Miriam Fábria. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 92.

<sup>239</sup> ALVES, Miriam Fábria. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 96.

<sup>240</sup> Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Presidente do Estado Desembargador João Alves de Castro, na 3ª sessão da 8ª legislatura em 13 de Maio de 1919. Apud:

o referido decreto não trouxe grandes novidades, uma vez que “a reforma de 1918 manteve os mesmos critérios de obrigatoriedade que já vigoravam, ou seja, alcançava apenas as crianças que estivessem na zona urbana ou até um quilômetro dela, o que na prática excluía a maioria das crianças, que, de acordo com o censo de 1920, ainda se encontrava na zona rural.”<sup>241</sup>

Neste sentido, na prática, a novidade de fato no que tange a instrução pública estadual se expressou muito mais em termos da abertura definitiva do incentivo e fomento do Estado à iniciativa privada, especialmente católica, do que propriamente no aumento de investimentos em escolas, docentes e manutenção das instituições estaduais.

A lei que garantiu a subvenção pública às instituições privadas (especialmente católicas) de ensino foi a de número 186, de agosto de 1908, que, além de dividir o ensino em cinco espécies, facultou ao Estado subvencionar escolas primárias. Assim, à medida que a diocese goiana incentivava a abertura de novas escolas católicas, especialmente sob a direção de congregações religiosas estrangeiras, a subvenção do Estado era cada vez mais garantida, recebendo-se cada instituição um valor mínimo de 1:300\$000 réis anuais.<sup>242</sup>

Assim, em termos quantitativos, o número de escolas subvencionadas pelo Estado em Goiás saltou de duas em 1904 para sete em 1918 e onze em 1923 e permanecendo estável até o ano de 1930 – período em que havia disponível as fontes consultadas -, priorizando-se aquelas instituições que oferecessem o ensino primário, que em sua totalidade eram ou dirigidas por congregações católicas, ou por leigos diretamente ligados à Igreja romana.<sup>243</sup>

---

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007. p. 116.

<sup>241</sup> Idem p. 116.

<sup>242</sup> BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: Cegrag AJFG, 1991. p. 529. Mesmo o Seminário diocesano reaberto por Dom Prudêncio em 1909, passou a ser considerado como colégio oficial pelo Estado de Goiás em 1914, assegurando-se, assim, os subsídios públicos para sua manutenção. VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 179.

<sup>243</sup> Exemplo claro disso foi o Colégio Campineiro, fundado e dirigido por Antônio Eusébio em Campinas – GO até 1924. Segundo destaca o cronista redentorista responsável pelos registros anuais da congregação neste referido ano, “Infelizmente foi fechado o ‘Colégio Campineiro’, internato para meninos de orientação complementemente católica, dirigido por um leigo que ensinava a religião sobretudo com o bom exemplo. Foi sem dúvida uma grande perda.” Ánuas da Vice-Província de S. Paulo – 1919-1931. 2º Volume. Aparecida, 1993, p. 206.

**Tabela 8: Lista de Colégios Subvencionados pelo Governo Estadual (1904-1930)**

Colégios subvencionados pelo governo estadual (1904-1930)		
Ano	Quantidade	Identificação
1904-1907	2	Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Santa Catharina - Bela Vista
1908-1911	4	Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Santa Catharina - Bela Vista
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		Sant'Anna - Corumbá
1912-1914	6	Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		São José - Formosa
		I. Conceição - Pirenópolis
		São José - Ipameri
1915-1916	7	Santa Catharina - Bela Vista
		Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		São José de Formosa - Rio Verde
		I. Conceição - Pirenópolis
		São José - Ipameri
1918	7	Santa Catharina - Bela Vista
		Santa Luzia
		Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		João Pinheiro - Rio Verde
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		São José - Formosa
		Conceição - Pirenópolis
1923	11	Amor e Luz - Catalão
		Santa Luzia
		Seminário de Santa Cruz - Goiás
		Seminário de Santa Cruz - Goiás
		Seminário São José - Porto Nacional
		Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		Nossa Senhora da Conceição - Rio Verde
		São José - Formosa
		Santa Luzia
		Novaes - Jatahy
1925	11	Nossa Senhora Mãe de Deus - Catalão
		Conceição - Pirenópolis
		Santa Clara - Campinas
		Seminário de Santa Cruz - Goiás
		Seminário São José - Porto Nacional
		Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		Nossa Senhora da Conceição - Rio Verde
		Nossa Senhora Mãe de Deus - Catalão
		Conceição - Pirenópolis
		Santa Clara - Campinas
1930*	11	Salesiano - Araguaya
		Goiano - Palmeiras
		Instituto Salesiano e Letras - Anápolis
		São José - Formosa
		Seminário São José - Porto Nacional
		Sant'Anna - Goiás (antiga capital)
		Sagrado Coração de Jesus - Porto Nacional
		Nossa Senhora Mãe de Deus - Catalão
		Santa Clara - Campinas
		Salesiano - Araguaya
		Instituto Salesiano e Letras - Anápolis
1930*	11	Nossa Senhora do Rosário - Jaraguá
		Gymnasio e Escola Prática de Agricultura - Jathay
1930*	11	Santa Rosa de Liena - Santa Luzia
		Santa Rosa de Liena - Santa Luzia

\* A Lei que orça a receita para o ano seguinte, fonte consultada para a construção desta tabela, está disponível apenas até o ano de 1931 no site da Casa Civil.

Fonte: GOYAZ (1904; 1905; 1906; 1908; 1911; 1913; 1915; 1918,1923, 1925 e 1930) <sup>244</sup>

Em face desses números e dados, reforçamos nosso argumento de que, ainda que o Estado tivesse mantido parte de seus recursos especificamente destinados à educação,



a expressiva subvenção de escolas católicas acabou por permitir progressivamente à Igreja a ocupação cada vez mais consolidada de uma das áreas de maior importância nos projetos modernizadores do Estado de Goiás.

A aprovação de muitas destas verbas para os colégios católicos se dava fundamentalmente por meio da ingerência episcopal – ou de seus representantes diretos – junto ao poder legislativo estadual, cujo sucesso ocorria sem grandes impasses ou demoras. Por exemplo, em carta ao então superior redentorista da casa de Campinas, Pe. João Batista Kiermeier, Monsenhor Francisco Inácio de Souza – então Vigário Geral da diocese – solicitou em 20 de maio de 1922 “um relatório da matrícula dos alunos e alunas do Colégio das Irmãs, aprovada pelo fiscal civil da instrução pública do ensino, a fim de apresentar ao Congresso Estadual e pedir a este a mesma contribuição que se costuma conceder a outros estabelecimentos congêneres.”<sup>245</sup> Em menos de dois meses depois, Monsenhor Souza escreve novamente ao superior redentorista com a solene notícia de que “foi publicada no Correio Oficial a sanção de 2:400\$ para o colégio de Nossa Senhora da Conceição de Campinas e a mesma contribuição para o colégio da Mãe de Deus em Catalão. Demos graças a Deus e que perdure por muitos anos esta sanção”<sup>246</sup>.

Em face da facilidade de obtenção de recursos para a subvenção de colégios católicos a partir da segunda década do século XX, portanto, Dom Prudêncio Gomes de Oliveira passou a investir progressivamente na abertura de novas escolas confessionais dirigidas por congregações religiosas, especialmente femininas. Segundo Ronaldo Vaz,

Durante o episcopado de D. Prudêncio, foram fundados os seguintes colégios: Imaculada Conceição (1911), em Pirenópolis, dirigido pelas irmãs filhas de Jesus; S. Vicente (1920), sob direção das irmãs de caridade e N. Sra. Da Consolação (1921) das irmãs agostinianas, ambos em Rio Verde; Nossa Senhora Mãe de Deus (1921), das irmãs agostinianas, em Catalão; 1922 o Colégio Santa Clara, (1922), na cidade de Campinas, de propriedade das irmãs franciscanas alemãs.<sup>247</sup>

Isso significa que o progressivo interesse da Igreja na abertura de novos colégios católicos em Goiás, em sua expressa maioria administrados por congregações religiosas

---

<sup>245</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1871**. Carta do Mons. Francisco Inácio de Souza ao Pe. João Batista Kiermeier. Goiás, 20 de maio de 1922, p. 333.

<sup>246</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1933**. Carta do Mons. Francisco Inácio de Souza ao Pe. João Batista Kiermeier. Goiás, 18 de julho de 1922, p. 429. Importante destacar que ambos os colégios eram apenas para meninas.

<sup>247</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 180.

femininas, não se deu somente no bispado de Dom Emanuel. Antes, já na segunda década do século XX as novas relações de mutualidade entre Igreja e Estado tornaram cada vez mais favorável a ocupação por parte da Igreja de setores vitais do Estado, como a educação. Tal contexto permaneceu assim pelo menos até a década de 1930, quando a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira ao poder em Goiás, via intervenção direta de Getúlio Vargas, alterou novamente a balança das relações de poder entre Igreja e Estado em Goiás.

Portanto, a consequência direta destas novas relações entre Igreja e Estado na educação em Goiás foi de uma dissimulada atuação clerical em todos os âmbitos escolares em Goiás, fossem eles públicos ou privados, laicos ou confessionais. Não obstante ao fato de, desde 1890, o governo de Goiás ter proibido por decreto a visitação de padres as escolas públicas para a pregação do catecismo, conforme discutimos em nossa seção anterior, ou mesmo que por força da Lei nº 38 de 1903 ficasse vetado em Goiás o ensino religioso em qualquer escola do estado, a partir da década de 1910 e, com ela, do contexto aqui abordado, a presença do clero nas escolas públicas pregando-se abertamente a catequese tornou-se novamente uma constante.

Em diversas cartas dos missionários redentoristas, por exemplo, encontramos referências a estas visitas nas escolas de Campinas e Trindade. Em carta datada de 16 de junho de 1923, por exemplo, Pe. João Batista Kiermeier, Reitor da casa redentorista de Campinas, relata a seu superior em Aparecida do Norte que “quase só o reitor está normalmente em casa. Este precisa, ‘nolens volens’, ele mesmo, fazer diversos trabalhos, como por exemplo dar catecismo nas escolas e fazer o ofício dos padres ausentes.”<sup>248</sup> No ano seguinte, ao elogiar a atuação das Irmãs Franciscanas no colégio Santa Clara, em Campinas, o cronista redentorista responsável pelas Ânuas de 1924 registrou que, além do fato de que “as mesmas religiosas dirigem as escolas estaduais de meninos e meninas [...] também nessas o catecismo é ensinado por um dos nossos.”<sup>249</sup>

O caminho para se conseguir os meios necessários de acesso às escolas públicas variavam desde a tomada da gestão de algumas escolas por congregações religiosas, como o referido caso das Franciscanas em Trindade,<sup>250</sup> à influência do clero sobre os

---

<sup>248</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2208.** Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 16 de junho de 1923, p. 200.

<sup>249</sup> Ânuas da Vice-Província de S. Paulo – 1919-1931. 2º Volume. Aparecida, 1993, p. 206.

<sup>250</sup> Esta informação é confirmada também pelo Pe. José Benedito da Silva, em carta datada de 7 de abril de 1924, onde o clérigo afirma que “o que está em contínua florescência são o Colégio das Irmãs daqui e

professores, principal ponte entre os padres e os alunos. Ao comentar com seu superior sobre uma indicação direta de um professor de sua confiança para a escola estadual de Trindade, o redentorista Pe. Carlos Hildenbrand argumentou, em carta datada de 7 de julho de 1921, que

no país, que há separação de Igreja e Estado, não tendo assim o padre entrado nas escolas, [...] o padre é obrigado a se empenhar vivamente para ganhar uma pequena influência nos professores. Graças a essa influência ganha, e a um pequeno auxílio aprovado pela consulta, damos catecismo em nossas escolas, semanalmente.<sup>251</sup>

Assim, a importância da progressiva retomada da ingerência católica na educação laica em Goiás ganhava importância cada vez mais substancial para seu projeto de Restauração no estado. Em inúmeras fontes é possível notarmos a expressão deste projeto tendo a educação como seu caminho. Ao lamentar o fechamento do Colégio Campinense – de direção do leigo católico Antônio Eusébio –, por exemplo, Pe. Francisco Wand afirma que

Sinto imensamente que não se concretize o projeto do colégio de Antônio Eusébio por causa de uma congregação religiosa. A ideia era admirável e sua realização de mais valor do que 200 missões. Poderíamos contar, em breve e sem muita dificuldade, com um instituto católico para professores, coisa que ainda não existe por aqui. *Nossas missões vão de mãos dadas com educação e formação do povo, sem estas, damos golpes no ar.*<sup>252</sup>

Assim, se, por um lado a educação (mais especificamente a educação católica) é vista como fundamental para a eficácia da formação religiosa desejada pelos missionários, por outro, esta mesma educação, especialmente no que tange àquela oferecida às mulheres, tem uma função ainda mais cara à Igreja Católica: a influência direta nos lares por meio da formação não somente da mulher, mas fundamentalmente da esposa/mãe católica. Esta dupla-função das escolas dirigidas por freiras em Goiás é expressa nas crônicas anuais da congregação redentorista de 1923, quando o cronista, ao separar um espaço exclusivo para registrar os avanços do Colégio Santa Clara, afirma que

---

a escola estadual de Trindade, dirigida pelas mesmas Irmãs Franciscanas.” COPRESP-A, 8º Volume – 1923-1924. **Carta nº. 2381.** Carta do Pe. José Benedito da Silva ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 7 de abril de 1924, p. 458.

<sup>251</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1725.** Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. Patrício Murray. Campinas, 7 de julho de 1921, p. 110.

<sup>252</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2377.** Pe. Francisco Wand ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 31 de março de 1924, p. 451. *Grifo nosso.*

Enquanto não se fizer das goianas mulheres dispostas, religiosas, profundamente religiosas, todo trabalho não traz grande proveito. As fazendas ficam distantes umas das outras e muito distantes da igreja matriz; aí a fazendeira tem que ser uma mãe cristã, uma patroa profundamente religiosa, uma espécie de sacerdotiza para toda a sua casa e para todos os numerosos agregados da fazenda. *Esta é a finalidade que se quer conseguir com o colégio das irmãs.* Deus seja louvado!<sup>253</sup>

Em resumo, portanto, é possível afirmarmos que o significativo processo de Restauração católica levado a cabo por Dom Prudêncio Gomes da Silva a partir da década de 1910 em Goiás só foi possível em virtude de pelo menos três fatores fundamentais: em primeiro lugar as importantes alterações no contexto político do estado com a queda da oligarquia dos Bulhões e consequente ascensão dos Caiado-Jardim; em segundo, a substituição de um bispo ultramontano e, por isso, de difícil trato político e religioso com a realidade própria do sertão goiano por outro que, por sua própria formação pessoal e religiosa, possuía profundo tato para o gerenciamento político da diocese em um momento significativamente propício para novas alianças entre as esferas temporal e espiritual em Goiás; e, em terceiro, como fruto destes dois citados fatores, a abertura para a subvenção pública das escolas católicas que, por um lado permitiu a manutenção da hegemonia política e religiosa da Igreja Católica face às demais religiões permitidas por lei em Goiás e, por outro, garantiu o caminho aberto para a sustentação católica como parceiro necessário do poder público em Goiás, cuja expressão maior viria a partir da década de 1920 com nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

Assim, ainda que as subvenções do governo estadual às escolas católicas colocassem em xeque o rigor da lei da laicidade do Estado, o fato é que a incapacidade do poder público de lidar com a instrução, unida aos interesses católicos de manutenção de sua hegemonia política e religiosa por meio da ingerência direta na educação formal, entregou à Igreja Católica o principal caminho para alcançar seus propósitos, aliviando-se ao Estado a gestão da instrução pública, ao passo que vertia-se importantes financiamentos públicos em investimento, também, na manutenção do poder católico em Goiás. Nesta direção, o caminho de consolidação da república goiana, cujo o caminho rumo ao progresso ligava-se diretamente à educação, teve como principal braço-direito a Igreja Católica. Esta, por sua vez, permaneceu decididamente disposta a aproveitar-se do setor da instrução pública para manter-se política e religiosamente

---

<sup>253</sup> Ánuas da Vice-Província de S. Paulo – 1919-1931. 2º Volume. Aparecida, 1993, p. 149. *Grifo nosso.*

hegemônica no estado. Neste sentido, a figura de Dom Emanuel nas décadas seguintes foi significativa tanto na forma como a Educação se consolidou em Goiás, como na relação Estado-Igreja que ali se estabeleceria e ainda se fortaleceria após o fim da Primeira República no Brasil. Neste ambiente, a figura de Dom Emanuel se fez importante, portanto, justamente por, de um lado, consolidar o espaço de poder católico no âmbito da educação e, por outro, tornar possível que a Igreja, face à mudança de governo após 1930, permanecesse em um espaço político hegemônico em Goiás.

### CAPÍTULO 3

#### **DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA: ENTRE PROJETOS, CONFLITOS E REALIZAÇÕES EM GOIÁS**

O presente capítulo tem como proposta analisar os projetos políticos, sociais e religiosos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira durante seu bispado em Goiás, entre 1922 e 1955, tendo em vista o modo como tais projetos, ações e conflitos do referido bispo abriram caminho para que a educação se tornasse o principal veículo de realização das suas aspirações político-religiosas. Nesta direção, nosso argumento central é de que Dom Emanuel foi o bispo mais importante no processo de consolidação da Igreja Católica em Goiás durante o período republicano, pois, diferentemente de seus predecessores, ele possuía um claro projeto de Igreja, cujo cerne era uma diocese economicamente independente e com espaço de poder consolidado perante o Estado. O caminho percorrido para isso passou, internamente, por uma revitalização financeira da diocese, bem como a centralização do poder religioso nas mãos do bispo, e, externamente, pela demarcação de espaço político face ao Estado, de modo que a Igreja deixasse de ser um mero braço do poder temporal, para se tornar – ainda que independente deste – um de seus órgãos mais vitais, especialmente no âmbito da educação.

Portanto, o presente capítulo foi dividido em três seções principais. Na primeira delas, “*Breve biografia de Dom Emanuel Gomes de Oliveira*”, fazemos uma apresentação da biografia de nosso objeto de pesquisa. Na segunda, “*Dom Emanuel Gomes de Oliveira: entre projetos, embates e realizações na Igreja Católica em Goiás*”, analisamos o projeto de Igreja de Dom Emanuel, bem como o modo como ele o executou por meio da revitalização financeira da diocese e da centralização do poder eclesiástico em suas mãos. Já em nossa terceira seção, “*Dom Emanuel Gomes de Oliveira e seu projeto político e de sociedade em Goiás*”, tomamos por objeto de análise as complexas relações e disputas políticas entre Dom Emanuel e o poder temporal goiano, por meio das quais o bispo fortaleceu politicamente a Igreja e a colocou em condições de peleja pelo poder político-religioso em Goiás. É somente por meio destas análises que teremos condições de, em nosso capítulo seguinte, esclarecer o modo como a educação se tornou peça central neste projeto de poder idealizado e executado em Goiás por Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

### **3.1. Breve biografia de Dom Emanuel Gomes de Oliveira**

Filho de José Gomes de Oliveira e Maria Matos de Oliveira, Dom Emanuel pode ser enquadrado, familiar e socialmente, ao mesmo tempo como parte de uma aristocracia imperial e de um patriciado decadente. Esta ambivalente característica se dá pelo fato de que, embora órfãos de pai (que fora tenente-coronel do exército) desde os sete anos e idade – o que rendeu a si, seu irmão e sua mãe a amargura de pouco sustento material em uma pequena propriedade rural no interior do Espírito Santo – Emanuel e seu irmão Helvécio (futuro bispo de Mariana) foram tutelados por seu tio, o cônego da capela imperial, Quintiliano José do Amaral. Este último, ao tomar seus sobrinhos sob seus cuidados, ofereceu-lhes estudo no Colégio Santa Rosa, em Niterói-RJ, sob direção dos salesianos, abrindo-lhes as portas para uma promissora e efetiva carreira eclesiástica na mesma congregação.

Uma vez religioso professo, a partir de 29 de janeiro de 1891, junto à Congregação Salesiana, próximo à capital da nova república recém-proclamada, Dom Emanuel aprendeu desde cedo a lidar com o jogo político ao qual sua Igreja estava constantemente exposta. Ainda seminarista, o futuro bispo de Goiás atuou como professor do Ginásio São Joaquim, em Lorena e em São Paulo, e como auxiliar de finanças do convento salesiano de Niterói. Ordenado sacerdote em 16 de junho de 1901, foi enviado ao estado do Mato Grosso, onde permaneceu entre 1903 e 1911, exercendo ali o cargo de diretor do Liceu Salesiano de São Gonçalo, em Cuiabá. De volta a São Paulo, em novembro de 1911, dirigiu o Liceu Salesiano de Campinas e fundou, junto com Dom Nery, a Escola Agrícola Campineira.

Seis anos depois, em 1917, o ainda Pe. Emanuel teve sua mais importante experiência de tato político antes de sua nomeação para Goiás: por convite de seu confrade Dom Aquino Corrêa, bispo de Mato Grosso e eleito presidente do Estado naquele mesmo ano por conta de violentas querelas políticas regionais, Emanuel retornou a Cuiabá com a missão de manobrar o jogo político local no cargo de diretor geral das secretarias, rodeado de violentas querelas e tensões entre as oligarquias mato-grossenses. Seu reconhecido sucesso na mediação política e no trabalho com assistência social em nome da Igreja e do Estado mato-grossense levou-o de volta ao Rio de Janeiro em 1922 (já findado o governo de seu confrade no Mato Grosso) para dirigir a casa

primacial salesiana, em Niterói e, no ano seguinte, ser sagrado bispo, em 15 de abril, para assumir a diocese goiana.

### **3.2. Dom Emanuel Gomes de Oliveira: dos projetos às realizações na Igreja Católica em Goiás**

A inesperada morte de Dom Prudêncio Gomes da Silva, em decorrência de uma gripe pulmonar, em 19 de setembro de 1921, levou ao bispado de Goiás um prelado de importância ainda mais significativa para a história política e religiosa do estado. Dom Emanuel Gomes de Oliveira, cuja alcunha de “arcebispo da instrução” em muito se contrasta com a de “bispo sertanejo” atribuída a seu predecessor<sup>254</sup>, assumiu a diocese goiana em meio a um contexto bastante singular para a história do Brasil e de Goiás. Durante seu bispado, entre 1922 e 1955, eventos políticos importantes, como as revoltas tenentistas, a revolução liderada por Vargas em 1930 e todo o seu longo governo – constitucional e ditatorial –, a transferência da capital goiana, dentre outros, ditaram o compasso da trama político-religiosa com a qual a Igreja em Goiás teve que lidar. Mais que isso, foi durante o bispado de Dom Emanuel que a Igreja Católica goiana restabeleceu a força política no estado, abalada deste a proclamação da república, processo este que se deu não somente por meio do dinamismo dos acontecimentos políticos citados, mas, principalmente, pelo modo como o bispo capixaba conduziu a instituição, interna e externamente, em face do desenrolar dos fundamentos da Igreja Católica em Goiás.

A nomeação de Dom Emanuel para o episcopado de Goiás, ainda em 18 de novembro de 1922, deu-se sob ar de desconfiança, tanto interno, quanto externo à Igreja. No que tange o ambiente político, José Trindade da Fonseca e Silva afirma que, apesar de os Caiado, oligarquia dominante naquela época, não esboçarem reação contrária à Dom Emanuel, “aquele mesmo ambiente político que outrora arrancara tantas lágrimas a Dom Eduardo e que Dom Prudêncio mitigava através de longas visitas pastorais, tenta criar para o bispo salesiano uma atmosfera política de desconfiança [...]”.<sup>255</sup> Os verdadeiros conflitos políticos entre Dom Emanuel e o poder temporal goiano de fato, entretanto, só ocorreria após a derrocada dos Caiado para a intervenção federal da “Revolução de 30”.

---

<sup>254</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 186

<sup>255</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2006. p. 444



No ambiente interno à Igreja, a recepção da nomeação de Dom Emanuel pelo clero secular parece ter sido controlada pelo futuro braço direito do bispo salesiano, Mons. Joaquim Confúcio de Amorim, uma vez que, ainda segundo o José Trindade Silva, aos burburinhos políticos na capital, “se contrapõem à atitude leal do saudoso Mons. Confúcio, através de enérgicos protestos perante o povo goiano e perante a própria hierarquia eclesiástica.”<sup>256</sup> Todavia, o maior desafio religioso de Dom Emanuel em Goiás não se daria no âmbito do clero secular, mas no âmbito regular, com a mais destacada força eclesiástica então atuante no estado de Goiás: os missionários Redentoristas. Tais contendas, tanto externas quanto internas, se deram não somente em virtude do contexto político e eclesiástico encontrado por Dom Emanuel em Goiás, mas, sobretudo, pelo choque entre a realidade ali encarada e os projetos pessoais de Igreja e de sociedade idealizados e realizados por Dom Emanuel, cujos interesses em muito se contrastavam com as ambições políticas de grupos seculares e religiosos ali presentes. Em outras palavras, o que estava em disputa não era apenas uma demarcação de posição política e eclesiástica, mas verdadeiros projetos de Igreja e sociedade idealizados por diferentes grupos e em choque no sertão goiano<sup>257</sup>.

O clima de expectativa conjugado a muita tensão da nomeação de Dom Emanuel foi acrescido por forte dose de desconfiança: Dom Prudêncio Gomes da Silva, apesar de ser bastante querido tanto pelo clero local, quanto pela população goiana em geral,<sup>258</sup> não exercia grande autoridade no que diz respeito à firmeza junto ao clero goiano<sup>259</sup>. A despeito de algumas importantes cartas e visitas pastorais, Dom Prudêncio não exerceu grande pressão sobre a arrecadação financeira dos serviços religiosos locais, nem tampouco sobre a conduta moral e religiosa de seus subordinados. O resultado foi o endividamento crescente da diocese e uma grave crise financeira; problema com o qual

---

<sup>256</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2006. p. 444

<sup>257</sup> Aprofundaremos neste conflito com os missionários Redentoristas ao longo deste capítulo.

<sup>258</sup> Além de ser considerado um bispo muito “amigo” das congregações religiosas e do clero local, conforme pode ser notado nas mais diversas correspondências dos Redentoristas – ver especialmente os volumes 5 a 7 das COPRESP –, há interessantes menções em fontes e casos avulsos sobre o carisma de Dom Prudêncio junto à população goiana, como no caso do movimento messiânico de Santa Dica, analisado por Gomes Filho (2017), onde o bispo, mesmo depois de falecido, tinha seu espírito supostamente incorporado pela líder do movimento, que utilizava-se da simpatia do mesmo para legitimar suas atividades e ganhar a simpatia de seus adeptos. Sobre o assunto, ver: GOMES FILHO, Robson. **Carisma, legitimidade e dominação religiosa**: Santa Dica e a Congregação Redentorista em Goiás (1923-1925). Curitiba – PR: Editora Prismas, 2017. p. 134.

<sup>259</sup> Ver: seção 2 do capítulo 2: *Da Estadualização à Restauração em Goiás: o bispado de Dom Prudêncio Gomes da Silva*.

o novo bispo teria que lidar, não sem antes ter de enfrentar importantes resistências internas, sem as quais seria impossível tanto a reabilitação financeira da diocese, quanto o fortalecimento da autoridade episcopal; ambos elementos fundamentais para a realização de um projeto de Igreja idealizado pelo bispo salesiano.

### *3.2.1. A revitalização financeira da diocese e o embate com os Redentoristas*

As condições financeiras das dioceses brasileiras, conforme destacamos em nossos capítulos anteriores, em muito se fragilizaram com o fim do regime de padroado. No caso específico goiano, a ausência dos parcos recursos oferecidos pelo Estado durante o período imperial agravou ainda mais a saúde financeira da diocese. Apesar dos limitados esforços de Dom Eduardo Duarte Silva em levantar recursos com o aforamento de terras, sua prioridade foi garantir o pastoreio romanizador sobre festas e costumes locais. Tanto o é que a vinda da Congregação Redentorista para a diocese goiana sob convite seu em 1894 se deu sob um contrato no qual a diocese cedia praticamente todos os recursos da principal fonte de renda regional, a festa de Trindade, para a congregação alemã. Mais que isso, conforme destaca Ronaldo Vaz, Dom Eduardo

foi, aliás, extremamente generoso com os redentoristas neste contrato, que permaneceu inalterado até 1919. Nele, foram autorizados aos redentoristas escolherem o patrimônio em terras que desejassem em Campinas e Barro Preto. Os redentoristas receberam ainda todos os bens do Santuário de Barro Preto e, quanto ao mais importante – o dinheiro –, estabeleceu: “Ficamos obrigados a entregar à missão Redemptorista, todos os rendimentos da romaria de Barro Preto que de hoje em diante forem recolhidos, (...)” Deixava ainda a cargo dos superiores da ordem a fixação do número de religiosos na Diocese.<sup>260</sup>

Os conflitos entre Dom Eduardo e o poder temporal em Goiás, conforme analisamos no capítulo anterior, em muito pioraram as perspectivas de qualquer acordo, formal ou informal, de cooperação advinda do Estado. Já na gestão de Dom Prudêncio, apesar de sua diplomacia bem-sucedida com as oligarquias dominantes, a situação financeira da diocese foi de mal a pior. Observe a tabela abaixo sobre a situação financeira da Diocese no bispado de Dom Prudêncio:

---

<sup>260</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 203.

**Tabela 9: Situação Financeira da Diocese Goiana (1909-1923)**

	Seminário		Santuário da Trindade	Empréstimos/ Entrada de Dinheiro			Gastos Extras	Subvenção do Estado
	Receitas	Despesas	Receitas	Receitas	Pagamento	Juros		
1909	2:301\$000 <sup>1</sup>	2:301\$000	1:500\$000 <sup>2</sup>	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
1910	1:628\$000	1:628\$000	1:500\$000	405\$520 <sup>3</sup> 10:000\$000	xxxxx	5% <sup>5</sup>	xxxxx	xxxxx
1911	xxxxx	xxxxx	1:500\$000	xxxxx	3:000\$000 <sup>6</sup>	xxxxx	xxxxx	xxxxx
1912	xxxxx	xxxxx	1:500\$000	5:709\$310 <sup>7</sup>	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx
1913	xxxxx	xxxxx	1:500\$000	24:267\$00 <sup>8</sup>	xxxxx	xxxxx	xxxxx	1:200\$000 <sup>9</sup>
1914	520\$000 <sup>10</sup>	xxxxx	1:500\$000	18:162\$000 <sup>11</sup>	xxxxx	xxxxx	4:570\$000 <sup>12</sup>	1:200\$000
1915	520\$000	xxxxx	1:500\$000	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1917	520\$000	xxxxx	1:500\$000	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1918	520\$000	xxxxx	4:000\$000 <sup>13</sup>	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1919	520\$000	xxxxx	6:000\$000 <sup>14</sup>	xxxxx	2:000\$000 <sup>15</sup>	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1920	520\$000	xxxxx	14:000\$000	xxxxx	7:500\$000	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1921	520\$000	xxxxx	10:000\$000	xxxxx	6:797\$000	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
1922	520\$000	xxxxx	5:620\$000	6:000\$000	xxxxx	6%	xxxxx	1:200\$000
1923	520\$000	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	xxxxx	1:200\$000
<b>Legenda</b>								
1 - As receitas deste ano vieram de três fontes: do Senador Joaquim Ramos Rufino Jubé, no valor de 1:371\$000; das economias pessoais do próprio bispo, no valor 1:000\$000; e de mensalidades dos seminaristas, no valor de 130\$000								
2 - Contribuição fixa dos Redentoristas entre os anos de 1908-1918 proveniente de seu contrato com a Diocese.								
3 - Empréstimo tomado junto ao Pe. Ramiro no valor indicado.								
4 - Valor retirado com Pe. Gomes Pereira da Silva.								
5 - Juros referente ao valor de 10:000\$000.								
6 - 1:150\$000 aos Dominicanos e 1:150\$000 aos Redentoristas								
7 - Empréstimo tomado junto ao Pe. Confúcio Amorin, em dois momentos: em abril no valor de 827\$310, e em junho no valor de 4:882\$000								
8 - No Livro Contábil "Seminário Livro Caixa 1914 a 1929", consta para o ano de 1913 apenas um recebimento no valor indicado oriundo das loterias da delegacia fiscal do Estado e de empréstimos de Dom Prudêncio, não detalhando, portanto, qual valor advem de receitas, ou qual foi o valor exato do empréstimo tomado.								
9 - Contribuição anual dada pelo governo ao Seminário.								
10 - Valor anual das mensalidades dos alunos do Seminário.								
11 - Valores que entraram no caixa da Diocese: 5:861\$000 (D. Prudêncio); 6:701\$000 (Senador Joaquim Rufino Jubé) e; 5:600\$000 (herança deixada por Mons. Gomes Pereira)								
12 - Viagem de D. Prudêncio à Roma								
13 - Valor referente à contribuição fixa somado à ajuda extra dada pelos Redentoristas à Diocese no valor de 2:500\$000								
14 - Novo contrato foi estabelecido, a princípio para um valor de 12:000\$000, no entanto, os redentoristas não pagaram este valor nos anos que se seguiram.								
15 - Pagamento referente ao empréstimo tomado junto Mutualidade Católica. Não existe o valor do empréstimo total, apenas os valores dos pagamentos dos anos 1919, 1920 e 1921.								
xxxxx Valores não registrados								

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados coletados junto a VAZ, 1997<sup>261</sup>

<sup>261</sup> Tabela construída a partir dos dados coletados no Livro contábil: "Cúria, contas correntes 1908-1931" presentes na dissertação de mestrado de Ronaldo Vaz. VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-**

A despesa de maior custo para a diocese era o Seminário Santa Cruz. No ano de sua nomeação à diocese de Goiás, em 1909, Dom Prudêncio providenciou a reabertura do Seminário na capital goiana (visto que, ao transferir-se para Uberaba, Dom Eduardo levava consigo o seminário diocesano, que por lá permaneceu com a criação da diocese de Uberaba e consequente separação desta com a diocese goiana), por meio da qual necessitou despendar grandes somas de dinheiro para aquisição de prédio e aparelhagem. Esta quantia, entretanto, segundo Ronaldo Vaz, foi paga por recursos obtidos pelo senador Joaquim Ramos Rufino Jubé (1:371\$000 – um conto e trezentos e setenta e um mil réis), por recursos pessoais do próprio bispo, no valor de 1:000\$000 (um conto de réis) e taxas pagas por alguns poucos seminaristas a cada trimestre, no valor de 130\$000 – cento e trinta mil réis –.<sup>262</sup> Ainda que no ano seguinte a situação pareça ter-se equilibrado, a partir de 1912 os números apareceram na contabilidade da cúria de maneira cada vez mais confusa e agravante. Segundo destaca Ronaldo Vaz,

O Seminário em 1912 viveu uma situação delicada e confusa. Por duas vezes o pe. Confúcio emprestou dinheiro para cobrir o déficit: em abril, 827\$310, e em junho, 4:882\$000. Embora o ano tenha acabado com um saldo de 1:744\$970, não consta o pagamento dos empréstimos tomados ao pe. Confúcio, bem como de uma vez só recebeu-se de pelo menos 25 alunos os meses de setembro a dezembro, em um valor total de 6:430\$450, o que foi coincidentemente o valor das despesas desses meses. Serão esses os alunos gratuitos de Dom Prudêncio? O balanço de 1913 foi apresentado em uma só folha, não detalhou-se nenhuma das despesas e receitas, consta, entre outros, um recebimento de 24:267\$000, oriundo das loterias da delegacia fiscal do Estado e de empréstimo de D. Prudêncio, que serviu “para compra de todo o necessário durante o ano, assim como pagamento dos professores.” Em 1917 recebeu-se dessas loterias o valor de 2:592\$580, ainda assim houve um déficit de 4:267\$710.<sup>263</sup>

A partir de 1913 o Estado passou a contribuir com o Seminário com um valor trimestral de 300\$000 – trezentos mil réis – o que ajudava, mas não cobria os gastos

---

**Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. pp. 200-207

<sup>262</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 200. Para se ter uma ideia do que estes valores significam, Ronaldo Vaz (Ibidem, p. 201) afirma que, no início da década de 1920, para um corte de cabelo de cada seminarista era pago o valor de 18\$000 (dezoito mil réis) e para cada lavagem de roupa 60\$000 (sessenta mil réis). Já no que tange custos com alimentação em Goiás, por exemplo, o missionário redentorista, Pe. Conrado Kohlmann, em carta a seu superior datada de 24 de maio de 1925, afirma que “um saco de arroz está custando 40\$550; a saca de café entre 40 e 70\$000 a arroba (portanto, não a saca); e o toicinho, entre 5 e 6\$000 o quilo.” COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2698.** Carta do Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Tiago Kingler. Trindade, 24 de maio de 1925. Original em Alemão, p. 104.

<sup>263</sup> VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 201-202.

necessários, visto que, apesar do registro contábil da cúria apontar um equilíbrio nas contas entre 1914 e 1923, “o ano contábil de 1924 registra ‘Dinheiro para pagamento ao reitor do seminário para o déficit do ano passado conforme folhas 95 deste - 4:267\$710.’”<sup>264</sup>

Se a situação financeira do Seminário oscilava entre o equilíbrio e o déficit, em nível de diocese como um todo Dom Prudêncio sobreviveu durante toda a sua gestão por meio de vultuosas quantias tomadas de empréstimo à juros. Já em junho de 1910, um ano após sua chegada na diocese, o bispo goiano tomou de empréstimo junto ao Pe. Gomes Pereira da Silva o valor de 10:000\$000 – dez contos de réis – à 5% de juros anuais. No ano seguinte, os registros da Caixa Pia indicam o pagamento de empréstimos, portanto tomados nos anos anteriores, de 1:500\$000 – um conto e quinhentos mil réis – para os frades dominicanos e o mesmo valor aos missionários redentoristas.<sup>265</sup> Em 1918 foi a vez de Dom Prudêncio recorrer à Mutualidade Catholica Brasileira, cujos pagamentos com pesados juros se estenderam por anos, segundo Ronaldo Vaz, colocando “em risco o próprio patrimônio da Diocese, pois, segundo o cônego Trindade, Dom Emanuel encontrou o Seminário e o Palácio episcopal hipotecados junto à Mutualidade Catholica, como garantias da dívida.”<sup>266</sup>

As consequências dessa difícil situação financeira foi que, ao falecer, Dom Prudêncio deixou à mitra goiana uma dívida calculada em 74:500\$000 – setenta e quatro contos e quinhentos mil réis –.<sup>267</sup> As razões para esta situação chegar a este ponto são muitas e variadas, podendo-se atribuir responsabilidade, tanto à uma gestão pouco pragmática da parte do bispo, quanto – e principalmente – à emancipação da diocese de Uberaba de Goiás em 1908, que, segundo correspondências da congregação redentorista, privou a diocese goiana de um terço da população e rendimentos.<sup>268</sup> Por

---

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 202.

<sup>266</sup> Ibidem, p. 203. Segundo o mesmo historiador, embora não se tenha registrado o valor exato do empréstimo, o livro da Caixa Pia registra valores anuais bastante altos pagos à Mutualidade Catholica Brasileira: 2:000\$000 pagos em fevereiro 1919, 3:800\$000 em março de 1920, 3:700\$000 em dezembro de 1920, 3:500\$000 em janeiro de 1922 e 3:297\$000 em agosto de 1922. (Idem)

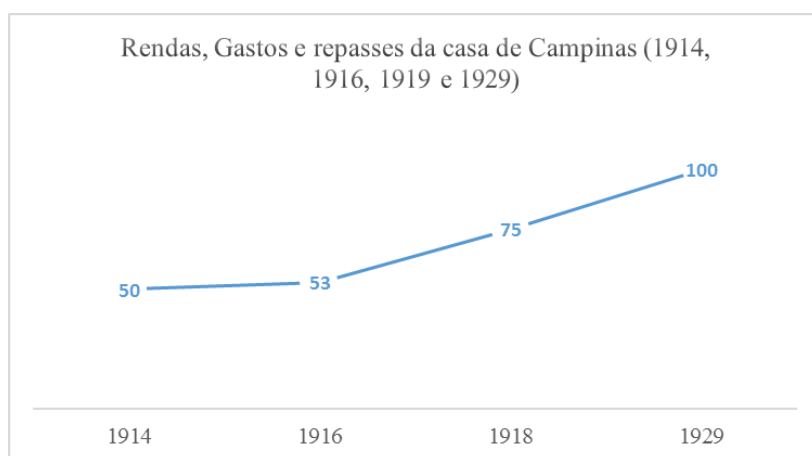
<sup>267</sup> Ibidem, p. 200. Segundo correspondências da congregação redentorista, em 1919 esta dívida era de 40:000\$000 (quarenta contos de réis), à juros de 10% ao ano; portanto, seu valor quase que dobrou em apenas 3 anos. Ver: Correspondência da Província Redentoristas de São Paulo (COPRESP-A), 6º Volume (1913-1920). Aparecida (SP), 1985, cartas n. 1552, 1555 e 1556.

<sup>268</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta n.º. 1561**. Carta do provincial Pe. Prechtl ao Pe. Geral, Pratrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919. Original em Alemão, p. 508.

outro lado, a solução para esta difícil crise financeira poderia vir de uma única fonte de renda que, sendo a mais vultuosa de Goiás, estava nas mãos da Congregação Redentorista: as ofertas do Santuário do Divino Pai Eterno, em Barro Preto.

O contrato inicialmente estabelecido entre Dom Eduardo Silva e a Congregação Redentorista em 1894 era para esta última bastante vantajoso, sendo aos religiosos obrigado repasse anual à diocese apenas do valor de manutenção de dois seminaristas, o que, segundo Pe. Gebardo Wiggermann, primeiro superior da congregação em Goiás, era 1:500\$000 – um conto e quinhentos mil réis –, em uma época em que a renda do santuário variava entre 12 e 15 contos anuais.<sup>269</sup> Todavia, em decorrência de diversos fatores, dentre eles o sucesso da romaria de Trindade significativamente aumentado no decorrer das primeiras décadas do século XX – em boa parte devido ao trabalho dos próprios missionários redentoristas –, as rendas do Santuário de Barro Preto saltou dos citados 15 contos de réis no final do século XIX para 73 contos registrados na contabilidade de 1918<sup>270</sup>, como destacado no gráfico abaixo:

**Gráfico 3: Rendas, Gastos e Repasses da casa de Campinas à Diocese Goiana**



Fonte: COPRESP-A (1921- 1922) e VAZ, 1997.<sup>271</sup>

<sup>269</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1552**. Carta do provincial Pe. Gebardo Wiggermann ao Pe. Geral, Patrício Murray. Aparecida (SP), 25 de outubro de 1919. Original em Alemão, p. 489.

<sup>270</sup> Idem. Segundo relatório o superior geral da congregação, Pe. Patrício Murray, Pe. Prechtel detalha as rendas, gastos e repasses da casa de Campinas: “Em 1914: entradas de 50 contos, despesas: 42 contos, contribuição: 8 contos. Em 1916: entradas: 53 contos, despesas: 48 contos, contribuição 13 contos; em 1918: entradas: 75 contos, despesas: 65 contos, contribuição: 5 contos.”. COPRESP-A, 7º Volume – 1921-1922. **Carta nº. 1561**. Carta do provincial Pe. Prechtel ao Pe. Geral, Patrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919. Original em Alemão, p. 508.

<sup>271</sup> Gráfico construído com base nos dados coletados na correspondência dos Redentoristas. COPRESP-A, 7º Volume –1921-1922. **Carta nº. 1561**. Carta do provincial Pe. Prechtel ao Pe. Geral, Patrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919. Original em Alemão, p. 508 e na dissertação de Ronaldo Vaz – VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 228. O presente gráfico se estende somente até 1929 por conta do conflito entre a diocese goiana e os redentoristas pelas rendas da festa de Trindade, que

Para se ter uma ideia do que este valor significa em termos práticos, segundo Hamilton Afonso de Oliveira, até o final da primeira década do século XX, 79,4% do *monte-mór* – soma de todas as riquezas de um determinado indivíduo presente em seu inventário quando de sua morte – da população de todo o sul goiano – parte mais desenvolvida e rica do estado de Goiás – não ultrapassava o valor de 10:000\$000 – dez contos de réis – por pessoa, e apenas um indivíduo, o coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, possuía um valor superior 100:000\$000 – cem contos de réis –.<sup>272</sup> Em nível de arrecadação estatal, segundo Robson Gomes Filho, em 1889, o Estado de Goiás arrecadou mediante o imposto de exportação arrecadado sobre o gado – que equivalia a 25% do total de sua receita anual – o valor recorde de 57:670\$550 – cinquenta e sete contos, seiscentos e setenta mil e quinhentos e cinquenta réis –,<sup>273</sup> portanto, um valor que, décadas depois, representaria a arrecadação anual do Santuário do Divino Pai Eterno, em posse exclusivamente da congregação redentorista.

Este volume financeiro arrecadado pelos redentoristas em detrimento da difícil situação financeira da diocese levou Dom Prudêncio Gomes da Silva a solicitar à congregação uma revisão do contrato, o que foi tema de intenso debate e conflitos internos entre os religiosos alemães. De acordo com as Correspondências da Província Redentorista de São Paulo (COPRESP), Dom Prudêncio se dirigiu ao então Superior da congregação no Brasil,<sup>274</sup> Pe. João Batista Kiermeier, ainda no início de 1919 solicitando a revisão do contrato em vista da já volumosa dívida da diocese e da penúria financeira pela qual passava o prelado.<sup>275</sup> Atendendo à solicitação do bispo goiano, Pe.

---

se iniciaram ainda em 1924 e se estenderam até início da década de 1930. Discutiremos esta questão ainda ao longo do presente capítulo.

<sup>272</sup> OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910)**. Tese (Doutorado em História). Franca (SP): Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2006, p. 193. Segundo o mesmo historiador, Hermenegildo Lopes de Moraes possuía uma riqueza tão avultada em Goiás que, além de ser uma espécie de banco por meio do qual a população e mesmo o Estado serviam-se para empréstimos a juros, “sua riqueza o colocavam no mesmo patamar e estilo de vida de um grande cafeicultor de São Paulo, da virada do século XIX ao XX.” (Ibidem, p. 212).

<sup>273</sup> GOMES FILHO, Robson. **Carisma, legitimidade e dominação religiosa: Santa Dica e a Congregação Redentorista em Goiás (1923-1925)**. Curitiba – PR: Editora Prismas, 2017 p. 304.

<sup>274</sup> Por pertencer à Província Redentorista da Baviera até a década de 1940, os redentoristas alemães no Brasil constituíram em seu início uma Vice-Província, e, por esta razão o superior da congregação no país recebia o título, inicialmente, de *Visitador* e, a partir do início do século XX, de *Vice-Provincial*. Submetido a este estavam os superiores de cada convento – até a década de 1920, em Campinas-GO, Aparecida-SP, Perdões-SP e Penha-SP –, que recebiam o título de *Reitor*.

<sup>275</sup> Sobre a penúria financeira pessoal de Dom Prudêncio, uma interessante narrativa foi registrada pelo Pe. Precht em correspondência datada de 16 de dezembro de 1919. Segundo o redentorista alemão, “Pe. Vicente Grilhisl, seu secretário de visita pastoral, há diversos anos, contou-me o seguinte. Estando na capital, na véspera da partida para a visita pastoral, teve ocasião de ouvir uma conversa entre o bispo e

Kiermeier escreveu ao Pe. Carlos Hildenbrand, Reitor do convento de Campinas, solicitando que fosse tratado com Dom Prudêncio as devidas renegociações do contrato sobre as rendas do Santuário de Barro Preto. A resposta foi uma longa carta na qual o superior de Campinas, respaldado por seus conselheiros, decidia por negar o pedido do bispo, argumentando que:

O Pe. Visitador expõe-nos os motivos que parecem a ele e a seus conselheiros convincentes para a mudança do contrato. São três: 1) quando o bispado fez o contrato, não tinha intenção de dar-nos somas tão grandes; sendo assim é de justiça que não retenhamos tudo, ainda mais porque o bispado sofre penúria e está muito endividado; 2) nossa regra limita as rendas das casas; essas rendas tão grandes não correspondem ao espírito da Regra; 3) O bispo já conversou com o Núncio, que lhe deu razão, se não nos entendermos voluntariamente, temos de recear uma intervenção do Núncio. Assim diz o Pe. Visitador. V. Paternidade permita-nos apresentar nossas contra-razões para seu julgamento. [...] Poder-se-ia objetar que o ordinariado não previa tão grande rendimento; seria conveniente assim deixá-lo participar nele. Mas há a responder que a renda não é regular, aumentando e diminuindo conforme o ano e que o aumento atual se deve à construção da igreja para a qual o romeiro quer contribuir e também ao tempo da guerra, quando foram feitas promessas, que são cumpridas agora. Deve-se ainda observar que as rendas devem ser atribuídas, não em último lugar, ao zelo e trabalho dos padres, rendas que se tornam eventualmente impossíveis, quando o senhor bispo passar a tomar parte diretamente ou indiretamente nas rendas em decorrência de alterações do contrato. Então as coisas se tornarão como eram antes de Dom Eduardo entregar-nos o santuário; nem as missões, nem o bispo terão vantagens nisto.<sup>276</sup>

A partir desta negativa da Casa de Campinas (Redentoristas), iniciou-se um debate interno na congregação sobre os rendimentos financeiros do convento em Goiás, bem como sobre a necessidade de se atender ao pedido do bispo. Da parte de Dom Prudêncio não houve enfrentamento diretamente com os missionários, necessitado que se via de seus trabalhos em sua diocese. Antes, o bispo decidiu por humildemente suplicar por esmolas dos missionários, enquanto não se resolvia internamente a contenda do contrato. Atendendo ao seu pedido, Pe. Kiermeier, superior Visitador da

---

sua mãe, que mora com ele juntamente com uma irmã. A mãe dizia: sendo amanhã o dia da partida, poderíamos matar uma galinha para o jantar. Ao que o bispo respondeu: Mãe, não tenho dinheiro; veja se o Pe. Vicente lhe empresta um mil réis, que eu lhe restituirei depois. Pe. Vicente me contou ainda que o bispo mandava de tempo em tempo durante a visita, 20 ou 30 mil réis à sua mãe.” COPRESP-A, 7º Volume –1921-1922. **Carta nº. 1561.** Carta do provincial Pe. Prechtl ao Pe. Geral, Pratrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919. Original em Alemão, p. 508.

<sup>276</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1518.** Carta do governo da casa de Campinas ao Pe. Geral, Pratrício Murray. Campinas, 2 de abril de 1919. Original em Alemão, p. 442-443.



congregação, ordenou que seus subalternos em Goiás doassem a quantia de 10 contos de réis ao bispo, o que também foi negado, agora em tom de desobediência direta:

Recebendo sua carta, dizendo respeito ao negócio do bispo, convoquei a consulta [...] e após uma reflexão séria, sentimos ter de dizer a V. R. que não podemos executar sua ordem. Creio, não temos outra intenção, senão obedecer às claras determinações da Regra, segundo a qual o provincial pode dispor de 4 contos em favor da Província e permitir outro tanto em favor de uma casa. Tomamos a liberdade assim, de lembrá-lo, pedindo-lhe que o comunique aos seus consultores, que demos ao bispo 3 contos em fevereiro e, em agosto, mais 2 contos, conforme desejo de V. R. e não como um uso presumido. São pois 5 contos, em 7 meses a doação feita ao bispo, provando nossa boa vontade em o auxiliar e de obedecer a V. R. enquanto nos é possível. [...] Demos para a catedral 400\$; acompanhamos o bispo em suas visitas; emprestamos-lhe os nossos melhores animais, numa palavra, temos feito o que nos é possível; ele não tem de fato, motivos para descontentamento.<sup>277</sup>

A desobediência do superior de Campinas em socorrer a diocese goiana conforme lhe fora ordenado levou Kiermeier a ir pessoalmente à Alemanha tratar diretamente com seu superior sobre o assunto. Além de Kiermeier, outros padres experientes criticaram a atitude da Casa de Campinas em relação ao bispo. Pe. Gebardo Wiggermann, primeiro Vice-Provincial da congregação, escreveu também a seus superiores argumentando em favor de Dom Prudêncio:

Onde há um convento com a renda anual de 58 contos? Deveríamos envergonhar-nos, se outros o soubessem. O bispo quase não tem recursos e ainda tem uma dívida de 40:000\$ a juros de 10%. Os padres, além do dinheiro, possuem uma boa economia com vinhas e frutas, recebendo ainda na feta quantidade de cereais, arroz, café, etc. Numa palavra nada mais justo e necessário que ajudarmos o bispo e nada mais injusnto e imprudente que negar-nos a fazê-lo. Afinal, tudo é do bispo e ele, querendo, pode dispensar-nos. [...] O bispo é bom conosco, importa pois ajudá-lo.<sup>278</sup>

O fato é o seguinte: o bispo de Goiás, um *homo Dei*, verdadeiro amigo da nossa Congregação, achando-se em grandes apuros financeiros e coberto de dívidas, não sabe como sair-se da situação, dada a extrema pobreza da diocese. Falando com o Núncio, no ano passado, sobre sua precária situação, referiram-se também às rendas do Santuário de Barro Preto, que nos pertencem por contrato. O Núncio aconselhou-o a se entender conosco, procurando uma alteração no contrato. Caso não o conseguisse, recorresse então à nunciatura. [...] A formação de novas dioceses privou o bispo de Goiás de grande parte dos seus já magros proventos, enquanto o crescimento da romaria do Barro Preto

<sup>277</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1540.** Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. João Batista Kiermeier. Campinas, 20 de agosto de 1919. Original em Alemão, p. 471.

<sup>278</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1552.** Carta do provincial Pe. Gebardo Wiggermann ao Pe. Geral, Pratrício Murray. Aparecida (SP), 25 de outubro de 1919. Original em Alemão, p. 489.

aumentou de tal modo nossas rendas a ponto de me causar receios. No ano passado a renda foi de 58 contos (=200.00 libras); cinco vezes mais do que nos primeiros anos.<sup>279</sup>

A questão foi resolvida em dezembro de 1919, quando o superior provincial da Alemanha, Pe. Prechtl, decidiu pelo deferimento do pedido de Dom Prudêncio e, proceder uma renegociação de contrato, por meio do qual os religiosos se comprometiam a pagar um valor anual fixo de 12:000\$000 – doze contos de réis – à Caixa Pia diocesana. Todavia, conforme observa Ronaldo Vaz, no mesmo ano de 1919 foi repassado apenas 6:000\$000 – seis contos de réis – pelos Redentoristas. No ano seguinte a quantia foi de 14:000\$000 – quatorze contos de réis –, em 1921 de 10:000\$000 – dez contos de réis –, e em 1922 de 5:620\$000 – cinco contos e seiscentos e vinte mil réis –. Neste último ano a diocese tomou de empréstimo ainda dos Redentoristas uma quantia de 6:000\$000 – seis contos de réis –, a uma taxa de juros de 6% anuais<sup>280</sup>, conforme demonstrado na tabela 8.

Diante destes fatos, acompanhados de perto por Mons. Joaquim Confúcio Amorim, então vigário-geral da diocese e futuro braço-direito de Dom Emanuel em Goiás, a diocese goiana, mesmo vitoriosa na renegociação do contrato com os redentoristas, permaneceu afogada em dívidas. Quando assumiu a mitra goiana, Dom Emanuel Gomes de Oliveira tomou providências enérgicas para equilibrar as contas de sua diocese.

A primeira medida de Dom Emanuel para a superação dos problemas financeiros da diocese foi a cobrança incisiva e pragmática dos emolumentos clericais devidos à diocese pelo clero goiano. Assim, em uma carta circular aos vigários de Goiás, datada de 31 de agosto de 1923, Dom Emanuel agradece as felicitações por sua nomeação e chegada à diocese goiana, mas já ali inicia suas cobranças financeiras ao clero local:

A todos quizeria ainda dizer: tenho mais necessidade de orações que de felicitações para o desempe[nho?] conveniente da grave missão de que me incumbiu a Divina Providencia. Nos trinta dias de permanencia nesta Capital, tive ensejo de examinar minuciosamente o Archivo Diocesano, e em particular o que se refere às parochias em suas relações com a Curia. Devo declarar que notei considerável atrazo no pagamento de suas contas por parte de varios dos respectivos Srs. Vigarios. Dentre esses débitos de duas proveniencias distintas, uma ex

---

<sup>279</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1555**. Carta do provincial Pe. Gebardo Wiggermann ao Pe. Prechtl. Aparecida (SP), 22 de novembro de 1919. Original em Alemão, p. 494.

<sup>280</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 207.

justitia, outra ex caritate, avulta a taxa anual de (200\$000) duzentos mil réis para a obra das vocações eclesiásticas e como auxílio directo a manutenção do nosso esperançoso Seminário de Santa Cruz, cujas condições financeiras são as mais precárias possíveis. Não posso absolutamente abrir mãos desse direito, Senhores Padres, e aos interessados, notifico acertem suas contas com a Curia Diocesana e dellas se desobriguem, quanto antes, afim de poupar à Curia o desgosto da cobrança, de insistências e mesmo a publicação de nomes e cifras no organ Official Diocesano. Nesta data, 31 de Agosto de 1923, a nossa Diocese deve a enorme importância de 74:500\$000, como se verifica pelo livro de contas, aprovadas pela Comissão Canonica, acumulando sobre esse debito, pesados juros.<sup>281</sup>

Ainda que com certa resistência e pretextos argumentados por alguns vigários e demais devedores da Cúria,<sup>282</sup> as pressões de Dom Emanuel surtiram já nos anos seguintes alguns efeitos. Segundo os dados coletados por Ronaldo Ferreira Vaz,

O desenvolvimento econômico ocorrido no Estado com a estrada de ferro possibilitou um aumento das contribuições dos padres seculares e dos religiosos para a caixa da Mitra. Em geral, essas contribuições superaram em muito os 200\$000 fixados por D. Prudêncio. Alguns exemplos ilustram a afirmação: em 1926, contribuíram os padres Oscar Ferreira da Silva com 500\$000, Olímpio Pitaluga, com 1:000\$000; em 1927, o frei Gregorio Aleixo com 803\$000; em 1927, os dominicanos de formosa repassaram 777\$000 dos batizados e crismas. Uma comparação entre as contribuições de paróquias da região Sul e de paróquias de outras regiões do Estado demonstra a maior importância econômica e financeira do Sul para a receita da Mitra: em junho de 1929, a caderneta das paróquias de Bella Vista, Anápolis, Campinas, Ipamery e Bananeiras pagou 11:775\$000 à Mitra, enquanto a caderneta de Rio Claro, Santo Antônio, S. José de Mossamedes e S. Cruz recolheu apenas 2:185\$000.<sup>283</sup>

Todavia, ainda que as rendas obtidas dos emolumentos clericais contribuíssem em certa medida para o equilíbrio das contas da diocese, a mais importante fonte de renda religiosa em Goiás permanecia ainda fora do alcance da cúria goiana. O santuário de Barro Preto, cuja festa e romaria do Divino Pai Eterno levantava vultuosos recursos financeiros, permanecia ainda sob a tutela dos missionários redentoristas, cujas rendas, à despeito do contrato firmado com Dom Prudêncio, permanecia longe dos cofres da Caixa Pia diocesana. Assim, o embate entre Dom Emanuel e os missionários

---

<sup>281</sup> OLIVEIRA, D. Emanuel Gomes de. Primeira circular aos vigários de Goyaz. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 21 de agosto de 1923.

<sup>282</sup> Um exemplo é o caso do Pe. Padre Ramiro Campos Meirelles, que, em resposta à referida carta circular do bispo, afirmou não estar bem de saúde e que seus rendimentos, quase todos, são para manter as sobrinhas órfãs no internato. Ver: MEIRELLES, Pe. Ramiro Campos. Carta à D. Emanuel em resposta à circular nº 1. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 7 de setembro de 1923.

<sup>283</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 228.

redentoristas ganhou tonalidades de verdadeiros conflitos pessoais e institucionais à medida que o bispo se mostrava completamente diferente de seu antecessor, a ponto de os próprios religiosos alemães reconhecerem que, segundo o redentorista Pe. Miguel Poce, “não há dúvida que o caso do contrato [proposto por Dom Emanuel] foi um castigo pela incompreensão que os nossos tiveram para com o santo e amigo bispo Dom Prudêncio.”<sup>284</sup>

Ainda que a interpretação do Pe. Miguel Poce seja de cunho religioso, de fato a animosidade entre Dom Emanuel e os redentoristas em Goiás, ao que parece, tem origem na rejeição dos missionários alemães em acudir a diocese goiana quando do pedido de Dom Prudêncio no final da década anterior. Braço direito de Dom Prudêncio, e agora de Dom Emanuel, Mons. Joaquim Confúcio Amorim escreveu ao bispo recém-chegado em 28 de maio de 1924 uma carta na qual explica ao prelado o mesmo que argumentara com seu antecessor:

Exmo. Sr. Bispo, desde que o Exmo. Sr. Bispo D. Prudêncio Gomes da Silva tomou posse desta Diocese que lhe disse ser preciso tomar providencias muito serias sobre o contracto dos Revmos. Srs. Padres Redemptoristas de Campinas no sentido de acudir dividas de nossa paupérrima Diocese, valendo-se das rendas do Santuario de Barro Preto, a cargo dos mesmos Redemptoristas, sempre lhe dizia que a Congregação dos Redemptoristas ia muito bem e folgada e a pobre Diocese de rasto com muitas dividas e sem meio de se livrar dellas. Também com V. Excia. já falei nesse sentido e demais me oponho que na Diocese, ou melhor, na administração da Diocese haja outra pessoa que mande, a não ser a pessoa determinada pelo Espírito Santo, que é o Bispo ou a autoridade diocesana, que atualmente é V. Excia. Em vista disso, sou de opinião que V. Excia., que tem o peso da Diocese, é o que deve propor o contrato com os Revmos. Redentoristas e não aceitar contrato feito por eles.<sup>285</sup>

De fato, como abordamos há pouco, as vultuosas rendas do convento de Campinas decorrentes do Santuário de Barro Preto, em contraste com a difícil situação financeira da diocese, foi motivo de debate e discussão interna na própria congregação redentorista. Todavia, à despeito da vitória de Dom Prudêncio na proposição e assinatura de um novo contrato em 1919, cujo repasse à diocese seria de um valor anual fixo de 12:000\$000 – doze contos de réis –, Dom Emanuel foi além.<sup>286</sup> Desconfiado –

---

<sup>284</sup> POCE, Miguel. “Introdução: Duas Palavras”. In: **Correspondência da Província Redentoristas de São Paulo (COPRESP-A)**. 8º Volume (1923-1924). Aparecida (SP), 1986, p. 5.

<sup>285</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2414**. Carta Mons. Joaquim Confúcio Amorim a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiás, 28 de maio de 1924, p. 507.

<sup>286</sup> Ainda que as fontes não nos permitam afirmar exatamente quando o conflito entre Dom Emanuel e os Redentoristas teve início, o fato é que já em janeiro de 1924 o clima de tensão já levava os missionários

e com razão – de que as rendas do santuário ultrapassariam em muito o valor repassado à diocese, o bispo recém-chegado, tomou duas medidas já no mesmo de maio de 1924: por um lado, solicitou à congregação redentorista a assinatura de um novo contrato com a diocese, e, por outro, nomeou uma comissão, presidida por Mons. Confúcio Amorim, para fiscalizar o rendimento da festa e romaria daquele ano.

Sobre a fiscalização, a intervenção episcopal na administração financeira da festa do Divino Pai Eterno não agradou aos redentoristas, uma vez que Dom Emanuel desejava aumentar a contribuição dos mesmos para com a Diocese. Em carta ao Núncio Apostólico, Dom Enrico Gasparri, o superior dos redentoristas no Brasil, Pe. Tiago Kingler, argumentou que

Considerando demais, que neste momento, a intervenção até hoje nunca feita, de Srs. Confúcio ou outro qualquer novo delegado do Sr. Bispo na gerência administrativa do Santuário ainda confiada a nós, será um grande perigo de escândalo e desgostos, por más interpretações que o povo dará, dizendo que o Sr. Bispo brigou conosco e nós já não merecemos confiança, etc., peço a V. Excia. uma ordem telegráfica sustando a ida do referido monsenhor ou outra pessoa.<sup>287</sup>

O temor redentorista pela fiscalização dos rendimentos da festa parece evidente quando, não sem protestos do Pe. Tiago Kingler, ao final da festa, a abertura do cofre na presença do Mons. Confúcio Amorim revelou seu rendimento total: 80:508\$700 – oitenta contos, quinhentos e oito mil e setecentos réis –.<sup>288</sup> Por força do contrato então vigente, os redentoristas seriam obrigados a repassar para a diocese somente 1:500\$000 – um conto e quinhentos mil réis –, portanto, menos de 2% do seu rendimento total acima descrito – 80:508\$700 –. Escancarada em números a desvantagem da diocese no

---

alemães a cogitarem abandonar a diocese. Em carta à Dom Emanuel datada de 29 de janeiro de 1924, o redentorista brasileiro, Pe. Orlando de Moraes, argumentava que “[...] pensam nossos superiores em procurarem novo campo de ação e abandonarem o nosso querido Goiás. Será possível um tão horroroso desastre? Não, Exmo. Sr. Bispo, não posso crer que V. Excia. a quem o Divino Espírito Santo confiou essas ovelhas tão abandonadas, queira assumir essa terrível responsabilidade de vê-los privados de seus pastores que há 30 anos se sacrificam pelo bem dessas almas. [...] Permita-me, V. Excia., ainda uma observação: Com a saída de nossos padres, acho que a permanência de V. E. nessa diocese tornar-se-ia simplesmente impossível. Pois bem, onde então achar um novo pastor que queira aceitar uma diocese quase sem clero e sem missionários?” COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2337**. Carta do Pe. Orlando de Moraes a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Aparecida, 29 de janeiro de 1924, p. 393. Ao final desta correspondência, originalmente localizada no Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia, Dom Emanuel anotou: “Sem resposta”, recusando-se a responder o redentorista.

<sup>287</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2453**. Carta do Pe. Tiago Kingler ao Núncio Apostólico, Dom Enrico Gasparri. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1924, p. 553.

<sup>288</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2460**. Carta do Mons. Confúcio Amorim a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiás, 10 de julho de 1924, p. 570. Segundo o mesmo relatório, as anotações do cofre ainda revelavam o rendimento de 54:000\$000 (cinquenta e quatro contos de réis) em 1923 e 52:000\$000 (cinquenta e dois contos de réis) em 1922.

acordo vigente com os redentoristas em Goiás, a pressão de Dom Emanuel pela revisão contratual se tornou ainda maior e mais necessária.

Sobre a primeira proposta diocesana para um novo contrato, transcrito na íntegra em carta do Pe. Tiago Kingler ao bispo datada ainda de 5 de maio de 1924. Portanto, anteriormente aos resultados da fiscalização da festa, Dom Emanuel propunha à congregação redentorista, dentre outras cláusulas, que

Esta administração dos bens do Santuário, e do cofre [...] será presidida por um Delegado da Diocese, de nomeação e exclusiva confiança do Exmo. Sr. Bispo, ao qual compete examinar as despesas decorrentes das cláusulas anteriores, fazer mensalmente o pagamento dos empregados do Santuário, bem como as despesas autorizadas, recolher ao Banco os saldos existentes, fazendo tudo constar no Livro de Atas, lavradas pelo Secretário, e assinado por este, pelo Reitor e pelo dito Delegado.<sup>289</sup>

A resposta do superior da congregação no Brasil foi categórica: “sob as condições do contrato apresentado, nós não podemos continuar a trabalhar na diocese de Goiás.”<sup>290</sup> Ainda que os redentoristas acreditassem, à esta altura, que Dom Emanuel pudesse ser dissuadido da renovação do contrato, como ocorrera até certo ponto com seu predecessor,<sup>291</sup> Dom Prudêncio, a resposta de Kingler levou o bispo a denunciar a congregação ao Nuncio Apostólico em carta datada de 28 de maio de 1924, na qual afirma:

com a devida venda comunico V. Excia. Revma. que havendo proposto ao Revmo. Pe. Provincial da Congregação do Santíssimo Redentor, residente em Aparecida, Estado de S. Paulo, a reforma do modus vivendi por quê se mantém uma missão redentorista em nossa diocese de Goiás, tive em resposta a participação de que nas bases do contrato que lhe apresentei “não poderiam continuar a trabalhar na diocese de Goiás”. Em cumprimento do imperioso dever de

---

<sup>289</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2400.** Carta do Pe. Tiago Kingler a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Aparecida, 5 de maio de 1924, p. 485.

<sup>290</sup> Ibidem, p. 481. Faz-se importante ressaltar que, além de argumentar sobre os gastos da congregação que justificariam a manutenção do contrato vigente, Pe. Tiago Kingler ainda ressaltava que a congregação discordava das propostas contratuais de que os redentoristas fossem obrigados “a sempre pôr à disposição do bispo três missionários e quatro outros padres para serem vigários e secretário do Santuário” (Ibidem, p. 482) e que reservassem obrigatoriamente em sua casa “dois aposentos para uso pessoal de S. Excia. Revma.” (Idem).

<sup>291</sup> Em carta ao seu superior, Pe. Tiago Kingler, datada de 17 de maio de 1924, Pe. João Batista Kiermeier, então superior em Goiás, afirma que “Eu creio que não precisamos ter nenhum receio o sr. Bispo procura imitar muitas coisas que viu e ouviu de outros bispos, e tem por isto muitas ideias e planos; mas não é difícil convencê-lo de que Goiás não está ainda tão adiantado. Se V. R. quisesse encarregar o Pe. Francisco Alves o ua mim para modificar suas ideias a respeito do contrato, não seria difícil para nós. Até agora não o interpelei para não passar como intrometido.” COPRESP-A, 8º Volume – 1923-1924. **Carta nº. 2407.** Carta do Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Kingler. Campinas, 17 de maio de 1924. Original em Alemão, p. 499.

consciência e para salvaguardar os interesses da diocese, julguei acertado denunciar o sobredito Modus Vivendi por ser lesivo à nossa diocese. [...] Outrossim, penso conveniente informar a V. Excia. Revma. do seguinte: a) a Missão Redentorista está na Diocese de Goiás há cerca de 30 anos, com a única residência e com o mesmo número de religiosos, ao todo (seis) 6 membros; b) encarregada da administração dos patrimônios de várias paróquias, durante esse tempo alienaram grande parte de suas terras, ficando hoje os mesmos patrimônios – redeuzidos e desvalorizados, tendo sido até vendida uma légua quadrada de terras, a razão de 900 mil réis!... c) a missão Redentorista incumbida da administração do Episcopal Santuário da Trindade no lugar denominado Barro Preto, aí está também, há quase 30 anos de posse exclusiva do mesmo, e sem fiscalização alguma das esmolas, donativos e promessas dos fieis, que em número de milhares anualmente levam do mesmo santuário, o qual já no ano de 1896 acusava a receita líquida de Rs. 22:000\$000... d) as igrejas, levantadas sob a direção da Missão Redentorista na Diocese com auxílio do povo, são todas de madeira e adubos, e uma delas, a matriz de Bela Vista, construída em 1914, está em completa ruína... e) a missão redentorista desfruta, desde a sua entrada na Diocese, de terrenos pertencentes à Mitra, onde construíram seu convento e dependências. [...] f) como obrigação única teria a Missão Redentorista de pagar à Diocese a pensão de dois seminaristas e desde 1923 por combinação feita com nosso falecido antecessor D. Prudêncio, se obrigaria a dar anualmente, até 10 contos de réis!... [...] <sup>292</sup>

Ao final de suas denúncias, o bispo ainda levantou grave suspeita sobre os redentoristas, pois sobre eles pairavam dúvidas de terem “consumidas” à diocese os acordos assinados entre a congregação e os bispos que o antecederam:

[...] não encontramos nos arquivos de nossa Câmara Eclesiástica nenhuma cópia do modus vivendi estabelecido entre os nossos veneráveis antecessores e a Congregação do Santíssimo Redentor até a presente data, e do singular desaparecimento desse documento, como de um processo iniciado pelo nosso antecessor para a assinatura de um contrato definitivo com a mesma Missão Redentorista com a Diocese de Goiás – temos informação de haverem sido consumidas, por ocasião de uma Visita Pastoral, por um dos membros da mencionada Missão Redentorista... <sup>293</sup>

A partir de então, especialmente após o relatório fiscal do Mons. Confúcio Amorim, o conflito entre o bispo e os religiosos agravou-se cada vez mais, com dezenas de cartas contendo as mais diversas acusações, ora com ameaças por parte dos missionários de abandonarem a diocese, ora com ameaças do próprio bispo de os

---

<sup>292</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2413**. Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Núncio Apostólico. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1924, p. 505-506.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 506.

expulsar.<sup>294</sup> A questão tornou-se de tal maneira grave que acabou por envolver, em diversas ocasiões, os superiores internacionais da congregação redentorista, o Núncio Apostólico no Brasil – Dom Enrico Gasparri –, o bispo de Mariana – Dom Helvecio Gomes de Oliveira, irmão de Dom Emanuel –, o cardeal brasileiro, Dom Sebastião Leme, e, por fim, o próprio Papa Pio XI.

Ao fim e ao cabo, houve renúncia de ambas as partes, mas Dom Emanuel conseguiu a assinatura de um contrato que dava à diocese o direito sobre 80% de toda a renda líquida anual – independente de valor fixo – do Santuário de Barro Preto<sup>295</sup> e a prorrogação de apenas 10 anos do acordo com os redentoristas, o que gerou um novo e igualmente grave conflito entre ambas as partes na década de 1930, mas agora com novos contornos políticos por conta do contexto no qual estavam naquele momento inseridos.<sup>296</sup>

O conflito acima descrito, mais do que um típico conflito de congregações religiosas, como argumentou Ronaldo Vaz,<sup>297</sup> explicita a necessidade enfrentada por Dom Emanuel de sanear as contas da diocese goiana, algo que, em si, não era em nada diferente das necessidades de seus antecessores. Todavia, a diferença central presente no bispo que tomamos por objeto de análise é seu projeto de Igreja claramente definido e por ele perseguido. Portanto, diferentemente de Dom Eduardo – que voltara-se ainda para um projeto ultramontano de romanização no Brasil – e Dom Prudêncio – que concentrara-se mais no combate ao protestantismo – <sup>298</sup>, Dom Emanuel, por sua experiência e sagacidade política, enxergou a urgência de consolidação da Igreja Católica em Goiás não apenas em termos de espaço religioso, mas, sobretudo de espaço e força política; algo que lhe permitisse sair da dependência do Estado para, ao contrário, torna-lo dependente de si – como no caso da educação estabelecido nas décadas posteriores –. Para tanto era necessário, por parte da diocese, por um lado, alcançar uma saúde financeira que lhe permitisse lançar-se em empreendimentos para

---

<sup>294</sup> Ver: Correspondência da Província Redentoristas de São Paulo (COPRESP-A). 8º Volume (1923-1924). Aparecida – SP, 1986.

<sup>295</sup> A porcentagem de contribuição era fixa (80%) em relação à arrecadação, por isso, o valor pago à diocese dependia do valor arrecadado pelos Redentoristas.

<sup>296</sup> Este novo conflito será abordado na seção seguinte do presente capítulo.

<sup>297</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 219.

<sup>298</sup> Ver Capítulo 2 da presente tese.



além das fronteiras religiosas – educação, imprensa, assistência social, etc. –, e, por outro, a centralização do poder eclesiástico nas mãos do bispo.

De posse de 80% do rendimento da festa de Trindade – que, por exemplo, segundo Ronaldo Vaz, em 1939 chegou à soma de 177:590\$500 repassados para a diocese, ou seja, naquele ano a festa rendeu aos Redentoristas o valor absoluto de 221:988\$125 – <sup>299</sup> somados aos demais ganhos financeiros conquistados por Dom Emanuel, a Igreja Católica em Goiás tornou-se, de devedora em crise, em uma das instituições mais poderosas política e financeiramente de Goiás, o que lhe permitiu fazer frente ao poder temporal e conquistar, aos moldes medieval, um poder de verdadeira cristandade em pleno século XX.

### *3.2.2. A centralização do poder e a consolidação das estruturas formais da Igreja em Goiás*

Para termos uma ideia precisa do quão significativo foi o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a consolidação do poder eclesiástico interno e externo à Igreja Católica em Goiás, um breve recuo histórico se faz importante.

O controle eclesiástico em Goiás esbarrou em inúmeras dificuldades desde a criação da diocese goiana, em 1826; com destaque especialmente para sua significativa extensão territorial e o consequente irrisório número de clérigos para atendê-la. A diocese de Goiás, no final do século XIX, era composta pelo que hoje corresponde aos estados de Goiás, Tocantins e a região denominada por “Triângulo Mineiro”, em Minas Gerais.<sup>300</sup> Isso representa um total de 617.937 Km<sup>2</sup>. Em termos absolutos, portanto, somente a diocese de Goiás, quando comparada com a Europa, possuía uma extensão territorial quase equivalente à França – 643.801 km<sup>2</sup> –, maior que a Espanha – 505.990 km<sup>2</sup> –, quase o dobro de toda a Alemanha – 357.021 km<sup>2</sup> –, mais de quatro vezes o território da Inglaterra – 130.279 km<sup>2</sup> – e mais de seis vezes o de Portugal – 92.212 km<sup>2</sup> –. Para todo este território, a diocese goiana contava, ainda em 1872 com apenas 17

---

<sup>299</sup> Ibidem, p. 223.

<sup>300</sup> O estado do Tocantins se tornou independente de Goiás somente em 1988, por força da Constituição Federal promulgada no mesmo ano. Já o Triângulo Mineiro, região sudoeste do Estado de Minas Gerais, foi desmembrado de Goiás e incorporado pelo estado mineiro em 4 de abril de 1816. Entretanto, a administração eclesiástica dessa região permaneceu subjugada à diocese de Goiás até 1907, quando Dom Eduardo Duarte Silva, então bispo de Goiás, conseguiu junto a Roma o desmembramento eclesiástico da região, criando-se, assim, a diocese de Uberaba.

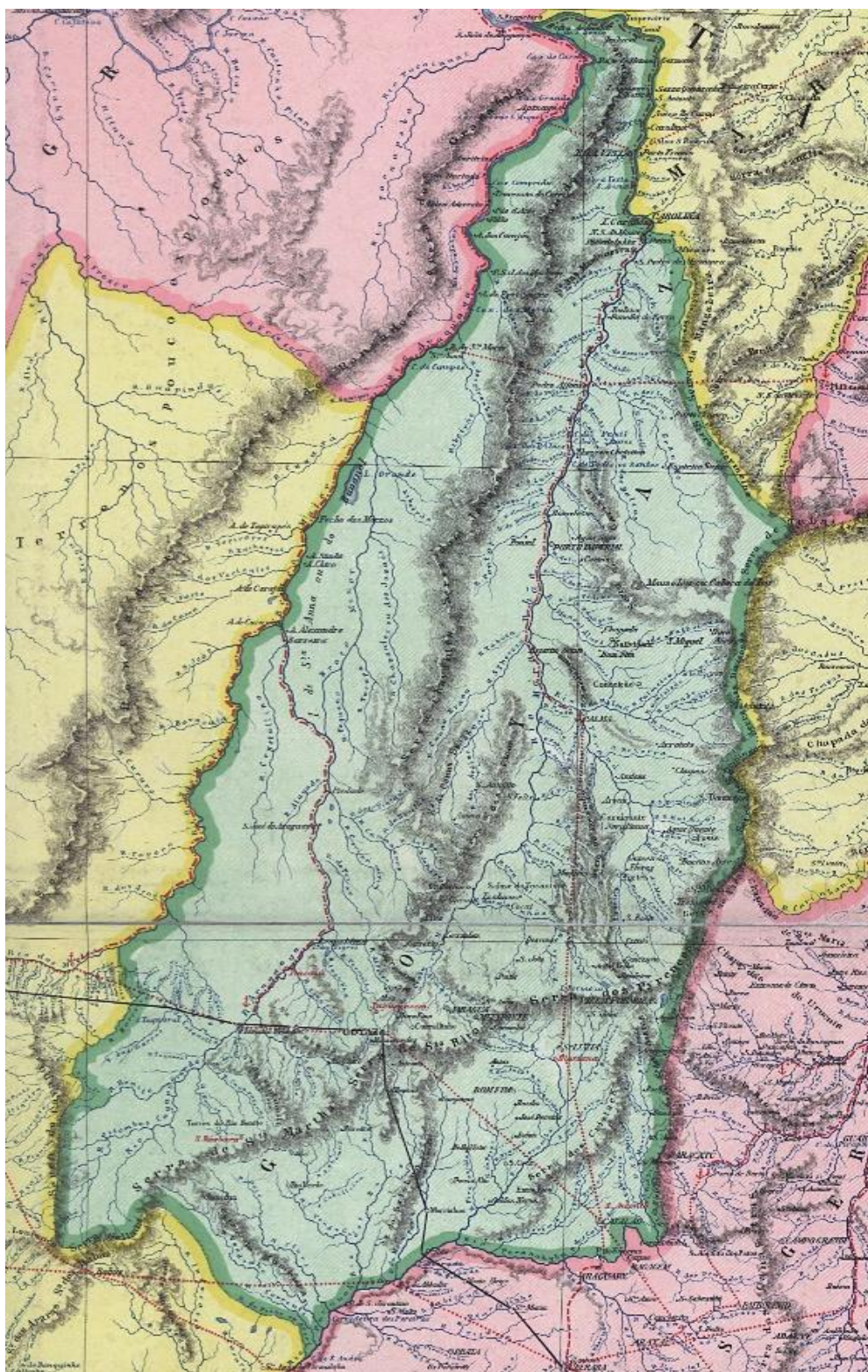
padres<sup>301</sup> e, em 1894 com 40.<sup>302</sup> Veja o mapa a seguir, de Goiás em 1892, que ilustra a extensão territorial da diocese e reflete a dificuldade na sua administração:

---

<sup>301</sup> BEOZZO, José Oscar. “Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil 1870-1930”. In: AZZI, Riolando (org.) **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983, p. 97.

<sup>302</sup> COPRESP-A, 1º Volume (1817-1896). **Carta nº. 14**. Pe. José Schwarz ao Pe. Antônio Schöpf. Roma, 11 de junho de 1894. Original em Alemão, p. 19. Em entrevista dada ao jornal Santuário da Trindade, em 6 de dezembro de 1924, Dom Emanuel afirma que sua diocese, naquele ano, contava com “48 paróquias, das quaes, apenas 24 providas.” FERREIRA, Pe. José Lopes. “Pela grandeza de Goyaz: uma entrevista com o Excmo. E Revmo. Bispo dom Manuel Gomes de Oliveira.” **Santuário da Trindade**. Anno 3, número 87, 6 de dezembro de 1924, p. 3.

**Mapa 4: Mapa do Estado de “Goyaz” no século XIX em 1892**



Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/goias/mapa-goyaz.htm>.<sup>303</sup>

<sup>303</sup> Mapa retirado do sítio eletrônico: <https://www.brasil-turismo.com/goias/mapa-goyaz.htm>. Acessado em 09/01/2019. Na imagem não consta a região conhecida como “Triângulo Mineiro” que, naquela época, também pertencia à administração a Diocese de Goiás.

As inúmeras dificuldades para uma efetiva gestão eclesiástica junto à população goiana eram vastas e não muito diferente de várias outras regiões do país. Além da comunicação precária, a péssima qualidade das estradas e consequente dificuldade com transportes e locomoção, a liderança diocesana em Goiás contava até meados do século XX com um clero muito pouco comprometido com um serviço religioso regido pelas normativas romanas, e, por isso, pouco afeito à hierarquia religiosa.

Um claro exemplo do comportamento do clero aquém das normativas romanas pode ser dado no que tange à guarda do celibato. Ao argumentar com os superiores redentoristas na Alemanha pela aceitação do convite para trabalharem na sua diocese, Dom Eduardo afirmou ao Pe. Joseph Schwarz, padre Redentorista, que, em Goiás haviam somente “40 padres, dos quais três guardam o celibato.”<sup>304</sup> A experiência do bispo catarinense junto ao clero goiano, especialmente no que tange o regime celibatário não fora definitivamente das melhores. Segundo narra em sua autobiografia, em meados da década de 1890, quando viajava pelo interior do estado em visita às paróquias e vigários, Dom Eduardo deparou-se com um convite para jantar na casa de “um tal coronel Vicentão”, cujas criadas eram filhas do vigário local, Cônego José Olinto. Horrorizado com o desrespeito, Dom Eduardo recusou-se a permanecer no recinto, o que causou grande admiração no próprio vigário, que, segundo narra o bispo, “Muito magoado e chorando foi ter com um dos missionários e assim queixou-se: ‘Que mal fiz eu a este bispo para separar-me assim de minha mulher e de minhas filhas?’”<sup>305</sup>

Nas décadas anteriores às gestões ultramontanas, os casos de escândalos eram ainda mais graves. Segundo consta em um relatório apresentado pelo presidente da província de Goiás, José Martins Pereira de Alencastre, em 1862, à Assembleia Legislativa do estado,

[...] o padre Manoel Luiz Mendes mandou espancar a um indivíduo de nome José Rufino por suspeitar de relações entre ele e a sua amásia; esta em vindita procurou capangas, entre os quais José Rodrigues Tolheiro para assassinar os espancadores de José Rufino. Prevenido o Padre esperou em casa: houve tiros e um ferimento.<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> COPRESP-A, 1º Volume (1817-1896). **Carta nº. 14.** Carta do Pe. José Schwarz ao Pe. Anton Schöpf. Roma, 13 de junho de 1894. Original em Alemão, p. 19.

<sup>305</sup> SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens:** autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goyaz. Goiânia: Ed. da UCG, 2007, p. 85-86. Ver: Capítulo 3, p. 241.

<sup>306</sup> Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Província o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/goias> . Acesso em: 15 de novembro de 2016.



Além do celibato, o comportamento público do clero goiano não raramente causava espanto aos bispos em Goiás. Em carta circular divulgada em 1885, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão reclamava desta característica do clero goiano, afirmando que

Os mesmos Sacerdotes vivendo amancebados, sobrecarregados de outros muitos peccados mortaes, não deichão de celebrar em um só dia, pelo menos quando tem intensão de missa. Passa o sacerdote a noute inteira dansando, em divertimentos profanos, perigosos até, comendo e bebendo, com tanto que elle durma antes da Missa, celebra sem o menor escrúpulo.<sup>307</sup>

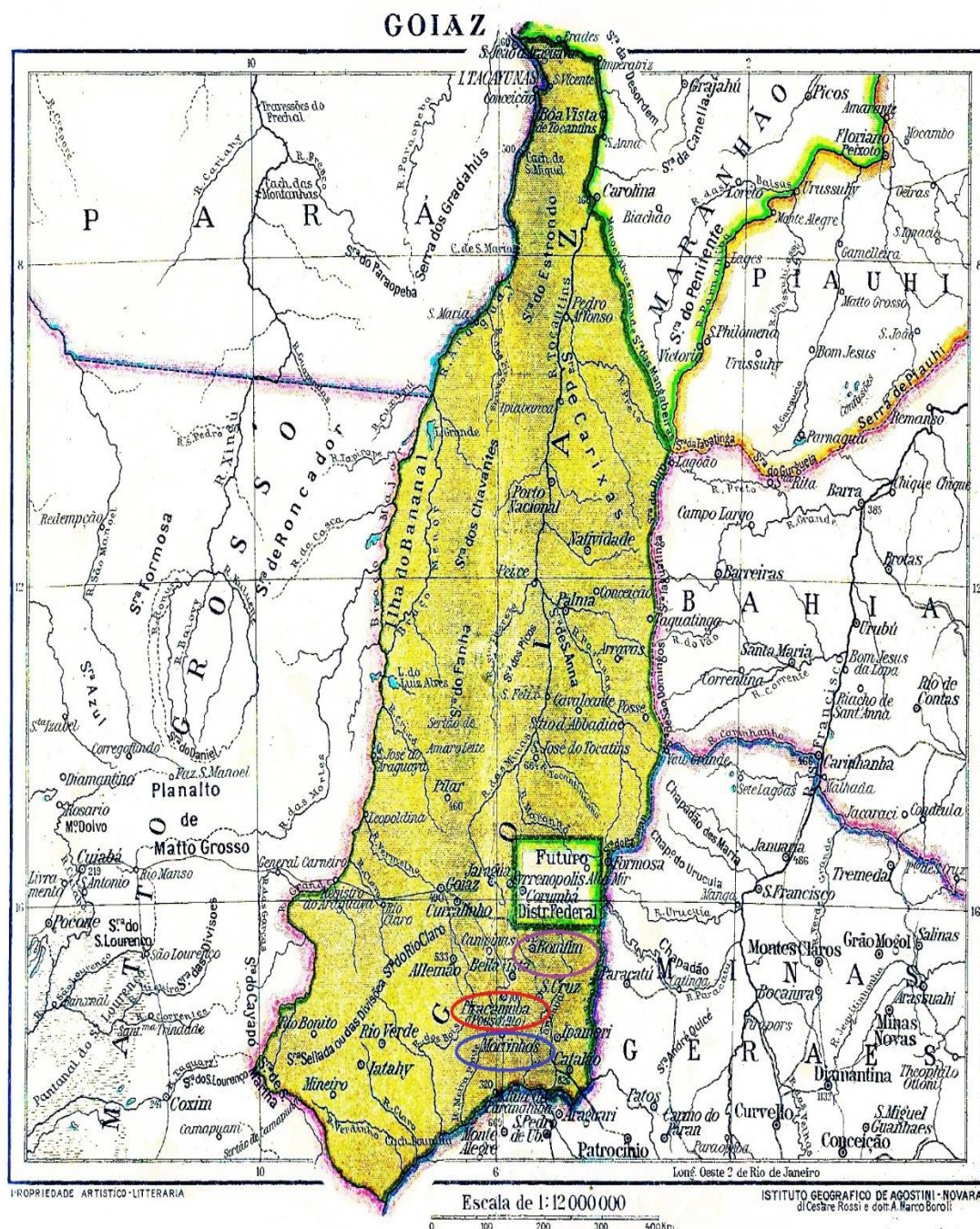
No caso específico da gestão de Dom Emanuel, os casos envolvendo comportamentos tidos como “escandalosos” por parte do clero não foram menos evidentes. Um dos muitos casos que chama atenção nas fontes ocorreu ainda na primeira metade do século XX, envolvendo um clérigo secular alemão que atuava como vigário na cidade de Morrinhos: Pe. Francisco Xavier Zwick.

Embora não haja informações ou datas precisas sobre sua origem e vinda ao Brasil, sabe-se que, transferido da paróquia de Pouso Alto – atual Piracanjuba – para Bonfim – atual Silvânia – em janeiro de 1925 por Dom Emanuel, e anos depois para a paróquia de Morrinhos. Veja o mapa que demonstra as regiões de Bonfim, Pouso Alto e Morrinhos que ilustra a discussão que estamos desenvolvendo. O mapa é de 1930, portanto, já no bispado de Dom Emanuel:

---

<sup>307</sup> LEÃO, Dom Claudio José Gonçalves Ponce de. Carta Circular (Reservada). Dirigida aos Parochos e aos demais Clerigos de Ordens Sacras da Diocese de Goyaz. Goyaz: 1885. Apud: SILVA, Maria da Conceição; MOREIRA, Wellington Coelho. Conjugalidades Clericais na Diocese de Goiás, 1824-1907. **História**. Vol. 29, n.1, Franca, 2010, p. 183. Grafia como no original.

**Mapa 5: Mapa do Estado de “Goiáz” no ano de 1930. Destaque para as regiões: Bonfim (roxo); Pous Alto e atual Piracanjuba (vermelho) e Morrinhos (azul)**



Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm><sup>308</sup>

Pe. Francisco Xavier Zwick teve de voltar à Alemanha meados da década de 1930 por motivos de doença de seu pai. Ao retornar à Goiás, em dezembro de 1935, todavia, o clérigo trouxe consigo uma dita “condessa Rosemary”, com quem passou a morar na casa paroquial. O fato de o clérigo estar vivendo com uma mulher, ainda que

<sup>308</sup> Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/mapas/goias.htm> Acessado em 19/12/2018.

não houvesse qualquer indício de envolvimento afetivo entre os dois, causou tamanho escândalo em Morrinhos e entre outros clérigos do estado<sup>309</sup> que, já em 22 de fevereiro do ano seguinte, o bispo lhe escreveu uma carta afirmando que “Na hypothese de estar ainda na paróquia de Morrinhos a mulher com a qual saiu da Alemanha, ao receber esta carta, considera-se, *ipsu facto*, suspenso de ordens.”<sup>310</sup> Depois de dezenas de cartas trocadas entre o bispo, o padre, moradores de Morrinhos e a própria condessa, Pe. Francisco Zweck teve de retornar à Alemanha, já em 1937, de onde solicitou ao bispo sua excardinação para a diocese de Berlim.

O referido caso do Pe. Francisco Zwick traz-nos algumas reflexões importantes. Em primeiro lugar, diferentemente de seus predecessores, à medida que Dom Emanuel reparava as dificuldades financeiras – o que tornava a Mitra consecutivamente menos dependente das espórtulas de párocos –, e gerenciava a chegadas de novas congregações religiosas, o bispo ganhava em autoridade para repreender seu clero sem o receio que seus predecessores tinham de perder o já escasso número de padres em sua diocese. Mais que isso, o escândalo demonstrado pela população de Morrinhos, bem como de membros do clero goiano, demonstra os frutos de um longo processo de transformação da mentalidade católica de Goiás no que se refere à cobrança e vigilância do clero local, o que em boa medida se deve à especialmente influência dos missionários dominicanos e redentoristas no estado, além da própria atuação ultramontana de Dom Cláudio e Dom Eduardo.

De toda forma, estas transformações só se fizeram de fato possíveis por meio de três linhas de ação dentro de um projeto de Igreja muito bem delineado e executado por Dom Emanuel: 1) em primeiro lugar, como discutimos na seção anterior, foi necessário que a diocese goiana obtivesse uma fonte de renda volumosa e estável, de modo que a repressão a práticas consideradas inadequadas do clero local não incorresse em riscos para a manutenção religiosa da diocese, o que foi resolvido com a alteração no contrato com os Redentoristas sobre os rendimentos do santuário de Barro Preto; 2) em segundo, foi necessário o progressivo desmembramento da diocese de Goiás, de modo a facilitar a gestão prática da cúria; 3) e, por fim, fez-se de grande importância a vinda de novas

---

<sup>309</sup> Ver: OLINTHO, Sr. José. **Carta dirigida ao Cônego Theophilo**. Morrinhos, 28 de fevereiro de 1936. Manuscrito, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>310</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao padre Francisco Xavier Zwick**. Local desconhecido, 22 de fevereiro de 1936. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

ordens e congregações religiosas, de forma a se ter um contingente excedente de clérigos dispostos a assumir as funções de possíveis vacâncias fruto de casos que o bispo julgasse necessário a suspensão de ordens, como foi o caso do Pe. Zweck.<sup>311</sup>

No que se refere ao desmembramento da diocese, a imensa extensão territorial pela qual a cúria goiana era responsável sofreu sua primeira alteração, como já foi abordado, em 1907, com a criação da diocese de Uberaba, o que resultou tanto na saída de Dom Eduardo Silva da diocese goiana, como no aumento das dificuldades financeiras da mesma, especialmente por conta da restrição de espórtulas advindas da rica região do Triângulo Mineiro. Já em 1915, Dom Prudêncio, por meio de pressão exercida sobre o Nuncio Apostólico Dom José Aversa, conseguiu do Papa Bento XV a criação da diocese de Porto Nacional, entregue à Ordem Dominicana, aliviando de Goiás a responsabilidade sobre toda a pobre região norte do estado – atualmente estado do Tocantins –.

Assim, embora no bispado de Dom Emanuel a extensão territorial da diocese goiana estivesse significativamente menor do que era no início do século, o referido bispo fez importante gestão junto à nunciatura apostólica pela criação de diversas prelazias dentro do estado, de modo a, ainda que permanecessem submetidas à autoridade diocesana, a responsabilidade prática e política sobre determinados territórios da diocese ficasse descentralizada. Dentre as principais prelazias criadas no bispado de Dom Emanuel, destacam-se a *Prelazia do Alto do São José do Tocantins*<sup>312</sup> e a *Prelazia de Luziânia*.<sup>313</sup> Além dessas, Dom Emanuel conseguiu ainda junto à nunciatura a anexação da prelazia da Ilha do Bananal à diocese de Porto Nacional, retirando da responsabilidade do bispado Goiás uma região pobre e de difícil acesso.<sup>314</sup>

---

<sup>311</sup> Com a suspensão do Pe. Zwick, por exemplo, Dom Emanuel levou para Morrinhos a Congregação dos Sagrados Estigmas, que ainda hoje executam importante trabalho paroquial na cidade. Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida aos Estigmatinos**. Campinas, 20 de maio de 1936. Datilografado, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>312</sup> Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao Nuncio Apostólico**. Rio de Janeiro 28 de maio de 1924. Datilografado, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>313</sup> Ver: MOREIRA, Frei Vicente Maria. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Santa Luzia, 20 de março de 1930. Manuscrito, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>314</sup> Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao Nuncio Apostólico**. Goiás, 16 de maio de 1930. Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Ainda sob a gestão de Dom Emanuel, a diocese de Goiás foi elevada em 1933 à categoria de sede metropolitana, tornando Dom Emanuel Gomes de Oliveira o primeiro Arcebispo Metropolitano.



Ainda que seu principal desafeto no estado fosse justamente uma congregação religiosa vinda para Goiás com este mesmo fim, Dom Emanuel esforçou-se para trazer ordens e congregações que pudessem se ocupar não apenas de paróquias e missões, mas, sobretudo, de escolas por ele fundadas. Na ocasião, além da sua própria congregação salesiana, o bispo capixaba conseguiu para sua diocese a vinda da Congregação dos Sagrados Estigmas – Estigmatinos –, que assumiram as paróquias de Morrinhos e Caldas Novas após a saída do Pe. Zwick;<sup>315</sup> de novos missionários da Ordem dos Pregadores – Dominicanos –, mas dessa vez da Itália – uma vez que a congregação já estava presente na diocese, mas advinda da França –;<sup>316</sup> da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, cuja sede brasileira já se encontrava no Rio de Janeiro; dos frades Capuchinhos de Nápoles (Itália);<sup>317</sup> e, por fim, de Frades Franciscanos para a direção de paróquias e, especialmente, de um instituto de educação que, futuramente, se tornaria a Universidade Católica de Goiás.<sup>318</sup>

Neste sentido, a busca de novas congregações religiosas para a atuação missionária, paroquial e escolar em Goiás por parte de Dom Emanuel, exerceu uma dupla função: por um lado, o bispo resolvia parcialmente o problema da carência de clero qualificado, por meio de ordens religiosas que, trazidas sob sua gestão, teriam contratos acordados diretamente sob seus interesses, evitando conflitos desgastantes, como o foi com os redentoristas. Por outro lado, a ação dessas ordens e congregações executava uma função de manutenção da cristandade católica contra suas concorrências protestantes e espíritas, pois, segundo o próprio bispo, “estando como nunca assediados pelas maléficas influências do protestantismo, espiritismo e maçonismo, nos centros populosos e nas roças!... As santas missões pregadas, de tempo em tempo, será a nossa salvação.”<sup>319</sup>

---

<sup>315</sup> Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida aos Estigmatinos**. Campinas, 20 de maio de 1936. Datilografado, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>316</sup> Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao padre Domingos Arcebi**. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1937. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>317</sup> Ver: REZENDE, Frei Sabatino de. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Patos de Minas, 8 de março de 1939. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>318</sup> Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao frei Eucário Schmitt**. Bonfim, 26 de janeiro de 1941. Datilografado, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>319</sup> COPRESP-A, 10º Volume (1928-1930). **Carta nº. 3455**. Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Kohlmann. Goiás, 9 de agosto de 1930, p. 627.

Assim, agindo diretamente nas estruturas formais, morais, materiais e espirituais da Igreja em Goiás – hierarquia, base financeira, conduta e controle sobre o clero, etc. – Dom Emanuel executou em sua diocese uma importante transformação interna<sup>320</sup>. Se ao assumir a mitra goiana, a diocese encontrava-se endividada e com claros limites de sobreposição da autoridade diocesana aos interesses particulares do clero secular e regular, sob a gestão de Dom Emanuel não somente a saúde financeira da diocese de Goiás foi significativamente recuperada, mas – e especialmente – o prestígio, autoridade e controle episcopal tornou-se uma marca com a qual o clero católico teve de lidar e se submeter. Já no que tange o âmbito externo à Igreja, entretanto, a década de 1930 – e com ela as transformações no cenário político nacional e regional – trouxe alterações importantes nos jogos de poder com o Estado, que acabaram por expor de vez o projeto de Igreja que Dom Emanuel intentava executar em face do Estado e demais forças políticas regionais.

### **3.3. O projeto Político de Dom Emanuel: a formação da sociedade pela instrução**

Um projeto de Igreja como o que esboçamos acima, ainda que possuísse internamente uma lógica própria, especialmente no âmbito religioso e eclesiástico, não poderia se consolidar se, atrelado a ele, não existisse igualmente um projeto político e de sociedade que, refundando uma espécie de cristandade, colocasse novamente a Igreja numa posição de destaque na política regional e nacional, de modo a se transformar de fato numa força político-social capaz de torna-la baluarte da nação republicana que se queria recriar e consolidar, especialmente a partir da década de 1930.

Assim, ainda que em âmbito nacional desde a segunda década do século XX a Igreja, sob a condução primeiro do cardeal Dom Joaquim Arcoverde, e posteriormente sob Dom Sebastião Leme, tenha iniciado um claro processo de “Restauração”, como discutimos em nossos capítulos anteriores, em Goiás foi somente com Dom Emanuel que de fato esta “Restauração” se consolidou e, mais que isso, uma espécie de “neocristandade” se efetivou como projeto de Igreja/Sociedade por ele executado.<sup>321</sup>

Tal projeto pode ser descrito por meio da ação política direta de Dom Emanuel em Goiás, somada a efetivação dos projetos sociais importantes – especialmente na

---

<sup>320</sup> Abordaremos estes dados no último capítulo da presente tese.

<sup>321</sup> VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997.

educação, conforme discutiremos em nosso capítulo final –, que reforçou a Igreja – agora não mais financeiramente dependente de qualquer custeio do Estado – enquanto uma poderosa força política e social em Goiás. O resultado, especialmente na década de 1930, foi um conjunto de embates políticos e ações sociais que podem ser descritos em pelo menos três frentes de ação diretas: 1) a demarcação de espaço e poder político da Igreja face ao Estado; 2) os projetos de assistência social; 3) os projetos de modernização.

### *3.3.1. A demarcação de espaço e poder político da Igreja frente o Estado em Goiás*

Ao contrário de seus antecessores, Dom Emanuel Gomes de Oliveira foi um Bispo de forte atuação política em Goiás. Ainda que Dom Eduardo tivesse tido importantes conflitos com a oligarquia dos Bulhões, quando esta ocupava o poder no estado, suas pelepas estiveram essencialmente voltadas para os problemas historicamente decorrentes do anticlericalismo liberal contraposto ao ultramontanismo católico,<sup>322</sup> não entrando o prelado, portanto, na esfera de disputas de poder político regional. Já em Dom Emanuel, seu claro projeto político/social para a Igreja goiana levou-o a assumir um papel político de tal forma atuante que não raramente foi descrito por seus contemporâneos ora como “politiqueiro”,<sup>323</sup> ora como um “esperto e manhoso político”.<sup>324</sup>

Em termos gerais, é possível distinguirmos três momentos distintos da atuação de Dom Emanuel na política em Goiás: 1) um curto, mas importante momento de conciliação do bispo com o Estado na década de 1920; 2) um período de tensão e autoafirmação política da Igreja face ao Estado na década de 1930, especialmente em decorrência das consequências do golpe de Vargas e da transferência da capital em Goiás; 3) e um período final de estabilidade e consolidação nas décadas de 1940 e 1950.

No que tange a década de 1920, Dom Emanuel se concentrou mais na consolidação das estruturas internas da Igreja, bem como a recuperação financeira da

---

<sup>322</sup> Sobre os embates entre o ultramontanismo católico e o liberalismo no século XIX, ver: GOMES FILHO, Robson. Catolicismo, Liberalismo e os conflitos por legitimidade e poder na consolidação da nação alemã no século 19. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos/GO, vol. 9, n.1, jan/abril, 2018.

<sup>323</sup> Ver: GRELHIRTZ, Frederico. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Jaraguá, 16 de janeiro de 1935. Manuscrito, 6 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>324</sup> COPRESP-A, 13º Volume (1935). **Carta nº. 4366**. Carta do Pe. Conrado ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 30 de março de 1935. Original em Alemão, p. 84.

diocese, do que propriamente em embates com o poder temporal. Isso decorre de dois fatores principais: por um lado, qualquer intenção de expansão das fronteiras de influência externas da Igreja necessitaria um fortalecimento e consolidação interna do poder diocesano. Isso, no entanto, só poderia ser feito – como discutimos na seção anterior – trazendo-se uma nova força clerical externa para Goiás (encontrado nas novas congregações religiosas) e tomando-se para a cúria os vultuosos rendimentos da festa de Trindade, o que não apenas sanaria seus problemas financeiros internos, mas traria ainda independência e poder para a Igreja face à esfera temporal. Por outro lado, a Igreja Católica gozou, desde a ascensão dos Caiado e substituição de Dom Eduardo por Dom Prudêncio ainda em 1907, de excelente relação com o Estado. Com Dom Emanuel, não foi diferente. Em diversas matérias do jornal *Santuário da Trindade* ao longo de toda a década de 1920, as relações entre o governo estadual e Dom Emanuel se mostraram expressamente amistosas.<sup>325</sup>

Esta pacífica relação, todavia, foi sumariamente posta em xeque a partir de 1930, quando, em decorrência da chegada ao poder de Getúlio Vargas em nível federal, ascendeu ao poder em Goiás, inicialmente como interventor federal, o médico liberal Pedro Ludovico Teixeira.

Seguindo o movimento em nível nacional, a Aliança Liberal goiana organizou uma coluna de 110 homens a fim de tomar o poder estadual. Todavia, tal movimento encontrou uma sólida resistência governista, que, com uma tropa de aproximadamente 300 soldados, conteve – em um primeiro momento – a revolução em Goiás, prendendo Ludovico ainda em Rio Verde. Todavia, a vitória de Vargas em nível nacional, por um lado, e, por outro, o apoio tardio da chamada “Coluna Artur Bernardes” – tropa de auxílio comandada por Quintino Vargas vinda de Minas Gerais para apoiar a Aliança Liberal em Goiás –, levou à vitória os “revolucionários”, impondo a rendição o governo de Goiás e nomeando, em 21 de novembro de 1930, Pedro Ludovico interventor federal no estado. À frente do governo estadual Pedro Ludovico permaneceu, seja como

---

<sup>325</sup> Em edição de número 124, publicada em 19 de setembro de 1925, por exemplo, o referido jornal traz uma matéria com a transcrição de ofícios trocados Dom Emanuel e o então presidente da província Miguel da Rocha Lima, aliado dos Caiado, com elogios mútuos e votos de felicidade e sucesso. No ano anterior, o mesmo jornal publicara uma entrevista com o bispo recém-chegado, onde o prelado elogia o estado de Goiás e, no que tange o problema das estradas e transportes questionado por seu arguidor, elogia o governo e o exime de qualquer responsabilidade, questionando: “que pode fazer o governo, si os cofres públicos são pobres, mal chegando o dinheiro arrecadado para as despesas urgentes?”. FERREIRA, Pe. José Lopes – Redator. **Pela Grandeza de Goyaz**: uma entrevista com o Exmo. E Revmo. Bispo Dom Manoel Gomes de Oliveira. Campinas (Estado de Goyaz). Anno 3. Número 88. 13 de dezembro de 1924, p. 3.

interventor, seja como governador eleito, por 15 anos consecutivos – 1930-1945 – e voltou a ser eleito para um último mandato entre 1951 a 1955.<sup>326</sup>

Dentre todas as inúmeras realizações políticas neste longo período de Pedro Ludovico à frente do governo estadual goiano, destacou-se a construção da cidade de Goiânia, e a transferência da capital do estado da Cidade de Goiás para o novo município que para este fim foi executado entre 1933 e 1937.<sup>327</sup> A construção da nova capital representava não somente uma mudança física do centro de gravidade do poder em Goiás. Mais do que isso, Goiânia representava o “novo” e “moderno” que, por meio do discurso liberal de Pedro Ludovico, efetivava-se graças a um amplo projeto modernizador do sertão brasileiro empenhado por Getúlio Vargas sob o nome de “Marcha para o Oeste”. Assim, Goiânia tornou-se o principal ícone de um processo de modernização do estado de Goiás que não nasceu senão do conflito direto entre o moderno e o conservador, cujas figuras de Pedro Ludovico e Dom Emanuel deram cores a uma nova relação entre Estado e Igreja na década de 1930.

No que tange especificamente a Igreja Católica goiana em todo este melindroso e importante processo político, sua vigorosa recuperação financeira ao longo de toda a década de 1920 tornou-a uma instituição não apenas respeitada por sua posição religiosa evidente, mas politicamente reconhecida como uma força a ser levada em consideração em qualquer que fosse o desfecho dos eventos de 1930. Desse modo, como destaca Ronaldo Vaz,

Os revolucionários de 30 não fizeram, ao que parece, nenhuma crítica mais profunda da Igreja enquanto participante dessa ordem. Não gostariam de tê-la como inimiga. Os anos eram outros. Já se passava o tempo em que o Estado enfrentou uma Igreja débil financeiramente e carente de pessoal eclesiástico, apartada pela força, dirigida por um bispo europeizado e ultramontano, implementador de um catolicismo romanizado, que entrara por esse motivo em choque com leigos e dirigentes das irmandades, que viviam o catolicismo tradicional.<sup>328</sup>

Neste sentido, tendo uma considerável força política quando da derrocada dos Caiado no poder estadual, Dom Emanuel intentou, já no desenrolar das incertezas e

---

<sup>326</sup> Sobre a “Revolução de 30” em Goiás, ver: CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: UFG, 1999.

<sup>327</sup> Efetivamente, a construção da nova capital teve início em 1933, mas a transferência de fato da capital de Goiás para Goiânia ocorreu somente em 1937, por meio do decreto n. 1816 daquele mesmo ano. Todavia, sua inauguração oficial, chamado na época de “batismo cultural”, ocorreu somente em 5 de julho de 1942.

<sup>328</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.p. 237.

conflitos políticos desencadeados pela revolução, assumir ele mesmo o poder executivo do Estado, sob o discurso de ser a Igreja uma força conciliadora necessária em momentos de instabilidade política como aquele. Em edição publicada no Rio de Janeiro em novembro e dezembro de 1930, o jornal *Informação Goyana* publicou uma matéria original do jornal uberabinhese *A Tribuna*, em que afirmava que:

Neste momento em que todos os elementos de Goyaz pensam em D. Emanuel para presidir os destinos do Estado, no regime constitucional, o acto do Sr. interventor goiano foi recebido como um habil descortínio, pois o interventor goiano sabe que as correntes poderosas do Estado de Goyaz, apoiarão incondicionalmente D. Emanuel, tal a grandiosidade da sua obra de educação no Estado, a par de suas virtudes sacerdotais.<sup>329</sup>

As desavenças entre Pedro Ludovico e Dom Emanuel, logo, entre Estado e Igreja, estavam apenas iniciando, ainda que de modo tácito e sem grande visibilidade na esfera pública.<sup>330</sup> Assim, “o secular e o espiritual, Pedro Ludovico e Dom Emanuel, travaram um combate silencioso. Sem enfrentamento direto, disputavam quem iria moldar e controlar o destino do Estado.”<sup>331</sup>

Como retaliações tácitas à concorrência de Dom Emanuel à sua posse e legitimidade como interventor em Goiás, três episódios envolvendo Pedro Ludovico ilustram o modo como as esferas espiritual e temporal lidaram com as tensões políticas derivadas da “Revolução de 30” em Goiás. Já em 17 de maio de 1931, Dom Emanuel Gomes de Oliveira organizou uma grande comemoração pública em virtude do decreto de Getúlio Vargas que retornava o ensino religioso como disciplina obrigatória em todas as escolas públicas. O evento, realizado na porta do palácio do governo estadual, contou com diversas autoridades civis, como relata o jornal *Santuário da Trindade*, mas sem a participação do próprio interventor.<sup>332</sup> No mesmo ano, Pedro Ludovico negou ainda à diocese goiana uma verba que fora aprovada por seu antecessor (portanto, antes da “Revolução”), Brasil Ramos Caiado, de cem contos de réis destinados à reforma da

---

<sup>329</sup> **Informação Goyana**. Ano XIV, vol. XV, n.º 4 e 5. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1930, p. 34. Convém lembrar que, na data de publicação da referida matéria, Pedro Ludovico Teixeira acabara de ser empossado como interventor federal em Goiás, pondo fim às esperanças de Dom Emanuel de assumir a chefia do poder executivo estadual.

<sup>330</sup> Em carta datada de julho de 1931, por exemplo, o redentorista Pe. Lourenço Hubbauer escreve ao seu superior comentando, somente em tom de boato, que “Dizem que ele [Dom Emanuel] não está em boas relações com o governo.” COPRESP-A, 11º Volume – 1931-1933. **Carta nº. 3668**. Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 9 de dezembro de 1931. Original em Alemão, p. 260.

<sup>331</sup> VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 240.

<sup>332</sup> Ver: **Santuário da Trindade**. Anno 9, número 402, 1º de junho de 1931, p. 2-3.

Catedral de Goiás. Segundo o cônego José Raimundo da Trindade Silva, um futuro braço-direito político e eclesiástico de Dom Emanuel, “foi esta verba injustamente sonogada e desapareceu no rol das promessas da politicagem.”<sup>333</sup> Dois anos depois, por ocasião da fundação do Partido Social Republicano em Goiás, em janeiro de 1933, Pedro Ludovico proferiu um nada cauteloso discurso, em que afirmava que “o aumento da religiosidade era diretamente proporcional à miséria”,<sup>334</sup> algo muito condizente com os conflitos entre liberalismo e catolicismo do século anterior, mas em nada dosado à política do momento, especialmente no que se refere aos esforços de aliança entre Igreja e Estado em nível nacional.

Assim, em face do anúncio da nova constituinte a ter início em maio de 1933, e seguindo o projeto político nacional da Igreja Católica, Dom Emanuel empenhou neste mesmo ano vigorosos esforços na criação e consolidação da Liga Eleitoral Católica (LEC) em Goiás, por meio da qual visava-se, segundo o próprio bispo, “a arregimentação eleitoral de todos os brasileiros, que acetam seu programa, pugnando pelos ideais católicos com faculdade de pertencerem a qualquer partido, não podendo, entretanto, se filiarem a agremiação cujo programa fira os deveres da consciência religiosa”<sup>335</sup> Para tanto, Dom Emanuel, nesta mesma Circular reservada de fevereiro de 1933, obrigava seus vigários a atuarem diretamente em favor da LEC, orientando-os a

Caso não estivesse ainda funcionando queira imediatamente escolher cinco dos nomes entre distintos cavalheiros e Senhoras, católicos sinceros, e convide-os a tomar o encargo de ativar nessa paróquia, sem perda de tempo, a propaganda da LEC, em boletins, pela imprensa, em conferências, nas igrejas, salões, etc., como já se está realizando, graças a Deus, em quase todas as paróquias da nossa querida diocese. Expliquemos quanto nos ensina claramente a respeito a Pastoral Coletiva nos nº 1991 a 98. “Os católicos devem tomar parte nas eleições... pecam gravemente, especialmente se com a sua abstenção derem ganho de causa aos maus. O movimento impõe vibração, confiança, firmeza no cumprimento desse dever cívico, mas principalmente religioso. Alistamento em massa, o maior número

---

<sup>333</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás.** Goiânia: Editora da UCG, 2006. p. 458.

<sup>334</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 258.

<sup>335</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Circular reservada: aos RR Vigários, curas de almas, e demais cooperadores no governo e administração da nossa diocese.** Bonfim, 10 de fevereiro de 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

possível, pela Liberdade, pela justiça, pela instituição divina da Família, por uma Constituição cristã.<sup>336</sup>

O resultado desta atuação expressiva da Igreja em Goiás junto às movimentações políticas em nível estadual foi uma oposição ainda mais evidente de Pedro Ludovico às ações clericais correspondentes à LEC, vistas por ele como diretamente ligadas à oposição dos Caiado a seu governo. Em carta pessoal a um amigo denominado João Luiz, o interventor federal em Goiás afirma, em 3 de abril de 1933, portanto, pouco antes da eleição dos constituintes, que

Em nosso Estado, a LEC parece ter em vista fazer ressurgir o caiadismo, do que mesmo reivindicar o prestígio espiritual do catholicismo. Os candidatos que, se faz crer, terão o apoio dos padres, nas próximas eleições, primam pela ausência de idoneidade moral. Assim, é natural que nós, os responsáveis pelos destinos de Goiaz, lhes ergamos barreira.<sup>337</sup>

Demonstrando sua força política já efetivada no estado, Pedro Ludovico conseguiu que todos os representantes eleitos de Goiás para a Assembleia Constituinte fossem filiados ao PSR (Partido Social Republicano), ao qual era filiado e do qual era fundador.<sup>338</sup> Os resultados práticos, entretanto, não foram favoráveis às pretensões de Ludovico. Em nível nacional, a Constituição de 1934 praticamente reestabelecia as alianças entre Igreja Católica e Estado. Consequentemente, conforme ressalta Ronaldo Vaz,

Pedro Ludovico viu-se num beco sem saída. À nível nacional, a Constituição de 1934 restaurava a união da Igreja com o Estado, dando início a Neocrisandade. Em Goiás, os coronéis e a oligarquia em geral era toda católica, deles dependia para manutenção do poder.

---

<sup>336</sup> Idem. OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Circular reservada: aos RR Vigários, curas de almas, e demais cooperadores no governo e administração da nossa diocese.** Bonfim, 10 de fevereiro de 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

<sup>337</sup> TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Carta dirigida a João Luiz.** Gabinete do Interventor do Estado de Goiaz. Goiaz, 3 de abril de 1933. 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>338</sup> Os constituintes eleitos por Goiás foram: Mário de Alencastro Caiado, José Honorato da Silva e Sousa, Domingos Velasco e Nero de Macedo. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-republicano-de-goias> Acesso em 16/09/2018. Em contrapartida, para a elaboração da Constituição estadual, dois anos depois, a influência da LEC sob o comando firme de Dom Emanuel conseguiu que fosse membro dentre os constituintes o Pe. Vítor Coelho de Almeida, que, carta ao bispo datada de 24 de maio de 1935, relata que “Estamos elaborando a Constituição do Estado, e eu sou um dos seis membros da Comissão Constitucional. Aceitei o encargo para velar sobre os postulados religiosos, que devem ser incluídos na Lei Básica.” ALMEIDA, Vítor Coelho. Carta pessoal dirigida à Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiáz, 24 de maio de 1935. Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.



Não teve, assim, outra alternativa que não ceder as pretensões da Igreja.<sup>339</sup>

Neste mesmo espaço temporal, entre 1930 e 1937, outro elemento foi decisivo para as peijas políticas entre Igreja e Estado em Goiás: a construção e transferência da capital.

Destinada, como já foi dito, a ser a principal realização política de Pedro Ludovico Teixeira em Goiás, a transferência da capital foi um assunto de acalorado debate e conflitos políticos ao longo dos primeiros anos da década de 1930. Por parte da Igreja, informalmente Dom Emanuel já havia praticamente transferido a sede da diocese da Cidade de Goiás para Bonfim (atual município de Silvânia), alegando que ali poderia encontrar melhores condições físicas e urbanas de manutenção da diocese.<sup>340</sup> Aproveitando-se disso, Pedro Ludovico convidou Dom Emanuel para compor uma comissão de oito membros, da qual foi aclamado presidente, que escolheria o local onde seria construída a nova capital, visto que o bispo gozava de importante apoio da oposição da velha capital e, portanto, poderia auxiliar para uma menor objeção por parte dos oposicionistas a seu projeto.<sup>341</sup> O resultado, porém, foi de desavenças ainda maiores entre o prelado e o interventor federal.

Após uma série de análises técnicas Colemar Natal e Silva sugeriu que “se considerasse como referência máxima para a escolha da área sua proximidade com os trilhos ferroviários, sem prejuízo do preenchimento de pelo menos outros três requisitos essenciais: abundância de água, bom clima e topografia adequada.”<sup>342</sup> Assim, findada a primeira parte dos estudos da comissão, quatro cidades foram indicadas para receber a nova capital de Goiás: Bonfim, Pires do Rio, Ubatã e Campinas.

Com importantes alianças políticas em Bonfim, onde já residia informalmente a sede do bispado goiano, Dom Emanuel fez intensa gestão na presidência da referida

---

<sup>339</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 266.

<sup>340</sup> Ver: SILVA, Henrique (Editor). “Gymnasio de Bomfim”. **A Informação Goyana**. Rio de Janeiro, v. XI, n. 5, dez. 1927 e OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. “Encontra-se em Campinas o Arcebispo Metropolitano de Goiás. **Correio Popular**, Campinas, 20 de janeiro de 1955.

<sup>341</sup> Além de Dom Emanuel, compunham esta comissão: João Argenta, uranista; Colemar Natal e Silva e Laudelino Gomes de Almeida, ambos vereadores estaduais; Antônio Pirineus de Sousa, militar; Antônio Augusto Santana e Gumercindo Alves Ferreira, ambos comerciantes; e Jerônimo Augusto Curado Fleury, engenheiro do estado.

<sup>342</sup> MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. Goiânia: Editora Vieira, 2013. p. 292.

comissão para que ali fosse instalada a nova capital.<sup>343</sup> Pedro Ludovico, entretanto, sabia dos riscos de se sair da antiga capital, onde imperavam seus inimigos políticos e mudar-se para uma nova, onde imperava sua concorrência político-religiosa. Assim, conforme bem analisa Ronaldo Vaz,

Pedro Ludovico não intencionava viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel, numa cidade onde o prestígio do bispo era enorme, tido por salvador da mesma. Há mais. Bonfim fora uma cidade de origens sacras, fundada sob a benção de uma santa, em pleno período mineratório e de união Igreja-Estado. Se assim procedesse Pedro Ludovico mudaria sem sair do lugar, deixaria o velho na cidade de Goiás para reencontra-lo em Bonfim.<sup>344</sup>

Dessa forma, uma nova disputa estabeleceu-se entre Dom Emanuel e Pedro Ludovico. Se, por um lado, o prelado possuía enorme influência – justamente por sua posição de autoridade religiosa – sobre os membros da comissão instalada, por outro, segundo Jaime Câmara, “contando com 5 votos certos, Ludovico tinha certeza que o local seria aquele que atendesse à vontade da interventoria, fato de certa importância à vista da presença de Dom Emanuel, francamente a favor de Bonfim.”<sup>345</sup> Mais do que isso, Ludovico aproveitou-se da inimizade expressa entre o bispo e os Redentoristas – discutida na seção anterior – e passou a expressar sua preferência por Campinas (onde residiam os missionários alemães –. O resultado foi a aprovação de Campinas, em relatório da comissão publicado em 4 de março de 1933, decretando a vitória de Ludovico sobre Dom Emanuel.<sup>346</sup>

---

<sup>343</sup> Em carta ao redentorista Pe. Conrado Kohlmann, Dom Emanuel expõe sua garantia material em Bonfim, solicitando que o missionário alemão garantisse o mesmo em Campinas, para o caso de uma escolha contrária à sua preferência. Na referida correspondência, o bispo questiona e afirma: “Como ficou o assunto da doação dos alqueires possíveis dentro do futuro perímetro urbano da futura capital, aí? Em Bonfim, o irmão do Ir. Nenzão, Francisco de Assis Morais, disse-me que o Dr. Morais, seu mano, estará a chegar, e para tentar exatamente da forma jurídica dessa transferência de propriedade do Sr. Nenzão - 50 alqs - para o Governo Estadual, e eu lhe *recomendei muito que o fizessem incluindo nela, declaração de que nessa doação estariam os alqs. seis ou no mínimo três, para a arquidiocese de Santa Ana de Goiás, na pessoa do seu arcebispo. Encarecidamente relembro a V. Revma. o assunto que é de importância todo particular, como se depreenderá, para a igreja goiana.*”. COPRESP-A, 11º Volume – 1931-1933. **Carta nº. 3918.** Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Kohlmann. Mariana, 12 de maio de 1933, p.596. *Grifo nosso*

<sup>344</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891- 1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997. p. 260.

<sup>345</sup> CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança.** Goiânia: edição pessoal, 1967, p. 58-59.

<sup>346</sup> Segundo Jales Mendonça, a questão foi tão controversa que há fontes registrando um primeiro relatório da comissão, anterior ao que escolhia Campinas, no qual Bonfim seria a sede da nova capital, mas que depois fora extraoficialmente descartado e substituído pelo oficializado em março de 1933. Uma das principais testemunhas do caso foi o deputado federal Domingos Vellasco que, em entrevista ao *Jornal Brasil Central*, sob gerência da diocese, em 27 de junho de 1935, afirmou que: “após vários estudos, a comissão optou por Bonfim, depois de arrolar as vantagens dessa preferência, acentuando a amenidade do clima e maiores facilidades para a captação de força elétrica e água potável. Apesar disso, o

No nível interno da Igreja em Goiás, Dom Emanuel não perdoou o apoio dos missionários redentoristas à escolha de Campinas como capital de Goiás. No ano seguinte, 1934, o bispo aproveitou-se que se aproximava a época de renovação do contrato entre a diocese e a congregação redentorista e impôs obstáculos dos mais variados à essa renovação. Além disso, o bispo ainda proibiu a atividade pastoral da congregação na nova capital, chegando ao ponto de manter os novos moradores (que mudavam-se para a cidade em construção já em 1934) desprovidos de qualquer assistência religiosa.<sup>347</sup> A obstinação do prelado foi tamanha que, na ocasião da celebração da primeira missa no lançamento da pedra fundamental de Goiânia, em 24 de outubro de 1933, Dom Emanuel não se fez presente, como sarcasticamente comenta o redentorista Pe. Lourenço Hubbauer, em carta datada ainda de 18 de outubro de 1933:

Na terça-feira da próxima semana (24 de outubro), se Deus quiser, vem o presidente do Estado com ministros, representantes dos diversos municípios, etc., para o lançamento solene da pedra fundamental para os edifícios do Governo. [...] O Sr. Arcebispo está há vários meses ausente da diocese; como legítimo salesiano ele sofre constantemente de "febre de viagem", seus grandes problemas na própria diocese não lhe fazem escrúpulos (salesiano = teologia, pastoral).<sup>348</sup>

No nível externo, a derrota de Dom Emanuel na escolha da nova capital levou o Bispo a assumir de vez, ainda que nos bastidores, a oposição ao governo estadual, especialmente por ocasião das eleições de 1935. Ali, tanto a oposição da velha capital, quanto o próprio Dom Emanuel confiavam (cada qual com seu interesse, mas de forças unidas) que uma derrota de Pedro Ludovico no pleito abriria ainda a possibilidade de reaver-se o local da nova capital, ainda que sua construção já estivesse em pleno vapor em Campinas. Segundo relata o redentorista Pe. Conrado Kohlmann em carta ao seu superior, Pe. Francisco Wand,

Já há muita gente que está xingando contra o Sr. Arcebispo, porque se intromete tanto na política, e quando a gente faz propaganda para o jornal "Brasil Central", a gente muitas vezes recebe respostas duras. O Sr. Arcebispo não quer perdoar, porque Bonfim não foi escolhida para ser a nova capital. Parece que o Dr. Velasco prometeu ao Sr. Felismino de Bonfim e ao Sr. Arcebispo de transferir a nova capital

---

sr. Pedro Ludovico escolheu Campinas...". *Jornal Brasil Central*. 27 de junho de 1935. *Apud*: MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia**: o outro lado da mudança. Goiânia: Editora Vieira, 2013. . 304.

<sup>347</sup> Ver: Correspondência da Província Redentoristas de São Paulo (COPRESP-A), 12º Volume (1934). Aparecida (SP), 1988.

<sup>348</sup> COPRESP-A, 11º Volume (1931-1933). **Carta nº. 3990**. Pe. Lourenço Hubbauer ao P. Carlos Frid. Schleinkofer. Campinas (GO), 18 de outubro de 1933. p. 692.

para Bonfim, e assim ganhou a simpatia desses dois senhores. O sr. Arcebispo trabalha e faz o que pode, secretaemente, contra o Dr. Pedro. O Governo está bem informado sobre isto e está muito sentido.<sup>349</sup>

A despeito das desconfianças e riscos à nova capital, a depender de qual fosse o resultado do pleito (e mesmo depois dele)<sup>350</sup>, ao fim e ao cabo saiu vitorioso Pedro Ludovico. A partir daí, em vista da desvantagem da luta política contra o agora governador, Dom Emanuel passou gradativamente a estabelecer um diálogo cada vez mais próximo com o poder temporal do estado. Especialmente a partir de 1937, quando as esperanças de uma nova eleição foram malogradas pelo golpe do Estado Novo de Vargas, que novamente impôs Pedro Ludovico como interventor federal em Goiás, Dom Emanuel passou a agir mais em parceria com o Estado do que em sua oposição. Segundo Ronaldo Vaz, já em 1937

O grau de intimidade entre Pedro Ludovico e Dom Emanuel passa a ser tão grande que o Estado participava ativamente da comissão encarregada de efetivar a criação do bispado de Goiânia, com as reuniões ocorrendo no Palácio das Esmeraldas. Dispunha-se ainda o governo Estadual a colaborar para o preenchimento das exigências para a criação do bispado, a construção de uma Catedral e de um Palácio Episcopal. As reuniões, realizadas no Palácio das Esmeraldas, contavam com a presença do Dr. Colemar Natal e Silva, Germano Roriz, Dona Gercina Borges e o cônego Abel Ribeiro, além do próprio Pedro Ludovico e Dom Emanuel, presidentes de honra da comissão. Na reunião de 25 de maio de 1940, decidiu-se pela construção da Catedral na avenida Tocantins, na quadra 81, entre as ruas 3 e 29. Nela o Interventor "... não só deu S. Excia o terreno necessário, como auxílio de ...100.000\$000, cujo pagamento será, desde logo iniciado parceladamente."<sup>351</sup>

Já em 1942, por ocasião do “batismo cultural de Goiânia”, Pedro Ludovico, Getúlio Vargas e Dom Emanuel se encontraram, celebrando ali uma verdadeira aliança finalmente estabelecida entre Igreja e Estado em Goiás. Na ocasião o bispo do Mato

---

<sup>349</sup> COPRESP-A, 12º Volume (1934). **Carta nº. 4248**. Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 1º de outubro de 1934. Original em Alemão, p. 323. Ainda segundo o mesmo redentorista, Dom Emanuel chegou a ser cogitado como candidato da oposição contra Pedro Ludovico, como forma de se tentar angariar os votos da Liga Eleitoral Católica: “Hoje, ouvi dizer aqui em Bela Vista que a oposição quer apresentar o Sr. Arcebispo como candidato para presidente contra o Dr. Pedro. Eles acham que deste modo poderão conseguir os votos da Liga Eleitoral Católica.”. idem.

<sup>350</sup> Mesmo após a eleição de Pedro Ludovico, as desconfianças de intervenções da oposição ou do bispo na consolidação de Goiânia ainda pairavam, como escreveu Pe. Conrado Kohlmann ao seu superior já em 30 de março de 1935: “desconfio do velho e velhaco Caiado e do esperto e manhoso político Dom Emanuel; sempre lhe escrevi que a nova capital vive e morre com o Dr. Pedro.”. COPRESP-A, 13º Volume – 1935. **Carta nº. 4366**. Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 30 de março de 1935, p. 84.

<sup>351</sup> VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 270.

Grosso, Dom Aquino Correa, expôs a neocristandade ali consolidada com o seguinte discurso:

Sim! Glória a Deus nas alturas morais da consciência brasileira, orientada, sempre mais, pelos princípios eternos do Evangelho, para este regime de ordem na disciplina e do progresso no trabalho, mediante a mútua compreensão e a concórdia entre as duas sociedades perfeitas, mas inseparáveis, independentes, mas harmônicas entre si, que são o Estado e a Igreja; mediante o equilíbrio pacífico nas relações políticas e melindrosas do poder com a liberdade; mediante a constituição sacramental e inviolável da família; mediante a formação religiosa do Exército e da Juventude, duas supremas esperanças da Pátria, a esperança do seu presente e a esperança do seu futuro: Gloria in excelsis Deo!”<sup>352</sup>

Em face disso, é possível analisarmos estas significativas peijas de Dom Emanuel contra Pedro Ludovico Teixeira através de um olhar mais amplo, que nos permita perceber as nuances que transcendem os fatores meramente políticos. Segundo nos parece claro, os significativos embates entre Dom Emanuel e o poder executivo estadual se deram como uma disputa por espaço de poder que só pode ser entendida ao se pensar um projeto mais amplo de Igreja e de Sociedade fitados pelo bispo em Goiás. Tal projeto, que internamente se consolidava através da solidez financeira da diocese, externamente precisava demarcar espaços de poder face ao Estado, especialmente no que tange a consolidação da Igreja como instituição não dependente do poder temporal, mas – em paridade com este, quando não a ele sobreposta – uma instituição essencial para o desenvolvimento e modernização de Goiás.

Mais do que um braço do Estado, como o fora na cristandade do padroado régio no Brasil, o projeto da Igreja Católica brasileira era agora ser sua cabeça (e Dom Emanuel o representava bastante bem este projeto em Goiás). Para tanto, em nível regional, era fundamental garantir para a instituição a atuação quase monopolista de certos campos políticos e áreas sociais que a tornassem fundamental para o progresso do estado. É neste sentido que, para além dos projetos sociais e de modernização nos quais a Igreja se envolveu em Goiás (que serão discutidos na próxima seção), foi na educação que Dom Emanuel percebeu que a Igreja poderia de fato realizar este projeto e permanecer não apenas religiosamente dominante, mas socialmente e politicamente

---

<sup>352</sup> TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Apud*: VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 271. Segundo o mesmo historiador, o fim do Estado Novo trouxe novos rompimentos políticos entre Dom Emanuel e Pedro Ludovico, que agora passaria a disputar o senado, retornando, porém, ao executivo pelo voto direto entre 1951 e 1955.

fundamental para a manutenção e desenvolvimento do estado de Goiás (tema que nos aprofundaremos em nosso capítulo seguinte).

### *3.3.2. Modernização e assistência social: a construção de um espaço de atuação política e social da Igreja Católica em Goiás*

A atuação da Igreja Católica no que tange projetos de assistência social e de modernização do estado de Goiás nas três décadas em que Dom Emanuel Gomes de Oliveira esteve à frente da diocese goiana ilustram bem o modo como a Igreja lutou pela permanência e consolidação de sua importância junto ao Estado no período republicano. Ainda que a referida instituição desempenhasse historicamente um importante papel no setor na assistência social, o advento da laicidade do Estado pôs em evidência não somente a importância do preenchimento dessa lacuna potencialmente deixado pela Igreja, mas sobretudo a dependência do setor público em relação às instituições católicas nestes setores. Já no que tange a modernização de Goiás (projeto este assumido pelo Estado e elite goiana especialmente a partir do advento do século XX), ainda que este aparentemente seja um ramo fundamentalmente secular, o papel desempenhado pelo clero católico em Goiás não foi insignificante, demarcando também ali importantes espaços de atuação e poder que renderiam à Igreja Católica, se não a dependência, pelo menos a condição de fundamental parceira do Estado no enquadramento de Goiás nos trilhos do progresso.

A atuação católica no ramo da assistência social é histórica. Desde os mais longínquos tempos de fundação do cristianismo, ainda na antiguidade clássica, o catolicismo tem desempenhado importantes papéis sociais: acolhimento de viajantes, esmola, proteção militar de peregrinos, proteção de viúvas e órfãos, formação e instrução escolar/acadêmica, ou até mesmo distribuição de rendas e suprimentos em tempos de carestia e crise.<sup>353</sup>

Em Goiás, de maneira especial, a atuação católica no ramo da educação, por exemplo, teve importância ímpar durante o período colonial e imperial na formação intelectual da elite e no processo de aculturação indígena por meio dos aldeamentos;<sup>354</sup>

---

<sup>353</sup> Sobre estes papais desempenhados pela Igreja Católica ao longo da era cristã, especialmente medieval, ver: BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

<sup>354</sup> MOURA, Marlene Castro Ossami de. (org.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural**. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006.

já no período republicano, sua força educacional se deu por meio da fundação de dezenas de escolas (especialmente para moças) com a finalidade de se promover uma educação formal e moral dentro dos parâmetros católicos, conforme veremos em nosso próximo capítulo. Para além da educação, também no âmbito da organização e gerenciamento de orfanatos e asilos a Igreja Católica manteve sua relevância naqueles setores dificilmente alcançados pelo Estado até boa parte do século XX goiano.<sup>355</sup> Por fim, também no âmbito da saúde o clero católico teve sua importância em Goiás: durante o surto da gripe espanhola entre 1918 e 1919, por exemplo, a atuação expressiva dos missionários redentoristas junto ao governo no atendimento aos doentes, inclusive na aplicação de medicamentos, levou-os a ser alcunhados no sertão goiano de “padres-médicos.”<sup>356</sup> Em carta datada de 17 de janeiro de 1919, por exemplo, Pe. José Francisco Wand relata suas atividades e as condições da epidemia em Goiás:

Ouvi dizer que na capital existem mais de 1500 casos de gripe e que o povo se está retirando de lá por falta de alimentos. Em Goiabeiras morreram 4 pessoas, em Ribeirão há quase todos os dias um enterro. Aqui pode morrer ainda uma outra pessoa em consequência da recaída; tive uns 8 a 10 casos graves em cujo tratamento fui muito feliz. Passo cada dia umas 5 ou mais horas na cidade. O povo da roça vai atrás de mim; chegando em casa, já me esperam 5 ou 6 pessoas que me querem consultar ou pedir remédio. Estou em apuros. Felizmente está aqui a doença em declínio. [...] Hoje veio uma carta de Trindade em que Antônio Batista pede por amor de Deus de eu ir lá e tratar os doentes, principalmente os pobres sem recurso. Deve ter uns 100 doentes e sempre aumenta o número.<sup>357</sup>

No estado de São Paulo, onde os mesmos missionários também possuíam casa, e onde as consequências da epidemia foram significativamente maiores, a expressiva necessidade do Estado por uma atuação presente da Igreja em momentos de crise social levou os mesmos referidos missionários a se tornarem peça-chave no sucesso do combate à Gripe Espanhola no estado, conforme relata o Pe. Estevão Maria Heigenhauser em carta ao superior Pe. João Batista Kiermeier, em 30 de outubro de 1918:

Nós padres somos tudo: enfermeiros, carregadores de caixões, médicos administradores dos sacramentos, distribuidores dos vales de mantimentos, medicamentos, leite. Hoje organizamos um hospital no

---

<sup>355</sup> Sobre orfanatos e mais características da infância em Goiás, ver: VALDEZ, diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003.

<sup>356</sup> COPRESP-A, 6º Volume, 1913-1920. **Carta nº 1513**. Pe. José Francisco Wand ao Pe. João Batista Kiermeier. Campinas-GO, 16 de janeiro de 1919. Original em Alemão, p. 436.

<sup>357</sup> COPRESP-A, 6º Volume, 1913-1920. **Carta nº 1514**. Pe. José Francisco Wand ao Pe. João Batista Kiermeier. Campinas-GO, 17 de janeiro de 1919. Original em Alemão, p. 437-438.

Grupo. Assim em toda a cidade. O presidente (do Estado) disse ao Arcebispo: A Cruz Vermelha fracassou... O governo entregou tudo ao clero. Tudo vai pelas mãos do padre. O padre visita o doente, manda vir o médico (que não vai sem ser chamado pelo padre), manda aviar os remédios, distribui os cales, manda vir os caixões mortuários (no Salão de S. Geraldo está o depósito dos caixões que hoje consegui do sr. Arcebispo). O vigário está na sala (de Plantão) desde a manhã até a noite sem poder sair – os nossos padres percorrem todos os cantos de nossa paróquia em dois automóveis que o ministro da agricultura pôs à disposição dos nossos.<sup>358</sup>

Esta fraqueza do Estado neste referido exemplo demonstra não somente sua dependência de instituições que lhe socorressem em momentos de grandes crises sociais, mas, e especialmente, o triunfo da Igreja Católica na república brasileira que décadas antes se forjava laica. Na mesma carta acima referida, seu autor conclui seu relato afirmando: “Hoje percorri a cidade de São Paulo em serviço de consultas, compras, providências, etc... que respeito diante da batina. O Arcebispo parece outro... Assistimos a um verdadeiro triunfo da Igreja. Todos reconhecem.”<sup>359</sup>

Novamente em Goiás, ainda que os referidos missionários redentoristas gozassem em todo o estado de importante respeito por seu trabalho pastoral e social, foi somente com Dom Emanuel que tal posição passou a ser ocupada oficialmente pela Igreja, e não por uma congregação à ela pertencente. No que tange à saúde e assistência aos necessitados, por exemplo, Dom Emanuel tomou frente de importantes iniciativas na promoção tanto na assistência material, por meio da Associação São Vicente de Paulo (vicentinos), cuja fundação do primeiro Conselho Metropolitano de Goiás ocorreu sob seu intermédio,<sup>360</sup> quanto pela abertura ou manutenção de casas de saúde, que serviram de importantes hospitais em uma época de absoluta carência de médicos e enfermeiras no estado.

Além de participar direta ou indiretamente, por exemplo, na fundação ou manutenção das Casas de Saúde de Bonfim e Anápolis,<sup>361</sup> Dom Emanuel teve

---

<sup>358</sup> COPRESP-A, 6º Volume (1913-1920). **Carta nº 1513**. Pe. Estevão Maria Heigenhauser ao Pe. João Batista Kiermeier. Penha – SP, 30 de outubro de 1918. Original em Alemão, p. 423.

<sup>359</sup> Idem. Sobre a atuação dos redentoristas em São Paulo e Goiás durante o surto de gripe espanhola no Brasil, ver: GOMES FILHO, Robson; SILVA, Lorrany Maiara Aparecida. Das pedras ao triunfo: os missionários redentoristas alemães no Brasil entre a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola (1914-1918). **Revista de História da UEG**. Anápolis, v.5, n.1, p. 55-73, jan./jul. 2016.

<sup>360</sup> Ver: Carta do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo de Ouro Preto à Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ouro Preto, 30 de outubro de 1933. Datilografado, 9 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>361</sup> Na década de 1930, por exemplo, Dom Emanuel foi o principal articulador da reabertura da Casa de Saúde de Bonfim; ver: BRUNETTI, Carlo. **Cartas pessoais dirigidas à Dom Emanuel Gomes de**



importância central na fundação do primeiro hospital da nova capital de Goiás: a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, em 1936.<sup>362</sup> As dificuldades, tanto financeiras, quanto de gestão, do Estado para com a saúde em Goiás se tornaram ainda mais evidentes quando da fundação da nova capital. Sem recursos para a fundação de um hospital digno da cidade recém-erguida, Pedro Ludovico recorreu à sociedade civil e, especialmente, à Igreja Católica para tal empreendimento. Segundo Ronaldo Vaz,

O Estado doou o lote e obteve verbas junto ao Governo Federal. A Igreja forneceu pessoal com certo conhecimento na área médica, que ainda administraria, duas irmãs agostinianas, pois uma era farmacêutica e a outra enfermeira. A sociedade civil, mediante à Irmandade São Vicente de Paula [católica] na pessoa de Germano Roriz e D. Gercina [esposa de Pedro Ludovico], arrecadou fundos e buscou a doação de material de construção.<sup>363</sup>

Assim, poucos anos após a fundação de Goiânia, a Santa Casa de Misericórdia teve sua abertura sob a importante ação da Igreja Católica, seja por meio da sociedade civil – Conferência de São Vicente de Paulo – seja por meio das Irmãs Dominicanas, Agostinianas e Vicentinas, todas diretamente articuladas por Dom Emanuel. Portanto, “misto de hospital, pois tinha um ambulatório, e de casa de caridade, pelo funcionamento de um dispensário, a Santa Casa representou bem a aliança Estado-Igreja na área de saúde. Estado e Igreja, através da Santa Casa, utilizaram harmoniosamente suas estruturas em busca de influência.”<sup>364</sup>

Por fim, um último empreendimento social, dentre outros tantos, que merece destaque, refere-se à tentativa de Dom Emanuel em fundar no Estado de Goiás uma “Sociedade de Colonização”.

Embora tenha passado praticamente despercebido por toda a historiografia goiana, o intento de Dom Emanuel Gomes de Oliveira de formar em Bonfim uma colônia de imigrantes europeus, especialmente italianos, ainda no início da década de 1930 pode ser visto como um de seus maiores esforços sociais, cujo discurso estava

---

**Oliveira.** São Paulo, 29 de novembro de 1933; 10 de dezembro de 1933; 26 de abril de 1934. Manuscritos, 11 folhas no total de correspondências. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Já no início da década de 1940, Dom Emanuel participa também da articulação para a vinda das Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil para a Casa de Saúde de Anápolis; ver: AZEVEDO, Oscar Soares de. **Carta pessoal dirigida à Dom Emanuel Gomes de Oliveira.** Anápolis, 04 de janeiro de 1941. Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>362</sup> Embora a inauguração oficial da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia tenha ocorrido somente em novembro de 1937, sua abertura se deu ainda no ano anterior.

<sup>363</sup> VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 268.

<sup>364</sup> Ibidem, p. 269.

diretamente imerso na utopia do progresso e modernização do estado. Esta ausência total de menções sobre o assunto na historiografia goiana deve-se à escassez quase que completa de fontes e informações. Em nossa pesquisa, alguns documentos e cartas dão luzes sobre este esforço de Dom Emanuel, mas ainda com lacunas significativas, tanto sobre sua origem, quanto sobre as razões para seu fracasso.

A despeito disso, o que as fontes consultadas nos permitem afirmar é que o projeto de Dom Emanuel para com os colonos europeus em Goiás tomou forma de fato a partir da fundação de uma Sociedade Anônima intitulada *Latina Gens – Colonização Goiana*, sob comando de um italiano de nome Jozef Cirell, sob convite, incentivo e influência direta de Dom Emanuel.<sup>365</sup> Segundo um rascunho do Estatuto da Sociedade encontrado em nossas fontes, seu objetivo era “a colonização de terras virgens, ou não suficientemente cultivadas, no Estado de Goiaz, ou noutros Estados da República do Brasil, para promover o desenvolvimento agrícola, industrial, edil e demográfico.”<sup>366</sup> Ainda que este empreendimento não tenha logrado êxito (e as razões não nos são claras nas fontes) chama-nos atenção o teor das obrigações dos colonos que recebessem terras em Goiás segundo o mesmo documento:

- 1ª) Pagar uma quantia de ingresso;
- 2ª) Construir e conservar as estradas que confinam com o próprio lote;
- 3ª) Prestar, cada mês, um dia de serviços gratuitos;
- 4ª) Entregar, por 10 anos consecutivos, 30% de todos os produtos colhidos no próprio lote.

Apesar destas obrigações – guardadas as devidas proporções cronológicas – em muito se assemelham às obrigações servis do regime medieval do feudalismo – como a corveia e talha, por exemplo –,<sup>367</sup> para tal empreendimento sustentava-se fundamentalmente no discurso do progresso e modernização. Em telegrama a Dom Emanuel, por exemplo, Mário Ferreira, prefeito de Bonfim – local de preferência onde seria realizada tal colonização – afirma que

Essa novel organização, devido iniciativa esclarecida patriótica de V. Excia. virá trazer certamente nova era [de] progresso [para] nossa

---

<sup>365</sup> Este convite e incentivo é expresso por Cirell em correspondência aos Sócios Fundadores da Companhia *Latina Gens*, em 1933. Ver: CIRELL, Jozef. **Carta aos Senhores Sócio Fundadores da Companhia**. Data e local desconhecidos, 1933. Datilografado, 4 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>366</sup> CIRELL, Jozef. **Colonização**. Bonfim, 28 de março de 1933. Manuscrito, 9 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>367</sup> Ver: BLOCH, Marc. “Os vínculos de dependência nas classes inferiores”. In: **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 2016, pp.283-329.

querida Bonfim, [e] todo Estado. Congratulando-me, [desejo a] V. Excia. feliz êxito [nas] negociações, [e] apresento [em] nome [de] meus conterrâneos expressão [do] nosso reconhecimento [por] mais esse benefício prestado àquela cidade que tudo lhe deve [...]<sup>368</sup>

Desse modo, embora a atuação católica na assistência social seja parte do seu *modus operandi* tanto religioso, quanto secular, o advento da república no Brasil pôs indiscutivelmente em xeque a posição a ser ocupada pela Igreja na condução dos caminhos políticos e sociais do país. Sendo assim, ocupar os espaços sociais inoperantes ou debilmente preenchidos pelo poder civil, foi um caminho de garantia da permanência da Igreja na posição de poder preponderante que sempre lhe coube ao longo da história do Brasil. Todavia, o caminho traçado pela república brasileira em direção ao progresso e modernização almejado por sua elite intelectual e política levaria a Igreja Católica a buscar ainda um espaço tradicionalmente ocupado, pelo menos na Europa, por seu principal adversário no Brasil-laico: o protestantismo.

### 3.3.3. Dom Emanuel Gomes de Oliveira e o projeto de modernização em Goiás

O conceito de “modernização”, como variante de “moderno”, ou mais tardiamente, “modernidade”, teve sua origem ainda no século XIX por meio do processo de industrialização europeu. Em geral, a ideia aqui presente é de que haveria a possibilidade – via melhoramento material, social, artístico, científico, etc. – de se alcançar a condição de “moderno” já atingida por algo a que se toma por comparação. Portanto, como reflete Robson Gomes Filho,

a modernização só pôde ser desejada a partir de uma relação de alteridade. Em outras palavras, é somente na consciência do outro (seja Estado, país, nação, continente, povo, etc.) como temporalmente mais avançado (na industrialização, na urbanização, nas artes, nas ciências, na política, etc.), que se cria a necessidade de se passar algo de um estágio de “atrasado” (em relação a este outro) para um estágio de “atualizado”, ou “moderno”.<sup>369</sup>

Portanto, diferente do conceito de “modernidade”, cuja complexidade extrapola os limites do que pretendemos na presente tese, “modernização” tem um sentido mais

---

<sup>368</sup> FERREIRA, Mário. **Telegrama pessoal a Dom Emanuel, bispo de Goyaz**. Local e data desconhecidos. Datilografado, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>369</sup> GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói (RJ): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018. p. 47.

restrito ao âmbito processual. Ou seja, o desejo de “modernizar-se” só é possível por meio da aceitação implícita de que existe um distanciamento (técnico, industrial, material, filosófico, científico, artístico, etc.) entre si (tido, portanto, como “atrasado”) e um outro a quem se designa como “moderno”. A superação dessa condição de atraso, sobretudo no Brasil do final do século XIX e primeiras décadas do XX, pode ser descrita por meio do discurso do “progresso”.<sup>370</sup>

A face da Igreja Católica no Brasil, e, especialmente, em Goiás, como promotora do progresso e modernização em muito corresponde a esforços tanto de Dom Emanuel, quanto dos redentoristas em Campinas na transformação tanto espiritual, quanto igualmente material em Goiás. Mais que isso, a presença da Igreja Católica na promoção da modernização e progresso goiano ampliou não somente sua ação e influência na sociedade, como – e especialmente – demarcou sua posição de destaque como o verdadeiro braço do Estado na garantia do futuro moderno de Goiás.

Esta posição da Igreja Católica como promotora da modernização e progresso, entretanto, em muito pouco tem correspondência com sua postura adotada em nível global. Ainda que o movimento ultramontano do século XIX – abertamente reacionário e antimoderno – tenha praticamente sucumbido desde Leão XIII, o processo de adaptação da instituição católica ao mundo moderno foi lento e conflituoso. Já nas primeiras décadas do século XX, por exemplo, quando a modernidade tecnológica já fazia parte do uso cotidiano do clero e mesmo do papa,<sup>371</sup> Pio X divulgou uma Encíclica intitulada *Pascendi Dominici Gregis* (1907), cujo teor era expressamente antimoderno. Nela, o sumo-pontífice católico condenou o que chamou de “modernismo católico”, localizando dentro do próprio seio do clero católico as ameaças da adaptação de Igreja à modernidade triunfante do século anterior. A grande novidade ali, portanto, residia no fato de que, segundo Robson Gomes Filho,

Esta nova “declaração de guerra” do papado contra a modernidade, é preciso se perceber, tem no discurso do “inimigo interno” um diferencial de grande importância. Não se trata mais de uma peleja contra os Estados nacionais, nem tampouco contra a modernização e seus efeitos práticos. Antes, esta nova postura católica configura-se como avessa não mais ao mundo moderno em si, mas ao mundo

---

<sup>370</sup> Sobre os discursos de progresso no Brasil do início do período republicano, ver: AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003

<sup>371</sup> Sobre a graduação adaptação do clero à modernização tecnológica nos séculos XIX e XX, ver: LAGRÉE, Michel. **Religião e Tecnologia**: a bênção de Prometeu. Bauru (SP): EDUSC, 2012.

moderno não institucionalmente controlado pela Igreja. Abre-se aqui, portanto, um novo horizonte de expectativas para o catolicismo novecentista: é preciso adaptar-se à modernidade, mas não deixar-se por ela “corromper”; uma sobrevivência num futuro inevitável, assegurando-se “das garantias do nome católico.” (Pascendi Dominici Gregis, p. 3) Esta adaptação católica à modernidade [...] consolidou-se tanto por meio de uma política institucional, quanto mediante ações localizadas, garantindo à instituição – especialmente no “Novo Mundo” – triunfar sobre o inimigo que na Europa lhe tinha sido carrasco.<sup>372</sup>

Assim, no Brasil esta relação entre Igreja e Modernidade tomou caminhos distintos do Velho Mundo. Enquanto na Europa foi o protestantismo que assumiu o papel de vanguarda da modernidade, em Goiás, coube à Igreja Católica ocupar o espaço de agente de modernização e progresso como forma de manutenção da sua posição de braço direito de um Estado que se via na necessidade de alcançar os trilhos do progresso em marcha no restante do país e do globo.

Analisando o caso específico dos missionários redentoristas alemães em Goiás, especialmente em sua atuação, por um lado, em prol do progresso e modernização do estado, e, por outro, em campanha/combate pela manutenção dos valores tradicionais católicos face à “decadência moral moderna”, Robson Gomes Filho chegou à conclusão de que

a adaptação católica à modernidade foi na verdade uma tentativa de adaptação da modernidade ao catolicismo, uma vez que não se trata de uma reelaboração dos valores católicos face às transformações modernas, mas de uma apropriação de elementos modernos (por meio de um esvaziamento e ressignificação do “progresso”, do “melhoramento” e do “moderno”) com a finalidade de se reestabelecer um modo de vida e de sociedade submetidos aos valores definidos pela Igreja (uma neocristandade para além de seu aspecto político), portanto, uma civilização ao mesmo tempo moderna e católica. Neste sentido, não se trata de uma luta contra a modernidade, mas da transformação desta em uma moderna civilização católica, e os meios para se atingir este objetivo, por um lado, estariam na “modernização” (expressamente conservadora), e, por outro, na “luta cultural” (um *Kulturkampf*) contra os grupos religiosos que ameaçavam o monopólio católico e sua legitimidade no mundo moderno: de modo especial, o espiritismo e o protestantismo.<sup>373</sup>

---

<sup>372</sup> GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói (RJ): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018. p. 254.

<sup>373</sup> GOMES FILHO, Robson. **Op. Cit.** 2018, p. 385-386.

Portanto, no caso específico de Goiás, esta ação católica em prol da modernização e progresso do estado se deu tanto por meio da Congregação Redentorista – principal responsável pela urbanização de Campinas e pela inovação em Goiás do uso de tecnologias modernas, como a luz elétrica, o telégrafo, o cinema, a motocicleta, a rede de esgoto, dentre outros –, quanto pelas ações diretas de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Todavia, tanto um, como outro, tornaram a modernização de Goiás um projeto, antes de tudo, católico, e, portanto, indiscutivelmente conservador em sua forma de ação, discurso e conteúdo ético e moral.<sup>374</sup>

Ainda que soe paradoxal, esta ação católica em prol da modernização e progresso em Goiás – mesmo que restrito mais ao âmbito material – não se opôs à sua natureza e discurso abertamente conservador. Isto ocorre porque, segundo sociólogo alemão Arnold Gehlen, a técnica é um fenômeno fundamentalmente neutro,<sup>375</sup> ou seja, o uso, desejo, ou apropriação de técnicas e tecnologias em nada diz respeito necessariamente a ideologias ou posturas políticas, sociais, econômicas, ou religiosas de um dado indivíduo ou grupo; portanto, o uso e incentivo parcialmente irrestrito da Igreja Católica à modernização técnica e ao “progresso” material, não a tornou necessariamente “moderna” ou “progressista”.<sup>376</sup>

No que se refere especificamente a Dom Emanuel, o bispo goiano teve importante peso na ocupação da Igreja Católica no lugar de braço-direito do Estado de Goiás para a promoção da modernização e progresso, especialmente no campo educacional, como discutiremos em nosso próximo capítulo. Entretanto, para além do

---

<sup>374</sup> Por “moderno” e “conservador” na presente tese tomamos as acepções destes conceitos pelo viés temporal, segundo Reinhart Koselleck. Para o historiador alemão, “modernidade” refere-se ao distanciamento temporal entre o passado (enquanto campo de experiências) e o futuro (enquanto horizonte de expectativas) de um dado grupo, indivíduo ou nação. Portanto, “moderno” é aquele dado grupo ou indivíduo que, nestas condições, distancia-se das experiências do passado em prol de um futuro aberto à novidade; e “conservador” refere-se àqueles que, apegando-se ao seu campo de experiências rejeita as transformações que os abrem para um futuro radicalmente novo e, portanto, diferente do passado. Sobre estes conceitos e acepções, ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

<sup>375</sup> GEHLEN, Arnold. **A alma na era da técnica**. Lisboa: LBL Enciclopédia, 1957.

<sup>376</sup> A partir da década de 1960, por influência da interpretação marxista da história e da realidade social do Brasil, sociólogos e historiadores brasileiros, dentre os quais destacam-se Florestan Fernandes, Luiz Verneck Vianna, Lúcio Kowarick, Renato Ortiz, dentre outros, esboçaram a ideia de que, aqui, teria havido um processo de “modernização conservadora”. A ideia esboçada na presente tese, entretanto, não segue as linhas a estes autores associadas, uma vez que não tomamos por princípio e referência nem o marxismo, nem o desenvolvimento social, político e econômico brasileiro, mas apenas o projeto católico face à modernidade no Brasil. Para um interessante resumo da “modernização conservadora” na imaginação sociológica brasileira nas décadas de 1960 e 1970, ver: PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. **Estudos políticos**. Vol. 5, n. 2, 2015.

campo da instrução, Dom Emanuel desempenhou importante papel na transformação material e econômica do estado, tomando como base central de seus interesses e ações a cidade de Bonfim, atual Silvânia.<sup>377</sup>

Embora a razão da escolha de Bonfim não esteja clara em nossas fontes, o fato é que desde que Dom Emanuel chegou ao estado de Goiás, em 1923, o bispo passou a investir insistentemente no progresso urbano, econômico e material de Bonfim. Já em 1925, Dom Emanuel patenteou a fundação e instalação provisória, na praça da igreja de nosso senhor de Bonfim, o Ginásio Arquidiocesano Anchieta. Só neste Ginásio, segundo destacou ele próprio em uma carta pastoral, “foram despendidos mais de seiscentos contos de réis; e ao lado do qual também começa a funcionar uma promissora ‘Escola Agro-Pecuaría para órfãos’, obra de grande alcance para o nosso Estado.”<sup>378</sup>

Mais do que uma importante escola fundada na cidade, ainda na década de 1920, Dom Emanuel investiu pesadamente seu capital político para garantir que a extensão da estrada de ferro de Goiás passasse por Bonfim. Por meio de dezenas de correspondências trocadas com secretários estaduais, ministros federais e mesmo com o presidente da república, Dom Emanuel garantiu que Bonfim entrasse de vez no rol das mais importantes cidades goianas na marcha do progresso desejado pelo estado de Goiás. Em telegrama ao Dr. Getúlio Nobrega, então diretor da empresa *Estrada de Ferro de Goyaz*, responsável pelo avanço da malha ferroviária no estado, por exemplo, Dom Emanuel chegou a oferecer-lhe “terrenos necessários e patrimônio da Diocese que doarei definitiva e desinteressadamente à E. F. Goyaz por escriptura pública para a

---

<sup>377</sup> Fundada por volta de 1774, o então arraial de Nosso Senhor do Bonfim participou ativamente do período áureo da mineração em Goiás, permanecendo relativamente próspero mesmo após a crise do minério, visto que sua privilegiada localização às margens da estrada geral para São Paulo e a capital do Império, Rio de Janeiro garantiu-lhe sua sobrevivência como ponto de parada para viajantes, boiadeiros e tropeiros. Elevada à condição de paróquia e município em 1833, entretanto, Bonfim voltou a gozar de prestígio de fato justamente por ser escolhida por Dom Emanuel para nova sede do bispado de Goiás. Segundo Ronaldo Vaz, “Aprovado o pedido, instalou-se a segunda residência episcopal em Bonfim semi-oficializando a cidade como sede da Diocese de Goiás. A tradição religiosa da cidade de Goiás e o fato de ser centro do poder e de ser residência dos Caiados - oligarquia dominante - foram levados em conta por Dom Emanuel para não proceder a uma transferência definitiva, deixando a capital de ser a sede da Diocese.”. VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 232

<sup>378</sup> Carta pastoral de Dom Emmanuel Gomes de Oliveira, Bispo de Sant’Aiúia de Goyaz. comunicando a sua primeira visita Ad Limina Apostolorum. Nichthroy, Escolas Profisionaes Salesianas. 1932. p. 5. *Apud*: VAZ, Ronaldo. **Op. Cit.** 1997, p. 227.

construção de armazéns da estação e depósito de carros, machinas e mesmo futuras oficinas.”<sup>379</sup>

Quatro anos depois, em 1930, Dom Emanuel via chegar à Bonfim a estrada de ferro, símbolo maior da modernidade e progresso em Goiás. O resultado para Bonfim, bem como para todas as cidades que beiravam as linhas férreas, foi de uma expressiva transformação em sua estrutura urbana, social e econômica. Como bem destaca Barsanulfo Gomide Borges, “a Estrada de Ferro desempenhou um papel fundamental como elemento promotor dessas transformações, como uma locomotiva que arrastava o processo de modernização em todos os níveis da sociedade regional.”<sup>380</sup>

Assim, os esforços políticos de Dom Emanuel por Bonfim rendeu-lhe importante simpatia da população local. Em carta ao bispo datada ainda de 19 de outubro de 1926, portanto, quando o sucesso de seu empreendimento ainda estava por se concretizar, o Desembargador de Goiás, Sebastião Fleury Curado, afirma ao prelado que “por toda parte o nome de Dom Emanuel é aclamado como benfeitor daquelas plagas.”<sup>381</sup> Mais do que um apoio popular, entretanto, Dom Emanuel alcançou importante respeito e autoridade política junto à população local, uma vez que, por sua influência político-religiosa, lograva resultados que o próprio Estado muitas vezes não alcançava.

Além da estrada de ferro e das dezenas de instituições escolares, Dom Emanuel investiu ainda em elementos básicos da urbanidade de Bonfim, como saneamento, reformas, hospitais, telégrafo, energia elétrica, etc. Do ponto de vista do deslocamento pessoal do clero, o bispo introduziu ainda o uso do automóvel na locomoção religiosa pelo interior do estado, chegando ao ponto de já na década de 1950, em carta ao Brigadeiro Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica, solicitar ajuda nas negociações para compra de um avião para a diocese. Segundo argumentou o prelado ao ministro,

A Igreja está compelida a acompanhar a marcha do progresso de nossa interlandia. Só mesmo o avião resolverá tão grandes lacunas ocasionadas pela numerosidade de estabelecimentos de ensino e de

---

<sup>379</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Cópia de telegrama de Dom Emanuel ao Dr. Getúlio Nóbrega**. Vianópolis, 12 de outubro de 1926. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>380</sup> BORGES, Barsanulfo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Ed. da UFG, 1990, p. 109.

<sup>381</sup> CURADO, Sebastião Fleury. **Carta de Sebastião Fleury Curado, desembargador, a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás**. Urutá, 19 de outubro de 1926. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.



obras assistenciais disseminados em todos os quadrantes do interior goiano.<sup>382</sup>

Este discurso de que “a Igreja está compelida a acompanhar a marcha do progresso de nossa interlandia” está, portanto, inserido em um contexto mais amplo de adaptação da Igreja ao mundo moderno, ou, como defende Robson Gomes Filho, do mundo moderno a si própria. Entretanto, chama-nos atenção para a presente tese o modo como esta participação ativa da Igreja goiana sob Dom Emanuel do processo de modernização de Goiás, bem como da tomada para si de responsabilidades importantes na manutenção de serviços sociais e educacionais parece ter como fundamento tácito a necessidade de ocupação da Igreja de um lugar que outrora lhe pertencia e que, com a laicidade republicana, lhe fora ameaçado.

A conquista de tais espaços frente ao Estado, todavia, não poderia ter se dado sem, primeiramente, como demonstramos nas páginas que se seguiram, uma importante revitalização financeira da diocese, alcançada, sobretudo, por meio da conflituosa tomada para a mitra dos rendimentos da festa de Trindade das mãos dos missionários redentoristas. Financeiramente empoderada sob o comando de Dom Emanuel, a diocese goiana passou a investir pesadamente na conquista de espaços públicos, tomando como ponto de partida a modernização e ocupação política da cidade de Bonfim, cujo sucesso poderia ter sido ainda maior caso Dom Emanuel tivesse vencido sua peleja contra Pedro Ludovico Teixeira pela transferência da capital para sua cidade-sede. A despeito disso, entretanto, a Igreja goiana sob Dom Emanuel alçou tamanho espaço e poder político que se tornou capaz disputar espaços com o Estado a ponto de Dom Emanuel ser cogitado até mesmo para o cargo de chefe do executivo estadual.

Todas estas conquistas de Dom Emanuel, todavia, são frutos não somente de um contexto específico que em diversos momentos lhe foi favorável, mas de um projeto de Igreja que visava o reempoderamento político e social da instituição, significativamente abalado desde a proclamação da república no século anterior. O caminho, entretanto, que mais solidamente permitiu a execução deste projeto – a despeito da importância singular dos elementos analisados no presente capítulo – foi a educação. Foi por meio da fundação de escolas e, com isso, do controle da formação moral e religiosa da elite goiana, que Dom Emanuel ocupou a principal lacuna que o Estado de Goiás jamais

---

<sup>382</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta de Dom Emanuel Gomes ao Brig. Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica**. Goiânia, 03 de março de 1955. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

conseguiu preencher. No âmbito educacional, portanto, é que reside de fato o âmago do projeto de Igreja e de Sociedade de Dom Emanuel Gomes de Oliveira que resultou não apenas na expressiva ampliação de poder político e social da instituição à qual pertencia, mas – sobretudo – no patenteamento do poder católico em Goiás que lhe rendeu a alcunha de “arcebispo da instrução”. Esta força e importância da educação nos projetos e estratégias de Dom Emanuel à frente da Igreja Católica em Goiás é o tema central que discutiremos em nosso próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4**

### **A EDUCAÇÃO E OS PROJETOS DE DOM EMANUEL GOMES DE OLIVEIRA PARA A IGREJA EM GOIÁS**

A proposta do presente capítulo é demonstrar como a educação foi um caminho por meio do qual Dom Emanuel Gomes de Oliveira buscou realizar seu projeto de Igreja para Goiás. Tal projeto, político antes de tudo, passava pelo esforço de tomar para a Igreja Católica um dos setores mais fundamentais dos “projetos de modernização” de Goiás, tornando a instituição, por isso, indispensável para o Estado em um momento crucial de [de]limitações de espaço político da instituição.

Para logarmos tal propósito, portanto, dividimos nosso capítulo em duas seções: na primeira discutiremos a realidade da educação encontrada por Dom Emanuel em Goiás na Primeira República e o modo como, até então, a Igreja com ela lidava. Na segunda, discutiremos os investimentos efetivos de Dom Emanuel na área educacional, argumentando como tais investimentos estariam ligados a seus projetos político e religioso. Desse modo, apresentaremos nossas argumentações e conclusões sobre o peso e importância de fato do setor educacional para os projetos de Igreja de Dom Emanuel em sua gestão em Goiás.

#### **4.1. A Educação e a Igreja Católica em Goiás**

Ainda que em nível nacional a atuação jesuítica tenha dado uma importância ímpar à Igreja Católica no que tange à educação desde o início do período colonial, em Goiás isso não ocorreu da mesma maneira. Em primeiro lugar porque ali a atuação dos jesuítas não teve grande impacto no que se refere a cooptação de indígenas; em segundo, porque, na província goiana, a própria presença da Igreja se deu institucionalmente muito tardiamente, logrando a ela pouco espaço em um lugar cuja instrução pública igualmente demorou muito a se tornar de fato uma política de Estado. Assim, tanto Estado como Igreja apenas em fins do século XIX e início do XX passaram a lidar com o “problema da instrução pública” de maneira mais verticalizada, dotando o contexto de chegada de Dom Emanuel de elementos importantes para compreendermos seu particular interesse por uma atuação mais dedicada da Igreja no espaço da educação em Goiás.

Portanto, neste primeiro momento do presente capítulo pretendemos apresentar ao leitor um panorama detalhado de como a educação formal foi tratada por Estado e Igreja no período que precedeu à chegada de Dom Emanuel, o que nos permitirá, na seção seguinte, analisar com mais subsídios o modo como o prelado lidou com a realidade encontrada. Os elementos históricos aqui apresentados, portanto, têm a importância de não apenas localizar temporalmente nosso objeto de pesquisa no tema “educação” em Goiás, mas, principalmente, de dar sustentação histórica aos dados e informações trazidas pelas fontes que abordaremos.

#### *4.1.1. As políticas para a Educação em Goiás*

Ainda que a instrução pública fosse parte constituinte da política provincial desde o período colonial e ao longo do imperial em Goiás, uma preocupação de fato mais efetiva com a educação não se deu ali antes do último quartel do século XIX.<sup>383</sup> Tal preocupação neste período teve início, em nível nacional, com o advento dos ideais republicanos que vinculavam a Educação ao progresso da nação e, conseqüentemente, culpava o regime monárquico pelo “abandono da instrução pública, para que o povo continue imerso nas trevas da ignorância”.<sup>384</sup> No caso de Goiás, a situação, entretanto, foi a mesma da expressa maioria dos demais estados nas primeiras décadas republicanas: dificuldades estruturais, políticas e econômicas para tornar de fato possível um Estado “animado pelo influxo da inteligência esclarecida.”<sup>385</sup>

Em termos discursivos, não tardou para que, também em Goiás, a Educação fosse vista progressivamente como o caminho por excelência para superação de todos os males sociais e econômicos do estado. Em mensagem ao Congresso Estadual, em 1913, o presidente do Estado de Goiás, Joaquim Rufino Ramos Jubé, afirmava, por exemplo, que,

[...] toda a despesa com a instrução do povo, importa na realidade uma economia, porque está provado por escrupulosos trabalhos estatísticos que a educação, diminuindo consideravelmente o número de indigentes, dos enfermos e dos criminosos, aquilo que o Estado depende com escola poupa em maior escala com asilos, hospitais e

---

<sup>383</sup> Ver: ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX**. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

<sup>384</sup> MANIFESTO do Congresso Republicano Federal de 1887. In. PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973, p. 86.

<sup>385</sup> Idem.

cadeias. Por outro lado a instrução, moralizando o povo, inspirando-lhe o hábito do amor do trabalho, que é tanto mais fecundo quanto mais inteligente e instruído é aquele que o executa, desenvolve todos os ramos da indústria, aumenta a produção e com esta a riqueza pública e as rendas do Estado. Incontestavelmente, senhores representantes do Estado, a ignorância só pode gerar males para o indivíduo e a sociedade e só a instrução, privada de preconceitos, faculta ao cidadão a noção exata dos seus direitos e dos seus deveres.<sup>386</sup>

Na prática, todavia, as limitações financeiras e estruturais do estado tornaram o cenário educacional das primeiras duas décadas do regime republicano em muito pouco diferente do período precedente.<sup>387</sup> Ainda que a instrução fosse obrigatória para a faixa etária de 7 a 13 anos para meninos e 7 a 12 para meninas, segundo regulamentação estadual em vigor desde 1884, “a obrigação do ensino não compreenderá as crianças residentes em uma distância da escola superior a dois quilômetros sendo do sexo masculino, e a um quilômetro, sendo do sexo feminino.”<sup>388</sup> Ora, em termos de distribuição populacional em Goiás, apesar de o censo demográfico de 1920 não registrar a população rural, a pesquisa de 1950, portanto já na metade do século, registrou um total de 65,89% de 1.214.921 habitantes<sup>389</sup> – valor absoluto – da população goiana ainda residindo no campo, o que significa, na prática, que a população de fato afetada pela referida legislação educacional nas décadas anteriores era ínfima. Portanto, embora, fundamental para o republicanismo, “a instrução ficou à mercê dos interesses das oligarquias estaduais, o que provocou a precariedade da rede escolar, os problemas advindos dos poucos investimentos e, especialmente, a dificuldade em prover escolas para todas as crianças em idade escolar.”<sup>390</sup> Em resumo, segundo Miriam Fábila Alves,

As dificuldades apontadas podem ser agrupadas em três grandes blocos: a) as dificuldades financeiras do governo estadual para criar e manter a rede de escolas primárias; b) a atuação dos municípios que

---

<sup>386</sup> MENSAGEM enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Exmo. Sr. Joaquim Rufino Ramos Jubé. (1913). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>387</sup> É notório, entretanto, avanços significativos, especialmente em termos numéricos, uma vez que, segundo o recenseamento de 1878, apenas 7 pessoas de toda a população registrada no estado de Goiás, eram alfabetizadas, representando um total de 99,87% de analfabetismo. Estes dados, embora longe do ideal, tiveram avanços importantes nas décadas seguintes, especialmente durante o período republicano.

<sup>388</sup> Regulamento para a Instrução Primária da Província de Goyaz. Goyaz: Typografia Provincial, 1884. Apud: ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 73.

<sup>389</sup> IBGE. Estado de Goiás: Censo Demográfico. Série Regional, vol. 30, tomo I. Rio de Janeiro, 1956.

<sup>390</sup> ALVES, Miriam Fábila.. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 79.

não cumpriam a sua função constitucional; c) a falta de profissionais capacitados para o exercício do magistério.<sup>391</sup>

Dentre os fatores citados pela historiadora goiana, destaca-se especialmente as dificuldades de vinculação de receita de fato para a educação em Goiás. Segundo dados colhidos por Francisco Itami Campos,<sup>392</sup> a média de verbas destinadas à instrução pública em Goiás girou em torno 10% entre 1894 e 1917, conforme pode ser percebido na tabela abaixo.

**Tabela 10: Orçamento Estadual: receita global e despesa com a educação**

Orçamento Estadual: receita global e despesa com a educação (1894-1917)					
Ano	Receita Global	Despesa com a Educação	Ano	Receita Global	Despesa com a Educação
1894	706:821\$210	12,72%	1908	977:701\$744	13,88%
1897	703:934\$163	2,46%	1909	972:647\$806	13,98%
1898	762:462\$864	4,22%	1910	1.315:422\$060	13,30%
1899	686:057\$236	5,99%	1911	1.000:204\$565	8,12%
1900	757:987\$551	8,96%	1912	1.084:392\$955	9,62%
1901	870:043\$139	8,84%	1913	1.340:116\$760	9,88%
1902	858:183\$246	9,49%	1914	1.142:967\$666	8,53%
1903	633:948\$996	11,19%	1915	1.244:638\$720	8,09%
1904	710:259\$499	12,04%	1916	2.203:195\$384	7,92%
1906	740:015\$357	16,58%	1917	1.981:375\$309	7,56%
1907	914:236\$087	13,02%			

(1894-1917)

Fonte: Campos, 1987<sup>393</sup>

Todavia, um olhar mais atento aos dados colhidos por Campos revela que a curva de crescimento positivo da receita global do Estado não acompanhou necessariamente um melhor investimento na educação. Antes, em momentos quando a receita se manteve praticamente estável – comparativamente entre 1894 e 1897 –, o orçamento destinado à educação sofreu uma redução drástica de 12,72% para 2,46% – em valores brutos foram 89:907\$58 em 1894 e 17:316\$780 em 1897 –, quase dobrando no ano seguinte – 4,22% ou, em valor bruto, 32:175\$933 em 1898 –, mas recuperando-se de fato apenas quase uma década depois, em 1904, quando foram repassados 12,04% – 85:515\$243 – de uma receita que se manteve regular em todo este período. Portanto,

<sup>391</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 80.

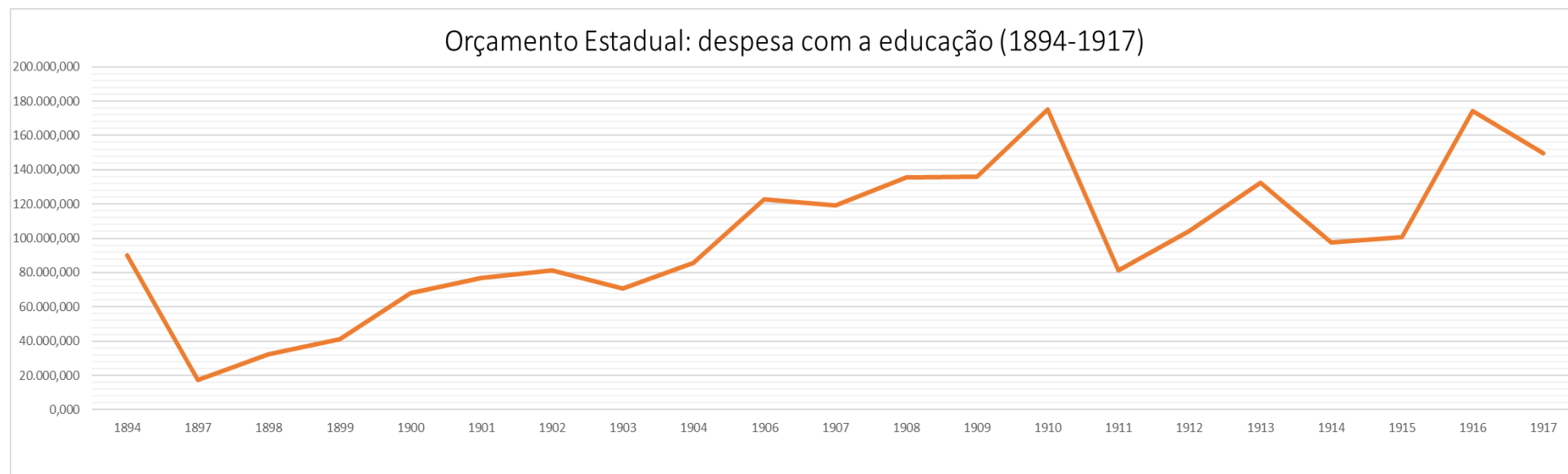
<sup>392</sup> CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 1987.

<sup>393</sup> Ibidem. p.106 e 108.

um aumento efetivo da destinação de receitas para a educação em Goiás só foi sentido neste período recortado a partir de 1906, ainda muito timidamente, mas sofrendo novas e sucessivas quedas a partir de 1911, quando, curiosamente, a receita global do Estado permaneceu ascendente. Em 1916, ainda mais alarmantemente, enquanto o repasse para a educação em Goiás foi apenas de 7,92% – 174:493\$074 –, portanto menor que a metade destinada uma década antes, no entanto, a receita global foi de 2.203:195\$384 réis, ou seja, quase 3 vezes o valor arrecadado no mesmo período comparado. Para além disso, vale ainda destacarmos que o número de escolas subvencionadas pelo Estado em Goiás aumentou gradativamente ao longo dos anos pertencentes a este recorte, como demonstramos na tabela 8 da presente tese.

Observando o gráfico abaixo, é possível percebermos ainda a variação dos investimentos neste período em valores brutos.

**Gráfico 4: Orçamento Estadual: despesa com a educação entre os anos de 1894 e 1917**



Fonte: CAMPOS, 1987<sup>394</sup>

<sup>394</sup> Gráfico produzido por meio dos dados retirados de: CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 1987, p. 106 e 108



O referido gráfico aponta, antes de tudo, para uma notável irregularidade na destinação de verbas para a educação – em termos de valores brutos – em Goiás, o que, em certa medida, demonstra certa dificuldade dos sucessivos governos em estabelecer o ensino como uma política de Estado de longo prazo. Mais que isso, estes dados demonstram que, por um lado, ainda que o discurso republicano em Goiás exaltasse a educação como “a mais bela das instituições, àquela que prepara cidadãos e heróis, temperando-lhes a alma no cadinho da honra e do dever cívico”,<sup>395</sup> reconhecendo não raramente que “todo o nosso progresso depende do grau de instrução do povo, que não poderá progredir sem compreender os seus direitos de cidadãos, ignorando quais são os seus direitos e deveres”,<sup>396</sup> ou ainda que “um país que se constitui sem o elemento poderoso da instrução popular, diz um notável pensador – não se firma em bases sólidas e seguras”<sup>397</sup>, na prática os governos goianos muito pouco investiam de fato seus recursos para que a instrução pública se firmasse em Goiás como uma política de Estado.

No que tange o ensino primário, cuja prioridade foi dada por Dom Emanuel Gomes de Oliveira durante seu bispado em Goiás, este acabou por sofrer ainda mais dificuldades financeiras, uma vez que, segundo Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goyaz, de 1894, “a manutenção das escolas primárias deveria ficar a cargo dos municípios, que se ocupariam em organizar um conselho literário responsável por aprovar a criação, supressão, inspeção das escolas; por processar e julgar os professores e por impor penas aos estabelecimentos privados de instrução primária.”<sup>398</sup> Não obstante, como bem ressalta Miriam Fábila Alves,

os próprios governantes de Goiás já constatavam as dificuldades de organização e manutenção da estrutura municipal. Em 1895, o presidente do estado, eloquentemente, definia a situação dos municípios como “pobres, sem recursos para se manterem” e afirmava que “é um verdadeiro presente de grego feito aos municípios essa

---

<sup>395</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte de Goyaz pelo governador do Estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão (1891). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>396</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de Maio de 1914. (1914). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>397</sup> Mensagem dirigida à Câmara dos Deputados de Goyaz pelo Exmº. Sr. Tenente Coronel do Exército José Ignácio Xavier de Brito presidente do Estado por ocasião de ser instalada a 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura (1895). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>398</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 81.

independência e autonomia consignadas no art. 11 da Constituição” (MENSAGEM, 1895)<sup>399</sup>

Em termos de organização, por outro lado, em 13 de Agosto de 1898 o vice-presidente do Estado, Bernardo Antônio de Faria Albernaz, promulgou a Lei n.º 186 da referida data, cujo conteúdo especificou as regras de distribuição das escolas. Segundo a nova legislação, as chamadas “escolas de primeira entrância” deveriam funcionar nas vilas e deveriam ter frequência superior a vinte alunos; as de “segunda entrância” deveriam funcionar em cidades e com frequência superior a 25 alunos; as de “terceira entrância” seriam as escolas da capital e com frequência superior a trinta alunos; e, as escolas elementares eram as dos arraiais, cuja frequência fosse inferior a vinte alunos.<sup>400</sup> Segundo Miriam Fábila Alves,

Essa distinção pode ser explicada em virtude da complexidade da escolarização que determinava saberes próprios e adequados a determinadas realidades. Nesse sentido, as escolas de primeira entrância que atendiam às populações das vilas ministravam um saber mínimo, ao passo que nas escolas da capital, classificadas como de terceira entrância, haveria a ampliação dos saberes das crianças.<sup>401</sup>

Esta forma de organização das escolas segundo sua localização em distintos espaços urbanos e com referência à quantidade de alunos permaneceu inalterada ao longo de toda a Primeira República em Goiás. Mais que isso, ao longo de todo este período perdurou as determinações ainda do final do século XIX, como o funcionamento das escolas em edificações alugadas, a divisão das escolas primárias por sexo e a permissão de escolas mistas apenas nas localidades em que não pudesse haver uma para cada sexo, sendo estas ainda regidas por professoras, nelas se estabelecendo a separação de modo a não haver comunicação dos alunos de um e outro sexo, etc.<sup>402</sup>

Por outro lado, a partir do final da década de 1910 e ao longo da de 1920 alguns aspectos da educação em Goiás sofreram importantes alterações. A começar pelo ano de 1918, a partir do qual o governo estadual assumiu efetivamente a criação e manutenção das escolas primárias. Investindo na criação de grupos escolares, a presidência do

---

<sup>399</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>400</sup> Lei n.º 186 de 13 de Agosto de 1898. Coleção das Leis do Estado de Goyaz. Ano de 1898. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1898/lei\\_186.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1898/lei_186.pdf) Acesso: 21/04/2019.

<sup>401</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 83.

<sup>402</sup> Regulamento da Instrução Primária do Estado de Goyaz. Goyaz: Typ. do Goyaz, 1894. Apud: ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 83.

Estado ampliou significativamente a rede escolar e incentivou mudanças pedagógicas estabelecendo novos parâmetros para a escolarização goiana. Conhecida como “Reforma de 1918”, as alterações iniciadas pelo presidente João Alves de Castro marcaram a entrada, ainda tímida, dos ideais do “escolanovismo” em Goiás.<sup>403</sup>

A Reforma de 1918 foi realizada pela Secretaria de Interior e Justiça, liderada pelo deputado e intelectual goiano Antônio Americano do Brasil e buscou referências nas experiências do Distrito Federal e de São Paulo. Segundo Miriam Fábila Alves,

A reforma baseou-se na Lei n.º 631 e no regulamento publicado sob a forma do Decreto n.º 5.930 de 24 de outubro de 1918. A lei possuía setenta artigos e o regulamento, 172 artigos e os anexos. O anexo 3 continha o programa especial que regeria o ensino nas escolas isoladas e grupos escolares e apresentava uma pequena justificativa dos métodos e da fundamentação dos estudos de educação moral e cívica, e de educação intelectual e física, detalhava série a série o programa dos quatro anos do curso primário e dos dois anos do curso complementar, obrigatório apenas nos grupos escolares. Em que pesem as semelhanças com a do Distrito Federal, a matriz predominante da reforma goiana de 1918 foi a realizada em São Paulo na década de 1890, também conhecida como reforma Caetano de Campos.<sup>404</sup>

Em termos práticos, a Reforma de 1918 representou avanços importantes na criação de caminhos e possibilidades de fato para o investimento em educação em Goiás, especialmente por resolver de uma vez por todas os intermináveis conflitos entre Estado e municípios das décadas anteriores sobre quem seria o responsável pela criação e manutenção das escolas primárias, que, agora, passaram definitivamente para a alçada do poder estadual, cujos atributos consistiam na “construção da infraestrutura, aquisição de material didático, formação e contratação de novos professores, expansão do atendimento e uniformização pedagógica.”<sup>405</sup>

---

<sup>403</sup> A chamada “Escola Nova” foi um movimento pedagógico iniciado na Europa no final do século XIX, mas que ganhou força de fato no Brasil ao longo das décadas de 1920 e 1930, especialmente por compor em seu escopo o ideal de modernização do país por meio de uma educação que despertasse no educando um impulso para sua autonomia. Sobre o assunto, ver: NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Em Goiás, embora a reforma de 1918 tenha marcado o início do escolanovismo no estado, foi apenas no governo de Alfredo Lopes de Moraes, em 1929, que de fato os ideais se consolidaram por meio da Missão Pedagógica Paulista e da Reforma Educacional de 1930.

<sup>404</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 102.

<sup>405</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 102.

Por fim, a Reforma ainda instituía a “Caixa Escolar”, cujo objetivo era manter a gratuidade do curso primário para meninos e meninas de sete a quatorze anos, mas “auxiliar as crianças pobres com aquisição de vestes e outros necessários”.<sup>406</sup> A “Caixa Escolar”, além disso,

constituía uma espécie de fundo escolar administrado por uma direção própria, eleita pelos sócios anualmente e seria composta por donativos, contribuição mensal de mil réis para os sócios, rendas auferidas nas subscrições e festas, gratificações que os professores e funcionários deixassem de receber por faltas justificadas e com vencimentos integrais não-justificados, contribuição voluntária de quinhentos reis mensais de cada professor; auxílio das intendências municipais e as rendas auferidas das multas aplicadas em conformidade com o regulamento goiano, moldado na legislação de outros estados da federação.<sup>407</sup>

O resultado desse novo olhar financeiro e pedagógico sobre a educação em Goiás levou a um expressivo aumento no número de escolas e grupos escolares no estado, que saltou de 114 em 1920 para 193 em 1924 e 209 em 1930, um aumento de 83,33% em uma década. Tais alterações refletiram ainda no investimento efetivo na educação em relação à receita líquida do Estado. Segundo dados colhidos por Francisco Itami Campos,<sup>408</sup> a despesa do Estado de Goiás com educação saltou de 7,94% em 1918 para 17,44% em 1930, tendo o valor líquido de 2.355:913\$136 réis em 1918 – aí já 138,92% maior do que o valor líquido de uma década antes, em 1908 – saltando para 4.961:020\$241 réis em 1930, portanto um aumento efetivo de 110,58%.

Todavia, ainda que os números possam representar certo otimismo no que se refere à superação dos graves problemas educacionais no estado de Goiás, de fato o ideal de uma sociedade goiana inserida nos trilhos do progresso por meio da instrução pública estava ainda longe de se concretizar. Em mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922, o presidente do Estado, Eugênio Rodrigues Jardim, lamentava, no que tange os esforços sobre a educação em Goiás, “[...] o que nos falta comparado ao que se tem feito.”<sup>409</sup> Em sua fala, o presidente expressava que tais dificuldades ainda presentes eram “ora resultantes da vastidão territorial, por onde está

---

<sup>406</sup> Decreto n. 5.930 de 24 de Outubro de 1918. Regulamentando o ensino primário. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/167487/per167487\\_1918\\_00193.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/167487/per167487_1918_00193.pdf) Acesso em 21/04/2019.

<sup>407</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 104-105.

<sup>408</sup> CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 1987, p. 106 e 108.

<sup>409</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922, pelo Presidente do Estado Eugênio Rodrigues Jardim. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

disseminada população relativamente e diminuta, ora da falta de professorado idôneo, ora ainda da carência e quase impossibilidade de fiscalização técnica.”<sup>410</sup> Assim, nos anos e gestões que se seguiram até o fim da Primeira República, conservou-se a ideia de que a superação de tal situação exigiria “tempo e medidas que obedecam a critério bem definido, a um programa longamente premeditado e executado sem desfalecimentos, sem solução de continuidade.”<sup>411</sup> Portanto, amadurecia-se ao longo da década de 1920 a necessidade de um projeto de longo prazo para a educação em Goiás, cuja solidez não estivesse sujeita às transformações políticas e econômicas do Estado; algo que, em grande medida, acabou por ser tomado pela Igreja Católica sob o comando de Dom Emanuel.

Este amadurecimento e mais acurado olhar do Estado para a educação ao longo da década de 1920 culminou em uma importante ação prática: o financiamento por parte do governo da “Missão Pedagógica Paulista” em 1929, que culminou, no ano seguinte, na Reforma pedagógica de 1930.<sup>412</sup>

Em linhas gerais, a Missão Pedagógica Paulista consistiu em um grupo de técnicos em formação de professores, enviado pelo Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, ao Estado de Goiás encarregado de assumir por um período de dez meses a administração da Escola Normal e reformar o ensino normal e o ensino primário estaduais. Este grupo era composto pelos professores: Humberto de Souza Leal, chefe da missão e técnico em ensino normal; José Cardoso, técnico em métodos pedagógicos e diretor de ensino; e Cícero Bueno Brandão, especialista em educação física escolar. O objetivo deste destacado grupo de professores e técnicos em educação foi, segundo mensagem do presidente do Estado, Alfredo Lopes de Moraes, em maio de 1930, “reavivar o ensino primário, consoantes a orientação dos modernos processos

---

<sup>410</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922 pelo Presidente do Estado Eugênio Rodrigues Jardim. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>411</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1924 pelo coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>412</sup> A Reforma Pedagógica de 1930 consistiu, em linhas gerais, na reorganização do ensino público goiano, cujo resultado prático foi a recomposição do mesmo em dois graus: o infantil e o primário; além da “organização de um ‘serviço completo e permanente de estatística escolar’ que seria abastecido pelo censo escolar determinado pela Secretaria de Interior e Justiça; as exigências minuciosas para a escrituração escolar: matrículas, frequência dos alunos e professores, notas de aproveitamento dos alunos, visitas dos inspetores, documentos dos alunos como a guia de transferência, os boletins escolares, os diários de classe, as cadernetas escolares; o calendário escolar e o funcionamento das escolas em turnos distintos; A criação dos arquivos escolares também se destaca nessa reforma.” (ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese – Doutorado em Educação. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 138).

pedagógicos.”<sup>413</sup> Na prática, o grupo buscou orientar os formadores da Escola Normal de Goiás e demais autoridades e responsáveis pela gestão educacional no estado sob os ideais escolanovistas paulistas; algo que ia de encontro ao projeto educacional da Igreja Católica em nível global.

Estas mudanças na forma como a educação passaria a ser tratada financeira e pedagogicamente na década de 1920 coincidiram justamente com o período de chegada de Dom Emanuel ao estado de Goiás. Sua atuação, projetos e ações em prol da educação, portanto, estão inseridas não somente em seu contexto de interesses, conflitos e ações políticas internas à Igreja Católica, mas, sobretudo, nas condições externas a ela, o que tornou possível ver na educação o caminho para a efetivação de seus projetos políticos e eclesiais.

#### *4.1.2. Igreja Católica e Educação: a formação do contexto de chegada de Dom Emanuel.*

A ação católica em prol da educação no Brasil e em Goiás nas primeiras décadas do século XX fazia parte de um projeto maior da Igreja em favor da restauração da sua hegemonia política e social, perdida no processo de consolidação do mundo moderno, especialmente ao longo do século XIX. Já no início do século XX, nas principais encíclicas de Pio X – *Pascendi Dominici Gregis*, de 1907, e *Sacrorum Antistitum*, de 1910 – é possível notar tal caráter ainda de reação antimoderna da Igreja Católica.

No que tange à educação do clero e daqueles educados em instituições católicas, Pio X retomou a escolástica como fundamento teológico e filosófico, proibiu a leitura de quaisquer literaturas definidas como “modernistas”,<sup>414</sup> seja nos seminários, seja em universidades ou mesmo escolas sob a tutela católica. Todavia, a encíclica papal que

---

<sup>413</sup> Mensagem, ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz apresentada a 13 de maio de 1930 pelo Presidente do Estado Dr. Afredo Lopes de Moraes. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>414</sup> O “modernismo” ou “modernismo católico”, amplamente combatido por Pio X em suas encíclicas se refere às tendências teológicas, filosóficas, ou intelectuais em geral, que pretendiam adaptar o catolicismo ao mundo moderno. Esta rejeição, amplamente fortalecida pelo movimento ultramontano do século XIX, teve em Pio X sua última grande expressão, embora tenha de fato sucumbido apenas a partir do Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1961. Sobre o combate ao modernismo por Pio X, ver: LEASE, Gary. Vatican foreign policy and the origins of Modernism. In: JODOCK, Darrell. **Catholicism contending with modernity: roman catholic modernism and anti-modernism in historical context.** – Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2000; FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista. **Mathésis.** Vol. 11. Viseu (Portugal): Universidade Católica Portuguesa, 2002.

mais expressivamente lidou com a questão da educação no contexto abordado foi a *Divini illius Magistri*, publicada por Pio XI em 31 de dezembro de 1929. Ali, o papa, em resumo, toma para a Igreja a responsabilidade, dever e autoridade de exercer a educação, uma vez que, como “esposa de Cristo”, à Igreja caberia a

missão educativa, sendo ela segura, inviolável e independente de qualquer ingerência terrena; logo, inquestionável e confiável. [...] Assim, educar, para a Igreja, significava transpor montanhas, criar, fundar e espalhar escolas, institutos e universidades, nos vários ramos do saber, ao lado de cada capela ou matriz, nas mais longínquas plagas.<sup>415</sup>

No Brasil, mais especificamente, a educação foi parte do projeto restaurador da Igreja.<sup>416</sup> Tal projeto ganhou força, de fato, a partir da década de 1920, quando, segundo Riolando Azzi, “a instituição católica desenvolveu um movimento intenso para reafirmar sua presença na área da educação da juventude, numa atitude extremamente polêmica contra os que eram considerados seus principais adversários na disputa do espaço educacional: a escola protestante e o ensino leigo.”<sup>417</sup> Antes disso, porém, a educação, embora prioridade, acabou por desempenhar um papel secundário nas ações católica para se manter política e culturalmente hegemônica no Brasil, como pode ser observado mais acuradamente no caso de Goiás.

No caso específico goiano, conforme analisamos nas seções 1.3 e 2.2 do nosso segundo capítulo, até a chegada de Dom Emanuel, no início da década em 1920, a Igreja atuava ainda muito timidamente no âmbito educacional, mantendo à duras penas o Seminário Santa Cruz e gerenciando algumas importantes escolas católicas. Assim, em âmbito mais geral, até a década de 1920 a Igreja mantinha-se apenas na manutenção de seu espaço ainda tímido, embora importante, de escolas confessionais – aumentado progressivamente à medida que Dom Prudêncio fazia gestão junto ao Estado para aumentar as subvenções às escolas católicas, cujo foco foi direcionado especialmente para a educação feminina por meio de congregações religiosas –,<sup>418</sup> atuando o clero na

---

<sup>415</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O pensamento educacional católico restaurador – uma análise dos documentos pontifícios na Primeira República. **Cadernos de História da Educação**. Vol. 11, n. 2, 2012, p. 512.

<sup>416</sup> Ver: AZZI, Riolando. A Neocristandade: um projeto restaurador. In: \_\_\_\_\_. **História do pensamento católico**. Vol. 5. São Paulo: Paulus, 1994.

<sup>417</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 153.

<sup>418</sup> Ver: Seção 2.2 do nosso segundo capítulo.

maior parte do tempo irregularmente no ensino religioso de escolas públicas por meio da intervenção frequente de padres no âmbito escolar.

A partir da década de 1920, porém, tanto em âmbito global como nacional, a Igreja Católica voltou-se novamente para a educação como caminho fundamental para reocupar seu espaço hegemônico posto em xeque, seja pela consolidação do mundo moderno, seja – no Brasil – em decorrência da proclamação da república. Neste contexto, conforme ressaltamos há pouco, o significativo avanço da educação protestante e, especialmente, laica por meio das escolas públicas, preocupou a Igreja Católica a ponto de, segundo Riolando Azzi, a posição católica desse período ser “marcada, com frequência, por posturas radicais: o que não fosse ensino católico, seria necessariamente ensino ateu. Assim, a escola pública era considerada como um instrumento de difusão da descrença no país [...]”.<sup>419</sup> Neste sentido, a fundamental gestão de Dom Sebastião Leme junto ao governo nacional, bem como de outros bispos e congregações religiosas junto aos governos estaduais, como o caso de Dom Emanuel em Goiás, garantiu à Igreja Católica ao longo da década de 1920 importantes avanços em termos de reconquista de espaço político e social.

Na maior parte dos novos colégios católicos difundidos na década de 1920, todavia, houve uma importante mudança de foco com relação às décadas anteriores. Se, até então, ao longo de toda a participação católica na formação intelectual brasileira eram às elites do país que se voltavam os colégios comandados pela Igreja, a partir do referido decênio foi à classe média e, em certa medida, popular, que tais colégios se direcionaram como prioridade, especialmente nas regiões de migração europeia. Segundo Azzi,

Os colégios maristas e dos salesianos eram típicos estabelecimentos destinados à classe média. Num folheto publicado no natal de 1925 o diretor do Colégio Coração de Jesus de São Paulo respondia à objeção daqueles que consideram o liceu salesiano como “um colégio de gente rica”. “Sosseguem, porém, os alarmistas: não há sangue azul nos nossos alunos. A nobreza – de sangue ou de finanças – procura outros colégios, onde há mais liberdade para os jovens.” E acrescentava: “Os nossos alunos são filhos do povo. Gente remediada, classe média, pequenos lavradores, comerciantes, empregados públicos, e até

---

<sup>419</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 154.



criados de servir – eis a grande maioria de quase totalidade dos que têm filhos no Liceu.<sup>420</sup>

Este novo alvo da educação católica tem sua razão de ser. Na mesma década de 1920 as políticas educacionais brasileiras passavam por importantes transformações. Fruto dos diversos esforços de “modernização” intelectual e cultural do Brasil, expressados mormente pela Semana da Arte Moderna de 1922, o movimento da “Escola Nova”, iniciado na Europa ainda em fins do século XIX, ganhou corpo nos anseios pela modernização do Brasil por meio de uma educação que valorizasse a autonomia do sujeito educado em seu aprendizado. Tais ideais, adentrados em Goiás – ainda que timidamente – já na Reforma de 1918, tiveram importante impacto no modo como a Igreja Católica passou a encarar a educação no Brasil ao longo da década de 1920.

Segundo Riolando Azzi,

Embora alguns intelectuais católicos como Mário Casassanta, Jônatas Serrano, Everardo Backheuser e Heitor Lyra tenham aderido a esse movimento de renovação escolar de cunho didático e pedagógico, a Igreja reagiu fortemente contra essas novas orientações, habituada como estava a manter seus interesses atrelados à aristocracia rural, permeada por uma visão de mundo autoritária e hierarquizada. Além disso, essa nova perspectiva educacional contradizia diretamente o projeto eclesialístico de sacralização da sociedade, em que o ensino religioso devia ocupar um lugar privilegiado.<sup>421</sup>

Nesta direção, os esforços católicos passaram a se direcionar não somente na manutenção de seu espaço já consolidado de formadora da elite intelectual brasileira por meio de colégios tradicionais, como os jesuíticos. Antes, era preciso conquistar novos espaços agora em disputa não somente com o ensino laico e protestante, mas igualmente com uma nova perspectiva pedagógica que colocava em segundo plano os principais valores educacionais da Igreja e visava uma ampliação significativa do alcance das escolas por meio de um ensino público e gratuito oferecido também às classes médias e populares.

Esta posição católica face à Escola Nova foi fortemente reforçada pela já citada encíclica *Divini Illius Magistri*, publicada pelo Papa Pio XI em 1929. Este documento, cujo conteúdo oferecia total subsídio argumentativo para se justificar a autoridade plena da Igreja na educação, em harmonia, mas sobreposta ao Estado e à família, gerou uma

---

<sup>420</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 154.

<sup>421</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 306.

importante reação no Brasil. Aqui, importantes lideranças católicas brasileiras iniciaram uma ofensiva contra os promotores do escolanovismo, acusando-os de defenderem o materialismo na educação. Assim, em 17 de outubro de 1931, o Centro Dom Vital, em São Paulo, realizou um congresso de educação, cujas ideias mais combatidas pelos organizadores e participantes católicos foram a “laicidade do ensino, a co-educação e a primazia do Estado na esfera educativa.”<sup>422</sup> Três anos mais tarde, outro congresso educacional católico, agora no Rio de Janeiro, considerou o manifesto lançado pela Associação Brasileira de Educação, denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, um documento comunista. Segundo Riolando Azzi,

O próprio Alceu [de Amoroso Lima] reconhecia que naquela época assumira uma postura apologética contra a Escola Nova: “Em 1932, quando foi lançado o Manifesto dos Pioneiros, vinha eu de minha recente conversão, com todo o ímpeto de cristão, senão novo, pelo menos revertido às suas raízes. Daí certas posições extremadas dos meus debates pedagógicos.”<sup>423</sup>

No caso específico de Goiás, todo este contexto se desenvolveu praticamente durante o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ainda que a introdução do escolanovismo tenha se dado na educação goiana já na Reforma de 1918, foi por meio da Missão Pedagógica Paulista, em 1929, que de fato esta corrente pedagógica passou a fazer parte de uma política de Estado em Goiás. Portanto, foi diante deste contexto nacional e regional que os projetos de Dom Emanuel para a Igreja e educação em Goiás foram gestados.

#### **4.2. Os projetos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para a educação em Goiás**

Nas palavras do Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, um dos mais importantes braços-direitos de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na política goiana, ecoa uma das principais referências ao bispo quando se trata da narrativa de sua gestão em Goiás: teria sido ele “objetivamente aclamado Arcebispo da Instrução”. Isso significa que, caso a interpretação do Cônego esteja correta, ainda que haja margem para contestação de que tenha sido ele o “prelado da providência” – pelos trabalhos realizados e “tormentas acostumadas a quem governa uma diocese” –, não o há quando

---

<sup>422</sup> LIMA, Alceu de Amoroso. Memórias improvisadas. *Apud*: AZZI, Rioldando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 309.

<sup>423</sup> Idem.

se trata da sua supostamente indiscutível contribuição à educação em Goiás. Mas condiz isso de fato com a realidade histórica? Se sim, por quais motivos seria a educação uma área de tamanha importância em seu bispado?

Toda argumentação até aqui por nós apresentada conduz nossa interpretação na direção de que Dom Emanuel teria desenvolvido em Goiás, entre as décadas de 1920 e 1950, um verdadeiro projeto político, religioso e eclesiástico para a Igreja goiana; algo que rendeu a esta instituição, especialmente junto ao Estado, uma posição de força política de que não gozara em momento algum passado até então. Os caminhos para isso, todavia, não passaram unicamente pelo controle eclesiástico da diocese face às demais forças religiosas católicas em Goiás, como a congregação redentorista, ou nas disputas junto ao Estado por influência e poder em determinadas áreas da sociedade. Antes, a educação parece ter sido um dos principais caminhos por meio do qual a Igreja sob Dom Emanuel logrou êxito neste projeto. Em face disso, as páginas finais que se seguem analisam como – e se de fato – a educação desempenhou este papel.

#### *4.2.1. A educação no discurso modernizador para Goiás em Dom Emanuel Gomes de Oliveira*

O isolamento de Goiás dos grandes centros urbanos do Brasil ao longo de todo o século XIX, marcado sobretudo por um longo processo de ruralização, fruto do declínio da atividade mineradora desde o fim do século anterior, gerou como consequência um verdadeiro abismo entre o intenso processo de consolidação da modernidade técnica e cultural da Europa – algo já em certa medida iniciado no litoral brasileiro – e o letárgico desenvolvimento urbano e social de Goiás. Enquanto na Europa “aquilo que até então era realizado pelo cavalo, pelo vento ou pela água, agora passava a ser efetuado pela máquina”<sup>424</sup>, e na capital brasileira, a “Grande Reforma Urbana” já marcava o Rio de Janeiro pelos ideais de modernização e progresso nos primeiros anos do século XX,<sup>425</sup> neste mesmo período, qual seja, o final do século XIX e início do XX, a expressiva

---

<sup>424</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 140.

<sup>425</sup> Ver: AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

maioria da população em Goiás praticamente “viviam como se Lisboa, Paris ou Rio de Janeiro não existissem.”<sup>426</sup>

Esta realidade em Goiás permaneceu assim ao longo de um lento processo de tentativas de modernização que durou praticamente toda a primeira metade do século XX. Os principais promotores da transformação dessa realidade, portanto de uma “modernização” de Goiás, entretanto, são diversos. Políticos como Francisco Ayres da Silva, Antônio Americano do Brasil, ou mesmo Pedro Ludovico Teixeira, são normalmente lembrados pela pujança de projetos urbanos e ferroviários que transformaram lentamente o sertão goiano.<sup>427</sup> Todavia, houve ainda uma singular participação da Igreja Católica, especialmente sob a ação dos redentoristas, cuja importância é normalmente pouco lembrada. Sob a condução dos missionários redentoristas, o então sul goiano conheceu importantes avanços urbanos, como saneamento pluvial, eletricidade, telegrafia, dentre outras coisas, implantadas em primeira mão pelos religiosos alemães em Goiás.<sup>428</sup>

Esta participação direta da Igreja Católica, no discurso e na prática, do processo de modernização do Estado de Goiás, segundo Robson Gomes Filho, se deu em razão da necessidade de adaptação da instituição à nova realidade recém-imposta pela proclamação da república no país. Neste contexto, cujo discurso do progresso e da modernização sustentavam a legitimidade da nação brasileira, a Igreja Católica sofria não somente com a vitória do liberalismo e positivismo na política nacional – e, no caso de Goiás, regional –, mas especialmente com a laicização do Estado, que garantia a ampla concorrência religiosa à instituição em todas as áreas que outrora detinha monopólio. Todavia, sobre essa adaptação católica à nascente modernidade brasileira, alerta o historiador goiano que

---

<sup>426</sup> OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2006, p. 60.

<sup>427</sup> Ver: NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goiás. Tese (doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

<sup>428</sup> Sobre a participação da congregação redentorista alemã no processo de modernização de Goiás, ver: GOMES FILHO, Robson. **Missionários Redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). 2 Volumes. Niterói (RJ): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018.

Diferentemente da modernidade oitocentista – qual seja, iluminista, liberal, e anticatólica –, a adaptação católica ao mundo moderno não é mais do que um arranjo, um mosaico conservador que se apropriou de elementos essencialmente modernos, como a razão, o nacionalismo e o progresso; um conservadorismo travestido de adaptação, ou, para nos utilizarmos da terminologia de Peter Burke, uma “contrafação católica”. Em termos temporais, portanto, trata-se de um abandono do medievalismo e do apego tridentino ultramontano, permitindo-se a abertura de possibilidades de futuro cada vez mais distantes do passado experimentado nos séculos anteriores. Portanto, em termos gerais, a “modernidade católica”, enquanto adaptação da Igreja ao mundo que a cercava no século 20, é essencialmente antimoderna.<sup>429</sup>

Neste sentido, ainda que a modernização – enquanto um processo de tentativa de alcance daquele que se vê atrasado àquele que se entende como “moderno” – de Goiás tenha se dado sobretudo nas transformações urbanas, viárias e industriais, uma das áreas de maior destaque no discurso modernizador/civilizador, especialmente a partir da década de 1920, foi a educação. Segundo Miriam Fábila Alves,

Uma das condições, de acordo com o discurso republicano para o alcance de um projeto civilizador, era a ampla difusão da instrução que produzisse um povo consciente de seus direitos e deveres, mas também, legítimo em sua representação. [...] Nessa perspectiva, a instrução era vista como exigência de preparação do povo para a cidadania, mas também como mola propulsora desse modelo civilizacional a ser seguido. Apesar disso, a escolarização, como constituição de uma rede de escolas primárias, caminhava a passos lentos em Goiás.<sup>430</sup>

No caso específico do nosso objeto de pesquisa, Dom Emanuel utilizou-se largamente desses discursos para legitimar a educação como meio de se alcançar o futuro almejado para o estado de Goiás. Todavia, podemos destacar dois elementos fundamentais utilizados pelo prelado em seus discursos: a civilização e a modernização/progresso.<sup>431</sup>

Não obstante à polissemia que o conceito de “civilização” guarda em si, é possível afirmar que a ideia geral do que é ser civilizado encerra uma distinção de si em relação a um “outro”, tomando por base valores, crenças, costumes, técnicas, etc. Por

---

<sup>429</sup> GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói (RJ): Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018, p. 255.

<sup>430</sup> ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás – Morrinhos na Primeira República**. Tese (Doutorado em Educação). Belo Horizonte: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007, p. 35.

<sup>431</sup> Sobre os conceitos de modernização, progresso e modernidade, Ver: Primeiro Capítulo desta tese.

meio de tal distinção, acredita-se ser superior a este outro, a quem se denomina “bárbaro”, “incivilizado”, ou “primitivo”, contraposto a si, visto como “civilizado”.<sup>432</sup> No caso cristão, é comum desde os primeiros séculos da era atual a ideia de que o cristianismo seja a “causa” da civilização ocidental, como argumentava Agostinho de Hipona em sua famosa *Cidade de Deus*:

Toda a devastação, carnificina, pilhagem, conflagração e toda angústia que acompanhou o recente desastre em Roma estavam de acordo com a prática geral de guerra. Mas houve algo que estabeleceu um novo costume, algo que mudou todo o cenário; a selvageria dos bárbaros assumiu um tal aspecto de bondade que as maiores basílicas foram escolhidas e reservadas para acolher as pessoas que deveriam ser poupadas pelo inimigo. Ninguém deveria ser violentamente usado ali, nem tirado dali. Muitos foram levados para lá para libertação por inimigos misericordiosos; ninguém deveria ser levado de lá para o cativeiro, mesmo por inimigos cruéis. Isto deve ser atribuído ao nome de Cristo e à influência do cristianismo. Quem não perceber isso é cego; quem perceber e não o exaltar é ingrato; quem tentar impedir que outro o exalte é louco.<sup>433</sup>

Este tipo de argumento providencialista que torna a manutenção da civilização ocidental dependente do cristianismo está igualmente presente no discurso do nosso objeto de pesquisa. Segundo Dom Emanuel, em discurso no Colégio Santa Clara, na condição de paraninfo da turma de formandas normalistas de 1954, ao converter os povos bárbaros, a Igreja Católica salvaguardou os fundamentos da civilização ocidental presentes no mundo clássico e ainda garantiu, nos séculos que se sucederam, o caminho para a verdadeira ciência. Nas palavras do prelado:

Aproveitando o que convém e rejeitando o inaproveitável, lançou a Igreja os fundamentos da nossa civilização e, quando os bárbaros desfizeram os quadros do mundo romano, foi precisamente a Igreja que preservou e conservou o patrimônio da cultura antiga. Convertendo os bárbaros, ela elaborou a civilização do Ocidente, nas luminosas frágua da Idade Média. Convertendo os bárbaros, ela elaborou a civilização do Ocidente, nas luminosas frágua da Idade Média. Em nenhum período, escreve Gibbons, o grande cardeal norte-

---

<sup>432</sup> Ver: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Vol. 1, p. 23ss.

<sup>433</sup> AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução e prefácio de J. Dias Pereira. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 115. Segundo Robson Gomes Filho, “Esta visão providencialista – cujo papel desempenhado pelo cristianismo na construção e manutenção da civilização ocidental era explicitamente sobrevalorizado – foi imperante durante toda a época medieval. O rompimento com esta tendência viria somente na redescoberta do epicurismo de Lucrecio já no século 15 pelos renascentistas, e mais vigorosamente com a releitura deste pelos iluministas do século 18. Entretanto, foi somente na segunda metade do século 19, com a conhecida obra *History of Civilization in England*, publicada em 1865, pelo historiador britânico Henry Thomas Buckle, que a argumentação de que a religião cristã seria consequência, e não causa, da civilização ocidental ganhou corpo.” (GOMES FILHO, Robson. **Op. Cit.** 2018).

americano, em “Our Christian Heritage” teve a Igreja maior autoridade do que do século XII ao XVIII. Desenvolveu não só um poder espiritual, mas também temporal e exerceu sua influência nos princípios da cristandade. Esse é o período da criação e desenvolvimento das universidades na Europa. Durante esses seis séculos, fundaram-se dezenas de universidades na França, na Itália, na Inglaterra e Irlanda, na Espanha e na Bélgica. Em época alguma, teve maior liberdade o entendimento humano. Nenhuma questão da ciência especulativa escapou à investigação dos intelectuais. Exploravam-se, com êxito todos os campos da ciência e da arte. Nas batalhas, em prol da verdade, empregavam-se as armas naturais.<sup>434</sup>

O recorte temporal imposto por Dom Emanuel até o século XVIII tem sua razão de ser. Segundo Reinhart Koselleck, o que chamamos hoje de “modernidade” somente se impôs de fato a partir do século XIX, e com ela não somente um conjunto acelerado de transformações técnicas, mas igualmente de valores.<sup>435</sup> Tais transformações tiveram por parte da Igreja Católica uma acirrada oposição, rompida gradativamente somente a partir do século XX.<sup>436</sup> A partir daí, a progressiva adaptação da Igreja Católica ao mundo moderno se deu sobretudo na permissão da apropriação desta pela modernização técnica – tanto em nível prático, quanto discursivo –, mantendo-se, no que tange os valores, expressamente conservadora, como há pouco referido.

No caso de Dom Emanuel, apesar de o prelado mostrar-se sempre reticente às novidades dos valores modernos, foi com grande abertura que o bispo acolheu as mais diversas formas de modernização técnica, como na adoção do carro em substituição aos muarens na locomoção em Goiás,<sup>437</sup> no incentivo e uso do cinema para entretenimento e evangelização,<sup>438</sup> dentre outras “novidades técnicas” expressamente bem quistas por Dom Emanuel, como ele mesmo reconhece em carta ao Pe. João Batista Kiermeier em maio de 1925: “Acho que a eletricidade, motor à explosão e o rádio, nas suas aplicações

---

<sup>434</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida, 1954. Datilografado. 5 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>435</sup> Ver: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

<sup>436</sup> Sobre a peleja entre a Igreja Católica e o mundo moderno no século XIX, ver: GOMES FILHO, Robson. Entre a benção e a maldição: (re)ações do catolicismo à modernização e modernidade europeia no século 19. **Revista Topoi**. Vol. 20, n. 41, maio-agosto, 2019.

<sup>437</sup> Dom Emanuel chegou a adquirir um avião para sua locomoção pela diocese goiana ainda na década de 1920. Ver: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta de Dom Emanuel ao Brigadeiro Eduardo Gomes**. Goiânia, 03 de março de 1955. Datilografado. 1 Folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

<sup>438</sup> Sobre o uso do cinema em Goiás pela Igreja Católica, ver: QUADROS, Eduardo Gusmão de. Conversão com diversão? Ou como o catolicismo fez as pazes com o cinema durante a Primeira República em Goiás. **Revista de História da UEG**. Porangatu, Vol. 2, n. 1, 2013.

práticas, são benefícios de que nos devemos valer para nos multiplicarmos ou os meios de nossa atividade e ação.”<sup>439</sup>

Todavia, para além da modernização técnica, urbana e viária, como referimos há pouco, também a expansão da rede de ensino público passou a ser vista, especialmente com a chegada dos ideais escolanovistas a partir da década de 1920 em Goiás, como uma das principais molas propulsoras do progresso para o estado. É neste sentido que, assim como a Igreja Católica se apropriou de importantes elementos discursivos e práticos dos ideais modernizadores – inicialmente ligados ao liberalismo –, como o nacionalismo, o racionalismo, e a benção do avanço técnico, etc.,<sup>440</sup> no que tange a educação tal apropriação se deu de forma bastante semelhante. Entretanto, nesta área, a diferença central se deu no fato de que, enquanto nos primeiros casos a Igreja precisou avançar sobre temas e campos até então longe de seu domínio, no caso da educação tratou-se de uma intensa tentativa de retomada de um espaço outrora parcialmente cedido ao ensino laico e constantemente ameaçado pelo significativo aumento de fundação de escolas protestantes.<sup>441</sup>

Assim, tanto em nível nacional, quanto regional e local, a Igreja Católica viu na educação um dos principais caminhos para trilhar um triunfal retorno à condição de hegemonia política no Brasil. Como destaca Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira,

Grassa, nesse momento, sob as lideranças eclesiásticas brasileiras o desejo de obter a supremacia espiritual sobre o povo, a consolidação de uma nação eminentemente católica e orientada sob os princípios da Santa Sé. Para atingir esse objetivo, tais lideranças contaram com inúmeras escolas, colégios, seminários e noviciados, tanto femininos quanto masculinos.<sup>442</sup>

---

<sup>439</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº. 2686**. Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, ao Pe. João Batista Kiermeier, superior da casa de Campinas. Goiás, 03 de maio de 1925, p. 89. Ainda sobre a promoção de Dom Emanuel à modernização em Goiás, Ver: Capítulo 3, seção 3.3 da presente tese.

<sup>440</sup> Em sua tese de doutoramento, Robson Gomes Filho discute mais profundamente esta adaptação católica a elementos modernos, como o uso do nacionalismo (outrora perseguido pelo ultramontanismo oitocentista) para o combate ao protestantismo, do racionalismo científico para o combate ao espiritismo e curandeirismos populares, ou mesmo do uso do cinema (outrora também combatido) para evangelização. Ver: GOMES FILHO, Robson. **Op. Cit.** 2018.

<sup>441</sup> Ver: AZZI, Rioldo; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 153-155.

<sup>442</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O pensamento educacional católico restaurador – uma análise dos documentos pontifícios na Primeira República. **Cadernos de História da Educação**. Vol. 11, n. 2, 2012, p. 505.



A retomada do foco católico sobre o campo da educação no Brasil, como bem ressaltou Riolando Azzi,<sup>443</sup> se deu especialmente a partir da publicação da já referida encíclica de Pio XI, *Divini illius Magistri*, em 31 de dezembro de 1929. Tal encíclica, porém, não se constituiu, na época, em um projeto político-institucional católico sobre a educação. Antes, trata-se de uma base teológica e eclesial para o combate às novas tendências pedagógicas laicas, mas que, no Brasil, acabou por tornar-se o fundamento de verdadeiros projetos de retomada de poder, o que a historiografia brasileira caracterizou ora como “Restauração”, ora como “Neocristandade”.<sup>444</sup>

Tais ideais e projetos de restauração de uma espécie de “cristandade” católica por meio da educação estiveram igualmente expressos nos discursos de Dom Emanuel. Segundo o bispo,

[...] Nossos melhores esforços, nossos mais árduos labores têm sido orientados no sentido de disseminar por todos os recantos da Arquidiocese os estabelecimentos de ensino em quem, Deus louvado, se opera a renascença do grande Estado de Goiás. Vós mesmas sois mimosos frutos do incansável labor desenvolvido pelas apostólicas Irmãs Franciscanas, que abrigam, só neste bairro de Campinas, mais de mil e quinhentos alunos. Na extensão da nossa Arquidiocese muitas outras religiosas e, bem assim, sacerdotes e leigos, entregam nesta quadra do ano valores novos para a sociedade. E o que é isto senão o empenho permanente e ardoroso da Igreja, em prepara os alicerces da restauração de tudo em Cristo!<sup>445</sup>

A “restauração” proposta por Dom Emanuel em seu discurso à turma de formandas normalistas do Colégio Santa Clara, em 1954, claramente não se refere a um retorno ao passado medieval – como em muitos casos chegava a propor os ultramontanos do século XIX –. Antes, unida a uma ideia de “renascimento do grande estado de Goiás” – portanto, inserido no discurso da decadência, típico ainda das primeiras décadas do século XX –<sup>446</sup>, a proposta é a “restauração de tudo em Cristo”, mas por meio de “valores novos para a sociedade”. É, portanto, o ideal do projeto de educação de Dom Emanuel – como o é da Igreja como um todo – a intervenção da Igreja Católica na formação de homens e mulheres que não estejam alheios ao seu tempo – no que tange a ciência e a técnica –, mas que se preservem nos valores de uma proposta de sociedade fundamentalmente antimoderna. Tal perspectiva está explícita em

---

<sup>443</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **Op. Cit.** 2008.

<sup>444</sup> Ver: Capítulo 1, seção 2; e Capítulo 2, seção 2 da presente tese.

<sup>445</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida, 1954. Datilografado. 5 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>446</sup> Ver: CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 2002

outro discurso do bispo a professores, cuja data o documento encontrado avulso nos arquivos do IPEHBC não nos permite precisar. Segundo Dom Emanuel:

Educadores de hoje, que do passado tirais normas seguras, que ideal de homem deveis preparar para o futuro? Vós o encontrareis fundamentalmente delineado no perfeito cristão. E com dizer perfeito cristão, entendemos aludir ao cristão de hoje, homem do seu tempo, conhecedor e cultor de todos os progressos trazidos pela ciência e pela técnica, cidadão não alheio à vida que se desenvolve hoje, na sua terra. O mundo não terá que se arrepender se um número sempre crescente de tais cristão intervirá em todas as ordens da vida pública e privada. Compete em grande parte a vós mestres predispor esta benéfica intervenção, endereçando os ânimos dos discípulos a descobrir as inexauríveis energias do cristianismo na obra de melhoramento e renovamento dos povos. Portanto não poupareis fadigas para despertar a seu tempo sua consciência moral, de modo que, com o passar dos anos, o “homem honesto” não aflore, quase que por um golpe de fortuna, como a última aventura de uma vida mais vezes naufragada. Sobre tal fundamento formai homens de ciência e técnica. Não sucederá inculcam eles temor ao mundo, como acontece hoje, por ter a ciência despertado – juntamente com a admiração – quase o terror de si entre os povos e suscitado formidáveis problemas políticos, sociais, internacionais; consequência talvez do intentado afastamento da religião por parte da ciência.<sup>447</sup>

Assim, o avanço católico sobre a área da educação, especialmente por meio da multiplicação de escolas sob comando de congregações religiosas,<sup>448</sup> fez parte de um conjunto de adaptações católicas às transformações pelas quais passava o Brasil em sua busca por inserir-se na modernidade já consolidada desde o século anterior na Europa. Tal adaptação se deu igualmente dentro de um discurso fundamentalmente conservador que, ainda que pautado no ideal do progresso e modernização, pregava que

a educação pertenceria à Igreja, fato explicado por meio de concepções sobrenaturais, como a missão suprema concedida pelo divino Fundador e a maternidade sobrenatural da Igreja, esposa de Cristo, que gera, nutre e educa seus filhos. Desse modo, a Igreja deveria ser a mestre suprema da missão educativa, sendo ela segura, inviolável e independente de qualquer ingerência terrena; logo, inquestionável e confiável. Nesse sentido, todas as ações humanas estavam submetidas ao juízo e ao poder da Igreja.<sup>449</sup>

---

<sup>447</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida. Datilografado. 6 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>448</sup> Ver: AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **Op. Cit.** 2008, p. 155; e LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 15

<sup>449</sup> OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O pensamento educacional católico restaurador – uma análise dos documentos pontifícios na Primeira República. **Cadernos de História da Educação.** Vol. 11, n. 2, 2012, p. 512.

No caso de Goiás, portanto, as ações de Dom Emanuel no âmbito da educação estiveram, por um lado, ligadas a um importante contexto de modernização do estado,<sup>450</sup> uma vez que seu discurso católico se pautou não somente na adaptação da instituição ao mundo circundante de si, mas na luta pela preservação dos valores que acreditava ser pétreos e na restauração de sua posição politicamente hegemônica no país. Este projeto modernizador católico, expresso em Dom Emanuel em Goiás, portanto, corresponde à ânsia católica de adaptação à nova realidade brasileira imposta desde o fim do século XIX, que, na esteira do processo global de modernização – técnica, mas também de valores –, encarava o futuro nacional como necessariamente ligada ao “progresso”, tendo, portanto, que se modernizar. Entretanto, como afirma Robson Gomes Filho,

a adaptação católica à modernidade foi na verdade uma tentativa de adaptação da modernidade ao catolicismo, uma vez que não se trata de uma reelaboração dos valores católicos face às transformações modernas, mas de uma apropriação de elementos modernos (por meio de um esvaziamento e resignificação do “progresso”, do “melhoramento” e do “moderno”) com a finalidade de se reestabelecer um modo de vida e de sociedade submetidos aos valores definidos pela Igreja (uma neocristandade para além de seu aspecto político), portanto, uma civilização ao mesmo tempo moderna e católica. Neste sentido, não se trata de uma luta contra a modernidade, mas da transformação desta em uma moderna civilização católica, e os meios para se atingir este objetivo, por um lado, estariam na “modernização” (expressamente conservadora), e, por outro, na “luta cultural” (um *Kulturkampf*) contra os grupos religiosos que ameaçavam o monopólio católico e sua legitimidade no mundo moderno, de modo especial, o espiritismo e o protestantismo.<sup>451</sup>

Por outro lado, é importante ressaltar que as ações de Dom Emanuel seguiram um corolário nacional e, em certa medida, institucional. Estas, em última instância, garantiram, por meio da tomada para si de uma das mais importantes áreas do projeto modernizador de Goiás – a educação –, a consolidação de um espaço político da Igreja através de uma área que, desde a proclamação da república, se pretendia pertencer ao Estado.

---

<sup>450</sup> Sobre o contexto de modernização em Goiás, ver: NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2016; BORGES, Barsanulfo Gomides. **O despertar dos dormentes**: Estudo sobre a Estrada de Ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: CEGRAF, 1990; CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

<sup>451</sup> GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói – RJ: Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018, p. 385-386.

#### 4.2.2. A educação no projeto político e eclesiástico de Dom Emanuel

As ações de Dom Emanuel Gomes de Oliveira em prol da educação no Estado de Goiás, seja na fundação direta ou indireta de escolas, seja na articulação política de verbas para escolas católicas de sua diocese e posterior arquidiocese, renderam ao prelado, especialmente a partir da década de 1940, importantes reconhecimentos internos e externos à Igreja. Dentre seus pares, por exemplo, Dom Alano Du Noday, bispo de Porto Nacional afirmou em carta a Dom Emanuel, em 6 de julho de 1942, que “as iniciativas de V. Excia. no plano educacional são das mais felizes, fruto do incansável zelo pastoral e da grande experiência de V. Excia.”<sup>452</sup> Seis anos depois, Dom Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, afirmou, em documento de homenagem à celebração de bodas de prata da sagração episcopal de Dom Emanuel: “As benemerências deste pontificado jubilar, máxime no campo da instrução, próprio dos salesianos, e que o povo goiano celebra entusiasticamente neste ano, como um fasto luminoso na história das suas conquistas cívicas e religiosas.”<sup>453</sup> Já no ano seguinte, o próprio Núncio Apostólico, maior autoridade pontifícia no país, elogiou o trabalho de Dom Emanuel no campo da educação, cuja resposta do prelado, em carta datada de 12 de maio de 1949, afirmava:

Com a devida vénia desejo, aqui, significar a V. Excelência Reverendíssima meus sinceros agradecimentos pelas confortadoras expressões exaradas em recente carta pela apreciação dos trabalhos levados a bom termo nesta Arquidiocese, em prol da educação e ensino da nossa esperançosa juventude – uma das melhores garantias da formação moral das nossas famílias católicas de amanhã.<sup>454</sup>

Mesmo fora da Igreja, importantes referências à Dom Emanuel provindas de autoridades civis marcaram as celebrações dos 25 anos de sagração episcopal do arcebispo de Goiás. Na ocasião, por exemplo, o presidente do Senado Federal, senador Fernando Melo Viana, ao indicar ao prelado o epíteto de “Apóstolo da Instrução”, afirmou: “E eu, Sr. Presidente, seu amigo e admirador, acrescento a estas justas

---

<sup>452</sup> Carta de Dom Alano Du Noday a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Pedro Afonso, 6 de julho de 1942. Manuscrito. 1 Folha. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

<sup>453</sup> SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948)**. Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, p. 13.

<sup>454</sup> Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás, a Dom Carlos Chiarlo, Núncio Apostólico. Goiânia, 12 de maio de 1949. Datilografado. 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

expressões de homenagem a minha reverência às suas virtudes peregrinas e à sua constante atividade pelo progresso daquela nobre terra brasileira, que é o Estado de Goiaz.”<sup>455</sup> Já o deputado federal Domingos Neto Velasco, em discurso na Câmara Federal em 15 de abril de 1948, afirmou:

Já tive oportunidade de afirmar desta tribuna, que merece Dom Emanuel Gomes de Oliveira, com muita propriedade, o cognome de “Arcebispo da Instrução”. Basta citar o fato que me parece único em nossa História, de haver Sua Excia. Reverendíssima fundado em Goiaz vinte cinco escolas paroquiais, quinze ginásios oficializados, onze escolas normais, duas escolas de aprendizado agrícola, uma escola de enfermeiras equiparada à Escola Ana Nery e haver ainda formado o patrimônio da Escola de Farmácia e Odontologia de Goiânia. Bastam estes serviços prestados ao povo goiano para que Dom Emanuel deva ser incluído entre os maiores homens deste país.<sup>456</sup>

Igualmente, o deputado federal Vasco Reis destacou na mesma obra comemorativa do jubileu de prata episcopal de Dom Emanuel:

ARCEBISPO DA INSTRUÇÃO, eis como o conhecem os sedentos de luz; os que buscam dilatar os horizontes do espírito; os que anseiam por legítimas e sempre mais numerosas fontes de saber, por ele disseminadas em profusão, através de sua vasta Providência Eclesiástica.<sup>457</sup>

Já nas palavras de Emílio Póvoa, advogado e político goiano, Dom Emanuel:

Pertencente à Ordem Salesiana, insigne propaganda da instrução em todos os setores, onde sua ação benfazeja se faz sentir, não tardou que sua obra em prol da instrução da juventude goiana em nossa Diocese, tão vasta quão pobre em institutos educacionais, aparecesse aos olhos perscrutadores de todos os diocesanos com o brilho alvicareiro dos grandes empreendimentos, sendo por isso e com razão denominado o “Bispo da Instrução”.<sup>458</sup>

Em 1951, quando do jubileu de bodas de ouro da ordenação sacerdotal de Dom Emanuel, Pedro Ludovico Teixeira, então governador do Estado, decretou feriado pelas ações educacionais engendradas pelo arcebispo. Tal decreto foi repassado às escolas por Pedro Viggiano que substituíra o titular na Secretaria da Educação, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, e publicado no jornal *O Anápolis*:

---

<sup>455</sup> SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz**: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiaz (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central, p. 10.

<sup>456</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>458</sup> Ibidem, p. 4.

Reconhecendo os inestimáveis serviços prestados à instrução, pelo Revmo. Senhor Arcebispo, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, o Exmo. Sr. Governador do Estado houve por bem declarar feriado escolar, no próximo dia 16 deste, recomendando à Secretaria da Educação tome providências no sentido de abrilhantar as solenidades comemorativas que serão levadas a efeito naquela memorável data [...] A todos cientificamos da resolução e pedimo-lhes cooperarem conosco, ajudando, assim, a prestar um tributo de gratidão ao Arcebispo que tanto tem feito pelas letras na terra goiana e brasileira, razão por que é chamado Arcebispo da Instrução.<sup>459</sup>

O jornal católico *Brasil Central* publicou os preparativos das comemorações e várias homenagens que reforçavam a alcunha de “Arcebispo da Instrução” cognominado à Dom Emanuel. Outros jornais também publicaram homenagens ao jubileu de bodas de ouro do arcebispo, reforçando igualmente o mesmo epíteto, tais como *O Gazeta* de Vitória – ES, *O Lavoura e Comércio* de Uberaba – MG, *O Anápolis* da cidade de Anápolis – GO e *Correio Popular* de Campinas – GO. Além disso, Dom Emanuel também recebeu homenagens da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.<sup>460</sup>

Ainda que haja exageros nas mais lidas obras da historiografia eclesiástica sobre as conquistas de Dom Emanuel no âmbito da educação em Goiás, de fato os números conquistados pelo arcebispo impressionam, já que, entre sua chegada, em 1923, e sua morte, em 1955, Dom Emanuel auxiliou direta ou indiretamente na instalação de 57 escolas de Ensino Primário, 31 Ginásios, 5 escolas de Ensino Médio, 21 escolas de Ensino Normal, 4 de Ensino Técnico e 6 Faculdades que, posteriormente, se transformaram na Universidade Católica de Goiás.<sup>461</sup> Todavia, muitas instituições de ensino que foram inseridas nesta contagem, por meio das quais o epíteto de “Arcebispo da Instrução” foi progressivamente construído, não foram de fato fundadas por Dom Emanuel. Ainda que a participação/influência do prelado na instalação ou abertura de novos níveis de educação de muitas delas tenha realmente ocorrido, a fundação de fato por intermédio ou ação direta do bispo só ocorreu, segundo pudemos verificar em nossas fontes e pesquisas, em 11 instituições, conforme pode ser verificado na tabela abaixo.

---

<sup>459</sup> Jornal *O Anápolis*. 14 de maio de 1951.

<sup>460</sup> Ver: MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira**: Arcebispo da Instrução. Goiânia: AGEPEL, 2001.

<sup>461</sup> Ibidem. p. 114-118. Tais fundações ocorreram nos mais diversos municípios de todo o Estado de Goiás, como Itumbiara, Jaraguá, Trindade, Cumari, Anápolis, Buriti Alegre, Catalão, Iataçu, Planaltina, Palmeiras, Pirenópolis, Anicuns, Abadiânia, Corumbá, Ipameri, Morrinhos, Silvânia, Petrolina, Brasília, Pires do Rio, Goiandira, Orizona e Itaberaí. Somente na capital, Goiânia, foram dezenove escolas primárias que carregaram a influência de Dom Emanuel em sua fundação.

**Tabela 11: Escolas efetivamente fundadas por Dom Emanuel**

Escolas	Cidade	Ano
Ginásio Arquidiocesano Anchieta	Bonfim	1929 <sup>1</sup>
Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora	Bonfim	1932
Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora Aparecida	Ipameri	1936
Ginásio e Escola Normal Senador Hermenegildo de Moraes	Morrinhos	1936 <sup>2</sup>
Ginásio e Escola Normal Santo Agostinho	Goiânia	1937
Escola Normal Nossa Senhora do Carmo	Pirenópolis	1937
Ginásio e Escola Normal Auxilium	Anápolis	1938
Ateneu Dom Bosco	Goiânia	1942 <sup>3</sup>
Ginásio do Planalto	Formosa	1942
Ginásio São Francisco	Anápolis	1944
Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá	Jaraguá	1947
1. O Ginásio Anchieta começou a ser construído em 1925, neste mesmo ano foi lançada a pedra fundamental.		
2. O Colégio Senador Hermenegildo de Moraes foi fundado em 1936, inaugurado em 1937 e começou a funcionar de fato em 1938.		
3. De acordo com o livro <i>Vinte e cinco anos de benefícios ao Estado de Goiás</i> , escrito em homenagem ao Jubileu de prata de Dom Emanuel, o Ginásio Ateneu Dom Bosco teria sido fundado em 1937. Porém, no site da instituição, que permanece em funcionamento, a data da fundação foi 1942.		

Fonte: Tabela construída pela autora com base nos dados identificados em OLIVEIRA, 1947<sup>462</sup>

Além disso, José Trindade da Fonseca e Silva – o “Cônego Trindade” –, em *Lugares e Pessoas* (1948), e, conseqüentemente, as posteriores obras que replicaram suas informações, atribuíram à Dom Emanuel a criação de escolas que já estavam fundadas e em pleno funcionamento quando da sua nomeação como bispo de Goiás, como a Escola Normal e Ginásio Santa Clara – fundada em 1922 pelas Irmãs Franciscanas de Au, Alemanha sob convite dos Missionários Redentoristas<sup>463</sup> –, Ginásio

<sup>462</sup> Os dados com o nome das instituições educacionais foram retirados da correspondência: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta de Dom Emanuel a Nunciatura Apostólica**. Datilografada. 4 Folhas. Goiânia, 02 de maio de 1947. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Os dados complementares foram retirados das seguintes fontes: OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Estatuto do "Ginásio Arquidiocesano do Planalto" de Formosa**, Estado de Goiás. Data desconhecida. Rascunho manuscrito. 4 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudo Históricos Brasil Central; BARROS, Aparecida Maria Almeida; SANTOS, Rosilene Alves da Silva. "Ginásio para Meninos" em Morrinhos - GO (1936-1971). **III Encontro de História da Educação da Região Centro-Oeste**. Catalão - GO, Agosto de 2015; FERREIRA, Padre José Lopes (editor). Bonfim. **Jornal Santuário da Trindade**, Ano 3 n. 111. Campinas – GO, 30 de maio de 1925. p. 2 e; SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás**: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. Além disso, outros dados foram consultados nos seguintes sítios eletrônicos: <http://www.ateneusalesiano.com.br/> ; <https://www.refeduc.com.br/institucional/historico.vm> ; <http://www.colegioauxilium.com.br/> ; <http://santoagostinho.agostinianas.com.br/> e; <http://www.seduc.go.gov.br/educacao/especiais/vivaereviva/jaragua/trabalhoginasio.asp> Acesso: 21/04/2019

<sup>463</sup> COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1795**. Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Klinger. Campinas -GO, 02 de janeiro de 1922, p. 211.

de Sant'Ana – fundado em 1889 pelas Irmãs Dominicanas de Monteils, sob convite de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, então bispo de Goiás<sup>464</sup> –, O Colégio Mãe de Deus – fundado em 1921 pela articulação dos Padres Estigmatinos que trouxeram cinco Madres para fundar o colégio<sup>465</sup> – e, o Colégio São José de Formosa – fundado em 1930 pelas Irmãs Dominicanas<sup>466</sup> –. O mesmo pode ser dito da Academia de Direito – fundada em 1898<sup>467</sup> – e Escola de Pharmacia e Odontologia – fundada em 1922<sup>468</sup> –. O exagero do Cônego foi replicado em obras futuras que tratariam também do assunto, por exemplo o livro *Dom Emanuel Gomes de Oliveira: Arcebispo da Instrução*.

Os números e homenagens – todas a partir da década de 1940 – têm um efeito singular na importância de Dom Emanuel, e, conseqüentemente, da Igreja Católica, na História da Educação recente do Estado de Goiás. Todavia, mais do que ressaltar os números, conquistas, epítetos e homenagens, compete-nos questionar que tipo de projetos o “arcebispo da instrução” tinha por trás de tal investimento em uma área específica em Goiás. Tais projetos, ainda que ligados a um movimento mais amplo de retomada de espaço da Igreja no âmbito da educação, especialmente desde a publicação da *Divini Illius Magistri*, em 1929, teriam particularidades relacionadas a todo contexto histórico, político e eclesiástico até aqui exposto?

Para iniciar nossa argumentação sobre tais questões, importa ressaltar que nos primeiros anos do episcopado de Dom Emanuel a educação não foi tema relevante em seus discursos, entrevistas, cartas pastorais, etc. Antes, ainda que em toda a construção da biografia de Dom Emanuel reforce-se a ideia de que, quando de sua chegada em 1923, o prelado já ali manifestara sua inconformidade com o estado da educação em Goiás e seu “ardente desejo” de transformá-la, em uma de suas primeiras entrevistas como bispo de Goiás, concedida ao jornal *Santuário da Trindade*, publicada em 20 de dezembro de 1924, Dom Emanuel elogia a instrução pública goiana:

---

<sup>464</sup> Disponível em: <https://secom.ufg.br/p/8641-colegio-sant-anna-fecha-as-portas> Acessado em 10/04/2019

<sup>465</sup> Disponível em: <http://maededeus.agostinianas.com.br/o-colegio/historia> Acessado em 10/04/2019

<sup>466</sup> Disponível em: <http://www.colegiosaojoseformosa.com.br/nossa-escola/historia/> Acessado em 10/04/2019. Interessante destacar que Dom Emanuel participou da transição da administração das Irmãs Dominicanas para as Irmãs de Jesus Adolescentes, que assumiram por apenas dois anos e, por último, a direção ficou a cargo da Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores a partir de 1945.

<sup>467</sup> Disponível em: <https://direito.ufg.br/p/129-historia> Acessado em 10/04/2019

<sup>468</sup> BORGES, Elisabeth Maria de Fátima; CAMELO, Cristiane Nery Alves. Escola de Pharmácia e Odontologia de Goyaz: Espaço de Ensino e Memória da Cidade de Goiás – GO (1922-1931). **Revista Científica FacMais**, Vol. V n. 1 Ano 2016/1º Semestre. pp. 67-97.



– Que nos diz V. Ex. Rvma. a respeito da instrução pública goyana?  
– Acho que, relativamente, Goyaz vai muito bem, em matéria de instrução pública. Temos lá Academia de Direito, uma Escola de Pharmacia e Odontologia, três Escolas Normaes, uma do governos e duas equiparadas. Destas, uma está na capital e é dirigida pelas Irmãs Dominicanas, com cerca de 500 alumnas e também com sucursal em Formosa. Outra está em Pyrenopolis, o celebre centro da antiga aristocracia goyana, que ouço dizer, sob a direção das irmãs Filhas de Jesus. Além disso há inúmeras escolas primarias, por todo o Estado, ora do Governo, ora particulares, muitas das quaes subsidiadas pelos cofres públicos. Como instituidoras particulares, distinguem-se as Irmãs Franciscanas (em Campinas e Trindade), as Agostinianas (em Catalão e Rio Verde) e as Filhas de Jesus em Pyrenopolis). Como educador emérito, distingue-se o pae do Dr. Americano do Brasil, o venerando professor Antonio Euzebio, que em Campinas de Goyaz tem um magnifico estabelecimento de instrução, muito bem frequentado.<sup>469</sup>

Curiosamente, em nota sobre o ensino em Goiás à Ação Católica, em 1948, Dom Emanuel faz uma leitura retrospectiva sobre seus 25 anos de bispado em Goiás, cujo conteúdo contradiz sua entrevista acima referida, o que mostra como o próprio bispo, uma vez consolidada sua imagem como “arcebispo da instrução” na década de 1940, adotou este discurso de que a educação fora, desde sempre, sua prioridade em Goiás. Na referida nota, o bispo afirma que:

Quando, em 1923, foram iniciados os primeiros passos para a platinificação dos trabalhos pastorais entregues à nossa responsabilidade, nesta diocese, um dos pontos fracos que tivemos de abordar, *logo*, foi o da instrução primária e secundária. Existia, então, no Estado, um ginásio, apenas, o liceu de Goiaz, e um número pouco animador de estabelecimentos primários, quer oficiais, quer particulares.<sup>470</sup>

Mesmo em sua primeira Carta Pastoral, intitulada *Annunciando do Jubileu do corrente anno*, já em 1926, Dom Emanuel não faz qualquer menção à questão da educação em Goiás. Nas demais documentações disponíveis entre 1923 e 1929, o tema da educação não tem qualquer relevância, a não ser no que tange à construção do Ginásio Anchieta, em Bonfim, como discutiremos mais adiante.

A razão para este aparente pouco interesse de Dom Emanuel pela questão da educação em Goiás em seus primeiros anos de governo, segundo nos parece, se deve ao fato de que a questão que mais urgia à Dom Emanuel quando chegara a Goiás foi

---

<sup>469</sup> FERREIRA, Pe. José Lopes. “Pela grandeza de Goyaz: uma entrevista com o Excmo. E Revmo. Bispo dom Manuel Gomes de Oliveira.” **Santuário da Trindade**. Anno 3, número 89, 20 de dezembro de 1924, p. 3.

<sup>470</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Notas sobre o Ensino**. Data desconhecida, 1948. Datilografado. 3 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. *Grifo nosso*.

resolver a difícilíssima situação financeira em que se encontrava sua diocese. Para tanto, o bispo concentrou seus esforços na revisão contratual dos missionários redentoristas o com a diocese, cuja consequência seria – depois de anos de desgastantes conflitos – a tomada para a mitra diocesana de boa parte dos recursos do Santuário da Trindade.<sup>471</sup>

Sobre isso, uma interessante carta de Dom Emanuel ao redentorista Pe. João Batista Kiermeier – principal mediador entre o bispo e os superiores redentoristas na primeira contenda pelo contrato – em 3 de maio de 1925 ilustra bem este nosso argumento. Ali, Dom Emanuel informa ao missionário alemão que pretende “assentar a primeira pedra de um colégio de instrução em Bonfim, onde encontramos boa vontade”,<sup>472</sup> apresentando a ele seu ainda tímido projeto político para com a educação junto ao Estado:

Estive com o futuro governo Brasil Caiado (o barbudo, lembra-se?), que parece bem animado em propagar a instrução e profilaxia rural. Vamos trabalhar, portanto, neste ramo deveras importante como me dizia Vossa Revma. em uma de suas apreciadas cartas: se tivéssemos uma outra congregação para o ensino, Goiás estaria bem servido.<sup>473</sup>

O trecho acima demonstra que, por um lado, a educação aparece naquele momento já como uma possibilidade de ação do bispo junto ao Estado, algo que esboça já um possível projeto político. Todavia, por outro, tal projeto ainda não parece estar bem articulado, uma vez que o prelado lamenta a falta de congregações para servir a seu intento – algo que efetivamente o fará somente nas décadas seguintes –. Mais que isso, logo após esta breve menção à educação ainda como possível projeto, o bispo atém-se propriamente no que mais urgentemente lhe aflige: o contrato. Na sequência da carta Dom Emanuel cobra de seu destinatário:

Revdo. Pe. João, peço-lhe queira encarecidamente tomar assim como empenho a solução pronta, rápida desse assunto do nosso contrato. É um grande espinho que nos deverá amargurar a nós todos. Vamos trabalhar em santa paz. Eu não posso duvidar que essa santa paz nos venha a faltar neste ano de graças. Eu confio muito e espero tudo de sua ação sempre prudente e reta.<sup>474</sup>

Assim, com a resolução dos conflitos com os redentoristas pelas rendas do Santuário de Trindade, conforme discutimos em nosso capítulo anterior, a diocese

---

<sup>471</sup> Ver: Capítulo 3, seção 3.1.1 da presente tese.

<sup>472</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº. 2686.** Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, ao Pe. João Batista Kiermeier, superior da casa de Campinas. Goiás, 03 de maio de 1925, p. 89.

<sup>473</sup> Ibidem, p. 89-90.

<sup>474</sup> Ibidem, p. 90.

goiana não apenas recuperou-se financeiramente, mas recuperou de vez seu espaço de poder face ao clero goiano, o que lhe possibilitou de fato passar a investir em um projeto de poder não apenas na esfera religiosa, mas também política.

Desse modo, já na década de 1930 a diocese goiana sob Dom Emanuel passou a investir seus esforços no reempoderamento político e social da instituição face ao Estado, uma vez que seu poder real fora significativamente abalado desde a proclamação da república no final século XIX. Para tanto, como ressalta Ronaldo Vaz, o principal caminho vislumbrado por Dom Emanuel foi a educação. Segundo o historiador goiano,

Ao fundar colégios por todo Estado, Dom Emanuel visava não somente suprir a carência que havia destes. A escolha de uma determinada cidade para receber um colégio católico representava um atestado de prestígio e de reforço da autoridade da oligarquia dominante. Apertavam-se os laços entre coronéis e Igreja. Os elogios feitos ao cel. José Gomes Lousa, de Bonfim, grande amigo de Dom Emanuel, pelo Pe. José Quintiliano no jornal da Diocese, servem como exemplo e informam sobre aceitação do catolicismo romanizado. Em uma página inteira, elogiou-se fartamente o coronel e sua família. O motivo é claro, sua colaboração com Dom Emanuel na construção do Ginásio Anchieta – motivando a outros coronéis e fazendeiros – e ainda no caso da casa de São Vicente e do Seminário, cedendo ainda sua casa para a residência episcopal em Bonfim.<sup>475</sup>

O caso descrito por Ronaldo Vaz sobre Bonfim é de fato instigante. A cidade de Bonfim, hoje Silvânia, parece ter exercido sobre Dom Emanuel uma atração singular. O local, descrito pelos missionários redentoristas como contendo um “clima salubérrimo”,<sup>476</sup> já em 1926, foi escolhido pelo bispo para sediar o Seminário Santa Cruz e, por isso, tornou-se sua residência temporária até 1933, quando transferiu decididamente a residência episcopal da capital para o referido município. Durante a peleja pela escolha da nova capital, como discutimos no capítulo anterior, fora Bonfim o lugar escolhido e defendido por Dom Emanuel, cuja derrota para Campinas – sob jurisdição dos redentoristas – acirrou ainda mais os ânimos entre o prelado e os missionários alemães, e mesmo com o governo liberal de Pedro Ludovico Teixeira.

Em Bonfim, finalmente, Dom Emanuel deu início ao seu projeto educacional, fundando o Ginásio Anchieta, cujas obras se iniciaram em 1925 e foi inaugurado em

---

<sup>475</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 240.

<sup>476</sup> FERREIRA, Pe. José Lopes. “Gymnasio Anchieta”. **Santuário da Trindade**. Anno 4, número 144, 06 de fevereiro de 1926, p. 2

1929.<sup>477</sup> Além do Ginásio, o bispo ainda construiu outro colégio direcionado a meninas, o Colégio Nossa Senhora Maria Auxiliadora, e, além de levar água encanada para ambos os colégios – o que era considerado um progresso –, transferiu a sede do jornal católico *Brasil Central* da capital para sua predileta cidade e articulou ali a criação de uma escola agrícola em anexo ao Ginásio. Alguns desses projetos foram comentados pelo bispo em entrevista ao jornal *Santuário da Trindade* ainda em 6 de fevereiro de 1926:

Preocupa-me presentemente a construção de um Gymnasio na lendária cidade de Bonfim. Idem, idem de uma Escola Agrícola Prática, anexa ao mesmo Gymnasio, em terrenos pertencentes ao patromonio da Matriz parochial, além de um curso de Contabilidade. Entendo assim prestar um beneficio à nossa população, preparando-a para a luta de competências no dia de amanhã.<sup>478</sup>

De fato, em Bonfim Dom Emanuel traçou sua primeira grande articulação política em Goiás, tendo como pano de fundo a educação. Ao transferir para lá o Seminário, a cidade ganhou novo impulso e, por isso, Dom Emanuel recebeu das autoridades e população locais prestígio e apoio que lhe alavancariam social e politicamente no sul de Goiás nos anos posteriores. Em carta ao superior da casa redentorista de Campinas, Pe. João Batista Kiermeier, datada de 19 de junho de 1926, Dom Emanuel afirma que

Povo e autoridades estão satisfeitos e não poupam esforços para vir ao encontro dos nossos ideais, estando convencidos de que a alma mater do promissor ressurgimento da velha Bonfim é tão somente devido à ideia da transferência de nosso seminarinho para ali e o lançamento da primeira pedra do nosso colégio diocesano. Estivesse já construído o prédio, funcionando o nosso ginásio e o número de matrículas seria logo completo, tal a quantidade de pedidos insistentes que vamos recebendo. Cerca de 40:000\$000 já nos ofereceu o bom povo bonfinense para a empresa – nova entre nós da criação de um colégio de educação e instrução superior nesse sul do Estado.<sup>479</sup>

O investimento de Dom Emanuel na construção do Ginásio Anchieta foi expressivo. Segundo comentou o redentorista Pe. Conrado Kohlman ao seu superior, em carta datada de 24 de maio de 1925, a previsão inicial dos custos das obras do Ginásio

---

<sup>477</sup> SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás**: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central. p. 46

<sup>478</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Interesses materiaes e espirituaes da Diocese Goyana. **Santuário da Trindade**. Ano 4, n. 144, 6 de fevereiro de 1926, p. 3.

<sup>479</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2839**. Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, ao Pe. João Batista Kiermeier, superior da casa de Campinas. Morrinhos, 19 de junho de 1926, p. 326.

era de 100:000\$000 – cem contos de réis – a ser desembolsado somente pela diocese.<sup>480</sup> Para se ter uma ideia do que este montante representava, somente a dívida da diocese assumida por Dom Emanuel, dois anos antes, era de 74:500\$000 – setenta e quatro contos e quinhentos mil réis –, descrita por ele próprio como uma quantia “de enorme importância.”<sup>481</sup> Em uma outra comparação importante, o rendimento de toda a festa de Trindade no ano anterior – motivo de tanta polêmica entre Dom Emanuel e a congregação redentorista, conforme discutimos no capítulo anterior – foi de 80:508\$700 – oitenta contos, quinhentos e oito mil e setecentos réis –.<sup>482</sup>

Todavia, se, por um lado, os custos para com este projeto eram altos, por outro o retorno foi significativamente importante para Dom Emanuel. Com a construção das escolas, o bispo obteve expressivo apoio da população, autoridades e mandatários locais, o que permitiu a Dom Emanuel uma importante posição política, a ponto de conquistar feitos importantes para a cidade junto ao Estado, como o desvio do traçado original da via férrea para que passasse não somente nas proximidades da cidade, mas dentro do patrimônio da Igreja, conforme narra na mesma carta acima referenciada:

Neste momento, graças a boa vontade do Dr. Ministro da Viação, temos os engenheiros desviando o traçado de nossa via férrea para descer a Bonfim, a quilômetro e meio apenas de distância, entre nossos futuros estabelecimentos de ensino – ginásio, escola agrícola e seminário, dentro do patrimônio da Igreja – e a cidade de Bonfim.<sup>483</sup>

Este alto investimento e aposta financeira e política de Dom Emanuel na cidade de Bonfim mostraram seus resultados já no início da década seguinte, durante o processo de escolha da nova capital do Estado, fundada sob a gestão do interventor Pedro Ludovico Teixeira, conforme discutimos em nosso capítulo anterior.<sup>484</sup> Naquele momento, ainda que Dom Emanuel – como presidente da comissão para escolha do local para a construção da nova capital – não tenha saído vitorioso em sua insistente predileção por Bonfim, o fato é que o poder político por ele ali alcançado levara o

---

<sup>480</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2698**. Carta do Pe. Conrado Kohlman, superior da casa de Campinas, ao Pe. Tiago Kingler, superior da congregação no Brasil. Trindade, 24 de maio de 1925, p. 107.

<sup>481</sup> OLIVEIRA, D. Emanuel Gomes de. Primeira circular aos vigários de Goyaz. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 21 de agosto de 1923.

<sup>482</sup> COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2460**. Carta do Mons. Confúcio Amorim a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiás, 10 de julho de 1924, p. 570.

<sup>483</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2698**. Carta do Pe. Conrado Kohlman, superior da casa de Campinas, ao Pe. Tiago Kingler, superior da congregação no Brasil. Trindade, 24 de maio de 1925, p. 107.

<sup>484</sup> Ver: Capítulo 3, seção 3.2.1, da presente tese.

próprio governador goiano a repensar o fato de “viver à sombra da Igreja e de Dom Emanuel, numa cidade onde o prestígio do bispo era enorme, tido por salvador da mesma.”<sup>485</sup> A fonte dessa importantíssima conquista de espaço político em Bonfim, até então nunca antes obtido pela Igreja em lugar algum em todo o estado de Goiás, mesmo durante o padroado, se deveu antes de tudo à sua investida no campo da educação na cidade. O projeto de Dom Emanuel, a partir daí, passou a ser um expressivo investimento na área da educação em todo o estado de Goiás, cujo espelho foi o sucesso inquestionável alcançado em Bonfim.

Portanto, face ao exposto, argumentamos que, ainda que a biografia/hagiografia de Dom Emanuel – e mesmo o próprio bispo em retrospectiva – busque construir a ideia de que, desde 1923, ano da chegada do prelado em Goiás, a educação fora sua primeira preocupação e prioridade, não há qualquer indício histórico nas fontes de que tal projeto tivera força de fato antes da década de 1930. O que permitiu, a partir desta década, que tal projeto de fato tomasse força, segundo nos parece, foi, por um lado, a consolidação financeira da diocese devido à tomada das rendas do Santuário de Trindade dos Redentoristas via revisão do contrato, e, por outro, a mudança na balança política entre Igreja e Estado com a imposição da intervenção federal, que levou ao poder um político declaradamente liberal, Pedro Ludovico Teixeira, tornando urgente e estratégica a necessidade de demarcação e consolidação de espaço político pela Igreja em Goiás.

Conforme destacamos no capítulo anterior, é possível distinguirmos três momentos distintos da atuação de Dom Emanuel na política em Goiás: 1) um curto, mas importante momento de conciliação do bispo com o Estado na década de 1920; 2) um período de tensão e autoafirmação política da Igreja face ao Estado na década de 1930, especialmente em decorrência das consequências do golpe de Vargas e da transferência da capital em Goiás; 3) e um período final de estabilidade e consolidação na década de 1940, que acaba por se estender até sua morte, em 1955.

Inserindo-se a questão da educação neste quadro, no primeiro momento – década de 1920 –, portanto, Dom Emanuel, então aliado do governo de Brasil Ramos Caiado, não tem na educação um projeto de primeira urgência, ainda que tal projeto esteja já em gestação e experimentação por meio da construção do Ginásio Anchieta. Antes, como

---

<sup>485</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 260

afirmou na entrevista ao jornal *Santuário da Trindade* que há pouco referimos, para Dom Emanuel “Goyaz vai muito bem, em matéria de instrução pública.”

Nos anos 1930, momento de acirramento político e, por isso, de necessidade de tomada e consolidação de espaços de poder da Igreja face ao Estado – agora possível tanto graças à sua ascensão e consolidação financeira, quanto à sua força política obtida em Bonfim –, a educação passou a ser o carro-chefe fundamental sobre o qual se apoiava o bispado de Dom Emanuel. Naquela altura, os bons resultados políticos obtidos em Bonfim por meio da construção do Ginásio Anchieta serviram de espelho para um projeto de longo alcance em Goiás, cuja expansão expressiva do número de escolas católicas por todo o sul do estado – região de maior força política – tornou a Igreja uma instituição necessária para o progresso de Goiás em uma área de deficiência histórica do poder público. O resultado disso pode ser visualizado nas décadas de 1940 e 1950 – terceira fase –, momento cuja imagem do “arcebispo da instrução” se consolidara e, por conta disso, a Igreja Católica sob Dom Emanuel obteve expressivo espaço político, especialmente com a indicação de um de seus braços-direitos, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, para a Secretaria de Educação do Estado de Goiás, em 1951, e eleição para Deputado Federal, em 1955. É igualmente nesta última fase que se concentra mormente as mais significativas redes de influência e contatos de Dom Emanuel no âmbito político e religioso em prol da educação.<sup>486</sup>

---

<sup>486</sup> Como exemplos, podemos citar: um conjunto de correspondências entre Dom Emanuel e Frederick Hall, coordenador do Inter-American Affairs dos EUA, sobre instituições católicas no país norte-americano em maio de 1945; convite recebido por Dom Emanuel pelo Pe. Artur Alonso, em agosto de 1948, para participar do 3º Congresso Interamericano de Educação Católica; correspondências entre Dom Emanuel e Dom Helder Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1953, tratando sobre encontro de diretores diocesanos de ensino de religião; dentre outros. Todas estas documentações estão presentes no Acervo do Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil têm sido tema de importantes debates acadêmicos ao longo de todo o século XX. Ainda que, no âmbito sociocultural e religioso seu poder e influência tenham sido pouco afetados com a instituição da República, a partir do fim do regime do padroado régio, em 1890, a Igreja Católica passou a lutar pela manutenção de seu espaço político e sobrevivência econômica.

No caso específico de Goiás, o fim do regime de padroado significou, por um lado, a necessidade de a diocese levantar por conta própria recursos para sua manutenção. Por outro, significou também a inauguração de um período de intensos conflitos entre os poderes temporal e espiritual, cujo epicentro seria as tensões políticas entre Dom Eduardo Silva e a oligarquia dos Bulhões, entre 1890 e 1907. O resultado foi uma diocese por pelo menos três décadas mergulhada em expressiva dificuldade financeira e dependente de congregações religiosas estrangeiras para a condução de boa parte das obras pastorais e sociais. No âmbito político, ainda que o declínio dos Bulhões e ascensão dos Caiado tenha favorecido um bom relacionamento entre os poderes civil e eclesiástico até o final da primeira república, a diocese goiana em muito pouco ocupou de fato um papel de relevância em decisões que extrapolassem a esfera religiosa até o fim da década de 1920.

É neste contexto que se insere nosso objeto de pesquisa. Sobre ele, o argumento central que desenvolvemos na presente tese é de que Dom Emanuel Gomes de Oliveira, cujo bispado se estendeu de 1923 a 1955, foi o bispo mais importante no processo de consolidação da Igreja Católica em Goiás durante o período republicano, pois, diferentemente de seus predecessores, ele possuía um claro projeto de Igreja, cujo cerne era uma diocese economicamente independente e com espaço de poder consolidado perante o Estado. O caminho percorrido para isso passou, internamente, por uma revitalização financeira da diocese, bem como a centralização do poder religioso nas mãos do bispo, e, externamente, pela demarcação de espaço político face ao Estado, de modo que a Igreja deixasse de ser um mero braço do poder temporal, para se tornar – ainda que independente deste – um de seus órgãos mais vitais, especialmente no âmbito da educação.



Em se tratando da educação, ainda que seja esta uma das áreas de ação mais proeminentes da Igreja Católica no Brasil desde o monopólio jesuítico ainda no período colonial, em Goiás a importância da instituição no âmbito do ensino foi, pelo menos até a segunda década do século XX, bastante modesta. Uma alteração de fato neste âmbito iniciou-se apenas no bispado de Dom Prudêncio, entre 1907 e 1922. Neste período, o bom relacionamento do prelado com o governo estadual rendeu à educação católica importantes subsídios e a possibilidade (ainda que não legalizada) de intervenções diretas do clero nas escolas públicas. Todavia, mergulhado em vultosas dívidas e sem um claro projeto político e religioso para sua diocese, Dom Prudêncio acabou por terminar seu bispado com uma Igreja enfraquecida politicamente, dependente financeiramente e com visíveis limitações na expansão de instituições católicas para o ensino.<sup>487</sup>

Esta situação da diocese goiana sofreu importante alteração com o bispado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Salesiano de formação e consagração, e já com importante experiência na gestão pública e educacional quando de sua sagração como bispo, Dom Emanuel chegou a Goiás em 1923 para assumir uma diocese, como há pouco referimos, em difícil situação de fragilidade econômica. Ao final de seu governo diocesano, quando de sua morte em 1955, a mesma diocese que três décadas antes minguaava uma posição de pouco destaque no cenário político, econômico e eclesiástico em Goiás, fora agora revertida a uma importante força política, especialmente no âmbito da educação, cuja imagem de sua liderança principal, Dom Emanuel, ostentava o epíteto de “Arcebispo da Instrução”. Mas, afinal, como e por que se construiu tal imagem e posição de Dom Emanuel e da Igreja goiana ao longo das três décadas de seu bispado? E de que maneira a educação se constituiu como parte fundamental desse processo? A resposta a estas perguntas conduziu toda a estruturação, fundamentação e argumentação da presente pesquisa.

Nosso *primeiro argumento central*, portanto, é de que, ainda que Dom Emanuel tenha se tornado regionalmente e nacionalmente conhecido por suas ações no âmbito da educação, esta área em específico não foi o centro das suas preocupações antes da década de 1930. Nos primeiros anos de seu bispado, Dom Emanuel se concentrou em

---

<sup>487</sup> Exemplo disso é o fato de que, como abordamos ao longo da nossa tese, ao final do bispado de Dom Prudêncio os redentoristas eram credores de boa parte da dívida da diocese, sendo ainda eles os responsáveis pela fundação do Ginásio Santa Clara, em 1922, cujo convite às Irmãs Franciscanas de Au (Alemanha) fora intermediado e financiado pelos próprios missionários, contando com a diocese goiana apenas para o consentimento formal.

sanar os expressivos problemas financeiros pelos quais passava a diocese de Goiás, caminho sem o qual um revigoramento político e eclesiástico diocesano seria impossível de se alcançar. Para tanto, a primeira e mais importante medida do bispo foi enfrentar a Congregação Redentorista, detentora das rendas do Santuário do Divino Pai Eterno, de Trindade, já em 1924. Tal enfrentamento gerou um intenso desgaste de ambas as partes (cuja discussão fizemos extensamente em nosso terceiro capítulo), contando com dezenas de cartas que continham as mais diversas acusações, ora com ameaças por parte dos missionários de abandonarem a diocese, ora com ameaças do próprio bispo de os expulsar. A questão tornou-se de tal maneira grave que acabou por envolver, em diversas ocasiões, os superiores internacionais da congregação redentorista, o Núncio Apostólico no Brasil (Dom Enrico Gasparri), o bispo de Mariana (Dom Helvecio Gomes de Oliveira, irmão de Dom Emanuel), o cardeal brasileiro, Dom Sebastião Leme, e, por fim, o próprio Papa Pio XI.

O resultado desse conflito, porém, foi indiscutivelmente benéfico para a diocese goiana. Em posse de 80% da renda anual do Santuário de Trindade, que, na década seguinte já alcançava a cifra de 221:988\$125 (duzentos e vinte e um contos, novecentos e oitenta e oito mil e cento e vinte e cinco réis),<sup>488</sup> a mitra goiana passou de devedora de 74:500\$000 (setenta e quatro contos e quinhentos mil réis) em 1923 à investidora de mais de 100:000\$000 (cem contos de réis) somente no Ginásio de Bonfim, em 1925.<sup>489</sup>

Ainda no âmbito da administração interna, Dom Emanuel investiu ainda, por um lado, na centralização do poder eclesiástico em suas mãos (especialmente por meio do controle mais acirrado da conduta moral, religiosa e financeira dos padres diocesanos, como discutimos em nossa seção 3.1.2), e, por outro, no desmembramento da diocese goiana em novas dioceses e prelazias, facilitando assim sua administração e controle internos. Neste quesito, diferentemente de seus predecessores, à medida que Dom Emanuel reparava as dificuldades financeiras – o que tornava a Mitra consecutivamente menos dependente das espórtulas de párocos –, e gerenciava a chegada de novas congregações religiosas, o bispo ganhava em autoridade para repreender seu clero sem o

---

<sup>488</sup> VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997, p. 223. Para um comparativo de valores, ver Tabela 7

<sup>489</sup> COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2698**. Carta do Pe. Conrado Kohlman, superior da casa de Campinas, ao Pe. Tiago Kingler, superior da congregação no Brasil. Trindade, 24 de maio de 1925, p. 107.

receio que seus predecessores tinham de perder o já escasso número de padres em sua diocese.

De toda forma, estas transformações só se fizeram de fato possíveis por meio de três linhas de ação dentro de um projeto de Igreja muito bem delineado e executado por Dom Emanuel: 1) em primeiro lugar, como discutimos em nosso terceiro capítulo, foi necessário que a diocese goiana obtivesse uma fonte de renda volumosa e estável, de modo que a repressão a práticas consideradas inadequadas do clero local não incorresse em riscos para a manutenção religiosa da diocese, o que foi resolvido com a alteração no contrato com os Redentoristas sobre os rendimentos do santuário de Trindade; 2) em segundo, foi necessário o progressivo desmembramento da diocese de Goiás, de modo a facilitar a gestão prática da cúria; 3) e, por fim, fez-se de grande importância a vinda de novas ordens e congregações religiosas, de forma a se ter um contingente excedente de clérigos dispostos a assumir as funções de possíveis vacâncias fruto de casos que o bispo julgasse necessário a suspensão de ordens, como foi o caso do Pe. Zweck, analisado na seção 3.1.2.

Portanto, defendemos que, ao longo da década de 1920, a preocupação central de Dom Emanuel foi com a resolução dos problemas internos da Igreja, não sendo possível identificar, destarte, qualquer projeto político claro, seja de demarcação de poder face ao Estado, seja de ocupação da área da educação em Goiás como forma de fortalecimento político da instituição. Antes, ainda que o próprio Dom Emanuel, absorvendo os frutos do epíteto que lhe foi imputado na década de 1940, afirmasse que “Quando, em 1923, foram iniciados os primeiros passos para a plañificação dos trabalhos pastorais entregues à nossa responsabilidade, nesta diocese, um dos pontos fracos que tivemos de abordar, logo, foi o da instrução primária e secundária”<sup>490</sup>, de fato seu investimento político e econômico na educação em Goiás não se deu antes do final da década de 1920. Entre 1923 e 1930, portanto, o bom relacionamento com o governo do Estado, mantido desde o bispado de Dom Prudêncio, levou Dom Emanuel a manter a relativa inércia política da Igreja, sem grandes problemas com a oligarquia Caiado, que, na manutenção de alguns importantes subsídios a instituições católicas (especialmente às escolas), recebia do prelado importantes elogios públicos, inclusive sobre a educação.

---

<sup>490</sup> OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Notas sobre o Ensino**. Data desconhecida, 1942. Datilografado. 3 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

A partir da década seguinte, todavia, as transformações no contexto político nacional e regional levaram as ações de Dom Emanuel a caminharem em outro sentido, não necessariamente inverso à sua condução de até então. A partir de 1930, com Vargas no poder nacional e Pedro Ludovico Teixeira no poder estadual, a balança das relações entre os poderes espiritual e temporal em Goiás se alterou novamente. Enquanto na década de 1920 a oligarquia Caiado, no poder estadual desde 1912, possuía um bom e estável relacionamento com a Igreja, com a ascensão de Pedro Ludovico Teixeira, em 1930, tais relações se viram tacitamente abaladas. A partir daí, portanto, da década de 1930, identificamos uma segunda fase da gestão episcopal de Dom Emanuel e desenvolvemos nosso *segundo argumento central*: um projeto de Igreja como o que esboçamos acima, ainda que possuísse internamente uma lógica própria, especialmente no âmbito religioso e eclesiástico, não poderia se consolidar se, atrelado a ele, não existisse igualmente um projeto político e de sociedade que, refundando uma espécie de cristandade, colocasse novamente a Igreja numa posição de destaque na política regional e nacional.

Tal projeto pode ser descrito por meio da ação política direta de Dom Emanuel em Goiás, somada à efetivação dos projetos sociais importantes – especialmente na educação, conforme discutimos em nosso capítulo final –, que tornou a Igreja goiana – agora não mais financeiramente dependente de qualquer custeio do Estado – uma poderosa força política e social. O resultado, especialmente na década de 1930, foi um conjunto de embates políticos e ações sociais que podem ser descritos em pelo menos três frentes de ação diretas: 1) a demarcação de espaço e poder político da Igreja face ao Estado; 2) os projetos de assistência social; 3) os projetos de modernização. Em face disso, distinguirmos em nossa tese três momentos distintos da atuação de Dom Emanuel na política em Goiás: 1) um curto, mas importante momento de conciliação do bispo com o Estado na década de 1920; 2) um período de tensão e autoafirmação política da Igreja face ao Estado na década de 1930, especialmente em decorrência das consequências da ascensão de Vargas e da transferência da capital em Goiás; 3) e um período final de estabilidade e consolidação nas décadas de 1940 e 1950.

Mas, afinal, em que pesou, neste contexto, a atuação de Dom Emanuel junto à educação em Goiás, cujo resultado foi seu reconhecimento público como “arcebispo da instrução”? E de que maneira tal epíteto está atrelado a este projeto político do nosso objeto de pesquisa acima descrito? Em resposta a estas perguntas desenvolvemos o

*terceiro argumento central* da nossa tese: segundo argumentamos, foi justamente a ação católica no âmbito da educação que projetou Dom Emanuel politicamente, dotando-o de capital político suficiente para colocar a Igreja Católica em Goiás em posição de tornar-se um verdadeiro braço do Estado, e não sua dependente.

Conforme demonstramos em nosso Capítulo 4, por meio de dados colhidos de bibliografias e fontes, ainda que o discurso republicano em Goiás exaltasse a educação como “a mais bela das instituições, àquela que prepara cidadãos e heróis, temperando-lhes a alma no cadinho da honra e do dever cívico”,<sup>491</sup> reconhecendo não raramente que “todo o nosso progresso depende do grau de instrução do povo, que não poderá progredir sem compreender os seus direitos de cidadãos, ignorando quais são os seus direitos e deveres”,<sup>492</sup> ou ainda que “um país que se constitui sem o elemento poderoso da instrução popular, diz um notável pensador – não se firma em bases sólidas e seguras”<sup>493</sup>, na prática os governos goianos muito pouco investiam de fato seus recursos para que a instrução pública se firmasse em Goiás como uma política de Estado.

Tal realidade começou a se alterar somente no final da segunda década do século XX. A partir de 1918, o governo estadual assumiu efetivamente a criação e manutenção das escolas primárias. Investindo na criação de grupos escolares, a presidência do Estado ampliou significativamente a rede escolar e incentivou mudanças pedagógicas estabelecendo novos parâmetros para a escolarização goiana. Conhecida como “Reforma de 1918”, as alterações iniciadas pelo presidente João Alves de Castro marcaram a entrada, ainda tímida, dos ideais do “escolanovismo” em Goiás.

Em termos práticos, tal reforma representou avanços importantes na criação de caminhos e possibilidades de fato para o investimento em educação em Goiás, especialmente por resolver de uma vez por todas os intermináveis conflitos entre Estado e municípios das décadas anteriores sobre quem seria o responsável pela criação e manutenção das escolas primárias, que, agora, passaram definitivamente para a alçada do poder estadual. Portanto, amadureceu-se ao longo da década de 1920 a necessidade

---

<sup>491</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Constituinte de Goyaz pelo governador do Estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão (1891). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>492</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de Maio de 1914. (1914). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

<sup>493</sup> Mensagem dirigida à Câmara dos Deputados de Goyaz pelo Exm<sup>o</sup>. Sr. Tenente Coronel do Exército José Ignácio Xavier de Brito presidente do Estado por ocasião de ser instalada a 1<sup>a</sup> sessão ordinária da 2<sup>a</sup> legislatura (1895). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

de um projeto de longo prazo para a educação em Goiás, cuja solidez não estivesse sujeita às transformações políticas e econômicas do Estado; algo que, em grande medida, acabou por ser tomado pela Igreja Católica sob o comando de Dom Emanuel a partir da década de 1930.

Todavia, por outro lado, este amadurecimento e mais acurado olhar do Estado para a educação ao longo da década de 1920 culminou em uma importante ação prática: o financiamento por parte do governo da “Missão Pedagógica Paulista” em 1929, que culminou, no ano seguinte, na Reforma pedagógica de 1930. Tal reforma, especialmente a partir do momento em que passou a ser conduzida pelo viés liberal de Pedro Ludovico Teixeira, passou a implementar de vez em Goiás os ideais escolanovistas, cuja vertente pedagógica ia de encontro com valores, discursos e projeto de sociedade da Igreja Católica.

Atrelado a um projeto institucional (portanto, que transcende o contexto por nós analisado) da Igreja em relação à educação, cuja expressão mais concreta pode ser visualizada na publicação da encíclica *Divini illius Magistri* por Pio XI em 31 de dezembro de 1929, a Igreja Católica nacional voltou-se novamente para a educação como caminho fundamental para reocupar seu espaço hegemônico posto em xeque, seja pela consolidação do mundo moderno, seja – no Brasil – em decorrência da proclamação da república. Neste contexto, o significativo avanço da educação protestante e, especialmente, laica por meio das escolas públicas, preocupou a Igreja Católica a ponto de, segundo Riolando Azzi, a posição católica desse período ser “marcada, com frequência, por posturas radicais: o que não fosse ensino católico, seria necessariamente ensino ateu. Assim, a escola pública era considerada como um instrumento de difusão da descrença no país [...]”.<sup>494</sup> Tal projeto se contrapunha, portanto, por um lado, ao laicismo na educação, e, por outro, aos ideais escolanovistas. Foi diante deste contexto nacional e regional que os projetos de Dom Emanuel para a Igreja e educação em Goiás foram gestados.

A primeira experiência de investimento na área da educação em Goiás por Dom Emanuel se deu na cidade de Bonfim. Conforme demonstramos, tal município foi uma peça fundamental nos projetos políticos para a Igreja goiana na gestão de Dom Emanuel.

---

<sup>494</sup> AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008, p. 154.

Bonfim foi escolhida por Dom Emanuel, já em 1925, para sediar seu primeiro colégio: o Ginásio Anchieta, cuja inauguração se deu somente em 1927. Neste entremeio, em 1926 o prelado escolheu o município para sediar o Seminário Santa Cruz e, por isso, tornou ali sua residência temporária até 1933, quando transferiu decididamente a residência episcopal da capital para o referido município. O resultado desse investimento político e financeiro na cidade foi um importante prestígio e apoio que as autoridades e população locais renderam a Dom Emanuel, cuja consequência foi o início da construção de sua imagem como um grande investidor na educação em Goiás, algo que, já ali, passou a lhe render um importantíssimo capital político, conforme pode ser percebido na vinculação de seu nome à candidatura da presidência do Estado em 1930, veiculado pelos jornais *A Tribuna*, de Uberlândia, e *Informação Goyana*, do Rio de Janeiro:

Neste momento em que todos os elementos de Goyaz pensam em D. Emanuel para presidir os destinos do Estado, no regime constitucional, o acto do Sr. interventor goyano foi recebido como um habil descortínio, pois o interventor goiano sabe que as correntes poderosas do Estado de Goyaz, apoiarão incondicionalmente D. Emanuel, tal a grandiosidade da sua obra de educação no Estado, a par de suas virtudes sacerdotais.<sup>495</sup>

Ora, a “grandiosidade da sua obra de educação” em Goiás descrita pelos jornais se resumia, na época, basicamente à construção do Ginásio Anchieta. Isso demonstra claramente o modo como a experiência de Dom Emanuel com a educação em Bonfim, cujo retorno em capital político foi expressamente positivo para sua pessoa e para a diocese goiana, poderia se tornar o primeiro passo para um projeto ainda mais audacioso. Tal projeto se desenvolveu de fato nas décadas seguintes. Entre 1929 e 1947 Dom Emanuel fundou efetivamente 11 escolas em 8 cidades em Goiás,<sup>496</sup> todas na região sul, a mais próspera financeiramente e mais importante politicamente do Estado.<sup>497</sup> Além destas, nosso objeto de pesquisa auxiliou direta ou indiretamente na instalação e/ou ampliação de 57 escolas de Ensino Primário, 31 Ginásios, 5 escolas de

---

<sup>495</sup> **Informação Goyana**. Ano XIV, vol. XV, n.º 4 e 5. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1930, p. 34. Convém lembrar que, na data de publicação da referida matéria, Pedro Ludovico Teixeira acabara de ser empossado como interventor federal em Goiás, pondo fim às esperanças de Dom Emanuel de assumir a chefia do poder executivo estadual.

<sup>496</sup> Ver tabela 11.

<sup>497</sup> Importante ressaltarmos que a região sul de Goiás que aqui mencionamos se refere à divisão política da época, uma vez que após a separação do estado do Tocantins, em 1988, uma nova configuração regional passou a ser estabelecida, se tornando centro-sul a então região sul a que nos referimos.

Ensino Médio, 21 escolas de Ensino Normal, 4 de Ensino Técnico e 6 Faculdades que, posteriormente, se transformaram na Universidade Católica de Goiás.

É neste sentido que nossa tese argumenta enfaticamente que a expressiva atuação de Dom Emanuel Gomes de Oliveira na educação em Goiás foi fruto, antes de tudo, de um projeto político pensado e executado para que a Igreja Católica passasse de uma instituição financeiramente débil e politicamente inerte para um verdadeiro braço necessário do poder temporal em Goiás. Mais que isso, tal importância e investimento na educação por parte da diocese goiana garantia, em nível local, o refreamento de ideais contra os quais, em nível nacional e institucional, a Igreja se opunha, como a laicização do ensino, a educação protestante e espírita, e o escolanovismo.

Assim, ao final da década de 1940, Dom Emanuel já gozava de um importante prestígio político em nível regional e nacional, tendo sua imagem sempre associada à educação. Sua relação com o ainda governador goiano Pedro Ludovico Teixeira tornara-se de cooperação. Na capital do Estado, Igreja Católica praticamente monopolizou dois setores fundamentais: a saúde, na gestão da Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, fundada em 1936, fruto da parceria entre Estado e Igreja, e único hospital da cidade por décadas; e a educação, cuja fundação, somente em Goiânia, de 19 escolas católicas, direta ou indiretamente sob influência de Dom Emanuel, rendeu à Igreja um quase monopólio da formação da juventude goianiense na capital.

É neste sentido que na presente pesquisa defendemos como tese central o argumento de que Dom Emanuel Gomes de Oliveira desenvolveu um importante projeto político para a Igreja Católica em Goiás, cujo cerne foi a educação. Tal projeto só foi possível, em primeiro lugar, em decorrência da sua vitória contra a Congregação Redentorista, que possibilitou a reabilitação financeira da diocese no final da década de 1920, e, em segundo, graças à sua habilidade de articulação política junto às autoridades locais de diversos municípios goianos, que, no apoio à educação, conquistou para a Igreja a formação da juventude sob os moldes dos ideais católicos, e angariou capital político suficiente para a realização de um projeto, antes de tudo, de “restauração católica”, aos moldes pensado por Riolando Azzi para o nível nacional.<sup>498</sup>

---

<sup>498</sup> Riolando, AZZI. **A Neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.



Portanto, conforme desejamos ressaltar, a “grande marcha pela instrução”,<sup>499</sup> descrita pelos futuros entusiastas e biógrafos de Dom Emanuel, teve como pano de fundo um projeto político de poder. Assim, a imputação do epíteto de “Arcebispo da Instrução”, forjado a partir de interesses políticos e religiosos e legitimados pelos dados, muitas vezes sobrevalorizados, pela própria historiografia goiana, tornou Dom Emanuel uma das figuras mais importantes e respeitadas da história eclesiástica e política do estado de Goiás.

É nesta direção, portanto, que a presente pesquisa pretende ter contribuído para com a historiografia da educação em Goiás, ao demonstrar por meio de argumentos, dados e fontes o modo como a inquestionável importância de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para com o desenvolvimento da educação goiana deve ser, no entanto, relida a partir da análise crítica dos interesses e conquistas políticas da Igreja Católica que, a partir da figura do bispo, manteve-se ao longo do século XX praticamente hegemônica nos mais importantes setores da sociedade goiana, especialmente na educação.

---

<sup>499</sup> SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2006, p. 454

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na Província de Goiás no século XIX**. Tese (doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução e prefácio de J. Dias Pereira. 2ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996

ALMEIDA, Vítor Coelho. Carta pessoal dirigida à Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiáz, 24 de maio de 1935. Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

ALVES, Miriam Fábila. **Política e escolarização em Goiás-Morrinhos na Primeira República**. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2007.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de Civilização e Progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003

AZEVEDO, Oscar Soares de. **Carta pessoal dirigida à Dom Emanuel Gomes de Oliveira**. Anápolis, 04 de janeiro de 1941. Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

AZZI, Riolando. **A neocristandade**: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994

AZZI, Riolando. **O Estado Leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994

AZZI, Riolando. O Início da Restauração Católica em Minas Gerais (1920-1930). **Síntese Política Econômica Social (SPES)**, n.º 14, 1978.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: Tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008

BARROS, Aparecida Maria Almeida; SANTOS, Rosilene Alves da Silva. "Ginásio para Meninos" em Morrinhos - GO (1936-1971). **III Encontro de História da Educação Região Centro-Oeste**. Catalão - GO, Agosto de 2015

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre o caminho percorrido e perspectivas sobre novos tempos. **Revista Albuquerque**, vol.3, nº1, 2010

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BASTOS, Ana Marta Rodrigues. **Católicos e Cidadãos**: a Igreja e a Legislação Eleitoral no Império, Lúmen Júris, Rio de Janeiro 1997

BERGER, Peter Ludwig. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentidos**: a orientação do Homem moderno. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005

BERTUCI, Heber Ramos. **O dogma da infalibilidade papal**: sua natureza, origem e desenvolvimento histórico. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016

BLESSING, Werner K. Staat und Kirche in der Gesellschaft: Institutionelle Autorität und mentaler Wandel in Bayern während des 19. Jahrhunderts. In: KOCKA, Jürgen; BERDING, Helmut; WEHLER, Hans-Ulrich (orgs.). **Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft**. Vol. 51. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1982 <https://doi.org/10.13109/9783666357091>

BLOCH, Marc. **História e historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998

BORGES, Barsanulfo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Estudos sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1902-1922. Goiânia: Ed. da UFG, 1990

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima; CAMELO, Cristiane Nery Alves. Escola de Farmácia e Odontologia de Goyaz: Espaço de Ensino e Memória da Cidade de Goiás – GO (1922-1931). **Revista Científica FacMais**, Vol. V n. 1 Ano 2016

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: CERNE, 1975.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: Cegrag AJFG, 1991

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Ed. Loyola, 1974

BRUNETTI, Carlo. **Cartas pessoais dirigidas à Dom Emanuel Gomes de Oliveira**. São Paulo, 29 de novembro de 1933; 10 de dezembro de 1933; 26 de abril de 1934. Manuscritos, 11 folhas no total de correspondências. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

CÂMARA, Jaime. **Os tempos da mudança**. Goiânia: edição pessoal, 1967

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia, Editora UFG, 1987

CAMPOS, Francisco. “A reforma da constituição”. **A União**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 43, 28 de maio, 1925.

CARDOSO, Elza Silva. **Contra o liberalismo, a favor da democracia**: A concepção política da Igreja Católica em meados do século XX. Dissertação (mestrado em História). Franca (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009

CARVALHO, José M. **A formação das almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931) Bragança Paulista, SP: EDUSF. 1998

CHAUL, Nars Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: UFG, 1999

CLARK, Christopher; KAISER, Wolfram. (Orgs.). **Culture wars: Secular-Catholic Conflict in Nineteenth-Century Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 <https://doi.org/10.1017/CBO9780511496714>

COPPA, Frank J. Church and state. Two different approaches to Italy: Pius IX's confrontation versus Pius XII's conciliation. **Journal of Modern Italian Studies**. Vol.19(1), 2014 <https://doi.org/10.1080/1354571X.2014.851975>

CUNHA. Luiz Antônio. Confessionalismo versus laicidade na educação brasileira: ontem e hoje. **Visioni LatinoAmericane è La rivista Del Centro Studi per l'America Latina**. N. 4, Gennaio 2011

CURADO, Sebastião Fleury. **Carta de Sebastião Fleury Curado, desembargador, a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás**. Urutaí, 19 de outubro de 1926. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

CURY, Carlos Roberto Jamil. "Igreja Católica/ Educação: pressupostos e evolução no Brasil". In: PAIVA, Vanilda (Org). **Catolicismo, Educação e Ciência**. São Paulo: Loyola, 1991

D'AVILA-LEVI, Claudia Masini; CUNHA, Luiz Antônio. (org.). **Embates em torno do Estado laico**. São Paulo: SBPC, 2018

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista. **Mathésis**. Vol. 11. Viseu (Portugal): Universidade Católica Portuguesa, 2002

FILHO, Casemiro. **Educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do Cônego**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981

GEHLEN, Arnold. **A alma na era da técnica**. Lisboa: LBL Enciclopédia, 1957

GOMES FILHO, Robson. **Carisma, legitimidade e dominação religiosa: Santa Dica e a Congregação Redentorista em Goiás (1923-1925)**. Curitiba – PR: Editora Prismas, 2017

GOMES FILHO, Robson. Catolicismo, Liberalismo e os conflitos por legitimidade e poder na consolidação da nação alemã no século 19. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Morrinhos/GO, vol. 9, n.1, jan/abril, 2018.

GOMES FILHO, Robson. Entre a benção e a maldição: (re)ações do catolicismo à modernização e modernidade europeia no século 19. **Revista Topoi**. Vol. 20, n. 41, maio-agosto, 2019 <https://doi.org/10.1590/2237-101x02004212>

GOMES FILHO, Robson. Johann Baptist Kiermeier: Entre o Catolicismo e a Modernidade em Goiás no Início do Século 20. **Expedições: Teoria da História e Historiografia**. vol. 9, n. 4, set/dez. 2019 <https://doi.org/10.1590/2237-101x02004212>

GOMES FILHO, Robson. **Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em Goiás (Brasil, 1894-1930)**. Tese (doutorado em História em regime de dupla titulação). Volume 2. Niterói – RJ: Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Eichstätt (BY, Alemanha): Geschichts- und Gesellschaftswissenschaftsfakultät bei der Katholische Universität Eichstätt-Ingostadt, 2018.

GOMES FILHO, Robson; SILVA, Lorrany Maiara Aparecida. Das pedras ao triunfo: os missionários redentoristas alemães no Brasil entre a Primeira Guerra Mundial e a Gripe Espanhola (1914-1918). **Revista de História da UEG**. Anápolis, v.5, n.1, p. 55-73, jan./jul. 2016

GOMES FILHO; Robson Rodrigues. **Kulturkampf**: A Igreja Católica e a construção da modernidade e nação alemã no século XIX. Curitiba: CRV, 2019 <https://doi.org/10.24824/978854442960.0>

GONÇALVES, Ana Maria. A ordenação do ensino público goiano (1889-1930). In: **Anais IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia: UCG, 2006

HARTOG, François. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB, 2003

HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992

HORTA, José Silvério Baia. “A Igreja e a Educação”. In: \_\_\_\_\_. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). 2ª ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2012

INÁCIO FILHO, Geraldo; Silva Maria Aparecida. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010

**Informação Goyana**. Ano XIV, vol. XV, n.º 4 e 5. Rio de Janeiro, novembro e dezembro de 1930

JANCSÓ, István. **Na Bahia, contra o Império**: história do ensaio de sedição de 1798. Hucitec, São Paulo; Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador 1996

JARDIM, Eduardo. **A Brasilidade Modernista**. Rio de Janeiro: Graal, 1978

JODOCK, Darrell. **Catholicism contending with modernity**: roman catholic modernism and anti-modernism in historical context. – Cambridge (Inglaterra): Cambridge University Press, 2000 <https://doi.org/10.1017/CBO9780511520136>

KÖRNER, Hans-Michael. Kulturkampf im Königreich Bayern. Staat und Kirche in der Regierungszeit König Ludwigs II. **Zur Debatte**: Themen der Katholischen Akademie in Bayern. München, Vol.1, 2012

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012
- KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as Crises Políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979
- LAGRÉE, Michel. **Religião e Tecnologia**: a bênção de Prometeu. Bauru (SP): EDUSC, 2012
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP: Ed Unicamp, 2013
- LEAL, Oscar. **Viagens às terras goyanas (Brasi Central)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1980
- LEONARDI, Paula. **Além dos espelhos. Memórias, imagens e trabalhos de duas Congregações católicas francesas em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979
- LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**: Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1979
- LINHARES, Paulo de Tarso Frazão; MENDES, Constantino Cronemberger e, LASSANCE, Antonio. **Federalismo à brasileira**: questões para discussão. Brasília: Ipea, 2012.
- LLECG, Frei Germano. A Ordem Dominicana em Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, n. 5, 1976
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Reformistas na Igreja do Brasil império**. São Paulo: USP, 1977
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil República**. São Paulo: Paulinas, 1991
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa**: pensamento e ação. Campinas: Autores Associados, 2002
- MARIA, pe. Júlio. **O catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1950
- MATA, Sérgio da. “Entre Syllabus e Kulturkampf: revisitando o ‘reformismo’ católico na Minas Gerais do Segundo Reinado”. In: CHAVES, Cláudia M. & SILVEIRA, Marco A. (orgs) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007
- MATA, Sérgio da. **Chão de Deus**: catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX. Berlin: Wiss. Verl. Berlin, 2002
- MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

MEIRELLES, Pe. Ramiro Campos. Carta à D. Emanuel em resposta à circular nº 1. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 7 de setembro de 1923

MELO, Laura Ludovico de. **Ouro Fino**: Um Arraial ... uma Igreja ... um Largo ... e uma vaga lembrança na paisagem. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2009

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. **A invenção de Goiânia**: o outro lado da mudança. Goiânia: Editora Vieira, 2013. p. 292

MENEZES, Áurea Cordeiro. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira**: Arcebispo da Instrução. Goiânia: AGEPEL, 2001

MENEZES, Joaquim Furtado de. “Do Partido Católico (1910)”. In: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **Igreja e Política no Brasil**: do partido católico à L.E.C. (1874-1945). São Paulo: Edições Loyola/ CEPEHIB, 1983

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988

MORAIS, Lucinete Aparecida. Ensaio sobre Ouro Fino: as ruínas, a pedreira e a romaria. **Revista Científica FacMais**, vol. VII, nº. 3, ano 2016

MORAIS, Maria Augusta Sant’anna. **História de uma Oligarquia**: os Bulhões. Goiânia: Oriente, 1974

MOREIRA, Frei Vicente Maria. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Santa Luzia, 20 de março de 1930. Manuscrito, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil**: Passado, presente e futuro. São Paulo: Loyola, 2000

MOURA, Marlene Castro Ossami de. (org.). **Índios de Goiás**: uma perspectiva histórico-cultural. Goiânia: UCG/Kelps/Vieira, 2006

NAGLE, Jorge. A Educação na Primeira República. In Fausto, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. (vol. III t. 2, *O Brasil Republicano* pp. 261-291). Rio de Janeiro, Difel. 1977

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no norte de Goyaz. Tese (doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2016

OLINTHO, Sr. José. **Carta dirigida ao Cônego Theophilo**. Morrinhos, 28 de fevereiro de 1936. Manuscrito, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás**. Tese de Doutorado – Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2006

OLIVEIRA, Hamilton Afonso de. **A construção da riqueza no sul de Goiás (1835-1910)**. Tese (Doutorado em História). Franca (SP): Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, 2006

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O pensamento educacional católico restaurador – uma análise dos documentos pontifícios na Primeira República. **Cadernos de História da Educação**. Vol. 11, n. 2, 2012

OLIVEIRA, Natiele Rosa de. **Entre a pátria do céu e a pátria terrestre: D. Silvério Gomes Pimenta e a cristianização da República brasileira (1890-1922)**. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2013

ORTIZ, Renato. **A Moderna tradição brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2ª ed. 1989

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola. 2003

PERLATTO, Fernando. Interpretando a Modernização Conservadora: A Imaginação Sociológica Brasileira em Tempos Difíceis. **Estudos políticos**. Vol. 5, n. 2, 2015.

PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973

PINHEIRO, Antônio César Caldas. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições**. Goiânia: Editora da UCG, 2010.

POCE, Miguel. “Introdução: Duas Palavras”. In: **Correspondência da Província Redentoristas de São Paulo (COPRESP-A)**. 8º Volume (1923-1924). Aparecida (SP), 1986

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Belo horizonte: Autêntica, 2008

QUADROS, Eduardo Gusmão de. Conversão com diversão? Ou como o catolicismo fez as pazes com o cinema durante a Primeira República em Goiás. **Revista de História da UEG**. Porangatu, Vol. 2, n. 1, 2013

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995

REZENDE, Frei Sabatino de. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Patos de Minas, 8de março de 1939. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. **Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)**. Tese (Doutorado em História). Goiânia (GO): Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2011

ROCHA, Hélio. **Anápolis: e assim se passaram 100 anos**. Goiânia: KELPS, 2007



ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santos. **O Cardeal Leme (1882-1942)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1962

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. “Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma”. **Temporalidades**: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG. Vol. 2, n. 2, ago/dez, 2010

SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica**: catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: Ed. da UCG, 2008

SANTOS, Miguel Archângelo Nogueira dos. **Missionários Redentoristas alemães em Goiás**: uma participação nos movimentos de renovação e de restauração católicas – 1894-1944. São Paulo: USP (Tese de Doutorado), 1984

SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). **Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz**: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiaz (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens**: Autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goyaz. Goiânia: Editora da UCG, 2007

SILVA, Henrique (Editor). “Gymnasio de Bomfim”. **A Informação Goyana**. Rio de Janeiro, v. XI, n. 5, dez. 1927 e OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. “Encontra-se em Campinas o Arcebispo Metropolitano de Goiás. **Correio Popular**, Campinas, 20 de janeiro de 1955

SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e Pessoas**: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás. Goiânia: Editora da UCG, 2006

SILVA, Leandro Ferreira Lima da. **Regalismo no Brasil Colonial**: a Coroa Portuguesa e a província de Nossa Senhora do Carmo do Rio de Janeiro (1750-1808). Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências História Social da Universidade de São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social, 2013

SILVA, Maria da Conceição; MOREIRA, Wellington Coelho. Conjugalidades Clericais na Diocese de Goiás, 1824-1907. **História**. Vol. 29, n.1, Franca, 2010  
<https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100011>

SILVA, Rogério Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). Tese (Doutorado em História). Goiânia: Faculdade de História da Universidade Estadual de Goiás, 2015

SOUZA, Ney de. Catolicismo, sociedade e teologia no Brasil Império. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 127-144, jan/abr. 2013

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Carta dirigida a João Luiz**. Gabinete do Interventor do Estado de Goiaz. Goiaz, 3 de abril de 1933. 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

TOSCHI; Mirza Seabra (org). **100 anos: Anápolis em pesquisa**. Goiânia: Editora Vieira, 2007

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás: séculos XVIII e XIX**. Goiânia: Alternativa, 2003.

VALDEZ, Diane; BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. História da Educação em Goiás: estado da arte. **Revista Educação Pública**. Cuiabá – MT, vol. 21, n. 45, 2012

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

WEISS, Otto. **Die Redemptoristen in Bayern: Ein Beitrag zur Geschichte des Ultramontanismus**. Sankt Ottilien: EOS-Verlag, 1983

ZELLER, Eduard. **Staat und Kirche: Vorlesungen an der Universität zu Berlin gehalten**. Leipzig: Fues, 1873.

### FONTES E DOCUMENTOS CITADOS

Ânuas da Vice-Província de S. Paulo – 1919-1931. 2º Volume. Aparecida, 1993

BRASIL, Constituição de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) Acessado em 20/01/2018

BRASIL, Decreto 119-A de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: [http://www.quinto.com.br/leis\\_imperio/decreto119A07011890.asp](http://www.quinto.com.br/leis_imperio/decreto119A07011890.asp) Acessado em 20/01/2018

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm) Acessado em 20/01/2018

Carta de Dom Alano Du Noday a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Pedro Afonso, 6 de julho de 1942. Manuscrito. 1 Folha. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, Arcebispo de Goiás, a Dom Carlos Chiarlo, Núncio Apostólico. Goiânia, 12 de maio de 1949. Datilografado. 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

Carta do Conselho Metropolitano da Sociedade São Vicente de Paulo de Ouro Preto à Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ouro Preto, 30 de outubro de 1933. Datilografado, 9 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

CIRELL, Jozef. **Carta aos Senhores Sócio Fundadores da Companhia**. Data e local desconhecidos, 1933. Datilografado, 4 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

CIRELL, Jozef. **Colonização**. Bonfim, 28 de março de 1933. Manuscrito, 9 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

COPRESP-A, 10º Volume (1928-1930). **Carta nº. 3455.** Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Kohlmann. Goiás, 9 de agosto de 1930

COPRESP-A, 11º Volume (1931-1933). **Carta nº. 3668.** Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 9 de dezembro de 1931

COPRESP-A, 11º Volume (1931-1933). **Carta nº. 3918.** Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Kohlmann. Mariana, 12 de maio de 1933

COPRESP-A, 11º Volume (1931-1933). **Carta nº. 3990.** Pe. Lourenço Hubbauer ao P. Carlos Frid. Schleinkofer. Campinas (GO), 18 de outubro de 1933

COPRESP-A, 12º Volume (1934). **Carta nº. 4248.** Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 1º de outubro de 1934.

COPRESP-A, 13º Volume – 1935. **Carta nº. 4366.** Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 30 de março de 1935

COPRESP-A, 13º Volume (1935). **Carta nº. 4366.** Carta do Pe. Conrado ao Pe. Francisco Wand. Campinas, 30 de março de 1935.

COPRESP-A, 1º Volume (1817-1896). **Carta nº. 14.** Carta do Pe. José Schwarz ao Pe. Anton Schöpf. Roma, 13 de junho de 1894.

COPRESP-A, 2º Volume – 1897-1901. **Carta nº. 289.** Pe. Lourenço Gahr a Pe. Mathias Raus. Campinas, 6 de janeiro de 1898

COPRESP-A, 3º Volume (1902-1904). **Carta nº. 659.** Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Conselheiro em Roma. Barro Preto, 29 de janeiro de 1904

COPRESP-A, 6º Volume (1913-1920). **Carta nº 1513.** Pe. Estevão Maria Heigenhauser ao Pe. João Batista Kiermeier. Penha – SP, 30 de outubro de 1918

COPRESP-A, 6º Volume, 1913-1920. **Carta nº 1514.** Pe. José Francisco Wand ao Pe. João Batista Kiermeier. Campinas-GO, 17 de janeiro de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1518.** Carta do governo da casa de Campinas ao Pe. Geral, Prátrício Murray. Campinas, 2 de abril de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1540.** Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. João Batista Kiermeier. Campinas, 20 de agosto de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1552.** Carta do provincial Pe. Gebardo Wiggermann ao Pe. Geral, Prátrício Murray. Aparecida (SP), 25 de outubro de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1555.** Carta do provincial Pe. Gebardo Wiggermann ao Pe. Prechtl. Aparecida (SP), 22 de novembro de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1561.** Carta do provincial Pe. Prechtl ao Pe. Geral, Prátrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1725.** Carta do Pe. Carlos Hildenbrand ao Pe. Prátrício Murray. Campinas, 7 de julho de 1921

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1795.** Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Klinger. Campinas -GO, 02 de janeiro de 1922

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1871.** Carta do Mons. Francisco Inácio de Souza ao Pe. João Batista Kiermeier. Goiás, 20 de maio de 1922

COPRESP-A, 7º Volume (1921-1922). **Carta nº. 1933.** Carta do Mons. Francisco Inácio de Souza ao Pe. João Batista Kiermeier. Goiás, 18 de julho de 1922

COPRESP-A, 7º Volume –1921-1922. **Carta nº. 1561.** Carta do provincial Pe. Prechtl ao Pe. Geral, Pratrício Murray. Gars, 16 de dezembro de 1919.

COPRESP-A, 8º Volume – 1923-1924. **Carta nº. 2381.** Carta do Pe. José Benedito da Silva ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 7 de abril de 1924

COPRESP-A, 8º Volume – 1923-1924. **Carta nº. 2407.** Carta do Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Kingler. Campinas, 17 de maio de 1924.

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2208.** Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 16 de junho de 1923

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2337.** Carta do Pe. Orlando de Moraes a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Aparecida, 29 de janeiro de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2377.** Pe. Francisco Wand ao Pe. Tiago Kingler. Campinas-GO, 31 de março de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2400.** Carta do Pe. Tiago Kingler a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Aparecida, 5 de maio de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2413.** Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Núncio Apostólico. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2414.** Carta Mons. Joaquim Confúcio Amorim a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiás, 28 de maio de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2453.** Carta do Pe. Tiago Kingler ao Núncio Apostólico, Dom Enrico Gasparri. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1924

COPRESP-A, 8º Volume (1923-1924). **Carta nº. 2460.** Carta do Mons. Confúcio Amorim a Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Goiás, 10 de julho de 1924

COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº. 2686.** Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, ao Pe. João Batista Kiermeier, superior da casa de Campinas. Goiás, 03 de maio de 1925

COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2698.** Carta do Pe. Conrado Kohlman, superior da casa de Campinas, ao Pe. Tiago Kingler, superior da congregação no Brasil. Trindade, 24 de maio de 1925

COPRESP-A, 9º Volume – 1925-1927. **Carta nº.2839.** Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo de Goiás, ao Pe. João Batista Kiermeier, superior da casa de Campinas. Morrinhos, 19 de junho de 1926

COPRESP-B, 2º Volume (1898-1905). **Carta nº. 421.** Herculano Sebastião de Siqueira a Dom Júlio Tonti, Núncio Apostólico. Bonfim, 26 de julho de 1903

COPRESP-B, 2º Volume (1898-1905). **Carta nº. 460.** Pe. José Wendl a Pe. Anton Schöpf. Campinas, 6 de março de 1904

Correspondências entre Dom Emanuel e Dom Helder Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1953, tratando sobre encontro de diretores diocesanos de ensino de religião; dentre outros. Todas estas documentações estão presentes no Acervo do Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

Decreto n. 5.930 de 24 de Outubro de 1918. Regulamentando o ensino primário. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/167487/per167487\\_1918\\_00193.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/167487/per167487_1918_00193.pdf) Acesso em 21/04/2019

Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado 30/01/2018

FERREIRA, Padre José Lopes (editor). Bonfim. **Jornal Santuário da Trindade**, Ano 3 n. 111. Campinas – GO, 30 de maio de 1925

FERREIRA, Pe. José Lopes – Redator. **Pela Grandeza de Goyaz**: uma entrevista com o Exmo. E Revmo. Bispo Dom Manoel Gomes de Oliveira. Campinas (Estado de Goyaz). Anno 3. Número 88. 13 de dezembro de 1924

FERREIRA, Pe. José Lopes. “Gymnasio Anchieta”. **Santuário da Trindade**. Anno 4, número 144, 06 de fevereiro de 1926

FERREIRA, Pe. José Lopes. “Pela grandeza de Goyaz: uma entrevista com o Excmo. E Revmo. Bispo dom Manuel Gomes de Oliveira.” **Santuário da Trindade**. Anno 3, número 89, 20 de dezembro de 1924

GOYAZ. Lei n.38 de 31 de julho de 1893: Reformando a instrução publica do Estado. Artigo 5º. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1893/lei\\_038.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1893/lei_038.pdf) Acesso em 30 de junho de 2018

GOYAZ. Lei nº 13 de 23 de junho de 1835, Artigo 1º. Disponível em: [http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI\\_GOIANA SOBRE INSTRUCAO PUBLICA.pdf](http://200.137.218.134/uploads/4/7/474/LEI_GOIANA SOBRE INSTRUCAO PUBLICA.pdf) Acesso em 30 de junho de 2018

GREGÓRIO XVI, Papa. **Mirari Vos**: sobre os principais erros do seu tempo. MONTFORT Associação Cultural. Sítio eletrônico: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=mirarivos>. Acesso em: 25/02/2018

GRELHIRTZ, Frederico. **Carta dirigida a Dom Emanuel**. Jaraguá, 16 de janeiro de 1935. Manuscrito, 6 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

HINSCHIUS, Paul. **Die päpstliche Unfehlbarkeit und das vatikanische Concil**. Kiel: Universitäts-Buchhandlung, 1871, p. 6. Disponível em: <http://reader.digitale-sammlungen.de/resolve/display/bsb11002965.html>. Acesso: 25/02/2018.

JORNAL O Anápolis. 14 de maio de 1951

LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Diuturnum Illud**: Origem do poder civil. São Paulo: Paulus, 2005

LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Immortale Dei**: A constituição cristã dos Estados. São Paulo: Paulus, 2005

LEÃO XIII, Papa. **Encíclica Quod Apostolici Muneris**: Socialismo, comunismo e nihilismo. São Paulo: Paulus, 2005

Lei n.º 186 de 13 de Agosto de 1898. Coleção das Leis do Estado de Goyaz. Ano de 1898. Disponível em:

[http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis\\_ordinarias/1898/lei\\_186.pdf](http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1898/lei_186.pdf) Acesso: 21/04/2019

Mário de Alencastro Caiado, José Honorato da Silva e Sousa, Domingos Velasco e Nero de Macedo. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-republicano-de-goias> Acesso em 16/09/2018

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922, pelo Presidente do Estado Eugênio Rodrigues Jardim. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1922 pelo Presidente do Estado Eugênio Rodrigues Jardim. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo a 13 de maio de 1924 pelo coronel Miguel da Rocha Lima, Presidente do Estado. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto em 13 de Maio de 1914. (1914). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019.

MENSAGEM dirigida à Câmara dos Deputados de Goyaz pelo Exmº. Sr. Tenente Coronel do Exército José Ignácio Xavier de Brito presidente do Estado por ocasião de ser instalada a 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura (1895). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM dirigida ao Congresso Constituinte de Goyaz pelo governador do Estado Major Dr. Rodolpho Gustavo da Paixão (1891). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM enviada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz pelo Exmo. Sr. Joaquim Rufino Ramos Jubé. (1913). Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

MENSAGEM ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz apresentada a 13 de maio de 1930 pelo Presidente do Estado Dr. Afredo Lopes de Moraes. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/168> Acesso: 20/04/2019

OLIVEIRA, D. Emanuel Gomes de. Primeira circular aos vigários de Goyaz. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 21 de agosto de 1923

OLIVEIRA, D. Emanuel Gomes de. Primeira circular aos vigários de Goyaz. **Cartas avulsas**. Goiânia: Instituto de Pesquisa de Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC). 21 de agosto de 1923

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta de Dom Emanuel a Nunciatura Apostólica**. Datilografada. 4 Folhas. Goiânia, 02 de maio de 1947

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta de Dom Emanuel ao Brigadeiro Eduardo Gomes**. Goiânia, 03 de março de 1955. Datilografado. 1 Folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao frei Eucário Schmitt**. Bonfim, 26 de janeiro de 1941. Datilografado, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central.

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao Núncio Apostólico**. Rio de Janeiro 28 de maio de 1924. Datilografado, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao Núncio Apostólico**. Goiás, 16 de maio de 1930 Manuscrito, 2 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Ainda sob a gestão de Dom Emanuel, a diocese de Goiás foi elevada em 1933 à categoria de sede metropolitana, tornando Dom Emanuel Gomes de Oliveira o primeiro Arcebispo Metropolitano

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao padre Domingos Arcebi**. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1937. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida ao padre Francisco Xavier Zwick**. Local desconhecido, 22 de fevereiro de 1936. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Carta dirigida aos Estigmatinos**. Campinas, 20 de maio de 1936. Datilografado, 3 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Circular reservada: aos RR Vigários, curas de almas, e demais cooperadores no governo e administração da nossa diocese**. Bonfim, 10 de fevereiro de 1933. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Cópia de telegrama de Dom Emanuel ao Dr. Getúlio Nóbrega**. Vianópolis, 12 de outubro de 1926. Manuscrito, 1 folha. Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida, 1954. Datilografado. 5 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. Documento avulso sem título. Data desconhecida. Datilografado. 6 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Estatuto do "Ginásio Arquidiocesano do Planalto" de Formosa**, Estado de Goiaz. Data desconhecida. Rascunho manuscrito. 4 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudo Históricos Brasil Central

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de. **Notas sobre o Ensino**. Data desconhecida, 1948. Datilografado. 3 Folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

PIO IX, Papa. **Quanta Cura**. MONTFORT Associação Cultural. Sítio eletrônico: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura>. Acesso: 25/02/2018

PIO IX, Papa. **Syllabus**. MONTFORT Associação Cultural. Sítio Eletrônico: <http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=silabo> Acesso: 25/02/2018

Relatório lido na abertura da Assembleia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Província o Exm. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/goias> . Acesso em: 15 de novembro de 2016

### SÍTIOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

<http://maededeus.agostinianas.com.br/o-colegio/historia> Acessado em 10/04/2019

<http://www.colegiosaojoseformosa.com.br/nossa-escola/historia/> Acessado em 10/04/2019.

<https://direito.ufg.br/p/129-historia> Acessado em 10/04/2019

<https://secom.ufg.br/p/8641-colegio-sant-anna-fecha-as-portas> Acessado em 10/04/2019

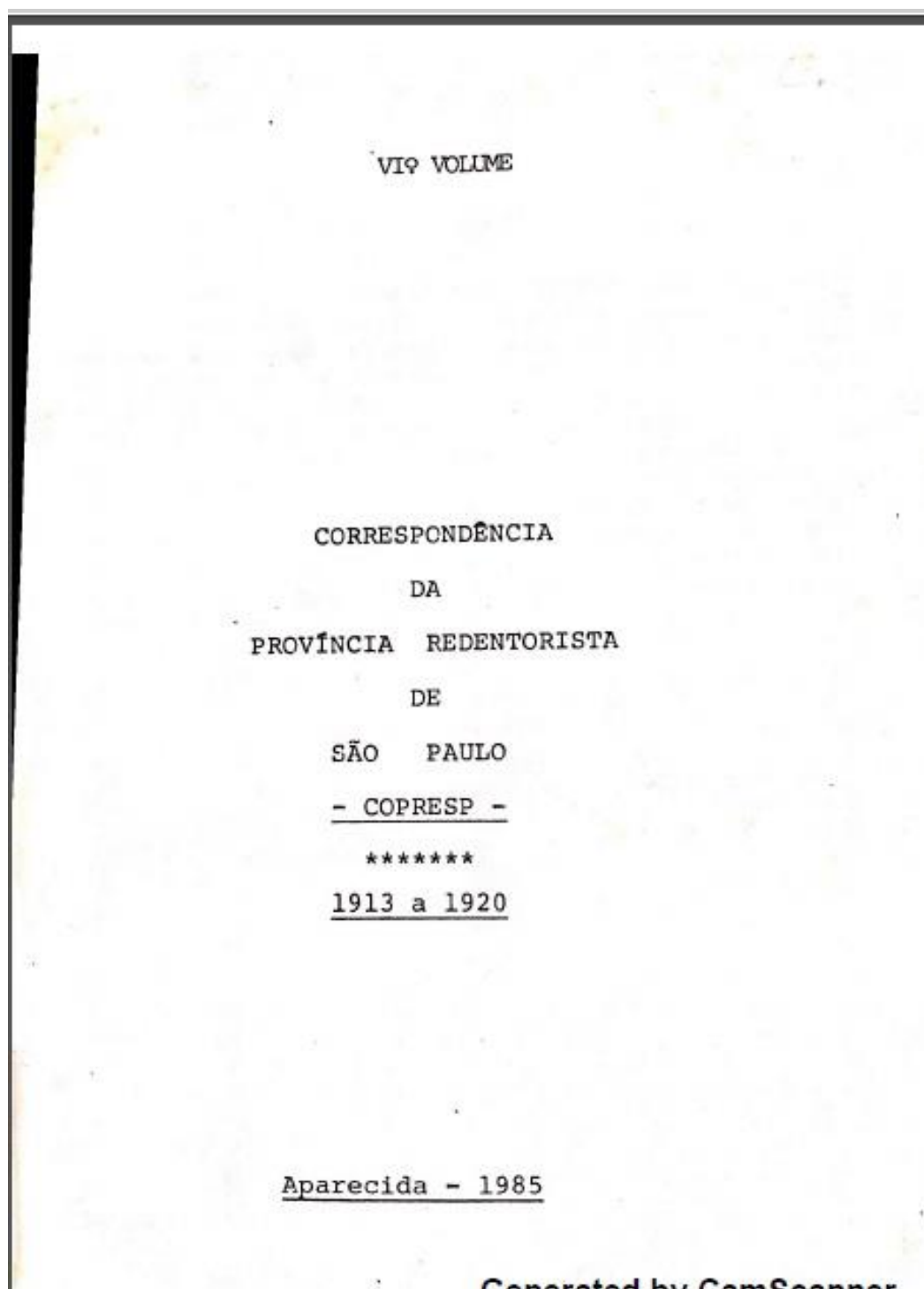
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio do sítio eletrônico: <https://seculoxx.ibge.gov.br> Acessado 08/01/2019

IPEADATA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – por meio do sítio eletrônico: <http://www.ipeadata.gov.br/> Acessado em 07/02/2016





**ANEXO 1 – Correspondência da Província Redentorista de São Paulo (1913-1920)**



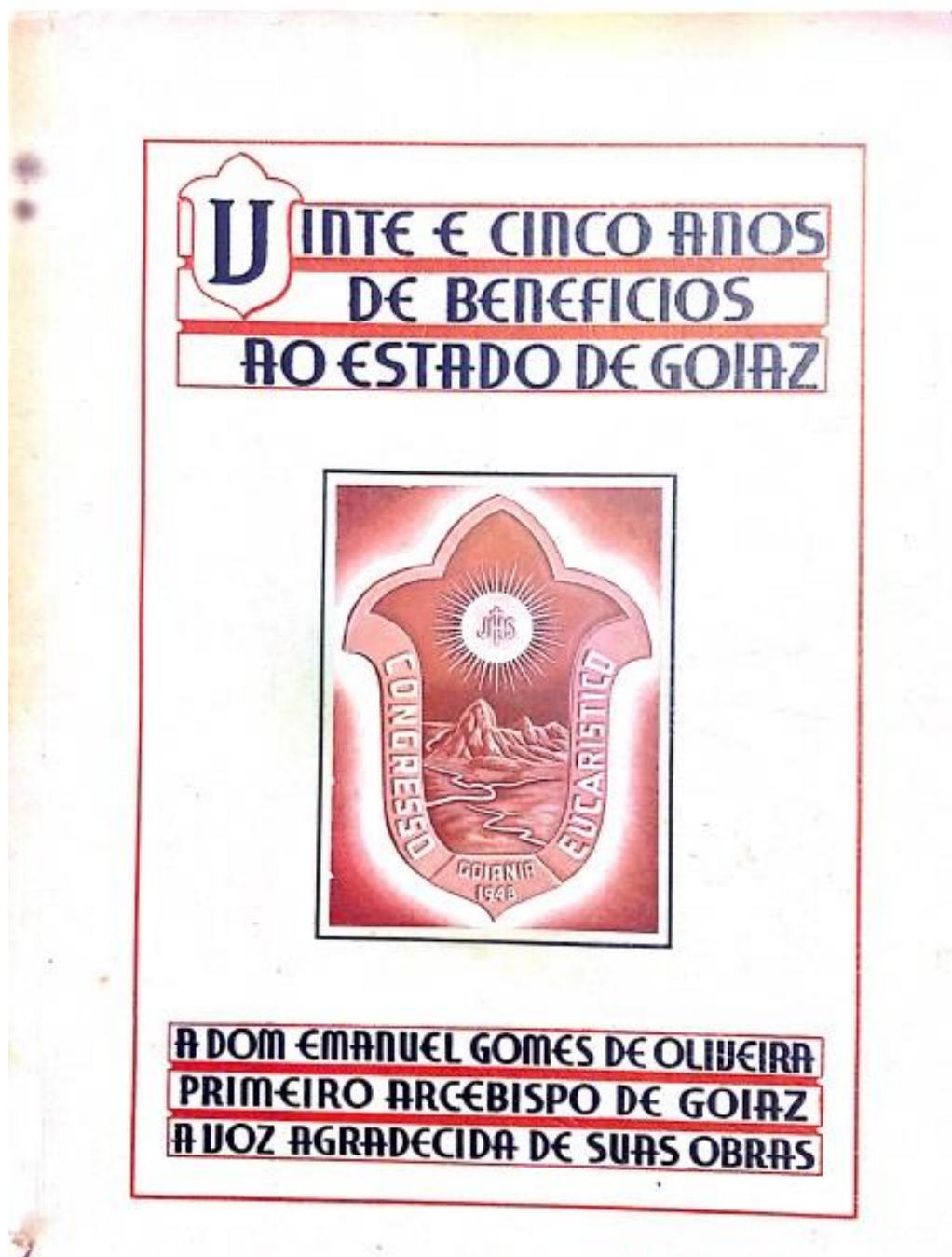
**ANEXO 2 – Correspondência da Província Redentorista de São Paulo (1921-1922)**

VIIIº Volume

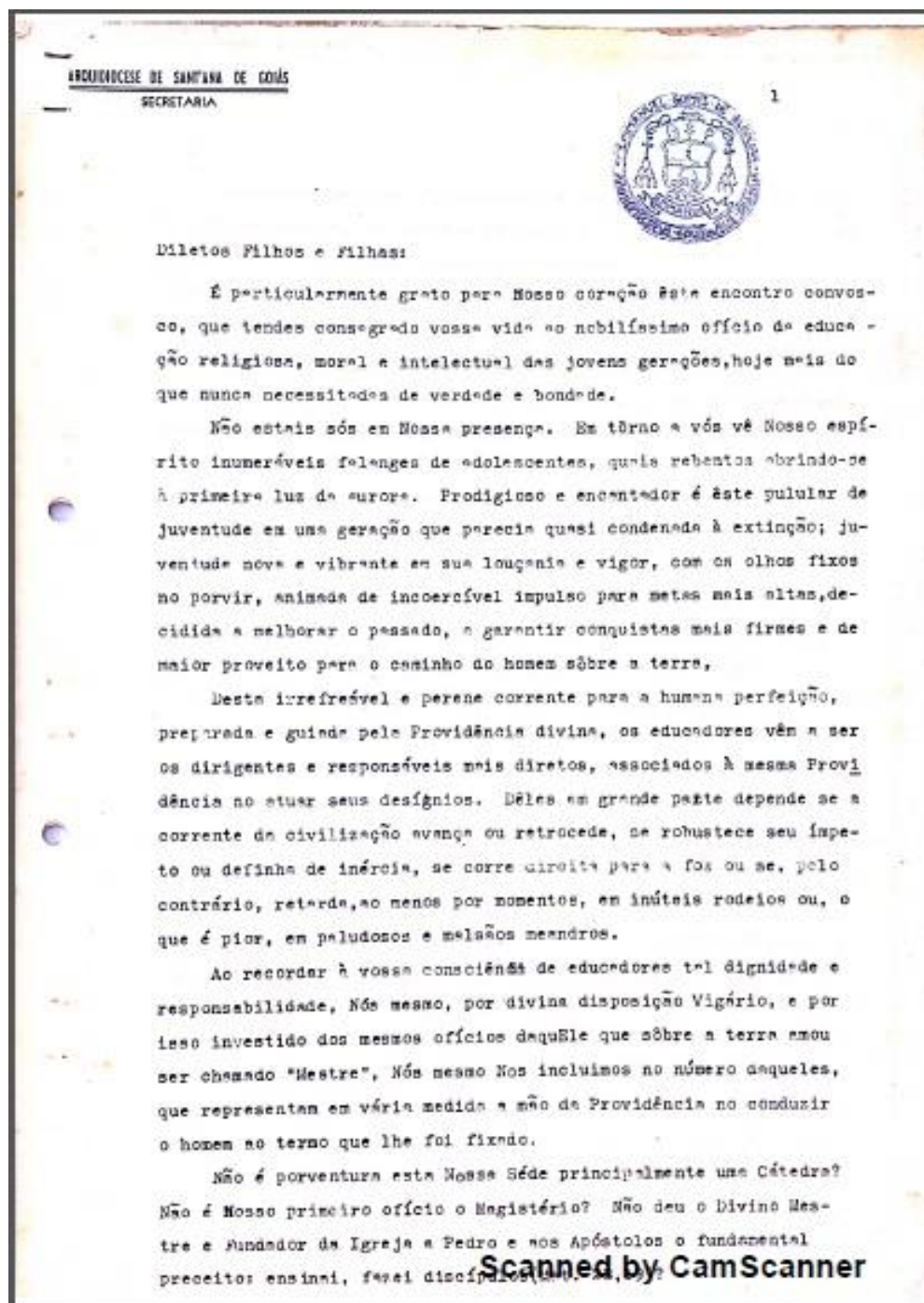
CORRESPONDÊNCIA  
DA  
PROVÍNCIA REDENTORISTA  
DE  
SÃO PAULO  
- COPRESP -  
\*\*\*\*\*  
1921 a 1922

Aparecida - 1985

**ANEXO 3** – Livro em homenagem ao Jubileu de Prata: *Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás*



#### ANEXO 4 - Discurso de Dom Emanuel proferido em ocasião de formatura



ANEXO 5 – Relação das despesas “ultra-necessárias” do Seminário de Santa Cruz.

Relação das despesas ultra-necessárias  
do Seminário de Santa Cruz, mensalmente.

Com vista ao Sr. Arcebispo e ao Sr. Bispo  
Auxiliar.

5.500 -  
462 -  
5.962 -  
8.901 -  
2.939 -  
Atenc.,  
O lenda  
manhã  
no cinema  
com a mãe  
B

Com Armazem .....	1.200,00
Com a Padaria .....	1.000,00
Com Carne .....	1.200,00
Com Regades Dona Ana .....	275,00
Ajudante .....	175,00
Refeitoreira .....	100,00
ao Sr. Onésimo (professor) .....	350,00
ao Vaqueiro .....	300,00
Luz e Força .....	110,00
	<u>4.710,00</u>

Deficit até o dia 19 de fevereiro, data em que  
o movimento financeiro passa para ação direta  
de Revmo Pe. Isócrates de Oliveira, dd. Reitor do  
Seminário :

De: 5.500 -  
5 cheques { 1.000 -  
462 -  
498 -  
1.600 -  
841 -  
4.401 -

<del>Manoela Gloria Anapolis : .....</del>	<del>462,00</del>
<del>Zenaida Dona Glorinha : .....</del>	<del>498,00</del>
<del>Manoela Gloria : .....</del>	<del>700,00</del>
Hilton Tavares - Armas e Pão .....	4.161,00
<del>Dona Glorinha : .....</del>	<del>1.600,00</del>
ao Sr. Oscar Castano : .....	220,00
<del>ao Vaqueiro, assistência de saúde : .....</del>	<del>1.600,00</del>
Total : .....	<u>8.901,00</u>

NOTA : Não entram nesta relação as despe-  
sas com lavagem de roupa (que é paga por semes-  
tre) e com o corpo decente e com objetos de se-  
cretaria .

Seminário de Santa Cruz, 20 de fevereiro de 1949 .  
Campus João

Scanned by CamScanner



ANEXO 6 – Relatório de informações sobre as associações religiosas

Goiania, 25 de outubro de 1949.

Excelência Reverendíssima,

Tenho a honra de comunicar a V.Excia.Revma. o resultado das informações colhidas a respeito do estado de direito e de fato das Associações Religiosas existentes nesta Diocese:

- 1.- Apostolado da Oração em número de 30 com 2.500 membros;
- 2.- Pia União " " 15 " 550 "
- 3.- Congregação Mariana " " 10 " 325 "
- 4.- Liga Jesus Maria José " " 25 " 312 "
- 5.- Irmandade do Santíssimo Sacramento " " 250 " 250 "
- 6.- Irmandade dos Passos " " 250 " 450 "
- 7.- Cruzada Eucarística " " 5 " 250 "
- 8.- CONFRARIAS: Rosário; N.S.Auxiliadora; N.S.do Perpétuo socorro; Imaculado Coração de Maria com 500 membros;
- 9.- Conferência de S.Vicente, em número de 10, com 250 membros;
- 10.- Oficinas de Santa Rita " " 3 " 165 "

É bem aproximado o número dos componentes das sobreditas Associações.

Com satisfação podemos afirmar á Sagrada Congregação á Santa Sé, que se acham perfeitamente de acôrdo com as prescrições do Código de Direito Canonico, não existindo nas Irmandades abusos ou inconveniencias censuraveis e que sejam passíveis de eliminação; e quando notadas quaisquer falhas aos respectivos Estatutos, sob o ponto de vista religioso ou moral, são imediatamente expulsos.

Folgo da oportunidade para subscrever-me com respeito e estima e distinta consideração

Attº servidor

**ANEXO 7 - Relatório dos estabelecimentos de ensino orientados ou mantidos pela arquidiocese de Sant'Ana de Goiaz**

Secretaria do Arcebispado de Goiaz		RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO ORIENTADOS OU MANTIDOS PELA ARQUIDIOCESE DE SANT'ANA DE GOIAZ:	
1.- Seminário de Santa Cruz - Curso Primário, Secundário -		Silvânia	
COLEGIOS:		Goiania	
Ateneu Dom Bosco . . . . .			
GINASIOS:			
1. Ateneu Dom Bosco -	Internato, Semi-internato, Externato	(m)	Goiania
2. Santo Agostinho -	idem idem idem	(f)	Goiania
3. Santa Clara -	idem idem idem	(f)	Campinas
4. Sant'Ana -	idem idem idem	(f)	Goiaz
5. Auxilium -	idem idem idem	(f)	Anápolis
6. São Francisco -	idem idem idem	(m)	Anápolis
7. A. Anchieta -	idem idem idem	(m)	Silvânia
8. N.S. Auxiliadora -	idem idem idem	(f)	Silvânia
9. N.S. Aparecida -	idem idem idem	(m + f)	Ipanerf
10. N.S. Mãe de Deus -	idem idem idem	(f)	Catalão
11. Senador Hermenegildo de Moraes -	idem idem idem	(m + f)	Morrinhos
12. do Planalto -	idem idem idem	(m + f)	Formosa
13. Arquidiocesano Jaraguá -	externato	(m + f)	Jaraguá
ESCOLA NORMAL:			
1. Santo Agostinho . . . . .			Goiania
2. Santa Clara . . . . .			Campinas
3. Sant'Ana . . . . .			Goiaz
4. Auxilium . . . . .			Anápolis
5. N.S. Auxiliadora . . . . .			Silvânia
6. N.S. Aparecida . . . . .			Ipanerf
7. N.S. Mãe de Deus . . . . .			Catalão
8. Dr. Hermenegildo de Moraes . . . . .			Morrinhos
9. São José . . . . .			Formosa
10. N.S. do Carmo . . . . .			Pirenópolis
ESCOLA DE COMERCIO:			
1. Ateneu Dom Bosco . . . . .			Goiania
2. Santo Agostinho . . . . .			Goiania
3. São Francisco . . . . .			Anápolis
ESCOLA DE ENFERMAGEM			
1. São Vicente de Paulo . . . . .			Goiania
Estabelecimentos principais . . . . .			18
Idem anexos . . . . .			10
Idem de escolas Paroquiais . . . . .			10
Idem anexas . . . . .			2
Idem em construção (Ginásio Dom Vital de Ipanerf) . . . . .			1
T o t a l			41
NOTA a) Todos os Estabelecimentos de ensino secundário mantêm anexo o Curso Primário.			
b) ENSINO PRIMÁRIO-			
1. Escola Agrícola . . . . .			Silvânia
2.			
ESCOLAS PAROQUIAIS: Formosa; Planaltina; Jaraguá; Anápolis (2);			
Corumbataia; Pires do Rio (2); Goiaz; Goiania (2);			
c) JARDINS DE INFANCIA: Pirenópolis; Formosa; Ipanerf (anexos)			
MATRICULAS APROXIMADAS: Cursos secundários . . . . .			1.200
Cursos primários . . . . .			21.000
Cursos técnicos . . . . .			700



1.- Seminário de Santa Cruz - Curso Primário, Secundário - Silvânia

COLEGIOS:

Ateneu Dom Bosco - - - - - Goiânia

GINASIOS:

1. Ateneu Dom Bosco	-	Internato, Semf-internato, Externato	(m)	Goiânia
2. Santo Agostinho	-	idem idem idem	(f)	Goiânia
3. Santa Clara	-	idem idem idem	(f)	Campinas
4. Sant'Ana	-	idem idem idem	(f)	Goiaz
5. Auxilium	-	idem idem idem	(f)	Anápolis
6. São Francisco	-	idem idem idem	(m)	Anápolis
7. A. Anchieta	-	idem idem idem	(m)	Silvânia
8. N.S. Auxiliadora	-	idem idem idem	(f)	Silvânia
9. N.S. Aparecida	-	idem idem idem	(m + f)	Ipameri
10. N.S. Mãe de Deus	-	idem idem idem	(f)	Catalão
11. Senador Hermenegildo de Moraes	-	idem idem idem	(m + f)	Morrinhos
12. do Planalto	-	idem idem idem	(m + f)	Formosa
13. Arquidiocesano Jaraguá	-	externato	(m + f)	Jaraguá

ESCOLA NORMAL:

1. Santo Agostinho	. . . . .	Goiânia
2. Santa Clara	. . . . .	Campinas
3. Sant'ana	. . . . .	Goiaz
4. Auxilium	. . . . .	Anápolis
5. N.S. Auxiliadora	. . . . .	Silvânia
6. N.S. Aparecida	. . . . .	Ipameri
7. N.S. Mãe de Deus	. . . . .	Catalão
8. Sr. Hermenegildo de Moraes	. . . . .	Morrinhos
9. São José	. . . . .	Formosa
10. N. S. do Carmo	. . . . .	Pirenópolis

ESCOLA DE COMERCIO:

1. Ateneu Dom Bosco	. . . . .	Goiânia
2. Santo Agostinho	. . . . .	Goiânia
3. São Francisco	. . . . .	Anápolis

ESCOLA DE ENFERMAGEM

1. São Vicente de Paulo	. . . . .	Goiânia
Estabelecimentos principais	. . . . .	18
Idem anexos	. . . . .	10
Idem de escolas Paroquiais	. . . . .	10
Idem anexas	. . . . .	2
Idem em construção (Ginásio Dom Vital de Ipameri)	. . . . .	1

T o t a l 41

NOTA a) Todos os Estabelecimentos de ensino secundário mantêm anexo o Curso Primário.

b) ENSINO PRIMÁRIO-

1. Escola Agrícola	. . . . .	Silvânia
--------------------	-----------	----------

2. ESCOLAS PARÓQUIAIS: Formosa; Planaltina; Jaraguá; Anápolis (2); Corumbáiba; Pires do Rio (2); Goiaz; Goiânia (2);

c) JARDINS DE INFANCIA: Pirenópolis; Formosa; Ipameri (anexos)

MATRICULAS APROXIMADAS:	Curso secundárias	. . . . .	4.000
	Curso primários	. . . . .	2.000
	Curso técnicos	. . . . .	700
	T o t a l	. . . . .	6.700

## ANEXO 8 - Relatório sobre a quantidade de colégios sob os cuidados de D. Emanuel

(Seminário Maior - em Arquidiocese de Mariana - Estado de Minas Gerais).	
2 Ginásio São Francisco de Assis - Dirigido pelos PP.Franciscanos Cursos: Ginásial - Comercial e Primário. . . . .	Anápolis
3 Ginásio Auxilium - Dirigido pelas Irmãs Salesianas Cursos: Ginásial - Normal - Primário e Jardim da Infância . . .	Anápolis
4 Escola Paroquial "Dom Bosco - Dirigido pelas professoras católicas Cursos: Primário . . . . .	Anápolis
5 Escola Paroquial "Sant'Ana - Dirigido pelos PP.Franciscanos Curso primário . . . . .	Anápolis
6 Escola Paroquial "Santo Antônio - dirigida pelos PP.Franciscanos - Curso primário . . . . .	Anápolis
7 Escola Paroquial "Bon Jesus" - dirigida pelas professoras católicas - Curso primário . . . . .	Anápolis
8 Escola Paroquial - dirigida pelos PP.Seculares . . . . .	Buriti Alegre
9 Ginásio Santa Clara - dirigido pelas Irmãs Terceiras Franciscanas de Santa Clara - Cursos: Ginásial - Normal e primário . . .	Campinas
10 Grupo Escolar "Santa Clara" - Dirigido pelas Irmãs Terceiras Franciscanas - Curso Primário - Jardim da Infância . . . . .	Campinas
11 Ginásio "Nossa Senhora Mãe de Deus" - Dirigido pelas Irmãs Agostinianas - Cursos: Ginásial - Normal e Primário . . . . .	Catalão
12 Escola Paroquial - Dirigida pelos PP.Franciscanos . . . . .	Goianápolis
13 Ginásio Arquidiocesano do Planalto - Dirigido pelos Salesianos e Missionárias de N.S.das Lóres - Cursos: Ginásial - Normal e Primário com Jardim da Infância . . . . .	Formosa
14 Escola Paroquial "Santo Tomás" - Dirigida pelas professoras católicas - Curso primário . . . . .	Formosa
15 Ginásio Sant'Ana - dirigido pelas Irmãs Dominicanas - Cursos: Ginásial - Normal - Primário e Jardim da Infância . . .	Goiaz
16 Orfanato São José - Dirigido pelas Irmãs Dominicanas . . . . .	Goiaz
17 Ateneu Dom Bosco - Dirigido pelos PP. Salesianos. Cursos: Ginásial - Colégio - Comercial - 2 escolas primárias -	Goianápolis
18 Colégio Santo Agostinho - Dirigido pelas Irmãs Agostinianas - Cursos: Ginásial - Colégio - Normal - primário e Jardim da Inf. Goianápolis	
19 Abrigo Cristo Redentor - Dirigido pelas Irmãs Terceiras Carmelitas Orfanato e escola primária . . . . .	Goianápolis
20 Vila Cristo Redentor - Dirigida pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado - Asilo dos velhos e cursos primários, creche	Goianápolis
21 Escola Santo Tomás - dirigida pelas Irmãs Dominicanas - Curso primário e Jardim da Infância . . . . .	Goianápolis
22 Educandário Nossa Senhora Aparecida - dirigido pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado - Cursos: Ginásial - Normal - primário e Jardim da Infância . . . . .	Ipanema
23 Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá - dirigido pelos PP.Seculares Cursos: Ginásial e primário . . . . .	Jaraguá

Scanned by CamScanner



- ... - dirigido pelos PP.Seculares - Nova Bonfim  
(Seminário Maior - em "Arquidiocese de Mariana - Estado de Minas Gerais").
1. Ginásio São Francisco de Assis - Dirigido pelos PP.Franciscanos  
Cursos: Ginásial - Comercial e Primário. . . . . Anápolis
  2. Ginásio Auxilium - Dirigido pelas Irmãs Salesianas  
Cursos: Ginásial - Normal - Primário e Jardim da Infância . . . Anápolis
  3. Escola Paroquial "Dom Bosco - Dirigido pelas professoras católicas  
Cursos: Primário . . . . . Anápolis
  4. Escola Paroquial "Sant'Ana - Dirigido pelos PP.Franciscanos  
Curso primário . . . . . Anápolis
  5. Escola Paroquial "Santo Antônio - dirigida pelos PP.Franciscanos - Curso primário . . . . . Anápolis
  6. Escola Paroquial "Bom Jesus" - dirigida pelas professoras católicas - Curso primário . . . . . Anápolis
  7. Escola Paroquial - dirigida pelos PP.Seculares . . . . . Curitiba Alegre
  8. Ginásio Santa Clara - dirigido pelas Irmãs Terceiras Franciscanas de Santa Clara - Cursos: Ginásial - Normal e primário . . . . . Campinas
  9. Grupo Escolar "Santa Clara" - Dirigido pelas Irmãs Terceiras Franciscanas - Curso Primário - Jardim da Infância . . . . . Campinas
  10. Ginásio "Nossa Senhora Mãe de Deus" - Dirigido pelas Irmãs Agostinianas - Cursos: Ginásial - Normal e Primário . . . . . Catalão
  11. Escola Paroquial - Dirigida pelos PP.Franciscanos . . . . . Goiandira
  12. Ginásio Arquidiocesano do Planalto - Dirigido pelos Salesianos e Missionárias de N.S.das Lóres - Cursos: Ginásial - Normal e Primário com Jardim da Infância . . . . . Formosa
  13. Escola Paroquial "Santo Tomás" - Dirigida pelas professoras católicas - Curso primário . . . . . Formosa
  14. Ginásio Sant'Ana - dirigido pelas Irmãs Dominicanas - Cursos: Ginásial - Normal - Primário e Jardim da Infância . . . . . Goiás
  15. Orfanato São José - Dirigido pelas Irmãs Dominicanas . . . . . Goiás
  16. Ateneu Dom Bosco - Dirigido pelos PP. Salesianos.  
Cursos: Ginásial - Colegial - Comercial - 2 escolas primárias- . . . . . Goiânia
  17. Colégio Santo Agostinho - Dirigido pelas Irmãs Agostinianas - Cursos: Ginásial - Colegial - Normal - primário e Jardim da Inf. Goiânia
  18. Abrigo Cristo Redentor - Dirigido pelas Irmãs Terceiras Carmelitas  
Orfanato e escola primária . . . . . Goiânia
  19. Vila Cristo Redentor - Dirigida pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado - Asilo dos velhos e cursos primários, creche . . . . . Goiânia
  20. Escola Santo Tomás - dirigida pelas Irmãs Dominicanas - Curso primário e Jardim da Infância . . . . . Goiânia
  21. Educandário Nossa Senhora Aparecida - dirigido pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado - Cursos: Ginásial - Normal - primário e Jardim da Infância . . . . . Ipameri
  22. Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá - dirigido pelos PP.Seculares  
Cursos: Ginásial e primário . . . . . Jaraguá

Scanned by CamScanner

- 24 Ginásio Dr. Hermenegildo de Moraes - dirigido pelos PP.Stigmatinos  
Cursos: Ginásial e primário . . . . . Morrinhos
- 25 Escola Normal Senador Hermenegildo de Moraes - dirigida pelas  
Irmãs Agostinianas: Cursos: Ginásial - Normal e primário . . . . . Morrinhos
- 26 Ginásio Arquidiocesano Anchieta - dirigido pelos PP.Salesianos.  
Cursos: Ginásial - primário e Escola Agrícola . . . . . Silvânia
- 27 Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora - dirigido pelas Filhas de N.  
S.Auxiliadora - Cursos: Ginásial - Normal - primário - Escola  
doméstica . . . . . Silvânia
- 28 Escola paróquia "São Sebastião" - dirigida pelas professoras  
católicas - Curso primário . . . . . Planaltina
- 29 Escola Sagrado Coração de Jesus - dirigida pelos PP.Franciscanos  
Cursos: Ginásial - primário . . . . . Pires do Rio
- 30 Ginásio "N.S.do Carmo" - dirigido pelas Irmãs Terceiras Carmeli-  
tas - Cursos: Ginásial - Normal e primário - Jardim da Infância . Pirenópolis
- 31 Escola Paroquial "Dom Bosco" - dirigida pelos PP.Salesianos  
Curso primário . . . . . Iporá
- 32 Escola paroquial dirigida pelos PP.Seculares - Curso primário . Orizânia

#### ENSINO SUPERIOR:

- 33 Faculdade de Filosofia de Goiás - Dirigida pelo Exmº e Revmº Sr.  
Dom Abel Ribeiro - Bispo Auxiliar - Cursos: Línguas Neo-latinas,  
Línguas Anglo-Germânicas - Línguas Clássicas - História e Geogra-  
fia e Pedagogia . . . . . Goiânia  
(Professores: 7 sacerdotes do clero Regular e secular e prof. ca-  
tólicos, escrupulosamente selecionados)
- 34 Faculdade de Farmácia e Odontologia - Dirigida pelos professores  
católicos . . . . . Goiânia
- 35 Escola de Enfermagem - dirigida pelas Irmãs de S.Vicente de Paula  
( . . . . . Goiânia

#### ASSISTENCIA HOSPITALAR:

- 36 Hospital - Santa Casa de Misericórdia - dirigido pelas Irmãs de  
São Vicente de Paula - Com Escola de Enfermagem anexa . . . . . Goiânia
- 37 Hospital - Santa Casa - dirigido pelas Irmãs Capuchinhas . . . . . Ipameri
- 38 Asilo de São Vicente de Paula - dirigido pelas Irmãs Capuchinhas . Ipameri

#### DIOCESE DE PORTO NACIONAL

Ginásio - dirigido pelos professores católicos . . . . . Porto Nacional  
Escola Normal e Hospital - dirigidos pelas Irmãs Dominicanas . Porto Nacional

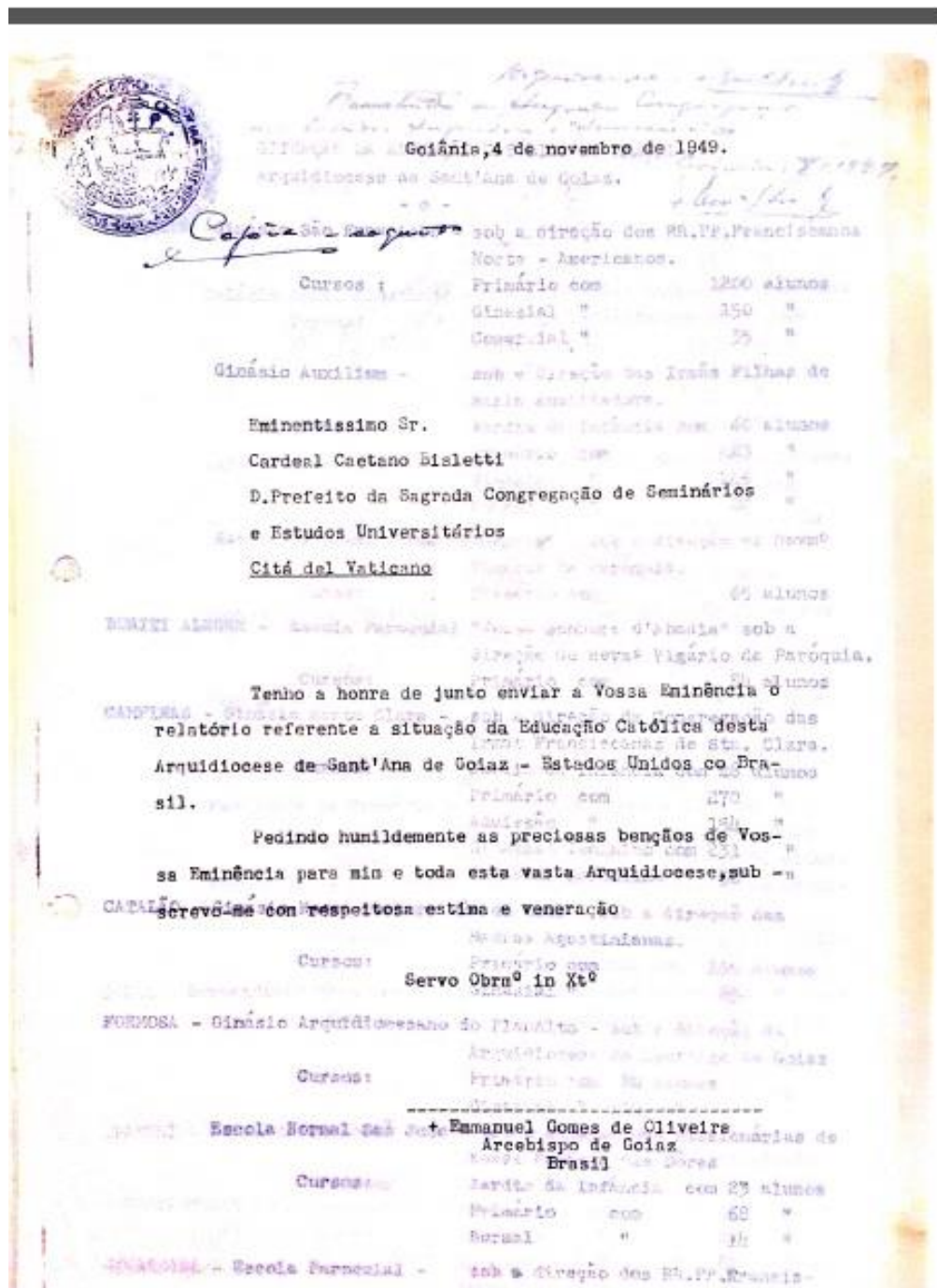
#### PRELAZIA DE JATAI

Ginásio e  
Escola Normal e primária - dirigidas pelas Irmãs Agostinianas - Jataí

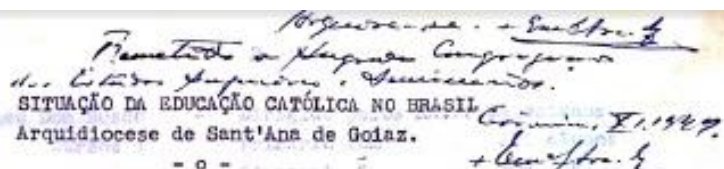
*Victor  
Lacm...*

Scanned by CamScanner

**ANEXO 9 - Carta de Dom Emanuel relatando sobre a situação da Educação Católica em Goiás 1949**







Scanned by CamScanner

**GOIÂNIA** - Ateneu Dom Bosco - Dirigido pelos RR.PP.Salesianos  
 Cursos : Primário com 201 alunos  
 Ginásial " 306 "  
 Colegial " 60 "  
 Comercial " 186 "

**MORRINHOS** - Colégio Santo Agostinho - dirigido pelas Madres Agostinianas  
 Cursos : Jardim da Infância com 45 alunos  
 Primário com 159 alunos  
 Admissão " 59 "  
 Ginásial " 310 "  
 Colegial " 8 "

**Externato São José** - sob a direção das Madres Dominicanas  
 Curso : Primário com 240 alunos

**Vila Cristo Redentor** - sob a direção das Missionárias de  
 Jesus Crucificado  
 Cursos : Primário com 135 alunos

**ABRIGO** - Abrigo Cristo Redentor - sob a direção das Irmãs Terceiras  
 Carmelitas  
 Cursos : Primário com 38 alunos

**SILVÂNIA** - Escola de Enfermagem - São Vicente de Paulo - sob a direção das Irmãs Vicentinas  
 Cursos : Enfermagem com 42 alunos  
 Ginásio " 150 "

**Faculdade de Farmácia e Odontologia** - sob a direção da  
 Conferência de S.Vicente de Paulo  
 Cursos : Farmácia e Odontologia com 82 alunos

**Faculdade de Filosofia** - sob a direção da autoridade Arquidiocesana.  
 Cursos : 3 cursos de línguas, Pedagogia e História e Geografia com 49 alunos

**GOIAZ** - Educandário Sant'Ana - sob a direção das Madres Dominicanas  
 Cursos : Jardim da Infância com 16 alunos  
 Primário com 38 "  
 Ginásial " 54 "  
 Normal " 12 "

**IPAMERI** - Educandário Nossa Senhora Aparecida - sob a direção das  
 Missionárias de Jesus Crucificado  
 Cursos : Jardim da Infância com 36 alunos  
 Primário com 97 "  
 Admissão " 18 "  
 Ginásial " 87 "  
 Normal " 29 "

Scanned by CamScanner

<b>JARAGUÁ - Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá - sob a direção da Autoridade Arquidiocesana</b>		
Cursos:	Primário com	37 alunos
	Ginasial "	85 "
<b>MORRINHOS - Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes - dirigido pelos RR.PP.Stigmatinos</b>		
Cursos:	Primário com	74 alunos
	Ginasial "	98 "
<b>Escola Normal Hermenegildo de Moraes - sob a direção das Madres Agostinianas</b>		
Cursos :	Jardim da Infância com	16 alunos
	Primário com	28 "
	Ginasial "	54 "
	Normal, no caso de haver	82 "
<b>GRIZONA - Escola Paroquial - sob a direção do Revmº Vigário da Paróquia</b>		
Cursos :	Primário com	36 alunos
<b>SILVÂNIA - Ginásio Arquidiocesano Anchieta - sob a direção dos RR.PP.Salesianos</b>		
Cursos :	Primário com	47 alunos
	Ginasial "	102 "
	Agrícola, " "	38 "
<b>Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora - sob a direção das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora</b>		
Cursos :	Primário com	60 alunos
	Ginasial "	134 "
	Normal "	27 "
<b>PIRES DO RIO - Ginásio Sagrado Coração de Jesus - sob a direção dos RR.PP.Franciscanos Norte - Americanos</b>		
Cursos :	Primário com	260 alunos
	Ginasial "	48 "
<b>TRINDADE - Escola Paroquial "Divino Padre Eterno" - sob a direção dos RR.PP.Redentoristas</b>		
Cursos :	Primário com	27 alunos
<b>PLANALTINA - Escola Paroquial São Sebastião - sob a direção do Revmº Vigário da Paróquia</b>		
Cursos:	Primário com	45 alunos
<b>PIRENOPOLIS - Ginásio Nossa Senhora do Carmo - dirigido pelas Irmãs Terceiras Carmelitas</b>		
Cursos :	Jardim da Infância com	22 alunos
	Primário com	45 "
	Ginasial "	50 "
	Normal "	25 "



Curso	Alunos
Curso Jardim da Infância . . . . .	246 alunos
Curso Primário . . . . .	4.231 "
Curso Ginásial . . . . .	2.252 "
Curso Normal . . . . .	135 "
Comercial . . . . .	221 "
Agrícola . . . . .	38 "
Superior - Colegial . . . . .	68 "
Superior - Faculdades . . . . .	173 "
<b>Total de alunos matriculados</b>	<b>7.364</b>

**ESCOLA ALBERTO - Escola Paroquial "São Sebastião d'Alinda" sob a direção do Sr. Vítor de Araújo.**

Curso	Alunos
Jardim da Infância com 18 alunos	
Primário com 270 "	
Alfabeto " 194 "	
Ginásial feminino com 212 "	
Ginásial masculino " 94 "	

**ESCOLA ALBERTO - Ginásio Nossa Senhora do Carmo - sob a direção do Sr. Agostinho de Almeida.**

Curso	Alunos
Primário com 155 alunos	
Ginásial " 85 "	

**ESCOLA ALBERTO - Ginásio Arquidiocesano de Vila Rica - sob a direção do Sr. Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás.**

Curso	Alunos
Primário com 80 alunos	
Ginásial " 114 "	

**ESCOLA ALBERTO - Escola Normal São José - sob a direção do Sr. Assessoria de Educação Social dos Órgãos.**

Curso	Alunos
Jardim da Infância com 25 alunos	
Primário com 68 "	
Normal " 14 "	

**ESCOLA ALBERTO - Escola Paroquial - sob a direção do Sr. Agostinho de Almeida.**

Curso	Alunos
Primário com 120 alunos	

Scanned by CamScanner



*Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás*  
*Recenseamento da Educação Católica no Brasil*  
**SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO CATÓLICA NO BRASIL**  
 Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás.

- 0 -

<b>ANÁPOLIS - Ginásio São Francisco</b> - sob a direção dos RR.PP. Franciscanos Norte - Americanos.		
Cursos :	Primário com	1200 alunos
Ginásio Santa Agostinha	Ginásial "	150 "
Cursos:	Comercial "	35 "
<b>Ginásio Auxilium</b> - sob a direção das Irmãs Filhas de Maria Auxiliadora.		
Cursos:	Jardim da Infância com	60 alunos
Externato São José	Primário com	123 "
Cursos:	Ginásial "	146 "
	Normal "	20 "
<b>Escola Paroquial "Dom Prudêncio"</b> - sob a direção do Revmº Vigário da Paróquia.		
Cursos:	Primário com	65 alunos
<b>BURITI ALEGRE - Escola Paroquial "Nossa Senhora d'Abadia"</b> sob a direção do Revmº Vigário da Paróquia.		
Cursos:	Primário com	84 alunos
<b>CAMPINAS - Ginásio Santa Clara</b> - sob a direção da Congregação das Irmãs Franciscanas de Sta. Clara.		
Cursos:	Jardim da Infância com	28 alunos
Faculdade de Normalistas	Primário com	270 "
	Admissão "	154 "
	Ginásial feminino com	231 "
	Ginásial masculino "	50 "
<b>CATALÃO - Ginásio Nossa Senhora Mãe de Deus</b> - sob a direção das Irmãs Agostinianas.		
Cursos:	Primário com	165 alunos
GOLIAS - Educandário Sant'Ana	Ginásial "	85 "
<b>FORMOSA - Ginásio Arquidiocesano de Planalto</b> - sob a direção da Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás		
Cursos:	Primário com	80 alunos
	Ginásial "	114 "
<b>IPAUSSU - Escola Normal São José</b> - sob a direção das Missionárias de Nossa Senhora das Dores		
Cursos:	Jardim da Infância com	23 alunos
	Primário com	68 "
	Normal "	14 "
<b>GOIANDIRA - Escola Paroquial</b> - sob a direção dos RR.PP. Franciscanos Norte - Americanos		
Cursos :	Primário com	230 alunos

Scanned by CamScanner

<b>GOIÂNIA - Ateneu Dom Bosco</b>		- Dirigido pelos RR.PP.Salesianos
Cursos :	Primário com	201 alunos
	Ginásial "	306 "
	Colegial "	60 "
	Comercial "	186 "
<b>MORRINHOS - Colégio Santo Agostinho</b>		- dirigido pelas Madres Agostinianas
Cursos :	Jardim da Infância com	45 alunos
	Primário com	159 alunos
	Admissão "	59 "
	Ginásial "	310 "
	Colegial "	8 "
<b>Externato São Jose -</b>		- sob a direção das Madres Dominicanas
Curso :	Primário com	240 alunos
<b>Vila Cristo Redentor -</b>		- sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado
<b>ORIZONA - Escola Paroquial -</b>		- sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado
Cursos :	Primário com	135 alunos
<b>Abrigo Cristo Redentor -</b>		- sob a direção das Irmãs Terceiras Carmelitas
<b>SILVANIA - Ginásio Arquidiocesano</b>		- sob a direção das Irmãs Terceiras Carmelitas
Cursos :	Primário com	38 alunos
<b>Escola de Enfermagem - São Vicente de Paulo -</b>		- sob a direção das Irmãs Vicentinas
Cursos :	Enfermagem com	42 alunos
	Ginásio "	150 "
<b>Faculdade de Farmácia e Odontologia -</b>		- sob a direção da Conferência de S.Vicente de Paulo
Cursos :	Farmácia e Odontologia com	82 alunos
<b>Faculdade de Filosofia -</b>		- sob a direção da autoridade Arquidiocesana.
<b>PIRES DO RIO - Ginásio Agrícola</b>		- sob a direção das Irmãs Terceiras Carmelitas
Cursos :	3 cursos de línguas, Pedagogia e História e Geografia com	49 alunos
<b>GOIAZ - Educandário Sant'Ana -</b>		- sob a direção das Madres Dominicanas
Cursos :	Jardim da Infância com	16 alunos
<b>TRINDADE - Escola Paroquial -</b>		- sob a direção das Irmãs Terceiras Carmelitas
	Primário com	38 "
	Ginásial "	54 "
	Normal "	12 alunos
<b>IPAMERI - Educandário Nossa Senhora Aparecida -</b>		- sob a direção das Missionárias de Jesus Crucificado
Cursos :	Jardim da Infância com	36 alunos
<b>PIRACICABA - Ginásio Nossa Senhora</b>		- sob a direção das Irmãs Terceiras Carmelitas
	Primário com	97 "
	Admissão "	18 "
	Ginásial "	87 "
	Normal com	29 "
	Colegial "	50 "
	Normal "	25 "

Scanned by CamScanner



**JARAGUÁ** - Ginásio Arquidiocesano de Jaraguá - sob a direção da Autoridade Arquidiocesana registrados no Departamento de Educação  
Cursos: Primário com 37 alunos  
Ginasial " 85 "

Para a escolha de um Professor laico requer-se que seja

**MORRINHOS** - Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes - dirigido pela RR.PP.Stigmatinos  
Cursos: Primário com 74 alunos  
Ginasial " 98 "

Escola Normal Hermenegildo de Moraes - sob a direção das Mesas Agostinianas  
Cursos: Jardim da Infância com 16 alunos  
Primário com 28 alunos  
Ginasial " 54 "

**ORIZONA** - Escola Paroquial - sob a direção do Revm Vigário da Paróquia  
Cursos: Primário com 36 alunos

**SILVÂNIA** - Ginásio Arquidiocesano Anchieta - sob a direção dos RR.PP.Salesianos  
Cursos: Primário com 47 alunos  
Ginasial " 102 "

**TRINDADE** - Escola Paroquial "Divino Padre Eterno" - sob a direção dos RR.PP.Redentoristas  
Cursos: Primário com 27 alunos

**PLANALTIMA** - Escola Paroquial São Sebastião - sob a direção do Revm Vigário da Paróquia  
Cursos: Primário com 45 alunos

**PIRENOPOLIS** - Ginásio Nossa Senhora do Carmo - dirigido pelas Irmãs Terezas Carmelitas  
Cursos: Jardim da Infância com 22 alunos  
Primário com 45 alunos  
Ginasial " 50 "

Scanned by CamScanner

Todos os estabelecimentos de ensino católicos desta Arquidiocese de Sant'Ana de Goiás, tem seus professores registrados no Departamento Nacional da Educação.

Para a escolha de um professor leigo requer-se que seja católico praticante de convicção, de conduta irrepreensível, registrado no respectivo Departamento Nacional da Educação e tenha capacidade profissional.

Os ordenados são regulamentados pelo mesmo Departamento da Educação e Ministério de trabalho, variando conforme os lugares, entre \$ 500,00 até \$ 3.000,00 mensais.

Todos os estabelecimentos de ensino são inspeccionados por um fiscal nomeado pelo Depto da Educação, o qual zela pela integridade do ensino, de maneira que, no caso de haver uma inspecção extraordinária, não se acharia nada a observar.

Os estabelecimentos católicos tem por obrigatoriedade o ensino de religião, tendo para isso professores, na sua maioria sacerdotes, capazes e com preparo adequado. Quando ao número, varia de acordo com o número de alunos do estabelecimento.

Os alunos são obrigados a possuírem o manual de Religião mas para melhor ilustração, os professores servem-se dos quadros murais, revistas, projeções, conferências, certames catequéticos, afim de estimularem o estudo. Há igualmente núcleos de Ação Católica, Companhias do Santíssimo, São Luiz Gonzaga, Maria Santíssima, Marianos, o que concorre eficazmente para a formação religiosa dos alunos, maior respeito aos sacerdotes e fomenta o amor filial para com o Santo Padre. Para esse último, celebra-se anualmente, com todo o esplendor, a festa do Papa e das Missões.

**Anexo 10** – Cerimônia da Sagração Episcopal de Dom Emanuel – 15 de abril de 1923 –  
no Santuário de Nossa Senhora Auxiliadora em Niterói – RJ



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

**Anexo 11** – Foto de Dom Helvécio – Arcebispo de Mariana e irmão de Dom Emanuel–, a mãe, Dona Maria Matos de Oliveira e Dom Emanuel



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central



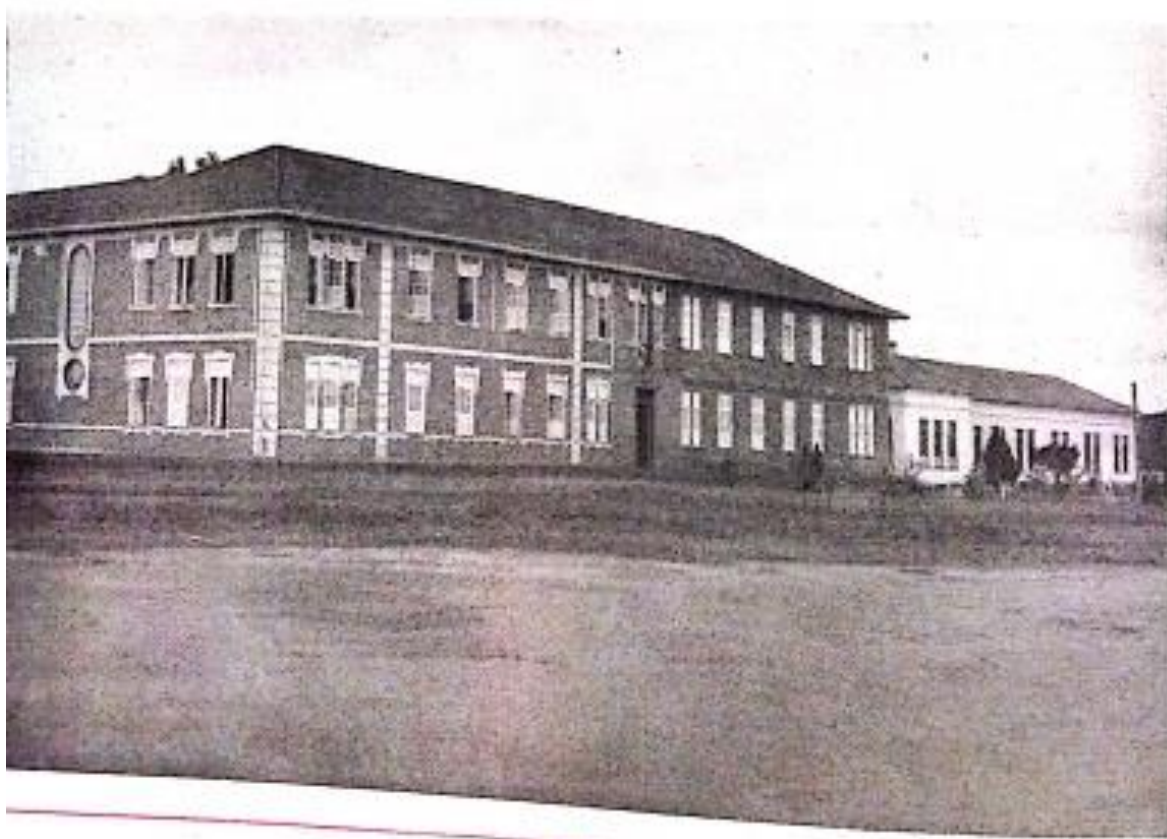
**Anexo 12** – Fotografia da reunião que tratava da criação da nova capital. Da esquerda para a direita: Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal no Estado de Goiaz; Getúlio Dorneles Vargas, Presidente do Brasil na época e Dom Emanuel



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiaz (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central



### Anexo 13 – Ginásio Anchieta em Bonfim



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

#### **Anexo 14 – Ginásio Ateneu Dom Bosco em Goiânia**



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiaz: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiaz (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

**Anexo 15**– Desenho da fachada do Ginásio Colégio Auxilium em Anápolis



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

**Anexo 16 – Colégio Arquidiocesano de Jaraguá**



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

**Anexo 17 – Ginásio Arquidiocesano do Planalto em Formosa**



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

## Anexo 18 – Ginásio Santo Agostinho em Goiânia



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central



**Anexo 19** – Ala do Ginásio São Francisco em Anápolis



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

## **Anexo 20 – Ginásio Senador Hermenegildo de Moraes**



SILVA, Cônego José Trindade da Fonseca e; JUBÉ, José M. Ramos; LOBO, José F. de Souza. (Orgs.). Vinte e Cinco Anos de Benefícios ao Estado de Goiás: a Dom Emanuel Gomes de Oliveira, primeiro Arcebispo de Goiás (1923-1948). Documento impresso. 55 folhas. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central